

# Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE  
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA  
ORGANIZADORES



# Pecuária familiar no Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Rui Vicente Oppermann**

Vice-Reitora e Pró-Reitora  
de Coordenação Acadêmica

**Jane Fraga Tutikian**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretor

**Alex Niche Teixeira**

Conselho Editorial

**Carlos Pérez Bergmann**

**Claudia Lima Marques**

**Jane Fraga Tutikian**

**José Vicente Tavares dos Santos**

**Marcelo Antonio Conterato**

**Maria Helena Weber**

**Maria Stephanou**

**Regina Zilberman**

**Temístocles Cezar**

**Valquiria Linck Bassani**

**Alex Niche Teixeira**, presidente

# Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

---

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE  
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA  
ORGANIZADORES

Antônio Jorge Amaral Bezerra	Lovois de Andrade Miguel
Claudio Marques Ribeiro	Marco Antônio Verardi Fialho
Evander Eloí Krone	Rafael Gastal Porto
Fabiana Thomé da Cruz	Renata Menasche
Helen Osório	Rosani Marisa Spanevello
Jaqueline Sgarbi Santos	Tanice Andreatta
Jean François Tourrand	Valéria Dorneles Fernandes
Letícia Fátima de Azevedo	

© dos autores  
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



---

P636 Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento / organizado por Paulo Dabdab Waquil ... [et al.] . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.  
288 p. : il. ; 16x23cm

Reimpressão 2016

(Série Estudos Rurais)

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos e tabelas.

1. Agricultura. 2. Pecuária. 3. Desenvolvimento rural. 4. Pecuária familiar – Rio Grande do Sul. 5. Pecuária familiar – História – Diversidade social – Dinâmicas de desenvolvimento. I. Waquil, Paulo Dabdab. II. Matte, Alessandra. III. Neske, Márcio Zamboni. IV. Borba, Marcos Flávio Silva. V. Série.

CDU 636 (816.5)

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0308-5

# Sumário

Prefácio .....	7
----------------	---

*Jean François Tourrand*

## Introdução

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: a resignificação de uma categoria social .....	11
---	----

*Paulo Dabdab Waquil*

*Alessandra Matte*

*Márcio Zamboni Neske*

*Marcos Flávio Silva Borba*

## PRIMEIRA PARTE

### Origens, evolução e diferenciação da pecuária no Rio Grande do Sul

Pastores e lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX .....	15
--	----

*Helen Osório*

A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX) .....	41
---	----

*Valéria Dorneles Fernandes*

*Lovoís de Andrade Miguel*

## SEGUNDA PARTE

### Meios de vida e diversidade na pecuária familiar

A organização dos estabelecimentos de pecuária de corte de base familiar no Rio Grande do Sul .....	65
--	----

*Tanice Andreatta*

*Paulo Dabdab Waquil*

*Lovoís de Andrade Miguel*

O modo de vida dos pecuaristas familiares no pampa brasileiro .....	87
---	----

*Claudio Marques Ribeiro*

Perfil socioproductivo dos pecuaristas familiares em Bagé, Rio Grande do Sul .....	109
---	-----

*Rafael Gastal Porto*

*Antônio Jorge Amaral Bezerra*

Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul .....	<b>131</b>
<i>Márcio Zamboni Neske</i>	
Pecuária familiar: uma análise do modo de apropriação da natureza a partir dos saberes e práticas tradicionais - Território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul.....	<b>149</b>
<i>Letícia Fátima de Azevedo</i>	
<i>Marco Antônio Verardi Fialho</i>	
A formação da pecuária de corte e da produção tradicional do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra.....	<b>169</b>
<i>Evander Eloi Krone</i>	
<i>Renata Menasche</i>	
<b>TERCEIRA PARTE – Desenvolvimento rural: potencialidades e oportunidades para a pecuária familiar no Rio Grande do Sul</b>	
Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã.....	<b>187</b>
<i>Marcos Flávio Silva Borba</i>	
Alimentos tradicionais, modos de vida e desenvolvimento rural: um estudo a partir do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul.....	<b>215</b>
<i>Fabiana Thomé da Cruz</i>	
<i>Jaqueline Sgarbi Santos</i>	
Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida de pecuaristas de corte no sul do Rio Grande do Sul.....	<b>237</b>
<i>Alessandra Matte</i>	
<i>Paulo Dabdab Waquil</i>	
Reprodução social na pecuária familiar.....	<b>265</b>
<i>Alessandra Matte</i>	
<i>Rosani Marisa Spanevello</i>	
<i>Tanice Andreatta</i>	
Sobre os autores .....	<b>285</b>

## Prefácio

*Jean François Tourrand*

O livro nos dá um excelente afresco em torno do tema da pecuária familiar, enquanto uma importante categoria social e produtiva, que ocupa principalmente a região compreendida pelo bioma Pampa, no estado do Rio Grande do Sul. Até alguns anos atrás, a pecuária familiar estava pouco descrita na literatura brasileira, apesar de ser bastante conhecida pelos atores locais. De fato, o Rio Grande do Sul sempre foi, ao longo de sua história, reconhecido por uma pecuária de grande escala, baseada em fazendas com extensas áreas de terra e com volumosos rebanhos, representados por bovinos e ovinos. Até a cultura e a tradição gaúcha foram associadas a essa forma de pecuária, ou seja, o sistema produtivo pecuário está diretamente relacionado ao sistema cultural. Desta forma, de alguma maneira a pecuária familiar no Pampa brasileiro ficou por muito tempo oculta na escala regional, mesmo que representada por um número expressivo de famílias, estimadas atualmente em mais de 60 mil, conforme dados trazidos pelos autores que compõem este livro.

Muita informação original foi reunida na sequência dos capítulos, apresentando dados gerais em escala estadual, alternados com outros capítulos que direcionam maior atenção sobre regiões específicas desse bioma em sua porção brasileira. Muitos dos diversos aspectos da pecuária familiar são descritos com detalhes, com dados qualitativos e quantitativos, em torno de sua história, sua situação fundiária, suas atividades de criação e cultivo, suas condições de vida e de trabalho, suas relações sociais locais, suas perspectivas de sucessão, sua vulnerabilidade frente às distintas mudanças locais e globais, entre outros aspectos, sempre expressando a grande diversidade social e produtiva da pecuária familiar no Rio Grande do Sul. A questão do desenvolvimento territorial também é tratada em diversos momentos do livro, levando a refletir que uma alternativa para o futuro da pecuária familiar é pensar no desenvolvimento dessa categoria social de maneira coletiva, principalmente nos aspectos relacionados ao ambiente.

Mais especificamente, os sucessivos capítulos mostram a pecuária familiar gaúcha em sua dimensão histórica, nos últimos quatro séculos, destacando o papel que teve na ocupação de uma região de fronteira, mas também em sua dimensão prospectiva, particularmente por meio da vulnerabilidade atual apresentada como o conjunto dos desafios que esse grupo social vem enfren-



tando, principalmente em situações como mudanças no uso da terra, disputas fundiárias, envelhecimento da população rural, redução do interesse de jovens em permanecerem no campo, necessidade de diferenciação para inserção no mercado, pouca visibilidade no âmbito das políticas públicas, entre outros fatores.

Continuando, neste sentido, o livro mostra a dinâmica desse grupo ao longo do tempo, se adaptando aos novos contextos do ponto de vista social, econômico, político e ambiental. A adaptação focaliza principalmente sobre os temas fundiários e da mão de obra: a terra produzindo o pasto para alimentar o rebanho e a mão de obra para manejar aquele rebanho, o pasto e a terra. Assim, o livro se articula logicamente ao redor dos três grandes pilares do sistema pecuário, que são o recurso das pastagens naturais típicas do bioma Pampa, o rebanho tanto de bovinos como de ovinos, e a família, além de uma diversidade de outros componentes vindo a complementar esse tripé.

Paralelamente, o livro tem um lado didático interessante devido aos diversos aspectos tratados da pecuária familiar, particularmente as diferentes funções da pecuária, tanto em relação à família do pecuarista como na escala local ou territorial, no bioma Pampa e na cultura gaúcha. Assim, capítulo depois de capítulo, aparecem os papéis da pecuária, indo da produção de bens (carne, couro, lã, leite, queijos, etc.) e de serviços (poupança, transporte de homens e bens, serviços ecossistêmicos, trabalho do solo, etc.) para a família ou para serem vendidos e gerar renda. Além disso, são mencionados os papéis ao nível local como, por exemplo, a existência de mercados e cadeias curtas juntando os produtos, os insumos destes produtos, a mão de obra necessária à produção, processamento e comercialização. Em relação ao bioma Pampa, os autores focalizam sobre o lado natural da pecuária familiar, baseada principalmente no recurso da pastagem nativa, ressaltando que sua existência permite a preservação desse bioma. Em outras palavras, a pecuária familiar tem a grande capacidade de valorizar o meio natural dos campos do ponto de vista econômico e social, sobretudo com poucos impactos ambientais. Enfim, a pecuária também aparece como interação em todos os setores da vida social e cultural no bioma Pampa.

Não é uma surpresa que a pecuária familiar no Rio Grande do Sul estivesse pouco registrada na literatura científica até o fim do século XX. No mundo pecuário, várias formas de criar bovinos e ovinos, nunca foram analisadas antes de desaparecer, isso porque não havia pessoas para registrar, ou mais simplesmente, não havia interesse. No mesmo sentido que a queda da biodiversidade, as práticas agropecuárias tradicionais precisam de muito tempo para ser construídas, mas desaparecem rapidamente e com alta frequência, especialmente quando não há uma nova geração para reproduzir os saberes

locais, caso da pecuária familiar do Rio Grande do Sul, caracterizada pela idade elevada dos produtores e a falta de jovens pecuaristas.

Os sistemas tradicionais são geralmente substituídos por sistemas mais modernos e assim, de maneira progressiva ou súbita, desaparecem totalmente, antes ou depois de ser registrados. Foi o caso da pecuária leiteira tradicional da Europa, que desapareceu quase totalmente em algumas décadas, com a implantação da política leiteira da União Europeia. Foi o caso, também recentemente, de vários sistemas beduínos da África do Norte e do Oriente Médio, sob a pressão das mudanças climáticas e da transformação global, especialmente a demanda dos jovens e evidentemente as guerras. Isso aconteceu também no passado. Por exemplo, a partir do final do século XVIII, uma pecuária familiar bovina e ovina tradicional, integrada aos sistemas familiares mais complexos, foi eliminada da região das Highlands, na Escócia, para ser substituída por grandes propriedades de produção de lã atribuídas aos representantes da nobreza (*clearance process*), prefigurando o que também se passou em diversas regiões da América Latina nas últimas quatro a cinco décadas. Uma grande parte dos pecuaristas familiares das Highlands escocesas foi trabalhar nas usinas implantadas pela revolução industrial. Outros migraram para as colônias do império britânico, muitas vezes para desenvolver pecuária. Os descendentes desses pecuaristas se encontram hoje na Austrália e Nova Zelândia, América do Norte, África do Sul, Argentina, Uruguai e Chile.

Também pode ser que, no futuro, alguns historiadores pensem em qualificar e quantificar outras pecuárias que nunca tiveram maior visibilidade, como foi feito recentemente pela pecuária da Amazônia Oriental no fim do século XIX e início do século XX, ou seja, antes da colonização. Por vezes, os sistemas antigos conseguem encontrar conjuntos de espaços geográficos, econômicos e sociais apropriados para se manter, como no caso da pecuária familiar gaúcha descrita nos capítulos a seguir, justificando o a motivação deste livro focado no estado do Rio Grande do Sul.

Interessante apontar que os autores veem as oportunidades e os desafios para o futuro da pecuária familiar. Aparentemente, a combinação de sensibilização dos pecuaristas familiares com alguns avanços tecnológicos adaptados às condições do ambiente, a busca de práticas sustentáveis, ações coletivas e políticas públicas adequadas em termos de mercado para os produtos desta pecuária, podem possibilitar que a pecuária familiar se reforce na região.



## **Introdução**

### **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: a ressignificação de uma categoria social**

*Paulo Dabdab Waquil*  
*Alessandra Matte*  
*Márcio Zamboni Neske*  
*Marcos Flávio Silva Borba*

Já bastante relatada na literatura, a ocupação do espaço no sul do Brasil foi marcada pela disputa territorial. As linhas demarcatórias atuais foram definidas apenas já entrado o século XIX. Uma combinação de fatores geopolíticos (distribuição de terras em retribuição a serviços militares), ecológicos (ambiente pastoril) e históricos (introdução do gado bovino pelos jesuítas no século XVII) contribuíram para que a formação social, econômica e cultural desta região fosse significativamente influenciada pela pecuária, tendo na estância, a partir do século XVIII, a “célula viva do organismo social rio-grandense” como diria Alvarino Marques.

Dado que as primeiras estâncias surgem com a distribuição de sesmarias, em essência a base agrária da produção pecuária se consolidou em grandes propriedades, com o uso de mão de obra de escravos e de peões contratados por temporada, sobretudo nas regiões de campos naturais. Embora o poder político-econômico dos estancieiros tenha forjado as principais interpretações sobre a ocupação do território gaúcho, é possível identificar uma conjunção paralela de fatores históricos para a formação de um importante contingente de pequenas unidades produtivas, que também evoluíram associadas à criação do gado sobre as pastagens naturais do Rio Grande do Sul, assentadas sobre a mão de obra familiar.

Movimentos de ocupação patrocinados pela coroa portuguesa ao longo do século XVIII, mediante o envio de colonos com a finalidade de aumentar o contingente populacional e promover uma produção agrícola mais diversificada, a “modernização” das estâncias tradicionais que se transformam em estâncias comerciais no terço final do século XIX, produzindo mudanças na organização do trabalho com a substituição das unidades familiares (agregados) pelo trabalho coletivo dos peões; e a divisão de terras entre descendentes dos primeiros estancieiros, completam o quadro capaz de explicar a presença histórica de pequenos produtores pecuaristas no Rio Grande do Sul. Uma

categoria social que, apesar de numerosa, permaneceu na maior parte do processo histórico de sua existência ocultada academicamente, marginalizada política e economicamente, portanto, pouco representada por organizações de classes.

A partir dos anos 2000, estes pequenos produtores dedicados à pecuária têm despertado o interesse de estudiosos das questões rurais vinculados a diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, que passaram a realizar estudos abordando aspectos e processos multidimensionais desta realidade, com uma ampla diversidade de teorias, de métodos e de perspectivas analíticas. O desvelamento das condições de vida e das estratégias desses pequenos produtores possibilitou a emergência de uma nova categoria social denominada de *pecuária familiar*, a qual mantém características da produção e do trabalho de base familiar, tendo na criação de bovinos de corte e ovinos sua principal atividade produtiva e na dependência da natureza sua principal característica.

Desse modo, para compreender a pecuária familiar, deve-se conceber o pecuarista familiar como um ator social diferenciado étnica e culturalmente, ligado a um conjunto de fenômenos históricos. Portanto, deve-se evitar estabelecer uma vinculação exclusiva com o sujeito tradicional sob a ótica do passado, para percebê-lo nas suas expressões contemporâneas como sujeitos detentores de interesses legítimos e direitos e, como tal, protagonistas que compõem, de forma singular, o tecido sociocultural e produtivo do estado do Rio Grande do Sul.

Assim sendo, três aspectos importantes merecem ser destacados a partir desses estudos iniciais. Em primeiro lugar, desmitificou-se a ideia de que a produção pecuária do Rio Grande do Sul era realizada apenas por grandes produtores. Essa percepção errônea permaneceu por muito tempo enraizada no pensamento social e econômico, e também no campo político e tecnocientífico, o que contribuiu para a longa ocultação desses produtores familiares. Existem no Rio Grande do Sul em torno de 60 mil famílias de pecuaristas familiares, as quais representam 70% do total de empreendimentos rurais dedicados à atividade da pecuária de corte.

Em segundo lugar, mesmo considerando a pecuária familiar como aparentemente homogênea, devido, sobretudo, às características produtivas envolvendo a criação de animais, ela mostra-se bastante diversa no contexto socioeconômico, produtivo e ambiental. Diversidade que é representada pelos modos de vida e pelas estratégias adotadas, que acabam por conduzir a diferenciadas dinâmicas de desenvolvimento.

Por fim, o terceiro ponto a ser destacado diz respeito à representação social e política dos pecuaristas familiares. Os resultados desses estudos in-

fluenciaram as organizações de representação social familiares e a formulação de políticas públicas para a categoria e, embora com restrições, os pecuaristas familiares passaram a ser reconhecidos pelas entidades de classes e pelos gestores públicos.

A interpretação histórica de ocupação do espaço, o entendimento da diversidade produtiva, os processos tecnológicos adotados, a relação entre cultura e natureza, o acesso a políticas públicas, os processos de organização social, a questão da sucessão familiar, as formas de inserção aos mercados são alguns dos temas analíticos que foram abordados sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas ao longo dos capítulos desta obra.

A publicação deste livro em torno do tema da pecuária familiar representa uma primeira iniciativa de reunir alguns dos principais resultados alcançados no acúmulo importante de experiências adquiridas ao longo dos últimos 15 anos. Assim, a proposta principal do livro é ampliar a visibilidade acadêmica, institucional e política dos pecuaristas familiares, de maneira que possa seguir reestruturando de forma permanente uma agenda de trabalhos futuros em torno do tema.

*Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento* reúne experiências diversas vivenciadas ao longo da última década e meia em projetos, em dissertações e em teses desenvolvidas em e por várias instituições no estado do Rio Grande do Sul, dentre as quais a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). A publicação do livro conta com o apoio institucional e financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O livro está estruturado em três grandes partes, em uma sequência de capítulos para atender a análise da história, da diversidade social e das dinâmicas de desenvolvimento da pecuária familiar no Rio Grande do Sul. Entender a pecuária familiar, enquanto categoria social, implica discutir sua historicidade, pois ainda se conhecem frágeis registros que dizem respeito a verdades que nunca foram ditas e apresentadas à experiência social, pois frequentemente foram vistos pela própria historiografia como sujeitos residuais. Nesse sentido, na primeira parte, os capítulos expõem as origens e a evolução da pecuária familiar no estado, com suas repercussões em termos da diversidade que é percebida na atualidade.

O primeiro deles, capítulo de autoria de Helen Osório, dá visibilidade a uma significativa representação camponesa no período colonial, presente à margem das grandes propriedades, típicas à época. Se a narrativa colonial produzida por viajantes, por militares, por governantes da época marginalizou a presença dos pequenos produtores na formação da matriz agrária do estado, essencializou-se como regime de verdade em boa parte da historiografia contemporânea. A autora chama a atenção para o fato de que a sociedade agrária sul rio-grandense se mostrava mais complexa e dinâmica do que comumente é realçado pela historiografia, que evidencia o papel da elite agrária como absoluta experiência pretérita.

Assinado por Valéria Dorneles Fernandes e Lovois de Andrade Miguel, o segundo capítulo destaca a efetiva presença dos pecuaristas familiares desde o início do século XIX no município de Santana do Livramento. A partir de dados censitários da época, os autores demonstram que o criador típico do município é aquele com pequenos e médios rebanhos de animais (bovinos e ovinos), representados majoritariamente pela figura dos pequenos produtores. Por outro lado, o acesso à terra apresentava um caráter concentrador, sendo apropriada de maneira desigual e enraizada nas mãos de poucos e grandes produtores. Assim, cabia aos pequenos produtores ocuparem os lugares ínfimos, ou então instalarem-se em terras alheias na condição de agregado ou trabalhador das estâncias pastoris.

A segunda parte do livro é composta por capítulos direcionados ao entendimento da diversidade social e produtiva da pecuária familiar, expressando os modos de vida, as práticas e saberes, as ações produtivas, a organização dos estabelecimentos e as suas formas de relação com os mercados. Essa segunda parte é aberta pelo capítulo três, de autoria de Tanice Andreatta, Paulo Dabdab Waquil e Lovois de Andrade Miguel, em que os autores dedicam-se a caracterizar o perfil socioeconômico dos pecuaristas criadores de bovinos de corte de base familiar no Rio Grande do Sul. Apoiando-se em uma densa base de dados que abrange o universo de pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado, o capítulo demonstra que as dinâmicas produtivas dos pecuaristas familiares são determinadas por questões ligadas à tradição, à satisfação pessoal e a um estilo de vida familiar, do que meramente uma orientação visando oportunidades de ganhos mercantis.

Por sua vez, no quarto capítulo, de Claudio Marques Ribeiro, são destacadas as principais características do contexto social, econômico, natural e produtivo que constituem o modo de vida dos pecuaristas familiares. A análise mostra que a utilização da mão de obra familiar, a busca da autonomia mercantil, o autoconsumo e o dimensionamento das atividades a partir das necessidades da família são condições estruturantes do modo de vida desses produtores.

No quinto capítulo, Rafael Gastal Porto e Antônio Jorge Amaral Bezerra evidenciam a diversidade social da pecuária familiar no município de Bagé. O texto avança no sentido de caracterizar que a pecuária familiar é uma categoria social heterogênea organizada sob a égide da combinação estratégica de diferentes fatores sociais (estrutura e composição familiar), econômicos (canais de comercialização, renda agrícola e renda não agrícola) e produtivos (disponibilidade de área, sistemas de produção).

No sexto capítulo, Márcio Zamboni Neske analisa o processo de diferenciação social da pecuária familiar a partir das distintas formas de como as unidades familiares estão envolvidas no processo mais geral da mercantilização e como elas desenvolvem estratégias diferenciadas, visando à construção da autonomia do grupo familiar. Segundo o autor, em grande medida, a autonomia é garantida pelas relações personalizadas que os pecuaristas estabelecem com a base de recursos naturais que dispõem, pois algumas etapas não mercantilizadas do processo produtivo são definidas a partir das relações estabelecidas com o sistema natural.

No sétimo capítulo, Letícia Fátima de Azevedo e Marco Antônio Verardi Fialho fazem uma análise sobre os modos de apropriação da natureza pelos pecuaristas familiares, tendo como espaço de análise a região da Serra do Sudeste. Os pecuaristas são detentores de um amplo e complexo conjunto de conhecimentos e estratégias de apropriação e uso da natureza, alinhando, sincronicamente, a sua reprodução sociocultural e a preservação dos recursos naturais que dispõem.

No oitavo capítulo, de Evander Eloí Krone e Renata Menasche, os autores demonstram como a formação histórica e social da região dos Campos de Cima da Serra foi forjada pelo vínculo entre a pecuária de corte de base familiar e a produção de queijo serrano. O binômio pecuária de corte e a produção de queijo serrano é uma tradição que superou o passar do tempo e permanece central no modo de vida dos pecuaristas familiares, mantendo vivos costumes, saberes e práticas de sociabilidade.

Por fim, a terceira parte completa o livro com a análise das dinâmicas de desenvolvimento, debatendo perspectivas, oportunidades, desafios e vulnerabilidades da pecuária familiar. O capítulo nove, que abre esta última parte do livro, elaborado por Marcos Flávio Silva Borba, apresenta uma análise de uma experiência em curso de desenvolvimento no território Alto Camaquã. No território em questão, a pecuária familiar é a principal representação social e produtiva, e a ênfase do artigo recai, por um lado, sobre a valorização dos ativos locais como referência para a transformação da realidade, e, por outro, destaca o papel e os desafios da interação entre múltiplos atores para a afirmação de estratégias de desenvolvimento baseadas no lugar.



No capítulo dez, o segundo que compõe a parte três do livro, redigido por Fabiana Thomé da Cruz e Jaqueline Sgarbi Santos, as autoras analisam as relações entre a valorização de alimentos tradicionais, os modos de vida de seus produtores e as estratégias de desenvolvimento rural fundamentadas nessa relação. Ao averiguarem a pertinência do reconhecimento das qualidades específicas de produtos locais, por meio da valorização da origem dos alimentos, como no caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra, as autoras argumentam que iniciativas em torno desse tema podem resultar em profícuas estratégias de desenvolvimento rural associadas aos produtos alimentares tradicionais.

O décimo primeiro capítulo do livro, elaborado por Alessandra Matte e Paulo Dabdab Waquil, apresenta o debate em torno das distintas situações de vulnerabilidade que podem acometer os meios de vida dos pecuaristas de corte. O capítulo contribui ao debate da pecuária à medida que adentra acerca de questões e mudanças contemporâneas, em consonância com questões históricas, e sua relação com os meios de vida dos pecuaristas.

O capítulo que encerra a obra fica por conta de Alessandra Matte, Rosani Marisa Spanevello e Tanice Andreatta. As autoras se debruçam sobre o tema da descontinuidade sucessória na pecuária familiar, a partir da análise dos encaminhamentos quanto ao destino dos estabelecimentos e a questão do amparo e cuidados na velhice de pais sem filhos residindo no estabelecimento, ou seja, sem a perspectiva de sucessores. A análise revela um conflito entre o interesse dos pais e as expectativas vislumbradas para a propriedade, visto que o esperado é deixar a propriedade aos filhos, mesmo acreditando que esses não retornarão.

Desejamos aos leitores uma agradável e profícua leitura!

**PRIMEIRA PARTE – Origens, evolução e  
diferenciação da pecuária no Rio Grande do  
Sul**



# Pastores e lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX<sup>1</sup>

*Helen Osório*

## Introdução

Vastas campanhas, imensos rebanhos, poucos homens: esta é a imagem cristalizada no senso comum acerca da paisagem agrária do Rio Grande do Sul no período colonial. Esta visão está calcada principalmente em relatos de viajantes portugueses, espanhóis e franceses habituados a outras paisagens, outros tipos de sociedades camponesas e outros padrões da produção pecuária e que olhavam através de suas lentes europeias as novas terras americanas, surpreendendo-se com as lhanuras e as manadas de gado existentes. No entanto, essa percepção corresponde apenas parcialmente à realidade colonial. A utilização de outros tipos de fontes históricas, além destes testemunhos, como censos de população e de terras, processos judiciais e inventários de bens a serem partilhados entre herdeiros, oferecem dados para se desvelar uma sociedade bem mais complexa, que não se reduzia, nas relações sociais, ao binômio estancieiro/peão livre e, na economia, ao domínio das grandes estâncias e das charqueadas.

Durante o século XVIII e primeiras décadas do XIX, o pretenso exclusivismo da pecuária não foi rompido apenas pela agricultura dos núcleos açorianos: como se exporá, boa parte das estâncias possuíam suas plantações. Mais do que isso, na década de 1780 os lavradores eram a maior parte dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, suplantando em número os criadores de gado. Estes lavradores na maioria das vezes eram também pastores, proprietários de pequenos (para a época) rebanhos de animais. Predominavam, na estrutura agrária que se ia desenhando, as unidades produtivas mistas, que combinavam a pecuária e a agricultura. Os rebanhos existentes eram bem menores do que se supunha: mais da metade dos criadores tinha até 200 cabeças de gado, e

---

<sup>1</sup> Este texto sintetiza conclusões de pesquisa de minha tese de doutorado, defendida em 1999 e publicada em 2007, *O império português no sul da América: estancieiros lavradores e comerciantes*, especificamente dos capítulos 4, 5 e 6 (Osório, 2007); e do capítulo “Estrutura agrária e ocupacional”, presente no livro *Colônia* (Osório, 2006, p. 153-170).

uma minoria, que rondava os 10% dos proprietários, possuía mais de mil cabeças de vacuns.

O peso das relações escravistas também foi bem maior do que a historiografia vinha afirmando. Os escravos de origem africana participaram da ocupação da região pelos lusitanos desde o princípio e exerciam todos tipos de trabalho; sua utilização como mão de obra não se restringiu às charqueadas e aos serviços urbanos. Tampouco os trabalhadores da pecuária resumiam-se aos peões livres: a mão de obra escrava esteve presente nas lides campeiras, assim como, entre os pequenos e médios criadores, a mão de obra familiar. É sobre estas características, pouco conhecidas, do mundo rural rio-grandense da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX que versa o presente capítulo. Para abordar a pecuária familiar, julga-se imprescindível traçar um panorama geral da estrutura agrária que, mesmo brevemente, dê conta dos diferentes tipos de unidades produtivas e da diversidade de grupos sócio-ocupacionais existentes naquela sociedade, e de suas relações recíprocas.

Uma incursão pelo significado de certos termos, naquele período, já é esclarecedora dessa realidade. A palavra *estância* não designava grandes propriedades e nem era sinônimo de grandes rebanhos. O vocábulo, originário do espanhol platino, significava apenas as unidades produtivas em que se criava gado, sem nenhuma conotação de tamanho. Por exemplo, encontra-se com esta designação propriedades com 150, 200 ou 3.000 cabeças de gado. O dicionário de Moraes Silva, na edição de 1789 traz justamente esta acepção (“no sul da América, estâncias são terras com criação de gado vacum e cavalar”) (Moraes Silva, 1922). Consequentemente, *estancieiro* não significava grande proprietário de rebanhos ou terras. Encontra-se nas fontes referência a “estancieiros ricos” e “estancieiros pobres”; a palavra era sinônimo, tão somente, de *criador* de gado.

### **As ocupações: lavradores e criadores**

Entre 1784 e 1785 foi realizado um levantamento de todos os ocupantes de terras existentes no Rio Grande do Sul – o documento chama-se “Relação dos moradores que tem campos e animais no Continente”. Este “censo” (como será denominado daqui em diante) registrava a que título as pessoas ocupavam terrenos (sesmaria, data, posse, arrendamento, concessão do governador), a quais atividades se dedicavam (lavoura, pecuária ou ambas) e os animais que possuíam.<sup>2</sup> Foram registradas 1.564 pessoas, das quais 52% foram classificadas

---

<sup>2</sup> O “censo” de 1784 encontra-se em duas versões em dois arquivos: no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRS), “Relação de moradores que tem campos e animais nesse Continente”,

como “lavradores”; 14% como “criadores”, 8% como “criadores e lavradores”, 5% como “dedica-se mais à lavoura do que à criação”, 16% não tiveram a ocupação informada e 5% designavam outras atividades. Somando-se todas as categorias que praticavam a agricultura, tem-se 65% dos possuidores de terras, uma proporção ignorada pela historiografia tradicional, e que aponta para uma estrutura agrária bastante diversa, na qual a maior parte dos produtores rurais dedicava-se à agricultura, em maior ou menor grau. A paisagem agrária que estava sendo construída pelos habitantes da capitania combinava, em várias modalidades, plantações de alimentos (especialmente trigo e mandioca) e criação de animais, compondo uma paisagem muito similar à da campanha de Buenos Aires e da Colônia de Sacramento, que uma nova historiografia argentina tem revelado (Garavaglia, 1993b; 1999; Garavaglia e Gelman, 1995 e Gelman 1998).

O Continente era composto por 19 freguesias e distritos – Vacaria, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Porto Alegre, Viamão, Lombas, Nossa Senhora dos Anjos, Caí, Triunfo, Santo Amaro, Taquari, Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada, Povo Novo, Cerro Pelado, Rio Grande, Estreito e Mostardas – e em apenas dois não foram listados lavradores, Cerro Pelado e Encruzilhada, territórios fronteiriços naquele momento e de recente ocupação. Aí predominavam largamente os criadores e os “criadores e lavradores”, com uma pequena incidência dos dedicados “mais à lavoura”. Vale lembrar que em 1784 estava-se a escassos oito anos da reconquista da vila de Rio Grande aos espanhóis. A década de 1780 foi um período de intensa expansão lusitana rumo à Banda Oriental, de apropriação de terras e estabelecimento de novas unidades produtivas.

O censo informa o número e tipos de animais que cada ocupante de terras possuía. A partir desta informação calculou-se o rebanho médio para cada ocupação.

Verifica-se que todos os tipos de produtores eram também criadores de gado vacum. Até mesmo aqueles denominados de lavradores possuíam um rebanho médio de 61 reses, além de bois e animais cavалares. Mas tal tamanho de rebanho não os caracterizava como criadores e sim como agricultores, que deveria ser sua ocupação principal. Um rebanho de duas ou três dezenas de cabeças parece que não era suficiente para sustentar uma família. No próprio censo tem-se outras informações que caracterizam como pobres os possuído-

---

livros nº 1198 A e B; e no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (ANRJ): “Relação de moradores...”, cód. 104, vol. 6, 7 e 8. Foi criado um banco de dados para a análise dos 1826 registros obtidos. Todas as fontes utilizadas e citadas no texto foram a base documental da tese de doutoramento. Nela encontra-se toda a discussão metodológica dos procedimentos utilizados, bem como de seus usos e limites, e para a qual remete-se o leitor interessado em conhecer tais procedimentos comprobatórios.

res de algumas dezenas de vacuns. Por exemplo, José do Prado, morador de Triunfo, pardo forro (ex-escravo) foi registrado assim: “vive pobremente de algumas lavouras”. No entanto, ele possuía 30 cabeças de gado, quatro cavalos, 42 éguas e oito potros. Da mesma forma, Inácio Mendes, que vivia agregado a sua sogra “vive pobremente de suas lavouras” e tinha: 20 gado vacum, dois cavalos, 20 éguas e quatro potros.<sup>3</sup>

QUADRO 1  
Número médio de animais por ocupação (1784)

Ocupação	Reses	Bois	Cavalos	Éguas	Potros	Burros	Burras	Mulas	Ovelhas
Lavrador	61	6	6	1	0	0	0	0	0
Mais lavoura do que criação	104	6	14	51	6	0	0	0	0
Criador	852	8	27	344	31	7	6	10	24
Criador e lavrador	1.041	16	57	293	40	5	5	16	21

Fonte: “Relação de moradores...” ANRJ, cód. 104, vol. 6, 7 e 8; AHRS, F1198 A e B.

É revelador que aqueles que possuíam, em média, 104 cabeças de gado fossem registrados como dedicados “mais à lavoura do que à criação”. Isso significa que o sustento deste produtor provinha majoritariamente da agricultura, e que este tamanho de rebanho, uma centena de animais, não seria suficiente para viver *apenas* da criação. O número médio de reses dessa categoria variou bastante entre as diferentes freguesias: era de 57 reses em Rio Pardo e de 434 em Encruzilhada. Qual seria o tamanho de rebanho necessário para uma família viver da pecuária? Esta questão é de difícil resposta com as fontes e dados disponíveis, mas será retomada mais adiante, quando da análise do grupo dos pequenos produtores mistos.

Quase a metade dos “lavradores” (47%) e dos “mais lavoura” (49%) foram identificados no censo como sendo “casais do número”. Eram casais açorianos originalmente enviados para povoar o Rio Grande do Sul em 1752, ou oriundos da Colônia do Sacramento (entregue definitivamente aos espanhóis em 1777), ou de Maldonado (em território da Banda Oriental, para onde

<sup>3</sup> Outros exemplos: “José Gonçalves, pardo forro [...] vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 20, cavalos 3, éguas 25 e potros 6 e Gonçalo Barbosa [...] vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 12, cavalos 4, éguas 13 e potros” (Relação dos moradores [...] da Freguesia do Sr. Bom Jesus do Triunfo, ANRJ, cód. 104, vol. 6, fl. 474).

tinham sido levados pelos espanhóis com a conquista do Rio Grande em 1763, e “devolvidos” na base do Tratado de 1777). Provavelmente sua participação entre os lavradores ultrapassasse o percentual encontrado, pois esta informação dependia do detalhamento com que o capitão do distrito realizasse o censo. Sua presença foi assinalada nas freguesias de Santo Amaro, Conceição do Arroio, Estreito, Mostardas, Povo Novo, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio, Taquari e Viamão.

Os “lavradores” praticavam uma pecuária menos diversificada que os “criadores” ou os “criadores e lavradores”. Não criavam ovelhas nem produziam mulas. A produção de mulas necessitava uma inversão importante, que era a aquisição do burro reprodutor, o “burro hechor”, o animal de maior valor unitário. Em contrapartida, possuíam, proporcionalmente às reses, o maior número de bois que qualquer outra categoria (um boi para dez reses, contra um boi para 107 reses, entre os criadores), o que é um indicativo da prática da agricultura (quer como animal de tração para o arado ou para os carros e carretas que escoavam seu excedente agrícola). Estamos frente, portanto, a um produtor rural que é *simultaneamente* um agricultor e um pastor, que alimentava seu grupo familiar com sua produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca,<sup>4</sup> carne e leite de seu pequeno rebanho e que possivelmente comercializasse algum excedente alimentar, alguma vaca ou alguns couros. Podemos definir este produtor como camponês, no sentido de que contava fundamentalmente com a força de trabalho de seu grupo familiar para sua manutenção e reprodução. Na análise do patrimônio dos proprietários de menos de cem cabeças de gado vacum que será apresentada adiante, realizada com inventários, detectou-se um número significativo de produtores que contavam com a complementação de mão de obra escrava. Mas como os inventários retratam os estratos economicamente superiores da sociedade, julga-se não poder generalizar a participação dos escravos como força de trabalho para o conjunto do grupo dos lavradores. A esta conclusão, que caracteriza como camponeses, pastores e agricultores, a este tipo de produtor, já chegara Garavaglia, ao analisar a estrutura produtiva da campanha de Buenos Aires através de inventários (Garavaglia, 1993b, p. 186-187), no período de 1750-1815. Também aí os camponeses contaram, complementarmente, com mão de obra escrava.

Os maiores detentores de gado vacum eram os “criadores e lavradores”: tinham, em média, mais de um milhar de cabeças. Possuíam um rebanho variado, com muitos tipos de animais. Certamente este grupo, que diversificava suas atividades produtivas entre a criação e a agricultura, constituía a elite econômica

---

<sup>4</sup> Estes são os alimentos que constam do “Mapa da colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Continente do Rio Grande”, de 1780; o arroz aparece neste mapa numa quantidade ínfima. ANRJ, cód. 104, vol. 3.



naquele momento. Recorde-se que representam apenas 8% de todas as pessoas registradas no censo. Suas manadas, em média, eram 20% superiores às dos exclusivamente “criadores”. Neste caso encontram-se Rafael Pinto Bandeira, com 6.000 reses em Cerro Pelado, Antônio Ferreira Leitão, com 5.400 reses em Triunfo, Manuel Bento da Rocha, em Cerro Pelado, com mais de 8.000 reses e o maior de todos os proprietários de gado – 12.000 cabeças – mas que também “cultiva grandes lavouras”, Caetano da Silveira de Matos, em Encruzilhada.

Estes homens faziam parte da elite proprietária e criadora de gado da década de 1780. Os proprietários de mais de 1.000 cabeças correspondiam a apenas 7% dos ocupantes de terras, mas possuíam 59% de todo o gado existente! No outro extremo, as pessoas que tinham de uma a 100 cabeças vacuns representavam 48% dos ocupantes de terras, mas detinham apenas 6% do gado. Na verdade, 75% dos produtores tinham rebanhos de, no máximo, 500 cabeças vacuns. Estes percentuais expressam a *desigualdade* na apropriação dos recursos existentes na sociedade sulina, mesmo naquele seu momento inicial e formativo. Nada mais longe da realidade do que uma imagem idílica de igualdade entre os colonos que desde a década de 1720 começaram a ocupar o território. A abundância de gado não beneficiou a todos; a desproporção dos bens e da riqueza foi um dado constitutivo desta fronteira.

Como estes produtores obtinham suas terras? No sistema jurídico português havia três formas legais, originárias: a concessão régia de sesmarias (cuja extensão máxima deveria ser de três léguas quadradas, ou 13.068 hectares), de datas de terra ou a arrematação em praça pública, de terras que a Coroa confiscasse. No caso do Rio Grande do Sul, como capitania subordinada a do Rio de Janeiro, era o governador do Rio de Janeiro e posteriormente o vice-rei quem expedia as cartas de sesmaria. Já as “datas de terra”, cujo título legal era a “carta de data”, eram concedidas pelo governador do Rio Grande do Sul aos pequenos lavradores, em princípio aos casais açorianos. Esta forma de concessão fazia parte da política colonizadora do sul, e não possuía um estatuto jurídico próprio. Concedia-se desta forma propriedades que não excediam um quarto de légua em quadra, ou seja, 272 hectares.

O censo contabiliza que, em 1784, apenas 7% das terras ocupadas tinham sido concedidas sob a forma de sesmaria (seu número era de 116), 30% sob a forma de datas, 22% por despachos do governador, 13% por posse e 28% não foi informado. Pode-se supor que os casos não informados, em que os ocupantes não apresentaram nenhum documento, tratavam-se de terrenos simplesmente apossados. Assim, após quase meio século da fundação de Rio Grande, 41% das terras estavam ocupadas por mera posse. Os “despachos do governador” eram concessões feitas pelo governador da capitania, que obrigavam o ocupante a posteriormente solicitar sesmaria, o que ocorreu raramente.

O confronto entre as formas de apropriação da terra e as ocupações revelam algo mais sobre a estrutura social e econômica que vinha se constituindo no Continente. Somente os lavradores eram detentores de datas; nenhuma das outras categorias tinha este tipo de concessão. Ao contrário, as sesmarias foram concedidas originalmente aos “criadores” e aos “criadores e lavradores”. Apesar de ser proibido, houve um certo número de venda de sesmarias. A transmissão de terra por dote ou herança era pouca até aquele momento, o que indica quão nova era a ocupação da região. Realmente, 47% dos produtores eram ainda os primeiros ocupantes, os originais, dos terrenos.

Um tipo de ocupação de terra chama a atenção e reflete uma determinada condição econômica e social. Trata-se do “viver a favor de” alguém. Ela ocorria quase que exclusivamente entre os lavradores, nas freguesias de Santo Amaro, Lombas, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Taquari e Triunfo, localidades de forte presença dos açorianos que receberam “datas”. A maior parte das pessoas vivia a favor de parentes: sogros, pais, irmãos. Esta situação indica que as terras nestas áreas já estavam todas ocupadas e que não havia mais forma de obter terras gratuitamente, mas apenas de forma onerosa por meio da compra (que eram frequentes). Para estas pessoas restava a alternativa de abandonar a localidade e seus laços de parentesco e aventurar-se pelas fronteiras, o que deveriam considerar perigoso e pouco rentável, ou submeter-se a viver “a favor” nas terras de algum familiar ou conhecido, única forma de permanecer onde já estavam radicados.

Existem poucos registros de queixas originadas por conflitos de terras. Em geral envolviam algum militar de alta patente que obtinha alguma concessão legal de terras, as quais já estavam ocupadas por lavradores, em geral açorianos. A situação resolvia-se com o submetimento dos camponeses, seja pelo pagamento de um arrendamento (em geral em trigo), ou pela compra do pedaço de terra que eles eram obrigados a realizar. Estes conflitos devem ter sido mais frequentes do que as fontes remanescentes do século XVIII registram.

## **A escravidão**

O estudo da escravidão no Rio Grande do Sul passou por várias fases. Por muito tempo negou-se sua presença e sua importância na constituição da sociedade sulina; depois, considerou-se que ela só tinha sido numericamente importante com o advento da charqueada, em unidades de grande escala de produção, e em municípios localizados.

A interpretação de Fernando Henrique Cardoso, formulada em 1962, sobre a dinâmica das relações escravistas no Rio Grande do Sul segue tendo

grande aceitação. O autor considerou que nas cinco ou seis primeiras décadas de presença portuguesa na região, a escravidão teria existido essencialmente nos serviços domésticos e urbanos. Ao deparar-se com uma surpreendentemente grande proporção de escravos – 29% – na população total, encontrada em um censo de 1780, o autor perguntou-se qual atividade econômica importante teria possibilitado uma acumulação de capital significativa para o investimento na compra de escravos. Ele identificou no cultivo do trigo, e sua consequente exportação, a primeira atividade que permitiu a ampliação do contingente de cativos, antes da expansão das charqueadas.

No entanto, o autor equivocou-se, pois as exportações de trigo iniciaram-se depois de 1780, não podendo esta produção ser a causa da grande presença escrava. A compra de cativos não era tão onerosa quanto se pensou antigamente; novos estudos em todo o Brasil mostram como foi grande o número de pessoas livres que foram proprietárias de escravos e, portanto, comprometidas com a escravidão (Schwartz, 1988). Isso é tão verdadeiro que havia homens forros, ex-escravos, que em sua condição de homens livres também adquiriam e eram possuidores de cativos, quando sua condição econômica permitia.

A ampla *difusão* da propriedade de escravos entre a população colonial foi um fato. A simples consulta de outros tipos de fontes confirmam esta realidade aqui no Rio Grande do Sul também, e indicam uma importante presença de escravos desde os primórdios da ocupação lusitana do território.<sup>5</sup> Viamão, em 1751, era uma capela com pouco mais de 700 habitantes e 136 fogos. Fábio Kuhn (2004) analisou os “róis de confessados” da localidade. Encontrou uma população escrava de origem africana que correspondia a 42% do total, além de 3,2% de índios administrados. Os campos de Viamão, quatorze anos após a fundação do presídio de Rio Grande (1737), e duas décadas depois do início de seu povoamento, possuíam uma proporção de escravos semelhante à das zonas mineradoras ou de *plantation*! Mais do que isso, o número de domicílios que possuíam escravos era muito alto, 62%, com uma média de quatro cativos pôr fogo. Naquele momento estavam estabelecendo-se as primeiras estâncias de criação. Após a invasão espanhola de 1763, sua população será reforçada por parte dos habitantes de Rio Grande que aí se refugiaram. Em 1778, a população escrava de Viamão tinha dimi-

---

<sup>5</sup> José da Silva Pais, que fundara o presídio de Jesus Maria José, comentava em 1742 (cinco anos após sua fundação) que em Rio Grande “não há casal que não tenha escravos”. Outro governador do Continente, em 1764, um ano após a invasão de Rio Grande (na qual foram perdidos 150 escravos para os espanhóis) informava que havia famílias com 6, 8 e 10 escravos e que, portanto, não necessitavam da ajuda da Coroa.

nuído para 40,5% do total, mas tinha se ampliado para 65% dos fogos, ou seja, tinha aumentado o número de proprietários de escravos.

O exame de inventários *post-mortem* também revela a precoce presença de escravos, em grandes plantéis. Domingos Gomes Ribeiro faleceu em 1764; entre seus bens constavam, além de 7.200 cabeças de gado, uma grande criação de mulas, uma estância com casa de telha, currais, senzalas, plantação de trigo, moinho, e 49 escravos! Os que tiveram sua ocupação declarada eram: dois barbeiros, um alfaiate, um queijeiro, um marinheiro, um oleiro, dois peões e um peão domador. A diversidade das ocupações indicam uma unidade produtiva mista, com produção variada. Dentre os escravos, havia sete famílias constituídas, com filhos. Outro caso é o de Antônio Xavier de Azambuja, falecido em 1769. Sua estância albergava criação de gado vacum, cavalariça e de mulas, e plantação de trigo. Possuía 13 escravos, sendo quatro deles peões, um crioulo e os outros três de nação Benguela. Um deles possuía mulher e filhos.<sup>6</sup> Estes exemplos apontam para uma ampla utilização da mão de obra escrava, em todos os tipos de atividade, inclusive a pecuária, numa década – 1760, durante a invasão espanhola – em que a única e esporádica exportação era a de couros.

Já nessa época encontra-se expresso em vários tipos de documentos uma equivalência entre o preço de um escravo jovem do sexo masculino, 128\$000 (cento e vinte e oito mil réis), e cabeças de gado vacum. Estas valiam 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis), o que equivale dizer que um escravo valia cem reses. Parece que o gado desempenhava o papel de moeda de conta.

Avançando quatro décadas e chegando ao princípio do século XIX, momento de grande expansão econômica, produção de charque e exportações (também de trigo e couros), a análise do censo de 1802 indica um percentual de população escrava de 35%. Observando algumas freguesias, tem-se que Viamão continuava com altos índices, 44%, assim como Porto Alegre, 40%, e Rio Grande, que na época englobava Pelotas, tinha 38% de sua população total como escrava. Mesmo nas áreas de fronteira os escravos alcançavam mais ou menos um terço de seus habitantes: em Cachoeira eram 30% e em Rio Pardo, 37%.

Estas proporções são muito semelhantes a de outras regiões da América portuguesa tipicamente escravistas, e aproximam o Rio Grande do Sul delas, e, conseqüentemente, torna o extremo sul menos “peculiar” do que se supunha. A escravidão aparece, portanto, como uma característica estrutural da região, ainda no que se poderia chamar de período formativo.

---

<sup>6</sup> AHRS, inventários do 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, maço 3, nº 27, 1769.

## As unidades produtivas: estâncias e campos

A caracterização dos diferentes tipos de unidades produtivas foi feita com base em uma amostra de inventários *post-mortem*, que descrevem o patrimônio e os bens dos falecidos, para o período de 1765 a 1825.<sup>7</sup>

Neste estudo denominou-se de *estância* todas as unidades produtivas que possuíssem mais de 100 cabeças de gado *vacum* – recorde-se que de acordo com o censo de 1784 os lavradores tinham rebanhos de, em média, 61 cabeças e os que se dedicavam “mais à lavoura do que à criação”, 104. A maior parte destes estabelecimentos – 73% – possuía entre 101 e 1.000 reses, e os com mais de 1.000 eram 27%. Como já se havia afirmado, os grandes proprietários de rebanho eram a minoria.

Os proprietários das estâncias de até 1.000 cabeças tinham em média sete escravos (mas não se pode saber quantos estavam dedicados aos serviços domésticos e quantos em atividades produtivas). Apenas 5% deles não possuíam nenhum cativo, e 16% não eram proprietários das terras sobre as quais cultivavam e criavam animais. Seus patrimônios produtivos estavam distribuídos entre os rebanhos (26%), escravos (30%), equipamentos (3%) e, onde empatavam mais recursos, nas terras, (41%). Note-se a importância dos recursos investidos em escravos. No percentual das terras estão incluídas as benfeitorias, que quase sempre eram avaliadas conjuntamente com o “campo”: casas, ranchos de palha, currais, cercas, arvoredos, senzalas, roças ou lavouras são as mais citadas. O rebanho predominante era o *vacum*, mas os asininos e muares eram criados por 42% destes estancieiros. O burro eixor, o reprodutor, era o animal mais caro de qualquer rebanho. A criação de ovelhas não estava ainda muito difundida entre os produtores deste porte: apenas 26% criavam-nas.

Já os proprietários das grandes estâncias, aquelas com mais de 1.000 animais *vacuns*, diferenciavam-se em alguns aspectos dos anteriores, que se poderia denominar de “estancieiros médios”. Os grandes, todos, tinham suas estâncias em terras próprias e possuíam escravos, com uma média bem

---

<sup>7</sup> A amostra de inventários *post-mortem* foi constituída por todos os inventários existentes, tomados a cada cinco anos, de 1765 a 1825, de Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Cachoeira, Encruzilhada e Piratini, a partir da existência dos respectivos cartórios das localidades, dentro do período proposto. Estes inventários são acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Porto Alegre. Compôs-se uma amostra de 541 inventários *post-mortem*, também analisados a partir da constituição de um banco de dados. É de se ter em conta que o inventário é uma fonte judicial socialmente determinada e que sobrerrepresenta os setores mais ricos da sociedade, pois eles são abertos para aquelas pessoas que, falecidas, tinham bens, algum patrimônio, para ser legado. Portanto, há uma representação inferior à realidade dos setores mais pobres da população.

mais alta: 22 cativos por proprietário. A distribuição do patrimônio também era diferente. Os maiores investimentos estavam feitos em animais (47%); seguiam-se as terras (35%), escravos (17%) e equipamentos (1%). Apesar de terem mais que o dobro de escravos que os “estancieiros médios”, os cativos pesavam menos no seu patrimônio total. Detentores de, em média, 4.237 cabeças vacuns, 68% deles também criavam ovelhas e 60% dedicava-se também à criação de mulas. Tinham, pois, a criação de animais mais diversificada, que consumia quase a metade de seus recursos.

Quanto à agricultura, encontrou-se referência a lavouras e roças em 25% dos inventários do conjunto de estancieiros, em geral descritas junto às benfeitorias. Para além disso, há a especificação de meios de produção relacionados à agricultura, como especificado no quadro a seguir:

Meios de produção	%
Bois	89
Carros/carretas	53
Foices de trigo	33
Arado	31
Moinho	22
Atafona	18
Forno	17
Prensa	13
Roda	13

Fonte: 185 inventários post-mortem, APERS.

Os bois mansos, utilizados como animal de tração para carretas, atafonas e arados, são um dos indicativos da prática de agricultura, e estavam presentes em 87% das estâncias, muitas vezes com a especificação de “bois lavradores”, “bois tafoneiros” ou “moleiros”, de “carro” ou “carreiros”. Mais da metade delas possuía carros ou carretas, necessários ao transporte da produção. Foices de trigo e arados existiam em aproximadamente um terço das unidades produtivas. São instrumentos pouco comuns em outras regiões da América portuguesa.

O arado, as foices de trigo e as atafonas, em menor medida, são o equipamento típico do cultivo e beneficiamento do trigo, trazidos pelos camponeses açorianos. Em presença descendente, no quadro, aparecem os moinhos (“de mão” ou de água), as atafonas (utilizadas na moagem do trigo, mas também com algumas referências à ralação da mandioca) e os fornos de cobre necessários ao preparo da farinha de mandioca. Por último, a roda de ralar mandioca e a prensa, também utilizadas no preparo da mesma farinha (conhecida como

“farinha de guerra”), estão presentes em 13% das estâncias. Além do trigo e mandioca, encontram-se referências nos inventários, quer como lavoura, quer como gêneros já colhidos, ao feijão, ao milho e, uma vez, ao algodão. Não constam do quadro as enxadas e as foices comuns, instrumentos mais frequentes nestas unidades produtivas (64 e 40%, respectivamente). Foram excluídos por se julgar serem instrumentos genéricos, que por si só não seriam suficientes para indicar práticas agrícolas.

Se se toma por critério para determinar a prática da agricultura nas estâncias (lembre-se, possuidoras de, no mínimo, cem cabeças de gado vacum), a presença de, pelo menos, dois tipos dos instrumentos constantes no quadro, encontra-se que 66% delas dedicavam-se também à agricultura. Está-se, portanto, frente a unidades de produção mistas, que combinam pecuária e agricultura, como já concluíra Garavaglia para a campanha de Buenos Aires. Avaliando exclusivamente a extensão do cultivo de trigo, este autor encontrou um percentual de 65% para as “estâncias” com mais de 40 bovinos e equinos. E não se pense que a agricultura estava restrita às estâncias menores. As estâncias entre 101 até 1.000 cabeças de gado compõem 73% das estâncias da amostra e, entre as que desenvolviam atividades agrícolas elas representam 75% do total. Entre as grandes, que possuíam mais 1.000 cabeças, a agricultura era praticada em 60% delas.

Assim, a estância do último quartel do século XVIII e das duas primeiras décadas do XIX não pode mais ser tomada como sinônimo exclusivo de atividade pecuária. A quase onipresença pecuária de mediados do século XIX na economia do Rio Grande do Sul projetou sua imagem para tempos mais remotos, o da constituição e integração do território ao restante da América portuguesa.

As características da atividade pecuária no período colonial – extensiva, com pouca necessidade de mão de obra, produzindo para o mercado interno, com baixos rendimentos, pequena capacidade de acumulação e sempre vista como mera atividade subsidiária das atividades exportadoras – foram interpretadas como um óbice à utilização de mão de obra escrava. A isto se somaria a característica, no Rio Grande do Sul, de uma fronteira ampla e aberta com o império espanhol, que facilitaria as fugas. No entanto, a consulta aos inventários, como vem se demonstrando, revela outra realidade sobre a importância da escravidão em geral e, na pecuária, em particular. Com esta fonte verifica-se que dentre as ocupações declaradas dos escravos (na maior parte das vezes a ocupação ou especialização do cativo infelizmente não é especificada) a mais frequente é a de “campeiro” ou “peão de campo”. Também aparecem, em número bem menor, os domadores. Não há dúvidas de que fossem escravos especializados nas lides campeiras, pois nos mesmos plantéis

encontram-se outros denominados de “roceiros” ou “lavradores”. Também nos processos-crime escravos designados de “campeiros” aparecem como réus, vítimas e testemunhas.

Os escravos campeiros, junto com os domadores, representam 37,7% dos escravos rurais com ocupação especificada nos inventários. 74% dos estancieiros proprietários de escravos com alguma ocupação declarada possuíam escravos denominados como campeiros.

Entre eles, os crioulos representam 58% dos casos com “nação” informada. Entre os africanos havia angolas, benguelas, cabinda, cassange, costa, mina, congo e moçambique. As tarefas de peão de campo eram exercidas, portanto, por escravos de todas as origens, e os africanos jovens adaptavam-se, tanto quanto os crioulos, às tarefas pecuárias.

Quanto à idade, os campeiros tinham em média 24 anos, jovens, portanto, se comparados à média dos outros escravos homens com ocupação, que era de 34 anos. A maioria situava-se na faixa dos 20 anos. Nos extremos de idade, achou-se como o mais jovem, José, escravo da costa, com 10 anos, e como o mais velho Bento, crioulo, com 53 anos.

Os campeiros encontravam-se mais frequentemente em grandes plantéis, naqueles que possuíam de 20 a 49 escravos e em seguida naqueles de 10 a 19. Mas estavam presentes também em plantéis de apenas três ou quatro escravos. Certamente nos plantéis menores, o escravo campeiro desenvolvia outras atividades além das da pecuária; encontrou-se também a denominação de “campeiro e lavrador”, a indicar as múltiplas tarefas que qualquer escravo deveria executar em plantéis pequenos.

Os campeiros e domadores, na imensa maioria dos casos, eram os escravos de maior valor em seus respectivos plantéis. Valiam, no mínimo, 20% a mais do que outros escravos de mesma idade, mas sem especialização. Mesmo entre os especializados (sapateiros, carpinteiros e alfaiates eram os mais comuns), quase sempre eram os mais valorizados.

Qual o peso desta mão de obra escrava no conjunto das atividades de uma estância? A resposta é complexa. Os estudos sobre estâncias do Rio da Prata no período colonial indicam que um peão poderia cuidar de umas 600 reses ou pouco mais, dependendo das características físicas das estâncias (ter rincões fechados por rios ou outros acidentes geográficos que delimitassem os campos, e o tamanho dos rodeios, por exemplo). Esta quantidade é bem inferior ao que a historiografia tradicional e viajantes afirmavam. Felix de Azara, um dos contemporâneos mais citado, escreveu que um peão poderia cuidar de mil animais. Estes novos estudos pormenorizados, realizados com documentação contábil de vários estabelecimentos, diferenciam também as



necessidades *permanentes* e as *temporárias* de mão de obra. Em muitas estâncias de grandes estancieiros, que dispunham de capital para fazer o adiantamento que significava a compra de escravos, os cativos tenderam a constituir o núcleo permanente de trabalhadores, sendo os peões livres contratados temporariamente, naqueles momentos de pico de demanda de mão de obra, como nos meses em que se realizavam a marcação e castração do gado. Por outro lado, os salários dos peões nestes momentos aumentava muito, obrigando os estancieiros ao dispêndio de elevadas somas. A opção pelo uso de um tipo ou outro de trabalhadores dependeu de um grande número de fatores, mas o certo é que homens livres e cativos trabalharam lado a lado nas lides campeiras.

No Rio Grande do Sul o mesmo aconteceu. De um conjunto de 33 inventários em que existem escravos designados como campeiros, tem-se que em 55% dos casos estes escravos seriam suficientes para cuidar dos rebanhos de suas respectivas estâncias, computando 600 cabeças por trabalhador. No restante dos casos eles não seriam suficientes e os estancieiros deveriam contratar peões livres para completar o número de trabalhadores. Este tema, e a discussão sobre a dominância de um tipo ou outro de mão de obra, necessita de um número maior de investigações, especialmente com registros contábeis de estâncias, muito raros para o período colonial. Mas a maior demonstração da vigência destas relações escravistas na pecuária, de seu enraizamento estrutural, de sua funcionalidade e lucros é dado pela sua *permanência*, sua reprodução, durante pelo menos a primeira metade do século XIX, *em ambos lados da fronteira*, como vêm demonstrando novos trabalhos como os de Zarth e Farinatti para o Rio Grande do Sul, e o de Borucki, Chagas e Slatta para o Uruguai.

## Os pastores lavradores e sua produção

Tratar-se-á agora dos pequenos produtores, aqueles que possuíam até 100 cabeças de gado vacum e que, conforme o “censo” de 1784 seriam os “lavradores” e os que se dedicam “mais à lavoura do que à criação”. Estes pequenos produtores representam 51% da amostra de inventários,<sup>8</sup> a maior parte da população inventariada, enquanto os detentores de rebanhos entre 101 e 1.000 reses são 36% e os grandes estancieiros, com mais de 1.000 cabeças, apenas 13%. Nos inventários, suas terras são descritas como “campos”, que é a denominação mais comum (71 ocorrências), seguida de “data de terras” (40), “chácara” (37), “terras”, “sítio”, “rincão” e, raramente, “estância”. Como já ocorrera nos inventários de estâncias, também nestes as benfeitorias foram

---

<sup>8</sup> De um total de 376 inventários com bens rurais, 191 correspondem aos produtores que possuem de 0 a 100 cabeças de gado vacum.

descritas, mas não avaliadas separadamente. As mais frequentes eram casas e ranchos (46), “cercados” e “valos” (26), arvoredos (22), currais (19), lavouras e roças, pomares (em geral de “árvores de espinho”; a árvore mais citada individualmente é a laranjeira), e, muito raramente, paióis e atafonas. A combinação mais frequente de benfeitorias foi “casa, curral, cercas e arvoredo (ou lavoura)”. A descrição destas benfeitorias é bastante pobre nos inventários. A avaliação da propriedade, como uma unidade só, indica que ela adquiria valor apenas por seu conjunto. No Rio da Prata a situação foi diversa: árvores, currais, cercas, casas e galpões eram avaliados individualmente, segundo os estudos de Garavaglia. O fato de haver poucos paióis listados provavelmente indica a pequena monta do excedente produzido e/ou a necessidade imediata que tinham os lavradores de comercializarem seu excedente, especialmente o de trigo. Tem-se algumas referências de que os lavradores endividavam-se em espécie, comprometendo a colheita futura.

A existência concomitante de currais e cercados demonstra a combinação, também para estes pequenos produtores, da agricultura e pecuária. Assim, constata-se que tanto nas estâncias quanto nas pequenas propriedades desenvolviam-se as mesmas atividades produtivas. Na verdade, eles podem ser caracterizados como “pastores lavradores” (ou vice-versa), como já sugeriu Garavaglia (1993b, p. 117-118), estudando grupo semelhante na campanha de Buenos Aires. Observa este autor, com muita propriedade, que a linha demarcatória entre os produtores deve ser buscada não no tipo de atividade exercida, mas numa série de variáveis, entre elas a posse de escravos, a propriedade da terra, o uso de força de trabalho externa ao grupo doméstico e o controle de uma quantidade maior ou menor de animais.

O confronto dos inventários destes pequenos produtores com o grupo dos estancieros ressalta várias diferenças de riqueza. 11% deles não possuíam sequer uma cabeça de gado vacum, ainda que tivessem algumas éguas e cavalos; 15,2% não tinham nenhum escravo e 31% não possuíam terras próprias. Comparando com os estancieros, todos os “grandes” (possuidores de mais de 1.000 cabeças) eram proprietários de terras e escravos. Entre os “médios” (entre 101 e 1000 reses), 4,5% não possuíam escravos e 15,5% produziam em terras alheias. Portanto, o acesso aos escravos e às terras era bem mais difícil para este grupo de lavradores pastores. Destaque-se que quase um terço deles eram produtores que não possuíam a propriedade da terra. Esta realidade será reproduzida nas terras novas, conforme a expansão da fronteira rumo ao Uruguai, no século XIX. No município de Alegrete, por exemplo, na década de 1830, 47% de todos os produtores não eram proprietários (Garcia, 2005, p. 26) e, na faixa dos possuidores de até 100 reses, apenas 17% eram proprietários de terras! (Farinatti, 2010, p. 156).

Os 89% que criavam gado, o faziam em proporções modestas: seu rebanho médio era de 30 reses e sete bois. Muito poucos entre eles criavam ovelhas ou porcos (5%) e apenas 4% era proprietário de um burro eixor, reprodutor para a criação de mulas (o burro eixor era o animal mais caro entre todos os tipos.) Como era de se supor, predominavam os animais mansos: reses, vacas, novilhos, bois (mansos ou lavradores) e vacas leiteiras. Apenas 8% deles possuíam gado xucro, ao contrário dos outros criadores, cujos rebanhos eram compostos majoritariamente por gado xucro (somente 41% destes tinham reses mansas).

Os pastores lavradores possuíam os mesmos instrumentos agrícolas que já foram comentados quando se tratou das estâncias (foices de trigo, arados, moinhos de mão). A diferença é a quantidade: principalmente os equipamentos mais caros, as atafonas, e os necessários para o preparo da farinha de mandioca (a roda, prensa e forno) eram mais raros entre eles. Entre 2,7 e 3,9% de seus patrimônios totais estavam alocados em equipamentos. Já o valor das terras correspondeu entre 41 e 49% do patrimônio produtivo, os escravos, entre 39% e 46% e os animais oscilaram entre 9 e 11% no período de 1790-1825.

A conclusão, portanto, é de que os pastores lavradores despendiam a maior parte de seu patrimônio na aquisição das terras e escravos (quando os tinham). Muitas vezes seus um ou dois escravos superavam o valor de seu rebanho ou de suas terras. Veja-se dois exemplos. Antônio da Costa faleceu em Rio Grande em 1779; tinha nove filhos (entre 28 e 14 anos e apenas um deles casado) e uma data de terra que valia 25 mil e 600 réis. Seu rebanho era composto por 50 reses, 10 vacas leiteiras, três bois mansos, 15 éguas e seis cavalos mansos, e valia 105 mil réis. Já seus dois escravos de nação angola, João e José, na faixa dos 30 anos, superavam o valor do rebanho e terra somados: 156 mil réis. Os escravos eram um investimento preferencial, mesmo entre as pessoas de poucas posses. Da mesma forma, José Quadrado, de Jaguarão, faleceu em 1806 deixando mulher e um filho de 15 anos. Não possuía terras, deveria viver em campos alheios, mas tinha um rebanho de 20 reses, oito bois mansos, quatro bois lavradores, e oito cavalos mansos, que foi avaliado em 42 mil e 800 réis, e uma carreta. Seu único escravo, já envelhecido, de 40 anos, Domingos Rebolo, valia mais que o dobro do rebanho: 102 mil e 400 réis.

Encontrou-se dentre os inventários do grupo alguns pretos forros. Eles correspondem a 2,4% de toda a amostra e 7% do grupo dos pequenos produtores. Dos 13 ex-escravos, entre homens e mulheres, que abriram inventário, oito deles possuíam escravos. É o caso de José de Souza, falecido em Cacheira em 1815. Casado (mas sem filhos), possuía uma chácara com uma casa coberta de capim, 38 vacuns (reses, vacas e bois) e 19 cavaleares, plantava trigo (havia

foice de trigo entre seus instrumentos) e possuía dois escravos, ambos de nome Francisco, cujo valor ultrapassava o preço da chácara e animais somados.

A fonte mais adequada para a apreensão dos grupos domésticos são censos e listas nominativas que discriminem os habitantes livres e escravos de cada unidade produtiva. Infelizmente não dispomos deste tipo de fonte para o Rio Grande do Sul. Os inventários *post-mortem* são a fonte disponível no momento. Recorde-se, no entanto, que uma das distorções, ou limite, desta fonte é a sobre-representação dos setores mais ricos da população. Assim, encontramos que apenas 15,2% dos lavradores inventariados não eram proprietários de escravos, proporção que para o conjunto da população livre certamente é muito maior.

O número médio de escravos do grupo era de 3,3 por proprietário. 55% dos lavradores pastores eram proprietários de um a três escravos. Mas se considerar apenas os escravos que tinham entre 15 e 40 anos, e não apresentavam nenhuma doença registrada, ou seja, os que estavam em plena idade produtiva, seu número descende drasticamente.<sup>9</sup> Eles eram apenas 232 dos 634 do plantel total, ou seja, 37% dos escravos. Isto indica que a maior parte dos escravos possuídos compunha-se de crianças e velhos, e que, computando apenas estes cativos sãos e em idade adulta, o número médio decai para 1,2 escravos por proprietário. Essa diferença também aponta para a dificuldade dessas famílias reporem a mão de obra escrava (Castro, 1987, p. 91-95). Esta constatação remete à questão do uso exclusivo ou complementar, por este grupo ocupacional, da mão de obra escrava. Os documentos utilizados, os inventários, não permitem nenhuma conclusão definitiva a respeito, e a questão está longe de ser resolvida (Mattos, 2001). Mas parece que uma média de 1,2 cativo em plenas condições de trabalho, por família, não seria suficiente para o desenvolvimento das tarefas agrícolas e pecuárias, mesmo de pequeno porte. Para este grupo, muito provavelmente, os cativos complementavam a mão de obra familiar.

Nas famílias que não dispunham de escravos, a criação de uma centena de animais não seria suficiente para o sustento de uma família, como já vimos através do “censo” de 1784. A atividade pecuária deveria ser complementada com outras atividades agropecuárias do próprio núcleo familiar, como a produção de trigo e outros alimentos, a venda de alguns couros, e o emprego, o “conchavo” estacional do chefe de família ou de um filho mais velho em alguma estância da área. Esta é a conclusão a que chegaram Gelman (1998) e Garavaglia (1999) para a região de Colônia de Sacramento e para a campanha de Buenos Aires, em diversos trabalhos, após

---

<sup>9</sup> Essa metodologia foi utilizada inicialmente por Hebe Castro (1987, p. 92).

analisarem censos de população detalhados que descreviam cada núcleo doméstico, o calendário pecuário e agrícola (para verificar em que meses do ano havia mais necessidade de mão de obra em cada tipo de atividade), a contabilidade de algumas estâncias e interpretarem os dados à luz da noção de ciclo de vida da família camponesa. Constataram um perfil demográfico definido para os peões de estância, como homens jovens, solteiros, em sua maioria migrantes de outras regiões, ou seja, jovens que ainda não tinham tido condições/oportunidades de constituir família e arrancar-se, ainda que precariamente, em algum pedaço de terra. Estas conclusões são aplicáveis ao Rio Grande do Sul, tanto para o período colonial tardio (Osório, 2006), quanto para a metade do século XIX (Farinatti, 2010),<sup>10</sup> no maior município da campanha, Alegrete.

Gelman (1998, p. 85) considera que, no final do período colonial, apenas rebanhos de 400 ou 500 cabeças possibilitariam a autossuficiência de uma família, através da procriação de 100 cabeças anuais. Garavaglia (1999, p. 305) desenvolve argumentação no mesmo sentido para a campanha de Buenos Aires. Para o Rio Grande do Sul não há estudos que se debrucem especificamente sobre esta questão, mas trabalhos sobre a estrutura agrária no século XIX verificaram que a maior parte dos criadores situavam-se nessa faixa das 100 a 500 cabeças de gado. Em Alegrete, entre 1830 e 1870, um terço dos produtores pertenciam a esta faixa (Farinatti, 2010, p. 149) e em São Borja, entre 1828 e 1858, eles constituíam 35% dos criadores (Fontella, 2013, p. 55). Essa alta frequência pode indicar que aí se encontravam os produtores familiares que conseguiam viver exclusivamente de seus rebanhos.

Farinatti (2003), utilizando uma fonte excepcional de 1858 que listava o número de produtores, de cabeças de gado, e mão de obra utilizada (escravos, peões livres e filhos) procedeu uma análise conjunta dos municípios de Santa Maria e São Borja (na época contíguos). Concluiu que entre os pastores detentores de até 100 reses, 64% trabalhavam sozinhos, e dos que utilizavam trabalhadores, 67% valiam-se dos filhos, 18% de escravos e 15% de peões livres. Na faixa seguinte, até 500 reses, decaí a participação do trabalho familiar e aumenta a da mão de obra externa à família: 42% contavam apenas com seu trabalho, e os restantes 58% dos criadores utilizavam-se dos filhos (27%), dos peões livres (34%) e de escravos 39%. Portanto, são os criadores de até 500 reses que sobrevivem *predominantemente* do trabalho familiar, ainda que já uma parcela importante deles lançasse mão de peões livres e escravos.

---

<sup>10</sup> Na falta de censos que descrevessem os núcleos domésticos e a ocupação dos habitantes, os dois autores utilizaram como fonte as informações constantes em processos-crime, na qualificação de testemunhas.

## Considerações finais

À guisa de conclusão, destaca-se a importância da escravidão na produção agropecuária. A propriedade de escravos no campo rio-grandense certamente esteve disseminada em um *continuum* no qual, em um extremo, encontravam-se famílias camponesas, que contavam apenas com sua mão de obra familiar, passando por pequenos proprietários escravistas, como os que se observou acima (com três escravos em média), e os médios estancieiros (sete escravos) até chegar-se ao outro extremo, o grupo dos grandes estancieiros, que detinham em média 21 escravos.

Reafirma-se o expressado na introdução do texto. A sociedade colonial rio-grandense foi mais diversa e complexa do que apresenta uma certa imagem fixada do passado. A paisagem agrária que se constituía combinava os estabelecimentos de uma infinidade de pequenos produtores, pastores e lavradores, ao lado de grandes estâncias; estas, em número muito menor do que se supunha. Os binômios tradicionais e exclusivos “estancieiro-peão” e “lavrador açoriano-trabalho familiar” não são suficientes para se compreender as práticas sociais e produtivas desenvolvidas pela maior parte da população.

## Referências

- AZARA, F. Memória rural do Rio da Prata. In: FREITAS, D. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 53-73.
- BORUCKI, A.; CHAGAS, K.; STALLA, N. *Esclavitud y trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855. Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CASTRO, H. M. M. de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FARINATTI, L. A. E. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). *História – Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, p. 253-276, ago./dez. 2003.
- FARINATTI, L. A. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.
- 258FREITAS, D. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- GARAVAGLIA, J. C.; MORENO, J. L. (Comp.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense*. Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Cántaro, 1993.

- GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. In: MANDRINI, R.; REGUERA, A. (Comp.). *Huellas en la tierra*. Indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense. Tandil: IEHS, 1993a. p. 91-120.
- GARAVAGLIA, J. C. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815). In: FRADKIN, R. O. (Org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial*. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993b. p. 124-208.
- GARAVAGLIA, J. C. De ‘mingas’ y ‘convites’: la reciprocidad campesina entre los paisanos rioplatenses. *Anuario del IEHS*, 12, p. 131-139, 1997.
- GARAVAGLIA, J. C. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.
- GARAVAGLIA, J. C.; GELMAN, J. Rural history of the Rio de La Plata, 1600-1850: results of a historiographical renaissance. *Latin American Research Review*, 30, 3, p.75-105, 1995.
- GARCIA, G. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GELMAN, J. *Campesinos y estancieros*. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Libros del Riel, 1998.
- KUHN, F. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A.; KUHN, L.; GUAZZELLI, C.; NEUMANN, E. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-74.
- MAESTRI, M. *O escravo no Rio Grande do Sul*. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984.
- MATTOS, H. Campesinato e escravidão. In: SILVA, F. T. da; MATTOS, H.; FRAGOSO, J. L. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001. p. 331-350.
- MORAES SILVA, A. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Fac-símile da 2. ed. [1813]. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922 [1789, Lisboa, 1. ed.].
- OSÓRIO, H. Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do império português. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 20., 2006, Mar del Plata, Argentina. *Anais...* Mar del Plata: Universidad de Mar del Plata, 2006. p. 1-24. CD-ROM.
- OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- OSÓRIO, H. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, F.; GUTFRIEND, I.; REICHEL, H. (Org.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 153-170.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1974.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno*: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002





## A presença histórica da pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX)

*Valéria Dorneles Fernandes  
Lovois de Andrade Miguel*

Quando se iniciaram os primeiros estudos relacionados aos pecuaristas familiares no Rio Grande do Sul, duas importantes questões foram logo pontuadas: a primeira foi que a pecuária de gado de corte no Rio Grande do Sul não poderia mais ser compreendida como uma prática desenvolvida apenas por grandes criadores e unicamente em extensas áreas de terra, haja visto que as pesquisas revelavam a presença de criadores de gado de corte de médio e pequeno porte produzindo lado a lado desses grandes criadores. A segunda questão focou na identificação destes pequenos criadores de gado como uma categoria social significativamente presente na vida rural sulina, com características próprias e singulares, sobretudo no que se referia ao tamanho da área destinada à criação, a relativa autonomia em relação ao mercado e, principalmente, a predominância de mão de obra familiar.

A literatura<sup>1</sup> também observou que o surgimento dos pecuaristas familiares é decorrente de diferentes processos históricos ocorridos nas regiões em que ocorrem estes pecuaristas. Segundo a literatura existente, alguns se originaram do fracionamento das grandes estâncias em decorrência do processo sucessório. Neste caso, as grandes estâncias foram sofrendo subdivisões ao longo do tempo até ficarem com o tamanho de pequenas propriedades. Pode-se também identificar uma outra explicação para o surgimento da pecuária familiar nestas regiões: agricultores familiares que migraram de outras regiões do estado, em especial da região dita colonial, que, ao se instalarem nas regiões mais voltadas à pecuária de corte, adotavam este modelo produtivo. Por fim, outros estudos apontavam como origem a aquisição por meio de compra, por parte dos peões que trabalhavam em estâncias, de pequenas glebas de terra, constituindo assim pequenos estabelecimentos de criação de gado bovino. Muitos pecuaristas familiares, hoje, narram estas mesmas trajetórias sobre suas vidas e de seus antepassados e parecem confirmar as origens dessa categoria nestes processos históricos ocorridos a partir do século XX.

---

<sup>1</sup> Em especial Cotrim (2003); Ribeiro (2009); Sandrini (2005); Neske (2009).

No entanto, além destes processos históricos, algumas pesquisas históricas mais recentes demonstram que os pecuaristas familiares já estavam presentes na Campanha gaúcha desde, pelo menos, o início do século XIX. Neste sentido, este capítulo busca demonstrar a efetiva existência de pequenos criadores de gado de corte no município de Santana do Livramento, situado na Campanha<sup>2</sup> e também na fronteira entre o Brasil e Uruguai, entre os anos de 1850 e 1880. A pesquisa utiliza como fontes primárias processos criminais e cíveis, inventários *post-mortem* e o Censo Agropecuário de 1858, referentes à cidade de Livramento. A base inicial desta discussão é a recente produção historiográfica que vem avançando no conhecimento sobre o mundo rural da região do Rio da Prata e mostra uma realidade rural muito diferente daquela consagrada pela literatura tradicional, a qual considerava na região apenas a existência de poderosos criadores de gado, de um lado, e um grupo de peões assalariados que vagavam solitários pelo Pampa, do outro lado. Sem dúvida, a produção pecuária que se desenvolveu na região do Rio da Prata contava com a presença de pecuaristas de grande vulto, que condiziam com a figura do grande estancieiro. No entanto, nesta sociedade, além da figura do grande estancieiro, contava-se, na Campanha, com uma expressiva camada de criadores de médio e pequeno porte (Gelman, 1992; Osório, 2008; Garavaglia, 1999; Garcia, 2005; Farinatti, 2010; Leipnitz, 2010; Monsma, 2011; Fernandes, 2012).

### **A presença de pequenos produtores na região da Campanha gaúcha e do Rio da La Prata no século XIX**

Osório (2007), analisando a “Relação de moradores que possuíam campos e animais”, produzida em 1784 para o Rio Grande do Sul, observa que no período colonial as unidades produtivas não eram representadas apenas por grandes estâncias de criação, embora estas possuíssem mais da metade do rebanho existente à época, havia também pequenas e médias estâncias, que possuíam pequenos rebanhos. Aqueles que eram identificados como lavradores-pastores não possuíam sesmarias, sendo que a forma mais comum de acesso à terra era por meio da *data de terra* (equivalentes, em geral, a 130 hectares) ou pela compra, seguida de posse, arrendamento e “viviam a favor” (Osório, 2008). Na região da Colônia, na então Banda Oriental, atual República

---

<sup>2</sup> A Campanha está situada na porção sul do Rio Grande do Sul, onde predomina o bioma Pampa, é caracterizada pela ocorrência preponderantemente de campos naturais de planície. Historicamente, a Campanha sempre esteve intimamente ligada à pecuária extensiva, introduzida pelos europeus, como a sua principal atividade econômica, mesmo antes de ser povoada pelas coroas portuguesa e espanhola. De acordo com o IBGE, a Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense é composta por Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional (IBGE, 2008).

Oriental do Uruguai, para o período colonial, Gelman aponta a presença massiva “[...] de una población campesina, constituida por familias que explotan pequeñas parcelas de tierras” (Gelman, 1992, p. 64). O autor demonstra como esta realidade era “[...] muy diferente de la que suponíamos, en la que solo había poderosos hacendados” (Gelman, 1992, p. 57), embora estes últimos concentrassem a maior parte do rebanho de bovinos, ao passo que os pequenos produtores, que eram mais numerosos, concentravam a menor parte do rebanho total. Para o autor, dentre os pequenos produtores (com até 500 reses), os que tinham maiores condições de sobrevivência eram aqueles que possuíam entre 400 e 500 animais, e obtinham em torno de 100 crias anuais, podendo, assim, manter suas famílias, embora com certa dificuldade. Já os menos favorecidos entre os pequenos produtores eram aqueles possuidores de um rebanho entre 20 e 100 animais, e eram obrigados a realizar outras atividades fora de seus estabelecimentos, como o trabalho do chefe ou do filho mais velho em alguma estância próxima (Gelman, 1992). Na Campanha bonaerense, Garavaglia (1999) identificou a presença significativa de famílias e grupos domésticos utilizando áreas de terra que, muitas vezes, não lhe pertenciam e com utilização predominante, quando não exclusiva, de sua própria força de trabalho. Estas famílias e grupos domésticos realizavam a atividade de lavoura ou a criação de animais – ou as duas juntas, desenvolvidas em diversos graus de intensidade. A estes produtores Garavaglia identificou-os como “campesinos”. Aqueles que se dedicavam ao cultivo, este autor os identificou como “labradores” e aos que se dedicavam à criação de animais, como “pastores de ganado”. Os “pastores de ganado” da Campanha bonaerense eram, no geral, proprietários de seus rebanhos, porém, em poucas oportunidades, donos da terra que ocupavam. A força de trabalho provinha do grupo familiar, com eventual contratação de algum jornaleiro<sup>3</sup> ou utilização de algum escravo. Para a Campanha do Rio Grande do Sul, Garcia (2005) demonstra que este mundo rural também comportava médias e pequenas unidades de produção. Muitas vezes, estes produtores se estabeleciam em terras alheias ou pertencentes à Coroa. Para a cidade de Alegrete, analisando inventários *post-mortem* referentes ao ano de 1830, a autora identificou a presença de grandes estancieiros que conviviam lado a lado de produtores possuidores de pequenos rebanhos (Garcia, 2005). Ainda para a Campanha do Rio Grande do Sul, Farinatti (2010), ao analisar os inventários entre 1830 e 1870 de Alegrete, identifica a forte presença de criadores de gado bovino que possuíam rebanhos com até 500 reses. Para o autor, os criadores pertencentes a este estrato foram identificados como os pequenos produtores, em um universo no qual os maiores produtores possuíam rebanhos maiores que 10.000 reses (3% da amostra). Um criador com até 500 cabeças

---

<sup>3</sup> Jornaleiro: aquele que desenvolve atividades laborais com pagamento por dia (jornada).

de gado poderia realizar suas atividades produtivas com trabalho familiar e, eventualmente, com algum ajudante pago ou um escravo (Farinatti, 2010). Para o autor, uma família com, no máximo, este rebanho pouco poderia dispor de alguns novilhos por ano. Em virtude disso, necessitavam diversificar suas atividades tanto produtivas como alocando fora de seus estabelecimentos o trabalho de determinados membros da família. Cruzando dados de fontes nominais, o autor identifica que, assim como em outras localidades da região do Rio da Prata, já abordadas por Gelman e Garavaglia, uma das estratégias para esta diversificação consistia no trabalho dos filhos mais velhos destes pequenos produtores ou, até mesmo, do chefe de família nas grandes estâncias (Farinatti, 2008). Portanto, nem todos os peões que se empregavam nas estâncias eram homens solteiros, sem vínculos familiares, enfim, “[...] homens soltos que vagavam pela fronteira”, tratava-se, muitas vezes, de uma estratégia familiar dos menos abastados da Campanha (Farinatti, 2008, p. 375). Gelman (1993) identificou, na Colônia, uma categoria de produtores que formavam a maior parte da população rural do período: *los campesinos*. Para Gelman (1993), esta categoria estava identificada, sobretudo, pela predominância de sua força de trabalho ser proveniente do núcleo familiar, embora com algumas diferenças: havia aqueles que criavam em suas próprias terras e contratavam alguma mão de obra externa e/ou possuíam algum escravo e outro grupo que, não conseguindo sobreviver apenas da sua produção, muitas vezes precisava que o chefe da família ou algum filho mais velho se empregasse de forma temporária em alguma grande estância.

### **Os pecuaristas familiares de Santana do Livramento no século XIX**

Para Santana do Livramento, ao analisarmos as fontes primárias referentes ao século XIX, também se observa a presença de criadores com rebanhos menores do que se poderia supor como pertencente a um grande estancieiro. Santana do Livramento, no período estudado, se caracterizava tendo na pecuária de gado vacum a sua principal produção, porém praticada principalmente por criadores que possuíam pequenos e médios rebanhos, como pode ser observado nos dados apresentados a seguir (Tabela 1).

Segundo este Censo, realizado em 1858 pela Câmara Municipal de Santana do Livramento, todos os 126 produtores, menos um, produziam bezeros. O município produziu quase 34.000 crias de gado vacum naquele ano, que é mais que a soma de todos os outros tipos de crias. Em segundo lugar, estavam os ovinos, com quase 12.000 crias por ano, seguida pela produção de equinos, com, aproximadamente, 7.500 crias por ano. Embora a produção de equinos seja menos relevante, devido à importância destes animais como

instrumento de trabalho na época, a grande maioria dos produtores realizava a criação de equinos em seus estabelecimentos com o intuito de produzir ao menos algumas crias no ano. Ainda que com menor ocorrência (em 31% dos produtores), uma aproximação semelhante pode ser realizada para a produção de muares, sem dúvida relacionada a importância destes animais para o transporte.

TABELA 1  
Estatística descritiva da atividade pecuária de Santana do Livramento,  
por produtor e tipo de cria anual (1858)

	Laníferos	Muares	Cavalares	Vacuns
Soma total de crias	11.892	1.071	7.580	33.789
Número de produtores por tipo de animal	78	39	115	125
% dentre todos os produtores	61,9%	31,0%	91,3%	99,2%
Quantidade mín. entre produtores (res)	12	3	5	20
Quantidade máx. entre produtores (res)	1.200	188	410	1.968
Média entre produtores (res)	152,5	27,5	65,9	270,3
Mediana entre produtores (res)	100	15	40	140

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858.

A média de crias de gado vacuum (aproximadamente 270 crias) é bem maior que as médias dos outros tipos de crias. Em segundo lugar, está o número médio de crias de ovelhas, 152, seguido pela média de crias de cavalos, 66, e, finalmente, a média de crias de mulas, 28. A média é a medida de centralidade mais usada, mas pode não ser a melhor maneira de representar o produtor típico, devido à influência dos valores extremos. Se observarmos as quantidades extremas entre aqueles que produziam gado vacuum, o número de crias varia de 20 a 1968, entre os produtores de ovelhas, varia de 12 a 1200, entre os produtores de cavalos, de 5 a 410 e entre os produtores de mulas de 3 a 188 crias. Para uma variável distribuída com cauda maior por um lado, como é o caso do número de crias de animais, a mediana caracteriza melhor o produtor típico, porque é o meio da distribuição (entre os produtores com cada tipo de animal). Quando examinamos as medianas, a posição relativa da criação de cada tipo de gado continua o mesmo, mas, em cada caso, a mediana é menor que a média, devido à forte influência dos grandes produtores na média. A mediana de crias de gado vacuum, 140 crias, por exemplo, é um pouco mais da metade da média, ou seja, neste caso, os grandes produtores, que são poucos, pesam muito no cálculo da média. Não há valores extremos no outro sentido, porque

o valor mínimo é limitado à zero, porque não é possível a produção negativa de crias de animais. Portanto, a utilização da média de crias de animais entre os produtores não seria a melhor maneira de caracterizar o produtor típico de Santana do Livramento.

Em uma segunda análise, podem-se analisar os criadores listados no Censo de 1858 segundo a distribuição por estratos referentes às crias anuais de gado vacum (Tabela 2). Como pode ser observado na Tabela 2, a maior concentração de criadores (41%) se refere àqueles com uma baixa quantidade de crias anuais de gado vacum, entre 20 e 100 crias anuais. No que se refere àqueles criadores com uma maior quantidade de crias anuais, situados no outro extremo na amostra, estes representam apenas 4% da amostra, sendo apenas seis criadores. Estes resultados medem a medida de variação destes criadores, confirmando os dados já discutidos anteriormente, em que se constatou que grandes produtores, que são poucos, e, por serem poucos, não são os que melhor caracterizam o produtor típico do período em questão. Conforme a Tabela 1, discutida anteriormente, a mediana para as crias anuais de gado vacum é 140, consoante a Tabela 2, este número se situa entre o segundo estrato dos criadores (de 101 a 200 crias anuais), sendo que estes últimos representam 26% das unidades produtivas, a segunda mais representativa entre os criadores. Portanto, considerando as informações apresentadas pela Câmara Municipal de Livramento para esta ocasião, o criador típico do município é aquele com pequenos e médios rebanhos, e não a figura do grande estancieiro, como a literatura tradicional afirma.

TABELA 2  
Distribuição dos criadores de bovinos segundo o total de crias  
(Santana do Livramento – 1858)

Total de crias vacum no ano	Quantidade de criadores	%
20 até 100	51	41
101 até 200	32	26
201 até 500	21	17
501 até 900	15	12
1030 até 1968	6	4
Total	125	100%

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858).

Tendo em vista que estes criadores considerados pequenos e médios (até 200 crias) poderiam ter uma baixa quantidade de gado vacum, mas serem

produtores especializados em ovinos, procedeu-se à verificação da importância desta atividade produtiva entre os pequenos e médios criadores (Tabela 3).

TABELA 3  
 Importância da produção de ovinos entre os pequenos e médios criadores  
 (Santana do Livramento – 1858)

Total de crias vacum no ano	Criam ovinos		Não criam ovinos		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
20 até 100	22	43	29	57	51	100
101 até 200	21	66	11	34	32	100

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858.

Como pode ser verificado na Tabela 3, dentre os criadores de gado vacum, muitos não criavam ovinos, sendo que, entre os pequenos criadores, que correspondem ao primeiro estrato, mais da metade possuía apenas gado vacum (57%). Igualmente, é possível supor que, entre os que criavam ovinos, muitos o faziam para consumo próprio e tivessem um rebanho limitado pela pequena área disponível e pela baixa disponibilidade de mão de obra, provavelmente familiar. Os criadores médios, na sua maioria (66%), criavam ovinos, sendo possível que estes indivíduos possuíssem uma maior disponibilidade de meios de produção em relação aos pequenos criadores.

Utilizando outro tipo de fonte, os inventários *post-mortem*, foi possível realizar uma verificação acerca da presença destes pequenos e médios criadores para um período mais abrangente (entre 1859 e 1881) e também verificar a participação destes no rebanho total inventariado. A Tabela 4 apresenta a quantidade total de gado vacum citado nos inventários. A categoria *rebanho total* foi composta por *reses de criar*, *novilhos* e *outros vacunos*, não sendo contabilizados os chamados *bois mansos*. As unidades de análise não se referem às unidades produtivas e sim ao patrimônio de um indivíduo inventariado.

Pode-se observar que o estrato de criadores com maior rebanho para o período, ou seja, que possuíam de 1.000 até 5.000 reses de criar, representa apenas 11% da amostra. Possivelmente havia a ocorrência de rebanhos maiores que 5.000 reses, no entanto, este era o maior registrado nos inventários analisados, e Garcia (2005), para a década de 1870, também identificou para Alegrete a ocorrência de um tamanho máximo de rebanho de 5.000 reses.



TABELA 4  
**Tamanho do rebanho de bovinos em inventários *post-mortem*  
 de criadores de Santana do Livramento entre 1859 e 1881**

Tamanho do rebanho	Indivíduos		Rebanho total	
	Nº	%	Nº	%
1 até 100	30	33	1.316	3
101 até 300	24	27	4.523	10
301 até 600	19	20	8.660	19
601 até 1.000	9	9	6.821	15
1.001 até 5.000	10	11	24.808	53
Total	92	100	46.128	100

Fonte: 92 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

No outro extremo estavam os indivíduos que possuíam os menores rebanhos (até 100 reses) e que representaram 33% dos inventariados e, em segundo lugar, os com rebanhos um pouco maiores, mas que não ultrapassam 300 reses de criar, representando 27% da amostra. Em suma, aqueles indivíduos que mantinham rebanhos com até 300 reses de criar representavam mais de 50% dos inventariados. Garcia (2005) identificou em Alegrete, para a década de 1870, que 61% dos inventariados eram pequenos criadores (até 500 reses). Farinatti (2010), observando a estrutura dos rebanhos deste mesmo município, referente ao período de 1831 até 1870, mostra que aqueles com rebanhos de até 100 reses representavam 23% da amostra e estes mais a categoria de criadores com até 500 reses formavam juntos mais de 50% da sua amostra. Gelman (1992) e Garavaglia (1999) revelam proporção semelhante para a região da Banda Oriental e campanha bonarense para o Período Colonial. Na região de Areco, 7% das unidades produtivas (UP) possuíam rebanhos maiores que a quantidade de 500 reses e concentravam 60% do rebanho total, já aquelas UP que possuíam rebanhos com menos de 500 reses representavam 93% da amostra, concentrando apenas 40% do rebanho total (Garavaglia, 1999). Na Banda Oriental, aqueles que possuíam rebanhos com mais de 1.999 reses, que eram 10% dos produtores recenseados, concentravam 60% do rebanho total; enquanto que aqueles que possuíam rebanhos com até 500 reses, 67% dos produtores recenseados controlavam pouco mais de 17% do rebanho total (Gelman, 1992). Portanto, Santana do Livramento não apresenta uma situação diferente da realidade agrária observada para outras regiões do Prata: os estabelecimentos agrícolas existentes não eram apenas aqueles pertencentes aos grandes estancieiros; muito pelo contrário, a maior parte dos criadores era composta por pequenos e médios produtores. Ainda observando a Tabela 4, é possível constatar que, para Santana do Livramento,

aqueles indivíduos que representam 33% dos inventariados (até 100 reses), portanto o maior grupo *criadores*, concentravam apenas 3% do rebanho total inventariado no período, e, no outro extremo, a categoria que concentrava 53% do rebanho total se referia a 11% dos criadores, ou seja, apenas 10 indivíduos concentravam mais da metade do rebanho total inventariado. Novamente, esta mesma situação foi identificada em outras realidades de pecuária na região do Rio da Prata. Assim, a camada de criadores mais numerosa era aquela que possuía os menores rebanhos e concentravam ínfimas parcelas do rebanho total e, no outro extremo, constata-se a existência de poucos indivíduos que, por sua vez, concentravam mais da metade do rebanho bovino (Gelman, 1992; Garavaglia, 1999; Garcia, 2005; Farinatti, 2010).

Estes criadores que possuíam pequenos rebanhos, possivelmente, em muitos casos, criavam apenas reses de gado *vacum*, e apenas uma minoria possuía rebanhos de ovinos. Dos criadores inventariados que possuíam rebanhos até 300 reses de criar (54 indivíduos), aqueles que criavam ovinos constituíam uma minoria, apenas 30%, e muitos o faziam para autoconsumo, visto que dispunham de pequenos rebanhos de ovinos: o maior rebanho de ovinos observado entre os criadores inventariados foi de 225 animais.

## **O acesso à terra para produzir**

No Brasil do século XIX, as possibilidades de acesso à terra para a realização de algum tipo de produção podiam se dar por meio da doação de sesmarias, da posse simples ou, ainda, por arrendamento, herança ou compra. Os mais afortunados e os militares de alto grau, no geral, receberam sesmarias por doação da Coroa e os militares subalternos e os indivíduos simples, no geral, as acessaram por meio da posse em terras públicas ou em terras alheias, na condição de agregado. Embora na região da Campanha houvessem grandes propriedades oriundas de doações de sesmarias, esta não foi a única forma de acesso à terra para produção. Conforme Farinatti (2010), as melhores chances de reprodução social na Campanha no final do XIX pertenciam àqueles que conseguiram empreender uma acumulação fundiária nas décadas iniciais de ocupação de território (entre 1820-40), por meios monetários ou não e, neste caso, tratava-se dos grandes estancieros. Diversas devem ter sido as maneiras empreendidas por estes pequenos produtores para se manter na Campanha nas décadas finais do século XIX, principalmente aqueles que não possuíam a propriedade da terra. Neste contexto, as possibilidades de acesso à terra se limitavam provavelmente ao arrendamento ou possuir a condição de agregado junto a um grande criador.

A análise dos inventários *post-mortem* de criadores de Santana do Livramento nos permite ilustrar esta situação. Em 1870, o criador Fermino de Souza Leal faleceu deixando para seus três filhos menores e herdeiros unicamente como herança “cento cinquenta e oito reses de criar e dinheiro proveniente de arrendamento de gado”.<sup>4</sup> E, em 1880, D. Clemencia Joaquina da Porciuncula faleceu, deixando para seus herdeiros, filhos e marido, além de poucos móveis, os seguintes bens:

Semoventes: Cento e cinquenta reses de criar e setenta e cinco ovelhas. Dinheiro: Producto de gado de corte vendidos com autorização do Meritissimo Senhor Juis d’Orphãos [grifo nosso].<sup>5</sup>

Como pode ser observado nas descrições dos inventários acima apresentadas, Fermino de Souza Leal possuía um pequeno patrimônio, composto de um rebanho de poucas reses de criar e algum dinheiro proveniente de arrendamento de gado; a sua atividade produtiva estava ligada à criação de gado bovino. E quanto ao casal constituído por D. Clemencia Joaquina da Porciuncula e seu esposo Mauricio Pereira Pascoal, viúvo e inventariante, as características se assemelham às de Fermino: um patrimônio formado por alguns modestos bens móveis, um rebanho constituído por poucas reses de criar e algumas ovelhas. É possível considerar que ambos os inventariados se dedicavam à atividade de criação de gado, tinham uma família constituída, e não possuíam a propriedade de terras, ou seja, a sua criação também se dava, provavelmente, em terras alheias ou arrendadas, se considerarmos que, em 1870, o acesso à terra pública era quase impossível (Garcia, 2005). No que se refere a Fermino e D. Clemencia, não foi possível acessar outras informações, no entanto, mesmo com estes fragmentos de suas histórias, ambos nos emprestam aqui um pouco da sua trajetória para ilustrar, no Rio Grande do Sul do século XIX, a existência de pequenos criadores que não possuíam a propriedade da terra.

Porém, no contexto de finais do século XIX, estes não foram os únicos a não possuírem a propriedade da terra onde criavam gado. Com base nas informações dos inventários, a Tabela 5 apresenta a distribuição da frequência entre aqueles criadores que possuíam a propriedade da terra e os que não possuíam. As informações referentes a estas variáveis foram extraídas da listagem dos bens de raiz<sup>6</sup> inventariados, porém a variável *com campo* se refere apenas àqueles indivíduos que possuíam “campo para criação”.

<sup>4</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 010.0271. Inventário: 167. Ano: 1870.

<sup>5</sup> APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 772. Inventário: 313. Ano: 1880.

<sup>6</sup> Bens de raiz se referem a todos os bens que fossem terra, podendo ser terreno na cidade, campo, fazenda, etc.

TABELA 5  
Criadores sem campo e com campo conforme a dimensão dos rebanhos  
(Santana do Livramento, 1859-1881)

Estrato (reses)	1 a 100	%	101 a 300	%	301 a 600	%	601 a 1.000	%	1.001 a 4.792	%	Total	%
Com campo	17	57	18	75	16	84	9	100	8	80	68	74
Sem campo	13	43	6	25	3	16	0	0	2	20	24	26
Total	30	100	24	100	19	100	9	100	10	100	92	100

Fonte: 92 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

Observando a Tabela 5, dos 92 criadores inventariados, 26% não possuíam a propriedade da terra e 74% possuíam a propriedade da terra. Entre aqueles que possuíam menores rebanhos (1 a 100 reses), a distribuição entre esta categoria é relativamente uniforme: dos 30 criadores, 57% possuem campo e 43% não possuíam. Porém, a diferença entre os *com campo* e *sem campo* se torna muito maior nas categorias subsequentes, em que os tamanhos dos rebanhos são maiores. Para aqueles com rebanhos de 301 a 600 reses, 84% dos indivíduos possuíam a propriedade da terra e apenas 16% não a possuíam. A próxima categoria se refere àqueles com rebanhos de 601 até 1.000 reses, dos quais todos os indivíduos (9 inventariados) possuíam a propriedade da terra. No que se refere aos maiores criadores, com mais de 1.000 reses de criar, apenas 20% (dois indivíduos) não possuíam a propriedade. Considerando estes dois últimos indivíduos como uma exceção, a tendência é que os que possuíam maiores rebanhos também possuíam a propriedade da terra, principalmente se levarmos em conta que metade do total dos criadores “sem campo” era aqueles que possuíam até 100 reses. Observando apenas os estratos de pequenos criadores (1 a 300 reses), que representavam quase 60% da amostra; verifica-se que 65% possuíam a propriedade da terra. Porém observa-se que dentre os pequenos criadores, 35% não possuíam a propriedade da terra, provavelmente tratando-se de agregados, posteiros ou capatazes, e, em menor grau, arrendatários.

Quando comparando os dados de Santana do Livramento com outras localidades, é possível constatar que não se tratava de uma realidade apenas deste município. Garcia (2005) identificou um significativo percentual de criadores sem terra para Alegrete (incluindo Rosário e Quarai para os períodos de 1830 e 1870), semelhante situação foi observada para Bagé (Chasteen, 1991). Para a Campanha bonaerense e para a Banda Oriental também se verificou a existência de criadores

e lavradores que não tinham a propriedade da terra (Garavaglia, 1999; Gelman, 1993). A possibilidade de um criador se estabelecer com sua própria produção em terras alheias não é novidade ou exclusividade de Santana do Livramento, era um fenômeno característico das regiões de criação de gado bovino. Conforme Gelman (1993), no contexto da Banda Oriental, no período colonial, para um indivíduo pobre da Campanha instalar-se “[...] en una tierra (aunque sea como agregado en una estancia) permite valorizar el trabajo de la familia, de la mujer y los hijos pequeños, que no tienen costo de oportunidad” (Gelman, 1993, p. 82). Embora o contexto da Banda Oriental estudado pelo autor não seja o mesmo abordado para Santana do Livramento – na Banda Oriental havia possibilidade de se instalar em terras gratuitas ou muito baratas, enquanto para Livramento na segunda metade do século XIX a fronteira fundiária estava fechada há muito tempo e a terra com preço elevado; é possível perceber que Gelman destaca a importância central do trabalho da família, quando mesmo se “arranchar” em terras alheias era uma possibilidade de manter uma organização familiar.

Portanto, estamos inferindo que este pequeno criador sem campo que ocupa a terra onde produz na condição de agregado, possivelmente usa esta condição (de agregado) como possibilidade para a perpetuação da família e sua organização através do trabalho, visto que ele pode criar algumas reses sem maior ônus e contando com a mão de obra da família.

Nem sempre as informações contidas nos inventários revelam as formas que estes criadores sem campo acessavam a terra para realizarem a sua produção e as atividades de criação. Se, por um lado, a figura do agregado não fica clara neste tipo de fonte, nos processos criminais e cíveis, é possível compreender um pouco mais sobre as características deste tipo de criador. Um relato de um processo criminal ilustra esta afirmação. Em 1865, chega a seguinte denúncia ao Delegado de Santana do Livramento: “Manoel da Silva Ferrão, *criador de gado vaccun e lanígero, agregado ao fazendeiro Luiz Pacheco Prates*, vem perante VS<sup>a</sup> exhibir queixa por crime de furto contra Manoel Antonio da Silva [...] [grifo nosso]”.<sup>7</sup> Além destas informações iniciais, Manoel Ferrão tinha um rebanho de, pelos menos, 600 ovelhas e um escravo de sua propriedade, como é possível observar na continuação da denúncia: “Que no dia 25 de março último *o escravo Januario do suplicante*, iludindo-se com perguntas, sobre reunos, do acusado, descuidou, como de costume, a vigilância do rebanho de 600 ovelhas, que soltará”.<sup>8</sup> Pode-se observar que as primeiras informações do escrivão para descrever o suplicante se referem à sua categoria como criador e agregado. Neste caso, Manoel Ferrão era um criador de gado vacum e de um

---

7 APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1<sup>a</sup> Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1595. [grifo nosso].

<sup>8</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1<sup>a</sup> Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1595.

considerável rebanho de ovelhas, informações estas confirmadas pelas testemunhas do processo, entre as quais se destaca o depoimento do fazendeiro Luiz Pacheco Prates: “Respondeu que sabe de ciência certa que o autor possui um grande rebanho de ovelhas e que destas lhe faltou porção [...]”.<sup>9</sup> Mesmo que Manoel Ferrão tivesse aumentado a quantidade de ovelhas ao fazer a denúncia, certamente um rebanho de 600 ovelhas representava um grande rebanho, tendo em vista a opinião das testemunhas, e é possível perceber que, para cuidar da sua criação, ele dispunha de um ajudante permanente, o escravo Januário. Nos relatos das testemunhas ou de quem fez a denúncia, muitas vezes, na hora de se referirem a alguém além do nome, as testemunhas ou delegado fornecia alguma informação complementar, como foi o caso de uma denúncia contra oito homens, na maioria criadores, que entraram em conflito com três integrantes da força policial do Uruguai.<sup>10</sup> Ao se referir ao réu Paschoal Fernandes, o delegado se refere a ele como “*criador e agregado* de Zeferino, por quem foi criado [grifo nosso]”.<sup>11</sup> Portanto, podemos considerar que, para esta sociedade, ser “criador” era uma condição acessível para aqueles que não possuíam a propriedade da terra, mesmo se o indivíduo fosse agregado. Em alguns processos, existem indivíduos que, ao se identificarem ou serem identificados por outrem, são referidos como sendo criador e proprietário. Possivelmente a necessidade desta diferenciação evidencia que ser criador era uma condição que vários poderiam alcançar e serem reconhecidos pelos seus pares, talvez a maior diferença estivesse entre ser agregado ou ser proprietário da terra. Além de Manoel Ferrão e Paschoal, aparecem nos autos de processos cíveis e crimes referências a outros criadores sem campo, dentre os quais se destaca o réu Matheus Munhoz Camargo, acusado de furtar três bois mansos dos campos de Felisberto José dos Santos, próximo ao Ibicuihy Carolina. O criador Matheus Munhoz de Camargo tinha 36 anos, era casado e morador no campo de propriedade de Constantino Teixeira, mas que, no momento, estava arrendado ao Vigário Lousada.<sup>12</sup> De acordo com as informações no processo, Matheus Munhoz foi identificado como *capataz* da propriedade, porém, além de capataz, o réu também se identificou como *criador e jornaleiro*. Desta forma, com base nas informações prestadas, sabe-se que se tratava de um criador, que era casado e sem campo, e, além disso, desempenhava outras ocupações laborais. Neste caso, Matheus caracterizava aquele criador que procurava acessar a terra para a sua própria criação e estabelecer sua família por meio de seu trabalho como capataz, não necessariamente como agregado. Como já

---

<sup>9</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1595.

<sup>10</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0261. Processo: 1722.

<sup>11</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0261. Processo: 1722.

<sup>12</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0258. Processo: 1607.

referido, as formas de um pequeno criador de gado vacum estabelecer-se com sua família e sua produção em um ambiente hostil para os despossuídos, em que a concentração do recurso fundiário estava na mão de poucos, certamente variaram ao longo do século XIX e XX, mas estes se mantiveram inventando e reinventando formas de acessar a terra para a sua produção autônoma, fosse como arrendatário, agregado ou trabalhador da estância. O papel da pequena produção familiar no interior de grandes propriedades para a região da Campanha ainda é pouco estudado, ainda que está tenha sido uma situação que se reproduziu em diferentes regiões do Brasil (Wanderley, 2009).

### **A mão de obra familiar na pecuária**

No geral, as estâncias contavam com um determinado número de *trabalhadores permanentes* e de *trabalhadores sazonais*. Estes trabalhadores permanentes se tratavam dos peões assalariados e dos peões escravos campeiros,<sup>13</sup> de algum capataz ou posteiro e, em alguns casos, dos agregados; além destes, também havia o trabalho de algum membro da família.

De acordo com o Relatório que acompanhava o Censo Agrário de 1858, um rebanho entre 500 a 1.000 reses necessitava de, pelo menos, três peões permanentes, ou seja, três homens adultos. Porém, conforme a literatura, era necessário um trabalhador permanente para cuidar de um rebanho de, aproximadamente, 500 reses (Farinatti, 2010). A quantidade informada apresenta uma significativa diferença entre a estimada pela literatura; neste sentido, é possível que os estancieiros em suas declarações ao censo tenham superestimado a necessidade da mão de obra para justificarem suas queixas em relação ao recrutamento de homens livres para a Guarda Nacional, como observado no Relatório. Tendo em vista a diferença estabelecida entre a literatura e o censo, optou-se em fazer uma média entre as duas informações, quando então se considera que, para cuidar de um rebanho entre 500 e 1.000 reses, seria necessário até dois homens adultos, e para um rebanho de até 500 reses, um homem adulto. Além disso, a ocorrência de delimitações naturais influenciava na necessidade de mão de obra: nos campos com barreiras naturais ao deslocamento do gado (por exemplo, a existência de “arroios fortes”), havia a

---

<sup>13</sup> A presença do escravo nas atividades ligadas à pecuária foi minimizada pela historiografia tradicional, a qual afirmava que o sul do país era uma exceção no Brasil escravocrata e que os escravos estavam concentrados apenas nas atividades das charqueadas. Entretanto, pesquisas mais recentes revelam que muitos escravos desenvolviam atividades ligadas diretamente à pecuária, sendo estes identificados geralmente como escravos campeiros. Alguns trabalhos nesta perspectiva: Maestri (2008); Mayo (2004); Monsma (2011); Osório (2013).

possibilidade de dispensar peões, enquanto em campos abertos, a quantidade demandada de posteiros era evidentemente maior.

No Censo de 1858, cada criador informou também a quantidade utilizada de mão de obra permanente, embora “[...] a cifra dos peões compreende escravos na quase totalidade devido ao destacamento da Guarda Nacional”,<sup>14</sup> como ressalva o Relatório. Considerando os mesmos estratos de dimensão dos rebanhos já apresentados em tabelas anteriores, procedeu-se à distribuição da quantidade de mão de obra permanente informada no censo (Tabela 6).

TABELA 6  
Mão de obra permanente (assalariada e/ou escrava) utilizado por criadores de gado segundo o tamanho dos rebanhos (cria anual de vacum) em Santana do Livramento (1858)

Estrato (reses)	20 a 100	%	101 a 200	%	201 a 500	%	501 a 900	%	1.030 a 2.000	%	Total	%
Zero	19	37	4	12,5	2	9,5	0	0	0	0	25	20
Com 1	13	26	10	31,3	2	9,5	0	0	0	0	25	20
Mais de 1	19	37	18	56,2	17	80	15	100	6	100	75	60
Total	51	100	32	100	21	100	15	100	6	100	125	100

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858.

Como é possível observar na Tabela 6, aqueles criadores com mais de uma unidade de mão de obra representam 60% da amostra. Porém, existia uma parcela de criadores que demandavam uma produção com baixo uso de mão de obra nas tarefas diárias, que representa 20% da amostra (categoria *com uma unidade de mão de obra permanente*).

Os estabelecimentos para as atividades de pecuária empregavam a mão de obra assalariada em combinação com a mão de obra escrava. Porém havia unidades produtivas que desenvolviam atividades de criação de gado apenas com mão de obra familiar nas tarefas diárias. Este tipo de estabelecimento é, principalmente, aquele cujos criadores declararam no censo utilizarem *zero* de mão de obra escrava ou contratada. Como pode ser verificado na Tabela 6, esta categoria representa 20% da amostra. Portanto, esta situação sugere que estes rebanhos eram cuidados

<sup>14</sup> Relatório da Câmara Municipal. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento. AHRS, 1858. Maço 213. Cx. 114.



pelo próprio criador e seus filhos. Este tipo de situação pode ser verificada em uma denúncia que chegou ao delegado de Santana do Livramento: em 1861, o criador Joaquim dos Santos Padilha, morador no 13º quarteirão, denuncia o crime de furto de ovelhas de sua propriedade, que passa a ser explicado:

*Que o queixoso é proprietário com criação de gado vaccum e lanígero, no lugar denominado Catacumbas, assim como Manoel Rodrigues da Silva, morador de 9 a 10 quadras do queixoso sem divisa alguma.*

*Que o suplicante em agosto de 1860 possuía 600 ovelhas e o Manoel Rodrigues cento e tantas; as do suplicante tinham por sinal as duas orelhas aparadas, e as de Rodrigues uma orelha aparada e outra uma marca em cima, confundindo-se frequentemente estes rebanhos pela pequena distância.*

*Que o queixoso desde agosto de 1860 até 8 de janeiro deste ano esteve nesta vila em curativo na casa de Feliciano da Costa Leite, deixando seu filho Francisco de 15 anos na fazenda.*

*Que nesta ausência dito Manoel Rodrigues cortando a [mossa] da orelha de suas ovelhas ficarão estas com o mesmo sinal das do queixoso e consequentemente confundidas, para o fim premeditado de Manoel Rodrigues que foi marcar as que lhes pareceu e matar desperdiçadamente em proveito de sua numerosa família e trabalhadores da olaria que possui, tanto assim [grifo nosso].<sup>15</sup>*

No processo, há ainda o relato de que o rebanho de Joaquim dos Santos diminuiu em, aproximadamente, 200 ovelhas, enquanto que o rebanho do seu vizinho aumentou, além disso, poucas informações foram acrescentadas, pois o réu era morador de Alegrete e se recusou a comparecer na delegacia de Livramento, e o denunciante acabou desistindo do processo. Entretanto, conforme o relato da denúncia no processo crime, é possível perceber que Joaquim dos Santos era criador de gado vacum e de ovelhas, e era proprietário das suas terras; mas o que mais chama a atenção é o fato de Joaquim dos Santos ter ficado cinco meses afastado de sua propriedade por conta de uma enfermidade, e ter apenas seu filho de 15 anos para cuidar da criação. Assim, é possível observar que, neste caso, o estabelecimento contava apenas com a mão de obra da família, pois, se houvesse um escravo ou um peão permanente, é muito provável que este seria citado no processo, ou, ainda, possivelmente teria coibido o furto por parte do vizinho. Além disso, Joaquim dos Santos possuía um rebanho para consumo, tendo em vista que uma das testemunhas relata que o denunciante, por conta da diminuição do tamanho do rebanho de ovinos, estava vendo-se obrigado a carnear rezes de vacum e não ovinos, sob pena de comprometer a produtividade dos ovinos.

Observando a composição dos rebanhos na Tabela 6, é possível verificar que estes criadores que utilizavam apenas a mão de obra familiar para o trabalho

---

<sup>15</sup> APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime. Caixa: 010.0256. Processo: 1536.

diário estavam concentrados entre os estratos dos criadores que dispunham dos menores rebanhos, e, neste caso, é muito provável que os tamanhos dos rebanhos correspondessem à disponibilidade da mão de obra da família, e não necessariamente o contrário. Se considerarmos que um rebanho de até 500 reses vacum necessitava de até um homem adulto e um rebanho de 500 a 1.000 reses necessitava, pelo menos, de dois homens adultos, é muito possível que uma família poderia ter um rebanho de até 400 ou 500 reses e cuidar apenas com a mão de obra do seu núcleo familiar. Além disso, aqueles criadores apontados na Tabela 6 situados na categoria *com uma* unidade de mão de obra (20%) também poderiam estar desenvolvendo suas atividades de criação com a mão de obra familiar e com ajuda de, pelo menos, um escravo, principalmente se os compararmos com os *pastores de ganado*, identificados por Garavaglia, que possuíam um ou dois escravos.

Para o período estudado, não existem trabalhos que abordem a pecuária desenvolvida na região da Campanha com base na mão de obra familiar. No entanto, Farinatti (2003), ao analisar o Censo Agrário de 1858 realizado nos municípios de São Borja e Santa Maria, chegou a conclusões pormenorizadas a este respeito, em parte porque, nestes municípios, os criadores recenseados diferenciaram o tipo de mão de obra utilizada entre escravos, peões assalariados e filhos; diferentemente da Câmara Municipal de Livramento, que se dedicou a anotar apenas os peões contratados ou escravos. De acordo com o autor, nestes municípios, a produção de pecuária pelos grandes criadores era realizada sem a presença da mão de obra familiar, salvo nas tarefas de administração. Já os criadores médios produziam com várias combinações de mão de obra assalariada, escrava e familiar, e aqueles com os menores rebanhos (de até 100 reses) utilizavam essencialmente mão de obra familiar, muitas vezes com a ajuda de algum filho (Farinatti, 2003).

Os *trabalhadores sazonais* se referiam àqueles que eram necessários quando o sistema de criação demandava mais tarefas e conseqüente mão de obra. O Relatório realizado pela Câmara Municipal explica de forma explícita esta necessidade: “[...] os capatazes e peões indicados são os necessários ao costeio, por assim dizer, diário, mas não para marcação, capação, e feitura de tropa, pois durante estes serviços o estancieiro argumenta o pessoal, que não é conveniente conservar concluídos que se já”.<sup>16</sup> Referente a este período de pico de mão de obra, tangente aos pequenos criadores, se destacam dois importantes aspectos: o primeiro diz respeito àqueles estabelecimentos que desenvolviam a pecuária com base na mão de obra familiares, nos períodos de maior pico,

---

<sup>16</sup> Relatório da Câmara Municipal. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento. AHRS, 1858. Maço 213. Cx. 114.

possivelmente contratassem algum jornaleiro ou pagassem algum escravo para que trabalhasse por um curto tempo ou, o que é mais provável, dependessem de mutirões feitos entre vizinhos. Garavaglia (1999) observou para a Campanha bonaerense diversos testemunhos desta relação de reciprocidade entre os pequenos produtores da região.

O segundo retoma a ideia central defendida pela recente historiografia, de que muitos destes trabalhadores temporários das estâncias, no geral os jornaleiros, não eram indivíduos que simplesmente vagavam pela Campanha em busca de alguma aventura ou trabalho temporário, o típico “gaúcho solitário”. Estes, em vários casos, tratavam-se de indivíduos que possuíam núcleos familiares, enquanto, muitas vezes, as suas famílias trabalhavam em seus lares com algum tipo de cultivo ou de criação, o chefe de família ou o filho mais velho saía para trabalhar em alguma estância para complementar a renda familiar ou eram migrantes (Monsma, 2011).

### **Considerações finais**

Considera-se que o *pecuarista familiar* existente na Campanha no século XIX era aquele criador com menores rebanhos, situado nos estratos de até 100 reses ou até 300 reses, porque era muito provável que estes criadores tivessem um rebanho limitado ao que eles poderiam cuidar com mão de obra familiar e também com a área disponível para produção. Além disso, alguns pecuaristas familiares possuíam rebanhos de ovelhas. Aqueles que criavam ovelhas se referiam à minoria observada e muitos os faziam para autos sustento, pois, geralmente, possuíam pequenos rebanhos de ovinos. No que se refere ao tipo de mão de obra empregada na propriedade, estes pequenos produtores foram os únicos em que não se observou o uso de mão de obra assalariada e apenas em alguns casos o uso de até um escravo. Para os períodos de maior demanda da mão de obra, as tarefas de castração, marcação, etc., muitas vezes, eram realizadas com mutirões entre os vizinhos ou com a ajuda de algum trabalhador jornaleiro ou escravo que se empregava por conta, ou seja, era pago um ajudante eventual. No que se refere ao acesso à terra, estes pecuaristas poderiam obter o acesso à terra por meio da compra ou herança, considerados proprietários. Mas também foi observada uma significativa presença de criadores que não possuíam a propriedade da terra e esta era uma realidade observável não apenas em Santana do Livramento, mas também na região do Prata. A maior parte daqueles criadores sem a propriedade da terra eram criadores com pequenos rebanhos. Embora não fique claro de que forma estes indivíduos acessavam a terra, considera-se que, possivelmente, tratava-se de agregados, posteiros ou capatazes, e, em menor grau, de arren-

datários. Além disso, empregavam-se em alguma estância maior, eventual ou temporariamente para aumentar seus ingressos.

Talvez o que se demonstre mais peculiar na análise apresentada, quando comparado com o pecuarista familiar identificado na Campanha hoje, é a existência de uma categoria social de produtor que acessava a terra instalando-se em terras alheias na qualidade de agregado ou trabalhador da estância (capataz e posteiro), embora esta prática não tenha sido extinguida nos tempos atuais. Como já referido no texto, este criador passa a ser compreendido ainda mais como um *pecuarista familiar* quando se percebe que acessar a terra desta forma é uma estratégia para a perpetuação da família e sua reprodução enquanto unidade produtiva familiar, sobretudo em um contexto em que o acesso à terra é cada vez mais difícil para os mais modestos.

É interessante salientar que tanto nesta pesquisa, como naquelas que se referem às outras regiões da Campanha ou da região do Prata, ambas referindo-se ao período entre 1700 até final de 1800, os criadores que possuíam menores rebanhos representaram a maior quantidade de criadores existentes nas amostragens analisadas, embora possuíssem a menor quantidade total do rebanho da época. Em suma, estes pequenos criadores existiam de forma significativa na região já nos séculos XVIII e XIX.

## Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Inventáriospost-mortem*. Fundos: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento (1859-1881).

Fundo: Bagé. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 010.0271. Inventário: 167.

Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 772. Inventário: 313.

## Processos crimes

Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime. Caixa: 010.0256. Processo: 1536. Caixa: 010.0258. Processo: 1607. Caixa: 010.0257. Processo: 1595. Caixa: 010.0261. Processo: 1722.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Relatório da Câmara Municipal*. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

## Referências

CHASTEEN, J. C. Background to civil war: the processo of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893. *Hispanic American Historical Review*, 71, 1991.

- COTRIM, M. de S. *Pecuária Familiar na região da Serra do sudeste Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS*. 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FARINATTI, L. A. E. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão de obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 7, n. 8, p. 253-276, 2003.
- \_\_\_\_\_. Peões de estância e produção familiar na Fronteira sul do Brasil (1845-1865). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 359-383, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- FERNANDES, V. D. *O pecuarista familiar na campanha rio-grandense (Santana do Livramento/RS)*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GARAVAGLIA, J. C. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agrária de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: De La Flor, 1999.
- GARCIA, G. B. *Os domínios da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GELMAN, J. Producción campesina y estancias en el Río de la Plata Colonial: la región de Colonia a fines del siglo XVIII. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, Tercera Serie, Buenos Aires, n. 6, p. 41-65, jul./dic. 1992.
- \_\_\_\_\_. Família y relaciones de producción en la campaña rioplatense colonial. Algunas consideraciones desde la Banda Oriental. In: GARAVAGLIA, J. C.; MORENO, J. L. (Org.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense: siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Cántaro, 1993. p. 75-103.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LEIPNITZ, G. T. *Entre contratos, direitos e conflitos: arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)*. 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MAESTRI, M. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, M. (Org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2010. p. 212-300.
- MAYO, C. A. *Estancia y sociedad en la pampa (1740-1820)*. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- MONSMA, K. Escravos e trabalhadores livres nas estâncias do século XIX. In: HAREES, M. M.; REGUERA, A. *Da região à nação: relações de escala para uma história comparada: Brasil – Argentina (séculos XIX e XX)*. São Leopoldo: OIKOS, 2011. p. 81- 114.
- NESKE, M. Z. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. 2009. 195 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande do Sul no período colonial. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2008. p. 43-62.

\_\_\_\_\_. Com a sua marca: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres da pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, A.; LIMA, H. E.; XAVIER, R. C. L.; PETERSEN, S. R. F. (Org.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 187-203.

RIBEIRO, C. M. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

SANDRINI, G. B. D. *Processo de Inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva de carne*. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.



## **SEGUNDA PARTE – Meios de vida e diversidade na pecuária familiar**





# A organização dos estabelecimentos de pecuária de corte de base familiar no Rio Grande do Sul

*Tanice Andreatta  
Paulo Dabdab Waquil  
Lovois de Andrade Miguel*

Por muito tempo se concebeu espaço agrário gaúcho a partir de uma divisão polarizada. Nesta perspectiva, o estado do Rio Grande do Sul encontrava-se “dividido” em uma Metade Norte, configurada por pequenos estabelecimentos, de caráter eminentemente agrícola. Por outro lado, a Metade Sul era caracterizada por estabelecimentos eminentemente pecuários (Suertegaray e Guasselli, 2004). Na esteira dessa discussão a atividade pecuária, sobretudo a bovinocultura de corte, em larga medida esteve associada ao latifúndio, estâncias e grandes extensões de terra. Também prevalecia a “visão” de uma atividade homogênea, sobretudo em relação ao tamanho dos estabelecimentos.

Do ponto de vista institucional, esta perspectiva começou a ser desmitificada a partir de 1999/2000, quando os extensionistas da Emater-RS identificaram uma “categoria social”, até então “invisível no estado”, pouco descrita, pouco estudada, ligada à bovinocultura de corte: os então denominados “pecuaristas familiares”. Cabe destacar que a Emater-RS foi a primeira instituição a descrever o criador de gado de corte de cunho familiar, numa tentativa de identificar o público a ser, prioritariamente, atendido pelos serviços de extensão rural (Ribeiro, 2003).

A partir deste momento, essa categoria social passou a ser analisada de forma mais sistemática, ganhando espaço nos meios acadêmicos e institucionais, contribuindo no sentido de desmitificar o “perfil” do pecuarista gaúcho, sobretudo no que se refere ao tamanho dos estabelecimentos e aos sistemas de criação. Um conjunto de estudos acadêmicos e institucionais (Cotrim, 2003; Ribeiro, 2003; Sandrini, 2005) buscaram caracterizar e analisar esse tipo de pecuarista para o estado do Rio Grande do Sul. Ribeiro (2009) resume os pecuaristas familiares como uma categoria que: a) pode ser identificada em praticamente todos os municípios do estado. Em municípios localizados na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, os “pecuaristas familiares” correspondem a totalidade dos criadores de bovinos de corte; b) encontra-se dispersa em meio aos estabelecimentos maiores e distribuídos em todas as regiões dos municípios, com diferentes intensidades de ocorrência; c) apresenta uma rela-

tiva heterogeneidade no que se refere a disponibilidade de recursos produtivos, às produções, aos aspectos de comercialização, ao acesso às informações e aos anseios e expectativas quanto ao futuro; d) em sua grande maioria, utiliza os animais como mercadoria de reserva, conseqüentemente elevando a lotação animal por unidade de área, com o intuito de acumular mais mercadoria de reserva (Ribeiro, 2009).

Independentemente da categoria analisada, a perspectiva de rural “complexo e multifacetado” tem perpassado os trabalhos recentes relacionados à bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. Neste sentido, têm se multiplicado as análises que buscam compreender os pecuaristas e estabelecimentos envolvidos com a bovinocultura de corte que consideram elementos relacionados à família, formas de gestão e percepções dos pecuaristas, e não somente os tradicionais elementos técnicos.

De um modo geral, cada pecuarista e/ou cada estabelecimento tende a reunir as particularidades produtivas, históricas, sociais e culturais que fazem com que ele seja diferenciado, o que tende a forjar a diversidade observada nos espaços rurais. Neste contexto, busca-se caracterizar o perfil socioeconômico dos pecuaristas criadores de bovinos de corte de base familiar. Também é realizada uma análise a partir de indicadores técnico-produtivos, de eficiência econômica e dos sistemas de decisão, ou seja, a forma como são conduzidos os estabelecimentos agrícolas destes pecuaristas.

A caracterização e análise da pecuária familiar no estado do Rio Grande do Sul, ocorreu a partir de 249 observações, extraídas de uma base de dados composta por 516 observações,<sup>1</sup> estratificadas em quatro grandes grupos de pecuaristas,<sup>2</sup> através das técnicas de análise fatorial e análise de *clusters*. A análise da distribuição de pecuaristas de base familiar, considerando suas localizações nas diferentes regiões do estado, ocorreu a partir do teste do *Qui Quadrado de Pearson*. O software utilizado foi o SPSS 18.

O presente texto está organizado, além da introdução e das considerações finais, em quatro seções. A primeira trata de uma revisão sobre as principais abordagens relacionadas à diversidade dos espaços rurais. A segunda seção trata da análise dos resultados relacionados aos indicadores técnico-produtivos e de eficiência econômica da “pecuária familiar”. A terceira seção trata dos aspectos sociais e de tomada de decisão na “pecuária familiar”. A quarta seção trata de

---

<sup>1</sup> A base de dados utilizada provém do “Diagnóstico de sistemas de produção de bovinocultura de corte do estado do Rio Grande do Sul”. No entanto, os critérios de tipificação são diferenciados daqueles do Diagnóstico (tipificação pelos sistemas de criação e/ou produção). Os dados foram coletados no ano de 2004 e compreende pecuaristas de 117 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> A metodologia, bem como os quatro grandes grupos, está apresentada e analisada de forma detalhada na tese de doutoramento da primeira autora, no ano de 2009, sob orientação dos demais autores.

uma análise regionalizada, e contempla uma correlação entre a localização destes pecuaristas no espaço agrário sul-rio-grandense e as características regionais.

### **Organização de estabelecimentos e diversidade nos espaços rurais**

As transformações ocorridas no contexto do rural, influenciadas sobremaneira pelo período da modernização da agricultura (intensificação do uso da mecanização, de insumos, fertilizantes e defensivos químicos), não homogeneizaram os espaços e as formas de produção agrícolas. A coexistência de diversos tipos de produtores e maneiras diferenciadas de exploração e uso da terra, no contexto do rural, forja diferentes formas de produção agrícola.

A organização do estabelecimento agrícola, analisado de maneira abrangente, pressupõe o estudo do conjunto de decisões e de ações produzidas por pessoas, indivíduos ou grupos. Estes agem em um ambiente com vistas a satisfazer os objetivos traçados para o estabelecimento. Assim, o estabelecimento agrícola é o resultado de uma combinação de vários elementos imbricados internamente e das relações que se estabelecem com o ambiente externo. Além dos aspectos relacionados aos sistemas técnicos, a incorporação de elementos vinculados à família, as percepções e comportamentos dos agricultores e o ambiente externo, são fatores determinantes na organização e gestão dos estabelecimentos (Chia et al., 2003; Ondersteijn, Giesen e Huirne, 2003; Ocaña, 1996).

Neste sentido, os múltiplos objetivos relacionados à estrutura dos negócios familiares e como estes passam a ter influência nas decisões e ações dos agricultores, também são analisados. Dossa (1997) expõe que as pessoas se comportam racionalmente, de acordo com as convicções que elas possuem. O comportamento é uma função da informação e/ou das próprias convicções dos agricultores em relação a determinados aspectos.

De acordo com Dent, Edwards-Jones e McGregor (1995, p. 339), as “pessoas” são fundamentais para a compreensão dos sistemas de produção implementados em nível de um estabelecimento agrícola. Assim, o elemento mais crucial na organização de um estabelecimento é o agricultor que coordena o sistema produtivo (Miguel, 2009). O agricultor é o responsável pela tomada, execução e monitoramento das decisões. Assim, o agricultor possui um importante papel em determinar o tamanho e a forma de intervenção nos sistemas naturais. Neste tipo de intervenção, é importante considerar a existência de um elevado grau do componente sociocultural. Assim, para entender a organização do estabelecimento agrícola é elementar entender o agricultor, a estrutura produtiva e os critérios de gestão como elementos constituintes do centro decisor.

Neste contexto, aspectos demográficos, econômicos e sociais podem influenciar fortemente nas crenças e, conseqüentemente, no comportamento dos agricultores. Convém lembrar que os sistemas que envolvem a agropecuária operam no contexto de um ambiente dinâmico e intercambiável, coordenado por fatores externos (político, social e econômico) e internos (produtivo, social e estrutural). Os efeitos das interações destes fatores levam a um processo de tomada de decisão dinâmico, estreitamente correlacionado com a dinâmica de evolução dos objetivos do agricultor e da sua família (Dent, Edwards-Jones e Mcgregor, 1995; Gasson, 1973; Ondersteijn, Giesen e Huirne, 2006). Neste contexto, os fatores edafoclimáticos, que são elementos variáveis de região para região, as características econômicas e políticas institucionais regionais, a estrutura do mercado de insumos e produtos, o mercado consumidor, a disponibilidade de força de trabalho, as políticas fundiárias e agrícolas, e a percepção que os agricultores têm em relação a estes respectivos fatores, precisam ser considerados de forma efetiva.

De uma forma mais ampla, a dinâmica do território em que os produtores estão inseridos também influencia nas formas de organização dos estabelecimentos, pois as interações que se estabelecem são complexas e multifacetadas. Ao se reportar à complexidade da agricultura familiar, expõe Lamarche (1993, p. 18) “que a agricultura não é um elemento da diversidade, mas, contém nela mesma, a diversidade”. Nesse sentido, as possibilidades decorrentes de diferentes contextos, sejam eles, biofísicos, socioculturais e econômicos, por si só, são elementos suficientes para criar situações diversas e formas diferenciadas de agricultura.

Em síntese, a diversidade de situações observada no meio rural possui múltiplas dimensões, decorrentes de características (edafoclimáticas, técnico-produtivas, político-econômicas, socioculturais, comportamentais) que estão permanentemente em interação, e em larga medida, são indissociáveis. As interações que se estabelecem entre as esferas da produção, os objetivos dos agricultores e sua família, e a articulação ante as restrições e possibilidades internas e externas ao estabelecimento e às características regionais, contribuem sobremaneira para forjar essa diversidade de pecuaristas, de sistemas de produção e de tomada de decisão.

Características técnico-produtivas e socioeconômicas de pecuaristas e/ou estabelecimentos de bovinos de corte de base familiar

A bovinocultura de corte de base familiar está presente em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul e apresenta configurações variadas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006), do total de estabelecimentos envolvidos na pecuária de corte, 86,0% deles são de natureza familiar. Do total de 11,2 milhões de cabeças do rebanho bovino

gaúcho, 36,3% encontram-se em propriedades familiares. Esses dados, em larga medida, demonstram a importância socioeconômica da pecuária familiar no estado.

Com base na estratificação do agrupamento de 249 pecuaristas que possuem fortes características de pecuária familiar,<sup>3</sup> identificado por Andreatta (2009), a partir da análise fatorial e da análise de *Clusters*, pode-se inferir que a principal atividade produtiva dos estabelecimentos é a bovinocultura de corte, realizada basicamente sobre o campo nativo. Os indicadores de desempenho técnico-produtivos e de eficiência econômica são bastante baixos e na média geral negativos (Quadro 1), o que torna os pecuaristas deste perfil bastante dependentes de recursos de outras fontes de renda. Apesar do ingresso de recursos advindos de outras fontes de renda, estes pecuaristas encontravam-se, no período da pesquisa, fragilizados economicamente, em larga medida devido os baixos preços do gado bovino no período da pesquisa de campo, no ano de 2004.

De um modo geral, o tamanho médio dos estabelecimentos deste conjunto de pecuaristas é de 605,21 ha, no entanto, praticamente a metade deles explora uma área de até 250 hectares (Quadro 1). Estes pecuaristas predominantemente produzem sobre áreas próprias, na condição de proprietários. Mesmo assim observa-se a utilização de áreas “de” terceiros e a disponibilização de áreas “para” terceiros para realizar a produção, sendo que parte deles combinam estas duas formas. Esta tem sido uma estratégia recorrente para aumentar as áreas de exploração no primeiro caso; e no segundo caso, assegurar o ingresso de recursos na forma de arrendamento direto, ou mesmo para garantir áreas de pastagens cultivadas no período do inverno (Quadro 1).

O comportamento dos “pecuaristas familiares”, em relação à utilização de áreas de terceiros e disponibilização de área para terceiros tende a ser um reflexo da desvalorização da atividade pecuária e da valorização das atividades relacionadas às lavouras. Bierhals e Ferraz (2008) comentam que em períodos desfavoráveis à pecuária e, ainda, favoráveis às lavouras (período 2001-2006), ocorrem rearranjos em relação à utilização da terra. Em locais onde esses rearranjos têm sido possíveis, a bovinocultura de corte tem sido “remetida” para as terras de pior qualidade, em decorrência da rentabilidade esperada dessas terras. Como consequência ocorre a expansão das áreas de lavouras. De acordo com Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater-RS – (2005), no Rio Grande do Sul, entre os anos

---

<sup>3</sup> Apesar de não atender plenamente principalmente o critério do tamanho da área e o da renda familiar, estes pecuaristas trazem na sua forma de exploração e uso da terra, nas estratégias de reprodução, na utilização da mão de obra, bem como na tomada de decisão fortes características da “pecuária familiar”.

1999-2005, a estimativa foi de um aumento de aproximadamente um milhão de hectares das áreas de cultivo.

**QUADRO 1**  
**Indicadores técnico-produtivos e econômicos de pecuaristas de base familiar no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2004**

<b>Especificação</b>	<b>Aspectos mais representativos</b>
Estrutura Fundiária e Uso da terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Estabelecimentos de menor tamanho (predomínio de EA entre 520 e 700 ha);</li> <li>– Aproximadamente 85% da área dos EA aptas para exploração agropecuária;</li> <li>– Aproximadamente 80% da área constituída por áreas próprias;</li> <li>– Basicamente pastagens; predomínio do campo nativo.</li> </ul>
Características produtivas da Bovinocultura de Corte	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Número de an. Bovinos: em torno de 340 ua;</li> <li>– Área de pastejo: entre 300 ha e 540 ha;</li> <li>– Lotação da área de pastejo (em torno de 1,13 ua total/ha);</li> <li>– Predominantemente cruzamento entre raças zebuínas e gado geral;</li> <li>– Sistema de criação predominante é do tipo cria e ciclo completo;</li> <li>– Presença de bovinos rastreados em poucos EA (em torno de 10% dos EA);</li> <li>– Produtividade da terra da bovinocultura de corte muito baixa (em torno de 33,00 R\$/ha).</li> </ul>
Composição do Produto Bruto e Rendas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Predomínio da participação da bovinocultura de corte na composição do PB total;</li> <li>– Contribuição da renda agrícola na composição da Renda Total muito baixa (em torno de 11%);</li> <li>– Contribuição de todas Outras Rendas na composição da renda total expressiva;</li> <li>– Nível de endividamento baixo (em torno de 0,80% do capital imobilizado);</li> <li>– Taxa de lucro média negativa (em torno de - 2%).</li> </ul>

Fonte: Andreatta (2009) com base em Sebrae, Senar e Farsul (2005).

O sistema de produção predominante destes pecuaristas está baseado na criação de bovinos de maneira extensiva. Mais de 85% da superfície agrícola útil (SAU) é ocupada com pastagens, destas, em torno de 83%, predominantemente com campo nativo. Por outro lado, estes pecuaristas apresentam um baixo percentual médio de área útil ocupada com pastagens cultivadas e lavouras anuais (Quadro 1). Em larga medida, estas áreas de pastagens cultivadas cumprem uma função de “hospital”, sendo utilizadas basicamente para alocar os animais doentes, com maior deficiência nutricional, como as vacas prenhas

ou após a parição. Ainda que pequenas áreas são consideradas estratégicas, pois são um recurso importante para a recuperação dos animais.

O tamanho médio do rebanho bovino gira em torno de 350 unidades animais (ua). Em contrapartida, a lotação média das áreas de pastejo bovino e total pode ser considerada alta (0,98 ua/ha de bovinos e 1,13 ua/ha total) e tende a não obedecer critérios claros para ajustar a carga animal (Quadro 1). Assim, parece não haver uma análise mais equilibrada relacionada ao tipo e as condições das áreas de pastejo, das condições edafoclimáticas, das estações do ano e das regiões onde os estabelecimentos estão localizados. Nabinger (2006) expõe que, como consequência, além da baixa produtividade obtida, a carga animal elevada por um período contínuo pode acarretar a degradação do principal recurso de produção destes pecuaristas e de um bioma que contém uma rica biodiversidade, que é o campo nativo.

Costa e Rehman (1999) destacam que o paradoxo da “superlotação do campo” está estreitamente relacionado ao fato de que o “estoque de animais” se constitui um fim em si mesmo. A incerteza em relação ao futuro, associado a fatores econômicos, como o receio de longos períodos de inflação, a fragilidade social e das instituições econômicas brasileiras induzem os pecuaristas a considerar o rebanho como uma reserva de valor. A segurança também é um elemento importante, uma vez que o gado é um produto que possui liquidez, pois pode ser prontamente vendido em períodos de dificuldades.

Considerando o padrão racial do rebanho, é expressivo o percentual de estabelecimentos de “pecuária familiar” onde predominam animais “sem raça definida” (41,77%) e cruzamentos variados com raças zebuínas (42,97%). É importante ressaltar que estas características não são uma particularidade somente dos estabelecimentos de pecuaristas de base familiar. A falta de uma genética mais padronizada do rebanho bovino gaúcho pode ser considerada um problema estrutural, relacionado à forma como a atividade foi se moldando ao longo do tempo. Devido à sensibilidade das raças europeias trazidas para o Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX, os animais dessas raças foram sendo “cruzados” com os de raças zebuínas, o que os atribuía uma rusticidade maior, capaz de suportar as adversidades advindas de fatores climáticos, alimentação e sanidade (Fontoura, 2000; Mielitz Neto, 1994).

Em relação aos indicadores de eficiência agroeconômica relacionados à bovinocultura de corte, mais especificamente dos pecuaristas de base familiar considerados na análise, no geral, a média observada é bastante baixa. A Margem Bruta da Bovinocultura de Corte e a Margem Bruta por área média de pastejo é positiva, porém extremamente baixa. Os indicadores relativos à margem bruta demonstram que o valor apurado, no ano de 2004, com a comercialização do rebanho permitem remunerar basicamente os custos de



produção, não remunerando as despesas de capital, impostos, despesas financeiras, assim como a mão de obra familiar.

O dispêndio em insumos por unidade bovina total apresentado é, em geral, bastante reduzido. Associado ao perfil das pastagens pode-se assumir que estes pecuaristas, majoritariamente desenvolvem a bovinocultura basicamente dependendo dos recursos naturais, e com baixa utilização de insumos. No entanto, quando se compara a relação custo-benefício (insumos-receita), principalmente quanto os preços do produto (no caso o gado) como os vigentes no período da pesquisa de campo, esse tipo de pecuarista tende a levar vantagem no preço unitário de comercialização. Isto decorre do fato que a reduzida utilização de insumos externos acarreta um baixo custo de produção, uma vez que a atividade está baseada na utilização dos recursos disponíveis em nível do estabelecimento (mão de obra familiar e campo nativo).

Os indicadores relacionados à renda agrícola também podem ser considerados baixos e na média, negativos. A grande maioria destes pecuaristas obtém recursos de outras fontes de renda. Entre as rendas externas, destaca-se ingressos de recursos provindos do arrendamento de áreas do estabelecimento, para terceiros. Também é importante a contribuição das aposentadorias e das rendas não agrícolas. Apesar de significativo o ingresso destes recursos, *a priori*, no período da pesquisa eles não foram suficientes para subsidiar os déficits das atividades produtivas, e ainda, garantir a reprodução social desses pecuaristas. Por outro lado, o nível de endividamento pode ser considerado bastante baixo, girando em torno de 0,90% do capital imobilizado, e sugere que os pecuaristas são bastante cautelosos quando se trata de contrair financiamentos ou empréstimos, evitando uma maior exposição ao risco do patrimônio existente.

Quando se trata de avaliar a renda agrícola (ou seja a capacidade de geração de recursos que permita remunerar a mão de obra familiar e ainda a possibilidade de realização de investimentos), somente 14% dos pecuaristas obtiveram renda agrícola média positiva (R\$ 12.823,04/ano). Apesar de permitir a remuneração mínima da mão de obra familiar (R\$ 3.671,50 UTH/ano), a mesma pode ser considerada baixa e não habilita os “pecuaristas familiares” a realizarem investimentos de qualquer natureza. Quando se considera a Renda Total, 133 pecuaristas (53,41%) dos pecuaristas deste perfil passam a apurar resultados positivos. Isso demonstra que em 72,93% (97 EA) dos estabelecimentos, o ingresso de recursos de outras fontes de renda é de suma importância e, em larga medida, financia as atividades agropecuárias (Quadro 1).

A produção e a geração de renda agrícola deste conjunto de pecuaristas dependem significativamente das condições naturais e dos preços dos bovinos.

Como a utilização de insumos, no que concerne à bovinocultura, é muito baixa, a renda agrícola depende basicamente dos preços de mercado dos produtos comercializados. Dessa maneira, em períodos de crise e de fase de preços baixos, como o do período da pesquisa de campo, a capacidade de geração de renda tende a ser muito baixa. Quando os preços de mercado aumentam, estes pecuaristas conseguem obter rendas mais expressivas, mas não necessariamente o movimento de preços é suficiente para impulsionar investimentos em pastagens cultivadas (quando as condições de solos e relevo permitem), em melhoramento de campo nativo e no rebanho.

Quanto ao calendário de trabalho, em média, dedicam em torno de cinco dias a seis dias de trabalho por semana no estabelecimento. Em relação à disponibilidade de mão de obra, em torno de 60% provém de pessoas da família para a realização das atividades.

No contexto das atividades agrícolas, a bovinocultura de corte é compatível com outras atividades fora do estabelecimento. Aos moldes extensivos, o calendário da bovinocultura de corte é flexível, demandando menor disponibilidade de mão de obra, e permitindo aos pecuaristas realizarem as tarefas de acordo com a sua disponibilidade de tempo. No Rio Grande do Sul, a bovinocultura de corte também está muito associada à tradição e a cultura, isso pode levar a situações em que o estabelecimento está relacionado a aspectos lúdicos e aos estilos de vida. Nestes casos, constata-se que a eficiência produtiva e os rendimentos da atividade agrícola, podem ser objetivos secundários.

Quanto ao ingresso de rendas não agrícolas, pode-se denotar duas situações. A primeira, amplamente estudada no âmbito da agricultura familiar, pode estar associada a uma estratégia de incremento de renda do estabelecimento, sobretudo em períodos de crise agrícola. A segunda situação relaciona-se à disponibilidade de mão de obra ou aos objetivos diferenciados dos agricultores, fatores que podem levar integrante(s) da família a buscar trabalho fora do estabelecimento (Silva, Del Grossi e Campanhola, 2005).

### **Aspectos socioculturais, características e percepções de pecuaristas e/ou estabelecimentos de bovinos de corte de base familiar**

A compreensão do funcionamento de um estabelecimento agrícola passa, necessariamente, pela compreensão da lógica e racionalidade do agricultor e sua família (Miguel, 2009). Entendido dessa forma, o manejo, as práticas e os investimentos tendem a ser reflexos de uma “análise” que o agricultor realiza, considerando as possibilidades e restrições dos recursos disponíveis e de seus objetivos.

As características dos pecuaristas demonstram que a idade média dos responsáveis pelos estabelecimentos é de 58 anos, a média de anos que frequentaram a escola varia em torno de oito anos e o tamanho médio da família relacionada à atividade pecuária é de aproximadamente três pessoas.

O nível de escolaridade, em média, pode ser considerado baixo. No entanto, quando se consideram os(as) filhos(as) dos proprietários como os(as) responsáveis pelo estabelecimento, o nível de escolaridade é mais elevado (Quadro 2). Também é mais expressivo o percentual daqueles que possuem educação formal vinculada à agropecuária. Tal comportamento, em larga medida, denota uma situação mais favorável dos possíveis sucessores e herdeiros, no que se refere a continuidade das atividades produtivas. Ondersteijn, Giesen e Huirne (2003) concluíram que as características dos agricultores, principalmente o nível educacional, possui influência significativa sobre as suas escolhas estratégicas. Salientam os autores que um maior nível de educação tende a possibilitar uma melhor interpretação das informações, sendo um aspecto importante para a realização de mudanças e adaptações no estabelecimento.

Considerando que é uma característica das pessoas que possuem relação estreita com a terra, e ainda, reforçada pelos fortes laços com a tradição que envolve a atividade da pecuária de corte, é natural que os pais desejem que seus filhos(as) deem continuidade ao estabelecimento agrícola. De um modo geral, estes pecuaristas manifestam um forte desejo de permanecer envolvidos com a agricultura/pecuária; em torno de 66% dos pecuaristas apresentaram a perspectiva de que pelo menos um(a) dos(as) filhos(as) dê continuidade ao estabelecimento (Quadro 2). Apesar de significativo, entre este conjunto de pecuaristas se observa um sentimento de incerteza em relação à sucessão. Essa situação pode ser decorrente das dificuldades econômicas em que se encontram os respectivos estabelecimentos. Alguns pecuaristas entendem que outras atividades não agrícolas podem oferecer uma possibilidade de futuro mais estável para os seus descendentes.

Outro elemento a considerar quando se trata de analisar os arranjos que o agricultor realiza para organizar o funcionamento do estabelecimento, é a forma como ele se insere na comunidade local e regional. Esta relação permite identificar os vínculos, os locais de troca de informação e os atores sociais com quem os pecuaristas se relacionam. Normalmente estes ambientes tendem a ser o *locus* onde ocorrem as reuniões e possíveis espaços de difusão de informações, seja entre os próprios pecuaristas, seja entre pecuaristas e equipes técnicas. Conforme o Quadro 2, o canal de informação mais utilizado por este conjunto de “pecuaristas familiares” é a televisão (45,78% dos entrevistados); seguido dos dias de campo, palestras e cursos (16,06% dos entrevistados).

## QUADRO 2

### Aspectos técnico-produtivos, socioeconômicos e de percepção de pecuaristas de base familiar no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2004

Indicadores	Aspectos mais representativos
Características dos pecuaristas, informação e inserção social	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Idade média do responsável pelo EA: 58 anos;</li> <li>– Tamanho médio da família: três pessoas;</li> <li>– Número de anos de frequência na escola: em torno de oito anos;</li> <li>– Previsão de possíveis sucessores é verificada em torno de 66% dos EA;</li> <li>– Decisões produtivas estão concentradas no chefe do EA;</li> <li>– Meios de informação se constituem basicamente na televisão e dias de campo, palestras e cursos;</li> <li>– Participam predominantemente no sindicato patronal; cooperativas e associações locais de produtores.</li> </ul>
Motivações e percepções dos pecuaristas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Principais motivações para atuar na bovinocultura são a tradição e satisfação pessoal;</li> <li>– Autodenominam-se, predominantemente, produtores rurais e pecuaristas familiares e pecuaristas;</li> <li>– Investimentos prioritários em compra de terras e bovinocultura de corte;</li> <li>– Incerteza e preços baixos são os principais problemas relacionados à bovinocultura;</li> <li>– Comercializam gado, principalmente quando precisam de dinheiro e quando precisam liberar o campo.</li> </ul>
Regionalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Localizam-se predominantemente nas regiões de Campos de Cima da Serra, da Depressão Central Leste, Vale do Alto Uruguai e Encosta do Nordeste.</li> </ul>

Fonte: Andreatta (2009) com base em Sebrae, Senar e Farsul (2005).

A principal entidade de classe é o sindicato patronal, embora identifique-se um número razoável de pecuaristas vinculado ao sindicato dos trabalhadores (20,88%). Aproximadamente 43% afirmaram serem sócios de cooperativas e aproximadamente 36% manifestaram participação em associações locais de produtores e/ou criadores. Cezar (1999), analisando o comportamento de pecuaristas no Mato Grosso do Sul, identificou que existem fortes laços de confiança entre os pecuaristas. Segundo o autor, essa relação de confiança proporciona que as trocas de informações e de experiências sejam socializadas entre os próprios pecuaristas.

As decisões produtivas são basicamente realizadas pelo chefe e/ou responsável pelo estabelecimento agrícola e denotam uma centralização expressiva. Ainda, em relação às decisões produtivas, em torno de 30% dos “pecuaristas

familiares” afirmaram terem alterado os seus respectivos sistemas de produção entre os anos de 2001 e 2004. A principal alteração implementada consistiu no aumento das áreas de lavouras (principalmente devido ao arrendamento de áreas para terceiros), com redução do efetivo do rebanho.

O uso de recursos informatizados, para a gestão do estabelecimento, ainda são muito pouco utilizados. O principal tipo de utilização ocorre basicamente para o controle contábil. Aproximadamente 8% do total de “pecuaristas familiares” utilizam a informatização para gestão de processos e registros de animais, por exemplo.

Em relação aos processos de gestão e tomada de decisão, pode-se concluir que os pecuaristas criadores de bovinos apresentam um comportamento administrativo bastante centralizador. Neste sentido, constata-se que as decisões são atribuições do chefe ou responsável pelo estabelecimento, estes majoritariamente do sexo masculino. Muito provavelmente, esta configuração está associada com o tamanho da família e a natureza da atividade. Estes resultados se assemelham aos identificados por Cezar (1999), que identificou que 89,4% das decisões de pecuaristas do Mato Grosso do Sul são realizadas por indivíduos do sexo masculino (Quadro 2).

Entre as principais motivações deste grupo de pecuaristas para criar bovinos de corte, destaca-se a tradição e satisfação familiar (28,92% e 27,71% dos pecuaristas), respectivamente. Assim mais de 50% revelam motivações de ordem não econômica como um fator importante para atuar na bovinocultura de corte. De acordo com Billaud (1998, p. 175), “ao se conhecer a percepção dos agricultores sobre sua ocupação, ou sobre determinadas decisões que ele realiza, é possível fazer dela um indício mais geral do sistema de valores que organiza as condutas individuais”.

Estas motivações, em parte, tendem a ser decorrentes das características da bovinocultura de corte, ou seja, uma atividade secular, vinculada à formação histórica do estado. Além disso, os processos de fracionamento e herança também podem ser um dos fatores que contribui para esse comportamento, uma vez que é expressiva a presença de pecuaristas *part-time*, que atuam na bovinocultura de corte e em outras atividades paralelas. A presença de outras atividades e/ou outras fontes de renda tendem a contribuir para a reprodução social do pecuarista e da família; podendo ser um fator que também ajude a explicar o fato destes elencarem a tradição e a satisfação pessoal, como as motivações mais significativas para atuarem na bovinocultura de corte.

Em relação às questões da comercialização, 96% dos “pecuaristas familiares” entrevistados mencionaram os preços baixos do gado como um dos principais entraves, relacionados ao comércio de gado. Esse alto percentual é justificável, pois, no período da pesquisa o quilo do boi vivo variava entre R\$

1,40 e R\$ 1,60, podendo ser considerado bastante baixo. Esta situação era oposta ao comportamento dos preços dos insumos, embalado pelo momento favorável vivido pelas atividades de lavoura. Esse “descolamento” dos preços de insumos e produto na pecuária, em larga medida, se mostra relevante pois a base da alimentação pecuária, assim como alguns insumos relacionados às pastagens têm uma relação estreita com os insumos da lavoura. Além disso, como esses pecuaristas produzem com base nos recursos naturais disponíveis em nível do estabelecimento, o preço é um elemento chave para auferir uma maior taxa de lucro.

Outro fator identificado como sendo um problema por parte dos pecuaristas consiste na distância de seus estabelecimentos em relação aos frigoríficos ou açougues. Dois fatores tendem a estar associados a esta relação. A primeira decorre de uma questão de transporte e logística, ou seja, da distância e as condições de acesso em relação aos frigoríficos regionais e centros consumidores, que dificultam a comercialização e o escoamento da produção. A segunda pode ser verificada em estabelecimentos com menor área, não somente a distância, mas também a escala de produção/comercialização e os objetivos do pecuarista podem explicar as dificuldades encontradas com a comercialização da produção. A dificuldade em obter uma “carga fechada”, por exemplo, pode ser uma limitação nos processos de comercialização. Essa situação foi identificada por Sandrini (2005) em um estudo sobre comercialização, mercados e inserção de pecuaristas familiares, na cadeia da carne bovina.

Quando se trata de “decidir” o momento de realizar a comercialização, majoritariamente os pecuaristas mencionam a identificação do “melhor preço”. Contudo, em larga medida o preço é determinado sob condições de oferta e demanda e somente em situações muito específicas os pecuaristas possuem poder de barganha suficiente para interferir no preço do gado. É muito comum a comercialização ocorrer em decorrência de uma necessidade de liberação do campo, mas principalmente pela necessidade de auferir rendas, em situações adversas. Visto desta forma, entende-se que o “pecuarista familiar” raciocina na lógica da maximização do número de animais, em detrimento da produção/ produtividade. Como consequência, a comercialização não se efetiva mediante uma oportunidade de mercado ou quando os animais estão aptos para o abate, mas mediante alguma emergência. Nessa situação, vende-se a quantidade de animais necessária e, normalmente, para outros pecuaristas.

Os estabelecimentos em que o sistema de criação é do tipo cria ou cria/recria, os terneiros se constituem em um ativo de elevada liquidez, passíveis de serem transformados em dinheiro rapidamente. A mesma situação é identificada em relação à necessidade de liberar áreas de campo. De um modo geral, esses pecuaristas comercializam mediante pressões advindas da necessidade de

auferir rendas, ou da necessidade de aliviar a pressão das áreas de pastejo. Este tipo de comportamento do pecuarista pode ser um dos principais motivos que dificultam o ajuste da carga animal.

Em sistemas de criação do tipo cria e cria/recria, é recorrente a transação ser realizada “entre pecuaristas” e, ainda, frequentemente os compradores e vendedores são de uma mesma região. Assim, o grau de confiança, o conhecimento e a possibilidade de repatriar o gado se constitui em uma transação de menor risco.

A mesma situação é verificada em relação ao padrão racial. De um lado, o desejo de praticamente todos os pecuaristas de obter um valor diferenciado em função da raça; de outro, aproximadamente 35% dos pecuaristas reconhece os problemas decorrentes da “falta de um padrão de raça”, por exemplo (Quadro 1). Entre os estabelecimentos considerados na pesquisa, além da quantidade significativa daqueles que possuem rebanho “sem raça definida”, foi identificada a existência de mais de 30 tipos de cruzamentos raciais. No entanto, a qualidade e a padronização, juntamente com aspectos relacionados à sanidade, são as principais exigências dos agentes compradores, pois na ponta da cadeia estão consumidores e importadores também exigentes. Esses fatores, cada vez mais, pressionam os pecuaristas a se adequarem às exigências dos consumidores.

Neste contexto, essa perspectiva de investimentos futuros, tomada de forma isolada, revela um paradoxo, pois à medida que os pecuaristas mencionam a crise na bovinocultura, a aquisição de mais áreas de terras e o investimento na bovinocultura de corte se constituem nos principais anseios desses mesmos pecuaristas. No entanto, essa manifestação é compreensível quando se considera, por exemplo, o elevado percentual de pecuaristas que desejam permanecer atuando na agricultura/pecuária e o desejo de que seus sucessores deem continuidade ao estabelecimento. Isso pode estar relacionado à tradicional associação de que a bovinocultura de corte é viável em estabelecimentos maiores, ou ainda à tradição da bovinocultura.

### **Distribuição de pecuaristas de base familiar no espaço agrário sul-rio-grandense**

Esta seção trata de uma análise da distribuição dos pecuaristas no espaço agrário do Rio Grande do Sul. Neste contexto, buscou-se identificar as regiões onde há a predominância de pecuaristas de base familiar, considerados na amostra. O procedimento estatístico utilizado foi o Qui Quadrado de Pearson, amplamente utilizado para esse tipo de relação.

Em linhas gerais é preciso considerar que os pecuaristas de base familiar, com suas características e especificidades, são encontrados em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul. No entanto, com base no conjunto de observações considerados na pesquisa, eles estão localizados em maior número nas regiões de Campos de Cima da Serra, Depressão Central Leste, Encosta do Noroeste, Serra do Sudeste e Vale do Alto Uruguai.

A concentração de pecuaristas de base familiar, considerando a amostra de cada região específica, varia entre 70% e 100%, com exceção da região de Campos de Cima da Serra, onde esse percentual é um pouco menor. No entanto, essas regiões possuem especificidades que, em larga medida, condicionam essa configuração.

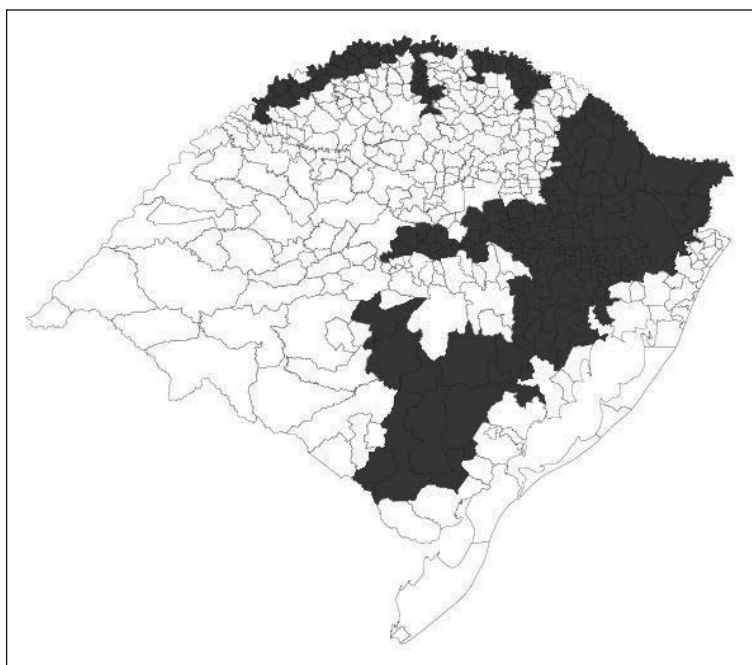


Figura 1 – Regiões do estado Rio Grande do Sul com predomínio de pecuaristas de base familiar no ano de 2004

Fonte: Andreatta (2009), com base em Sebrae, Senar e Farsul (2005).

Nas regiões com predominância de pecuaristas de base familiar, se comparada com as demais regiões (Planalto, Campanha Meridional, Campanha Sudoeste e Planície Costeira), apresentam áreas de campo nativo de menor qualidade. As possibilidades de constituição de pastagens permanentes, campo



nativo melhorado e pastagens cultivadas esbarram, na maioria das vezes, nas dificuldades técnicas para esse tipo de procedimento, e também nas dificuldades econômico-financeiras dos produtores.

Nas regiões em que predominam núcleos de agricultura e pecuária familiar, o tamanho das áreas de campo nativo varia entre 70 e 150 ha, e o sistema de criação predominante é a cria. Assim, a comercialização de terneiros acaba sendo em pequena escala, realizada quase sempre com vizinhos, em decorrência da necessidade de dinheiro para alguma eventualidade, ou mesmo com vista a liberação do campo.

Nas regiões típicas de colônia no Rio Grande do Sul, como o Alto Uruguai e a Encosta do Nordeste, a bovinocultura de corte, em larga medida, se constitui em uma atividade secundária. Nestas regiões, a pecuária de corte é realizada como forma de potencializar áreas de difícil aproveitamento para outras atividades agrícolas, ou ainda, como uma alternativa à falta de mão de obra e à idade avançada dos proprietários do estabelecimento.

A questão da idade avançada dos pecuaristas assim como a falta de mão de obra, é também percebida nas demais regiões, onde a bovinocultura de corte é a atividade agropecuária principal. Tal situação acarreta um número significativo de pecuaristas atuando na bovinocultura de maneira tradicional, na sua grande maioria sem primar por padrão genético, melhoramento das áreas de pastejo e índices de lotação adequados.

As regiões mais tradicionais na bovinocultura de corte (Serra do Sudeste, Depressão Central Leste e Campos de Cima da Serra) apresentam como transformação recente o florestamento com espécies exóticas, para a exploração comercial. Entre os pecuaristas de base familiar nas regiões da Encosta do Nordeste e Depressão Central Leste, por exemplo, entre 70% e 75% dos estabelecimentos possuem cultivos de florestas exóticas sendo que aproximadamente 15% da área dos estabelecimentos estão ocupadas com essa atividade.

Um dos elementos que nos permite explicar a configuração dos perfis de pecuaristas está relacionado ao uso da terra e aos aspectos técnico-produtivos e econômicos, muito embora, fatores relacionados aos aspectos não econômicos contribuam para explicar essa estratificação. Dessa forma, o agrupamento de regiões obedece, considerando o perfil dos pecuaristas, em larga medida, às possibilidades do acesso e uso da terra, e todas as implicações relacionadas com esse importante fator de produção.

Ainda que não se tenha realizado uma discussão mais aprofundada sobre a divisão clássica entre estabelecimentos pecuários tradicionais e empresariais, é possível inferir que os pecuaristas de base familiar tendem a caracterizar um típico pecuarista ou um estabelecimento de bovinocultura tradicional, prati-

cada aos moldes extensivos. Aparte a discussão sobre preços e as variáveis que explicam a variância dos dados, pode-se imputar que a “tradição” seja um dos principais fatores que explica a presença significativa deste tipo de pecuaristas em todas as regiões do estado. A tradição pode ajudar a explicar inclusive a existência deste tipo de pecuaristas em locais em que as particularidades de relevo e formas de ocupação permitem a diversificação das atividades agrícolas.

Neste contexto, os pecuaristas que reúnem essas características são menos sensíveis à variação de preços, dessa forma menos propensos a investimentos em tecnologias, ainda que isso implique em apurar produtividade e rendimentos muito baixos e até mesmo negativos, em períodos de crise, como o verificado no período da pesquisa. Essa renúncia à busca de alternativas e investimentos, que permitam uma melhoria dos indicadores de produção e produtividade, é feita buscando preservar um modo de vida muito particular, conforme identificou Ribeiro (2009).

Essa abdicação às tecnologias e ao uso de insumos, entendida como uma irracionalidade do ponto de vista técnico-produtivo deve ser compreendida como uma racionalidade de longo prazo do pecuarista, que busca não praticar ações que possam comprometer o patrimônio atual e para as gerações futuras. Nestes casos, a preservação do estabelecimento, para ser transmitida pelo menos a uma geração de sucessores, é um dos principais objetivos destes pecuaristas.

Por outro lado, em função da dificuldade de mecanização e melhoria dos solos, ou mesmo pela sua própria racionalidade, é pertinente mencionar que os “pecuaristas familiares” são atores sociais incontornáveis para a manutenção do bioma Pampa, seriamente ameaçado de extinção.

## **Considerações finais**

O ponto de partida desse estudo está baseado no entendimento de que a organização do estabelecimento agrícola pressupõe a compreensão dos aspectos técnico-produtivos e as características dos pecuaristas. Também foram consideradas as relações que se estabelecem entre os pecuaristas, O entorno e as particularidades regionais. Entendido dessa forma, buscou-se caracterizar e analisar os pecuaristas de base familiar do Rio Grande do Sul.

As constatações mais gerais dão conta de que a dinâmica dos pecuaristas de base familiar envolvidos com a criação de bovinos de corte está estreitamente relacionada com fatores que ultrapassam a esfera dos aspectos técnico-produtivos e oportunidades de mercado. Assim, foi possível identificar que as relações ligadas à tradição familiar e modos de vida se constituem em

objetivos e elementos suficientes para justificar a permanência da propriedade e a criação de bovinos, mesmo com um baixo uso de tecnologias e o retorno financeiro baixo, e muitas vezes, negativo.

Ainda que essa pesquisa se constitua em um “panorama” dos estabelecimentos pecuários de base familiar, relacionado ao período 2003/2004, e, portanto não se tenha elementos para comparações, em dois ou mais momentos no tempo, do ponto de vista técnico-produtivo, o perfil dos solos e as possibilidades relacionadas ao uso da terra possuem uma influência significativa no desempenho dos estabelecimentos analisados. Também contribuem sobremaneira para essa configuração situações relacionadas aos ingressos de recursos advindos de outras fontes de renda, e as características e objetivos dos pecuaristas.

A grande maioria dos pecuaristas de base familiar, para fazerem frente aos períodos de crise, procura reduzir imediatamente os custos de produção, normalmente baixos, em decorrência de uma baixa inversão em tecnologia. Desta forma, seguem atuando de maneira extensiva, aos moldes tradicionais, e dependendo basicamente dos recursos naturais. A relação entre preços do gado e o custos dos insumos são determinantes para a manutenção deste tipo de pecuarista, que privilegia a não realização de investimentos mais significativos, uma vez que sua racionalidade mais latente é evitar o endividamento e a de não comprometer o patrimônio no longo prazo.

É inegável a expressividade do ingresso de outros tipos de renda, uma vez que estão presentes em mais de 80% dos estabelecimentos considerados na pesquisa. Em muitos estabelecimentos essas rendas são a garantia da reprodução social, e ainda, muitas vezes, funcionam como financiadores das atividades agrícolas. Em outras a eficiência produtiva e a obtenção de rendas expressivas na bovinocultura de corte é um objetivo secundário. Não raro, as razões que induzem esses pecuaristas a manterem a propriedade da terra e o rebanho, está relacionada à tradição, a satisfação pessoal e a um estilo de vida. Quando isso ocorre, tende a predominar os modos de produção tradicionais, ou seja, a atividade é conduzida aos moldes extensivos e fortemente tributária das condições naturais.

No âmbito dos estudos rurais, as particularidades regionais assumem um papel relevante e é um elemento importante na configuração dos estabelecimentos agrícolas. De um modo geral, a distribuição espacial dos pecuaristas nas respectivas regiões, está relacionada com as possibilidades que se apresentam em função do perfil do relevo, dos solos e do clima. Em regiões de relevo menos dobrado, com solos mais férteis e aptos ao uso de mecanização, a diversificação de atividades produtivas permite ao pecuarista configurar seus sistemas de criação ou de cultivo, visando adequá-los às tendências do mercado; muito

embora, nem todos os pecuaristas que reúnem as condições edafoclimáticas para a implantação de lavouras ou arrendamento de terras, efetivamente realizam esses procedimentos. Desta forma, a distribuição espacial dos pecuaristas considerados na pesquisa, demonstra que a tradicional regionalização do estado em uma Metade Sul basicamente “pecuária” e uma Metade Norte “Agrícola” pouco se aplica para explicar a dinâmica atual, não só da pecuária, como das atividades de lavoura, no Rio Grande do Sul.

Ainda que o estudo não tenha como objetivo uma análise do ponto de vista ambiental, é importante ressaltar que as possibilidades de preservação do bioma Pampa tende a estar fortemente relacionada aos pecuaristas de base familiar. Isso ocorre em decorrência desse tipo de pecuarista realizar suas atividades produtivas baseadas nos recursos naturais, na maioria das vezes, seja em função das condições de solos e relevo, assim como de racionalidade produtiva, com pouca intervenção nestes sistemas. Neste contexto, a utilização do campo nativo como o principal recurso de produção, tende a constituir o “pecuarista familiar” em um ator decisivo para a preservação desse bioma fortemente ameaçado pela expansão das áreas de lavoura e pelo florestamento em escala comercial de espécies arbóreas exóticas.

## Referências

- ANDREATTA, T. *Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- ASSOCIAÇÃO Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. *Estatísticas sobre área plantada no ano 2005*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por tanice.andreatta@ufrgs.br. em 20 jan. 2009.
- BIERHALS, J. D.; FERRAZ, J. C. *Anuário da Pecuária Brasileira*. São Paulo: Instituto FNP, 2008, p. 34-40.
- BILLAUD, J. P. Inventar uma ética profissional: as regras de um jogo obrigatório. In: LAMARCHE, H. (Org.). *A agricultura familiar: Comparação Internacional. Do Mito à Realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 175-205.
- CEZAR, I. M. *Participatory knowledge information system for beef farmers - a case; of Ecology and Resource Management*, University of Edinburgh, Edinburgh, 1999.
- CHIA, E. et al. Comprender, dialogar, coproducir: reflexiones sobre el asesoramiento en el sector agropecuario. *Agrociência*, Montevideu, v. 7, n. 1, p. 77-91, 2003.
- COTRIM, M. *Pecuarista Familiar na região da “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e socioagronômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2003.

COSTA, F. P.; REHMAN, T. Exploring the link between farmers' objectives and the phenomenon of pasture degradation in the beef production systems of Central Brazil. *Agricultural Systems*, Great Britain, v. 61, n. 2, p. 135-146, 1999.

DENT, J. B.; EDWARDS-JONES, G.; MCGREGOR, M. J. Simulation of ecological, social and economic factors in agricultural systems. *Agricultural Systems*, Great Britain, v. 49, n. 4, p. 337-351, 1995.

DOSSA, D. A compreensão do funcionamento técnico-econômico da propriedade rural: uma aplicação da Teoria do Comportamento Adaptativo dos Produtores (TCAP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DA ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. *Anais...* Natal: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1997. p. 640-652.

EDWARDS-JONES, G. Modelling farmer decision-making: concepts, progress and challenges. *Animal Science*, Cambridge, v. 82, p. 783-790, 2006.

EDWARDS-JONES, G.; MCGREGOR, M. J. The necessity, theory and reality of developing models of farm households. In: DENT, J. B.; MACGREGOR, M. (Org.). *Rural and farming systems analysis*. Edinburgh: CAB International, 1994. p. 338-352.

FONTOURA, L. F. M. *Macanudo Taurino*: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da campanha gaúcha. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GASSON, R. Goals and values of Farmers. *Journal of Agricultural and Resource Economics*, v. 24, p. 521-537, 1973.

HAIR JR., J. F. et al. *Análise Multivariada de Dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário de 2006*: agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LAMARCHE, H. *Agricultura familiar*: comparação internacional. Uma realidade multi-forme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MIELITZ NETTO, C. A. G. *Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira*. 1994. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MIGUEL, L. Abordagem sistêmica da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, S. A. et al. (Org.). *Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 11-17. (Série Ead).

NABINGER, C. Manejo e produtividade das pastagens nativas do subtropico brasileiro. In: SIMPÓSIO DE FORRAGEIRAS E PRODUÇÃO ANIMAL, 2., 2006, Canoas. *Anais...* Canoas: Editora da ULBRA, 2006. p. 25-76.

OCAÑA, A. R. *Propuesta metodológica para el análisis de la toma decisiones de los agricultores*: aplicación al caso del regadío extensivo cordobés. Tesis (Doctoral). Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1996.

ONDERSTEIJN, C. J. M.; GIESEN, G. W. J.; HUIRNE, R. B. M. Identification of farmer characteristics and farm strategies explaining changes in environmental manage-

ment and environmental and economic performance of dairy farms. *Agricultural Systems*, Great Britain, v. 78, n. 1, p. 31-55, 2003.

\_\_\_\_\_. Perceived environmental uncertainty in Dutch dairy farming: The effect of external farm context on strategic choice. *Agricultural Systems*, Great Britain, v. 88, n. 2-3, p. 205-226, jun. 2006.

RIBEIRO, C. M. *Estudo dos modos de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. Pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul. *Série Realidade Rural*, Porto Alegre, v. 34, p. 11-45, 2003.

SANDRINI, G. B. D. *Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

SEBRAE; SENAR; FARSUL. *Diagnóstico de sistemas de produção de bovinocultura de corte do estado do Rio Grande do Sul*. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SILVA, J. G. D.; DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. Novo Rural Brasileiro: Uma atualização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. CD ROOM.

SUERTEGARAY, D. M. N.; GUASSELLI, L. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. N. (Org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27-38.



# O modo de vida dos pecuaristas familiares no pampa brasileiro

*Claudio Marques Ribeiro*

## Introdução

O Rio Grande do Sul, estado localizado mais ao sul do Brasil, teve um processo de ocupação da terra diferenciado do restante do país. Os portugueses ocuparam a parte sul do estado, através da distribuição das sesmarias aos heróis militares. Assim, deu-se a formação das estâncias, em grandes áreas, com criação de gado bovino (trazido anteriormente pelos jesuítas) que passou a se constituir em um importante componente da sociedade rio-grandense.

Esta região do estado (o Pampa brasileiro) foi estruturada sobre a estância como lógica militar de defesa, com produção extensiva de bovinos de corte e com pouca diversificação produtiva. Os bovinos de corte acabaram contribuindo na formação cultural do “gaúcho”. De acordo com Reverbel (1986) “o boi é (num sentido sociológico) o pai do gaúcho”. Segundo o autor, o gaúcho teria sido diferente sem os bovinos na sua formação.

A predominância da bovinocultura de corte, nesta região durante séculos, acabou estabelecendo uma interpretação e um censo comum de que esta seria a região onde haveria apenas as grandes propriedades e os “estancieiros” e onde a pequena propriedade não teria significação e representatividade. Isto é, seria a região onde haveria pouca (ou nenhuma) expressão da “agricultura familiar”.

No início dos anos 2000, entretanto, alguns trabalhos (primeiramente realizados por técnicos da EMATER/RS<sup>1</sup>) passaram a identificar no Rio Grande do Sul (e de forma significativa na Metade Sul) um grupo numeroso de produtores com pequenas áreas, com características de agricultores familiares e tendo como atividade principal a bovinocultura de corte.

Este grupo de agricultores familiares passou a ser chamado de “pecuarista familiar” apenas com o objetivo de identificar uma categoria social diferenciada. E, apesar de existente em número significativo – estimado por Ribeiro (2002 e 2003) em cerca de 20.000 famílias na região do Pampa brasileiro – não vinha sendo, historicamente, reconhecido pelas entidades representativas da

---

<sup>1</sup> Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), instituição executora da extensão rural oficial no Rio Grande do Sul.



sociedade rural rio-grandense e pelos governos devido a sua pouca organização, a sua pouca representatividade política e por se tratar de uma categoria social, até então, pouco descrita e estudada. De certa forma, até os anos 2000 (e de certa forma até hoje), foram “invisíveis” à sociedade. Este desconhecimento também se estendeu aos meios acadêmicos, pois, até recentemente não houve interesse e nem estudos sobre este público.

Assim, este capítulo descreve parte da realidade deste grupo de famílias, fruto da tese de doutorado do autor. O objetivo é apresentar, mais profunda e minuciosamente, a existência dos “pecuaristas familiares” e explicar as suas lógicas de produção e reprodução. Utiliza, como principal conceito, o “modo de vida” que acaba determinando as condutas pessoais e familiares, os sistemas de produção e as relações mercantis deste grupo de famílias.

O capítulo apresenta inicialmente algumas definições de agricultura familiar (e sua diversidade). A seguir, apresenta o conceito de “modo de vida” e os seus componentes que se constituem na principal referência teórica utilizada. Após, apresenta os principais resultados obtidos na pesquisa realizada junto aos pecuaristas familiares. Por fim são feitas algumas considerações e análises sobre o “pecuarista familiar” do Pampa brasileiro.

## **A agricultura familiar**

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil é recente. Apenas nos anos 1990, segundo Schneider (1999), a partir dos trabalhos acadêmicos de Abramovay (1992) e Lamarche (1993 e 1999), e a partir das mobilizações políticas, é que a agricultura familiar obteve o reconhecimento da sua importância.

Diferentes vertentes teóricas (marxista, funcionalista-difusionista, chayanoviana, neomarxista) têm discutido o comportamento dos agricultores familiares nos diversos países do mundo. Inúmeras características, condições e comportamentos (endógenos e exógenos às unidades de produção) explicam as condutas dos agricultores na busca da sua sobrevivência e reprodução.

Assim, a expressão agricultura familiar, sucede aos termos de “pequenos produtores” e “produtores de baixa renda” (Schneider, 1999) como, durante algum tempo, os agricultores familiares foram identificados. A definição de agricultor familiar não se resume a pequeno produtor, mas a um grupo de famílias do meio rural cheia de diversidades e complexidades.

Alguns autores brasileiros (Wanderley, 2003; Neves, 2002; Navarro, 2002) afirmam que há uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em conceituar a agricultura familiar. Afirmam que o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada para enquadramento

dos agricultores como beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Entretanto, todos concordam que a agricultura familiar tem características comuns como a associação estreita entre a família e a produção e onde a família assume a maior parte do trabalho. Isto é, a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A agricultura familiar, portanto, é uma forma de gestão que, a partir da família, organiza os seus “modos de vida” na busca da sua sobrevivência e reprodução a partir dos recursos disponíveis, capacidades e das suas expectativas.

Enfim, o agricultor familiar não é homogêneo e nem único, não é exclusividade de nenhuma região especificamente, acha-se presente, nas suas diferentes formas, pelo estado, pelo país e pelo mundo.

Assim, este trabalho apresenta um tipo de agricultor familiar que tem como atividade principal a bovinocultura de corte extensiva, utiliza a mão de obra da família, tem a maior parte de sua renda oriunda da atividade agrícola e detém áreas de até 300 ha. Este agricultor familiar, que tem as suas estratégias de sobrevivência e reprodução (que são definidas pelo seu modo de vida) é também heterogêneo em suas combinações de atividades, em suas relações mercantis e em suas relações com a natureza.

## **A definição de modo de vida**

A heterogeneidade da agricultura é determinada pelas diferentes estratégias nas formas de sobrevivência e de reprodução realizados pelos agricultores e suas famílias. Estas estratégias compõem os diferentes “*livelihoods*” ou “modos de vida” (Chambers e Conway, 1992; Scoones, 1998; Ellis, 1998; Ellis, 2000). Segundo estes autores as estratégias utilizadas, que vão além da questão da sobrevivência econômica, se constituem em um “portfólio” de alternativas estabelecido pelos agricultores e suas famílias ao longo de suas trajetórias. Estas estratégias são o resultado das decisões familiares que levam em consideração as suas necessidades de reprodução, os seus anseios e vontades, os recursos de que dispõem e o contexto onde estão inseridos.

Os “modos de vida” se constituem em uma abordagem ainda pouco utilizada no Brasil. Peñafiel (2006) e Perondi (2007) utilizaram esta abordagem. Entretanto, os dois autores utilizaram expressões diferentes ao traduzirem o termo inglês “*livelihood*”. Peñafiel (2006) utilizou a expressão “modo de vida” enquanto Perondi (2007) traduziu como “meio de vida”. Conforme Perondi a tradução como meio de vida destoa do sentido mais amplo da expressão

“*livelihoods*” na língua inglesa, o que acaba em português “simplificando seu sentido original” (Perondi, 2007). Neste trabalho optou-se por utilizar a expressão “modo de vida” como seu conceito teórico principal.

A abordagem do modo de vida, de acordo com Ellis (1998), busca compreender as formas nas quais a sobrevivência é obtida pelas pessoas considerando-se além da “renda recebida ou do consumo obtido”, mas sim de uma forma mais ampla e multidimensional.

Como definição, Chambers e Conway (1992) afirmam que “modo de vida” “compreende as (a) capacitações (*capabilities*), (b) os ativos (incluindo recursos sociais e materiais) e (c) as atividades necessárias para garantir os meios de vida e a sua reprodução social” (tradução livre).

### **a) As capacitações**

Ellis (2000) afirma que o termo capacitações (*capabilities*) é oriundo da obra de Amartya Sen (1997, 2001, 2005). Sen propõe que o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Acrescenta que estas liberdades devem se dar em todos os níveis “desde a liberdade de participar na economia até às liberdades de expressão e participação política” (Alvarez, 2001).

A liberdade, conforme Sen (2000) permite que as pessoas executem plenamente todas as suas capacitações. As capacitações são as habilidades que as pessoas dispõem para realizar o seu potencial como ser humano através das possibilidades que tem de fazer ou alcançar atos de valor. Isto é, as capacitações compreendem tudo aquilo que uma pessoa é capaz de fazer ou ser.

Conforme Pérez (2005) as opções que as pessoas têm e a liberdade de que dispõem para a sua execução contribuem para o bem estar humano de forma direta. O enfoque das capacitações, portanto, afirma que a liberdade das pessoas nas suas escolhas e nas suas execuções é motivo de mais bem estar e de qualidade das suas vidas. As capacitações se referem à liberdade que uma pessoa tem de levar um tipo de vida ou outro, isto é, a “liberdade da pessoa escolher dentre vidas possíveis” (Sen, 2001).

Assim, a *capacitação* é a habilidade das pessoas enfrentarem o estresse e os choques e encontrarem as maneiras adequadas de fazer uso das oportunidades nos seus modos de vida. Isto significa que as pessoas têm um conjunto de alternativas de “ser ou fazer” a partir das suas condições econômicas, sociais e pessoais. E ainda que as capacitações são um dos componentes importantes na análise do modo de vida das pessoas.

Acrescenta que outras variáveis também devem ser consideradas na análise das capacitações como a idade das pessoas, o sexo, a localização, a privação

de renda e as dificuldades para a conversão dos funcionamentos e a distribuição da renda dentro da família.

Enfim, a perspectiva das capacitações ao analisar uma determinada população desvia a atenção dos meios (especialmente da renda) para os fins que as pessoas buscam e para as liberdades de poder alcançá-los. Embora a prosperidade econômica possa, reconhecidamente, contribuir para que as pessoas levem uma vida mais livre e realizada, também são importantes outros avanços para a obtenção das liberdades efetivas das pessoas. Além disso, permite interpretar a realidade de determinada região a partir das aspirações das pessoas envolvidas e das possibilidades existentes considerando-se os seus diferentes modos de vida.

### **b) Os ativos**

Os ativos são os componentes identificados como diferentes tipos de capitais, alguns reconhecidos como categorias econômicas e outros não. Scoones (1998) e Ellis (2000) listam os diferentes tipos de capitais:

a) Capital natural – refere-se ao estoque dos recursos naturais (como a terra fértil, as fontes de água, o ar, as árvores) e aos serviços ambientais (ciclo da água, etc.) que são utilizados pelas pessoas para sua sobrevivência;

b) Capital físico – refere-se aos ativos gerados pelos processos de produção econômica (construções e benfeitorias, ferramentas, máquinas e implementos). Em alguns momentos a presença deste capital físico pode determinar as possibilidades de diversificação e influir nos modos de vida (a presença de estradas pode proporcionar acesso a mercados e a políticas públicas, por exemplo).

c) Capital humano – refere-se ao nível de educação, o acesso à saúde, às habilidades, à experiência, à criatividade e aos conhecimentos disponíveis para o desempenho das diferentes estratégias do modo de vida. Ellis (2000) afirma que o ativo “chefe” das pessoas mais pobres é o seu trabalho e que, para realizá-lo, necessitam ter condições pessoais (saúde, por exemplo) e habilidades. Assim, de acordo com Ellis (2000), o crescimento do capital humano seria o “alicerce” do crescimento sustentado.

d) Capital financeiro – refere-se ao estoque ou acesso aos recursos financeiros através de linhas de financiamento ou à obtenção de empréstimos fazendo parte do “portfólio” de alternativas que as pessoas têm.

e) Capital social – refere-se às redes sociais, associações e relações sociais que as pessoas têm e das quais podem obter apoio para a manutenção e reprodução do seu modo de vida. Ellis enfatiza que o termo capital social significa a reciprocidade dentro das comunidades e entre as pessoas baseada na confiança derivada dos laços sociais (Ellis, 2000).

### **c) As atividades**

As atividades são entendidas como as ações que são realizadas pelas famílias nas suas estratégias de sobrevivência e reprodução. Podem se referir à produção agrícola ou a outras atividades “não agrícolas”. Chambers e Conway (1992) definem as atividades como “o que eles (os agricultores) fazem” a partir do portfólio de possibilidades de que dispõem. Acrescentam ainda que a composição deste portfólio é extremamente relevante, pois estabelece diferenças entre as famílias e os seus modos de vida (famílias que vivem da coleta e, portanto, dependentes dos recursos naturais, diferem daquelas que dependem das plantações de alimentos que são diferentes de outras que dependem das criações ou daquelas que têm outras rendas não agrícolas). Assim, as diferentes estratégias desenvolvidas geram diferentes modos de vida.

Ellis utiliza como definição de modo de vida uma definição próxima a de Chambers e Conway, quando enfatiza o papel daqueles fatores que determinam o acesso aos recursos dos indivíduos.

Enfim, o modo de vida é composto por um conjunto de alternativas de ações e estratégias. A decisão de optar por diferentes combinações, na busca da sua reprodução social, econômica e cultural, é feita pelos agricultores e suas famílias e resultam em uma maior ou em uma menor diversificação.

Ellis afirma ainda que a diversificação dos modos de vida é o processo pelo qual as famílias constroem “um conjunto de alternativas diversificadas de atividades e de apoio às suas capacidades na sua busca de sobrevivência e de manutenção dos seus níveis de vida” (Ellis, 1998 e 2000).

A diversificação é apontada como uma possibilidade de diminuir a vulnerabilidade da unidade de produção. Ellis aponta ainda como fatores determinantes da diversificação (Ellis, 1998 e 2000):

- a sazonalidade (os ingressos de recursos financeiros nas unidades produtivas apresentam grande variabilidade durante o ano de acordo com a sazonalidade das atividades);

- as estratégias de risco (ações realizadas pelas famílias no sentido de, aumentando o conjunto de alternativas de receitas, obterem mais segurança e, portanto, terem uma menor vulnerabilidade. Conforme Ellis, significa “não colocar todos os ovos no mesmo cesto”);

- as vulnerabilidades (a capacidade de enfrentar as crises). Conforme argumenta Ellis (1998), um modo de vida “robusto” – portanto menos vulnerável – seria aquele que tivesse alta capacidade de enfrentar eventos e crises e se recuperar;

- o mercado de trabalho (possibilidades de colocação de outros trabalhos em alternativa às atividades agrícolas internas);

- dificuldade de acesso ao crédito;
- investimento estratégico em ativos (investimentos em animais para garantir o enfrentamento dos momentos de crise, por exemplo).

Ellis afirma ainda que estudos realizados sob este enfoque (considerando o modo de vida e a sua capacidade de resistir e se recuperar) expõem as limitações de sistemas de análise baseados nas estatísticas econômicas comparativas para explicar as motivações para a diversificação. Isto é, em regiões onde há precariedade para a sobrevivência, muitas das previsões feitas a partir de modelos econômicos “ortodoxos” não são válidas, tendo em vista os múltiplos fatores que influem na tomada de decisão das famílias. Acrescenta ainda que algumas decisões que aparentemente não fazem sentido no curto prazo podem representar a reflexão de um contexto prévio de experiências em momentos de crise e a necessidade de fortalecer as capacidades de sobrevivência para enfrentar futuras eventualidades. Há, portanto, outros fatores que as famílias consideram na sua tomada de decisão que não são captados quando é feita uma análise considerando apenas as questões econômicas (Ellis, 2000).

Assim, o importante na abordagem dos “modos de vida” é a maneira como a unidade de produção familiar é capaz de reorganizar as suas atividades conforme as formas de acesso aos recursos. Conforme Peñafiel (2006), esta abordagem permite entender que dependendo da configuração do ambiente social, econômico e cultural existem diferentes recursos e maneiras de acesso para o qual a unidade de produção familiar recorrerá para superar as crises. Lembra ainda que cada família leva em conta todo o seu repertório cultural formado no decorrer dos anos a partir de suas práticas, suas ações, seus sucessos e suas frustrações. Enfim, as lógicas e as estratégias não são, necessariamente, baseadas no enfoque econômico, nas lógicas de mercado ou na busca do lucro.

Enfim, o modo de vida pode ser utilizado também como fator explicativo das diferentes escolhas que são feitas pelos “pecuaristas familiares”. As suas estratégias podem não ser, necessariamente, em busca do lucro ou do melhor rendimento dos recursos e capitais disponíveis, mas elas possuem uma lógica nas estratégias de sobrevivência e reprodução.

## **O modo de vida dos pecuaristas familiares**

Esta seção apresenta os resultados obtidos na tese de doutorado do autor onde foi aplicado o conceito do modo de vida junto aos pecuaristas familiares. O trabalho de pesquisa foi feito em três municípios localizados no Pampa brasileiro: Bagé (na localidade de Palmas), Dom Pedrito (na localidade de Vacaiquá) e Quaraí (na localidade de Areal). Foram entrevistados 60

produtores (20 por município) indicados por informantes-chaves a partir de características prévias selecionadas em uma amostragem não probabilística intencional. Os produtores entrevistados tinham áreas que variavam entre 4,5 ha e 410 ha num total de 8.160 ha.

A coleta de informações se deu através de entrevistas semiestruturadas realizadas com base em um roteiro pré-definido e previamente testado. O trabalho utilizou, na sua essência, o conceito de modo de vida (Chambers e Conway, 1992; Scoones, 1998; Ellis, 1998 e 2000) partindo do princípio de que o “modo de vida” é que determina as ações, as atividades (agrícolas e não agrícolas) e a intensidade das relações mercantis desenvolvidas pelas famílias. Isto é, o “modo de vida” é composto pelas capacitações, pelos ativos e pelas atividades mediadas por diferentes processos.

### **As capacitações dos pecuaristas familiares**

As capacitações, de acordo com Ellis, se referem às capacidades, às habilidades e às possibilidades que as pessoas têm de realizar o seu potencial como ser humano. Para isso, é necessário que as pessoas tenham a possibilidade de utilizar, e expressar, todo o seu potencial e os seus funcionamentos (que são as várias coisas que uma pessoa considera valioso ter ou fazer).

A seguir, são apresentadas as capacitações dos pecuaristas familiares entrevistados. Consideraram-se algumas condições pessoais (a. composição da família; b. tamanho das famílias; c. condição dos chefes de família; d. autoconsumo alimentar; e. habilitações formais) e algumas condições sociais e comunitárias (f. condições das estradas).

a. Composição das famílias – as famílias dos pecuaristas familiares entrevistadas são compostas por poucos jovens (especialmente de poucas mulheres jovens) e por muitas pessoas (35%) com mais de 60 anos. De acordo com Sen, a idade é uma das variáveis que pode contribuir para a realização, ou não, das capacitações na medida em que a força física, a capacidade de execução e as expectativas futuras podem afetar as condições dos indivíduos de transformar um conjunto de bens em capacidades de realização. Dessa forma, o alto percentual de pessoas com mais idade acaba fazendo com que os pecuaristas tenham uma conduta menos arrojada (e menos disposta a correr riscos) nas suas atividades, nas relações mercantis e nos investimentos produtivos.

b. Tamanho das famílias – a maioria (55%) das famílias dos pecuaristas são pequenas (com uma ou duas pessoas) sendo as famílias maiores (quatro ou cinco pessoas) apenas 20% do total.

c. Condições dos chefes de família – 51% dos chefes de famílias entrevistados têm mais de 60 anos, reforçando as evidências anteriores de um processo de envelhecimento das famílias sem o encaminhamento da sucessão e a substituição pelos mais jovens. Apenas 2% dos chefes de família têm menos de 30 anos, caracterizando que não é comum os pais se “aposentarem” e repassarem para seus filhos a condução das atividades do estabelecimento e da própria família. Foram encontradas apenas duas mulheres como chefes de família.

d. Autoconsumo alimentar – outro componente importante nas capacitações se refere ao atendimento das necessidades básicas das pessoas como a alimentação e nutrição. Assim, conforme Ellis, estar bem nutrido se caracteriza como um importante funcionamento que contribui para a realização das capacitações. A produção da própria alimentação (autoconsumo) se constitui em uma característica importante da agricultura familiar, não só pela questão alimentar, mas também pela manutenção da autonomia e da cultura.

Desta forma, ao se analisar o autoconsumo dos pecuaristas familiares deve-se considerar a tradição alimentar do “gaúcho” que é, basicamente, o consumo de carne. Assim, os resultados evidenciam que a alimentação é, predominantemente, baseada na carne e com pouco (em algumas famílias, nenhum) consumo de hortaliças e frutas. A alimentação se complementa com massa, arroz e feijão. Grande parte das famílias não tem nenhum tipo de cultivos e/ou lavouras (60%). Portanto, ao contrário da agricultura familiar “tradicional” do norte do estado, onde o autoconsumo apresenta uma variedade de produtos (feijão, arroz, batatinha, trigo, milho e soja), nos pecuaristas familiares o autoconsumo é basicamente de carne (ovina, bovina e caprina). O autoconsumo de carne representa um percentual de 10,6% em relação ao Produto Bruto. Gazolla (2004), em trabalho realizado no Alto Uruguai, no norte do estado, encontrou dados de autoconsumo que representam 14,8% do Produto Bruto. Considerando-se as diferenças culturais e de tradição parece ser pouco representativa.

Além disso, outro aspecto em relação ao autoconsumo é a importância do consumo de carne ovina representando 55% do consumo total de carne. Isto evidencia a importância da ovinocultura para a sobrevivência e para a segurança alimentar dos pecuaristas familiares.

e. Habilitações formais – na análise das capacitações deve-se considerar as habilidades que as famílias têm para desenvolverem aquilo que desejam. Assim, para desenvolverem estas habilidades se constata que não há, entre os pecuaristas familiares, procura e/ou oportunidade de maiores habilitações formais. Isto significa que as informações a que os pecuaristas familiares têm acesso são repassadas pela família e vizinhos a partir dos conhecimentos práticos



e das experiências vividas. Verificou-se que a grande maioria dos pecuaristas e suas famílias (75%) nunca participaram de qualquer tipo de habilitação profissional formal. Embora isto não signifique incapacidade de trabalho ou desconhecimento da atividade, pode ser um entrave para a utilização de todos os potenciais das pessoas. Este fato ficou bem caracterizado com os inúmeros questionamentos feitos pelos entrevistados sobre os mais diversos assuntos, tanto técnico-produtivos, quanto de comercialização e crédito.

f. Condições das estradas – Sen (1997) afirma que a transformação, por um indivíduo, de um conjunto de bens em capacidades de realização tem também limitações de caráter comunitário ou social. Isto significa que há algumas condições que podem dificultar, ou facilitar, a conversão das características dos bens em capacitações. Ou seja, determinadas condições podem diminuir a liberdade das pessoas em alcançar aquilo que almejam.

Desta forma, se analisou as condições das estradas como um dos componentes das capacitações devido à sua importância e a sua influência sobre o modo de vida dos pecuaristas familiares. O que se verificou é que, em Dom Pedrito (município em que os solos argilosos são os de melhor qualidade para a produção), as condições das estradas são as piores. Devido a isto, alguns funcionamentos dos pecuaristas familiares ficam prejudicados na sua execução. Foram identificadas pelos pecuaristas familiares algumas consequências das más condições das estradas, como a inexistência de transporte coletivo, a *instabilidade* do transporte escolar (sem circulação durante os períodos chuvosos, prejudicando o acesso dos alunos à escola – em alguns lugares chegando a 73 dias sem transporte por ano), a inexistência de serviços de saúde e a dificuldade da diversificação das atividades agrícolas (por falta de condições de escoamento).

Este fato (estradas em más condições) tem também consequências diretas na composição das famílias. Há, em Dom Pedrito, menos jovens em idade escolar e menos pessoas com mais de 70 anos. De acordo com os entrevistados, isto se deve às condições das estradas, pois os jovens vão para a cidade em busca do acesso à escola e os mais velhos em busca do acesso à saúde em caso de emergência.

Ainda, de acordo com os entrevistados, as condições da estrada acabam provocando a separação da família com a ida da mãe para a cidade com os filhos, para a continuidade dos seus estudos, enquanto o pai permanece sozinho nas atividades rurais. Isto significa que, embora Dom Pedrito tenha os melhores solos, as melhores condições produtivas, o maior potencial econômico e gere a maior renda entre os pecuaristas familiares, é o local, entre os pesquisados, onde há a maior limitação para as pessoas expandirem as suas capacitações e potencializarem os seus funcionamentos. Os pecuaristas familiares de Dom Pedrito são os mais vulneráveis entre os pesquisados, reforçando a ideia de que

a questão econômica tem importância relativa na busca do desenvolvimento. Assim, embora as possibilidades econômicas contribuam para o desenvolvimento, é importante considerar outras questões que permitam uma maior liberdade e diminuam as suas vulnerabilidades.

## **Os ativos dos pecuaristas familiares**

Os ativos são os componentes identificados como os diferentes tipos de capitais.

a. Capital natural – o principal capital natural dos pecuaristas familiares é a terra. Foram analisadas a origem da terra e as formas de acesso à terra.

a.1. Origem da terra – pode-se perceber, em relação à origem da terra, que não há, entre os pecuaristas familiares, uma única origem, mas uma diversidade de origens decorrentes da localização das regiões estudadas e dos diferentes acontecimentos históricos. Apesar da ocupação da terra ter se dado a partir da grande propriedade e da estância das sesmarias, a evolução histórica e as questões políticas, econômicas e até climático-ambientais acabaram mantendo, nas diferentes regiões, a exploração da bovinocultura de corte como atividade principal, mesmo em pequenas áreas.

a.2. Formas de acesso à terra – apesar das origens diferentes constata-se que a principal forma de acesso dos entrevistados à terra foi através de herança. A grande maioria dos entrevistados (90%) recebeu a sua área de terra (ou parte dela) por herança. Alguns receberam a terra e adquiriram mais áreas (58%). Apenas 10% dos entrevistados acessaram a sua terra através de compra (sem receber herança) ou através de arrendamento.

Pode-se constatar ainda que apenas 3,7% dos entrevistados receberam mais de 200 ha. Destes, nenhum, posteriormente, comprou mais terra. Os pecuaristas que receberam áreas de até 20 ha, na sua maioria (72%) adquiriram mais terra. Portanto, pode-se perceber um esforço dos pecuaristas que receberam heranças de áreas menores em comprar mais terra. Ao contrário, aqueles que receberam áreas maiores não adquiriram mais terra.

Por fim, em relação ao capital natural, o que se constata é que a terra é o principal capital natural dos pecuaristas familiares que, na sua maioria (73,6%), trabalha em terras próprias.

b. Capital físico – percebe-se que, entre os pecuaristas familiares, o capital em benfeitorias, máquinas e equipamentos é pequeno (apenas 19% do capital total) e inferior ao capital investido em animais. Isto evidencia que os pecuaristas familiares têm poucas instalações, poucas máquinas e equipamentos, que na sua maioria são antigas.

c. Capital humano – em relação ao capital humano foram analisadas as condições dos pecuaristas familiares em relação ao uso de mão de obra e escolaridade.

Em todas as análises referentes ao capital humano dos pecuaristas familiares um fator relevante que deve ser considerado é a diferenciação demográfica da família conforme descrita por Chayanov (1974). Isto é, as diferentes etapas da vida dos componentes da família, em termos de idade, determinam diferentes intensidades de trabalho. Esta diferenciação estabelece também os diferentes níveis de trabalho nos estabelecimentos, e fora deles, além de regular a necessidade ou não de contratação de mão de obra externa. Este fator, nos pecuaristas familiares, associado à presença ou não da aposentadoria rural, contribui para as diferentes estratégias em relação à mão de obra familiar e contratada.

c.1. Mão de obra – a maior parte da mão de obra utilizada na produção agrícola é familiar (89,2%) sendo apenas uma pequena parcela contratada (10,8%). A bovinocultura de corte é realizada com o uso de pouca mão de obra (1,8 Unidades de Trabalho Homem – UTH), onde um homem adulto é responsável por atender uma área média de 62,4 ha. E, apesar da maioria dos pecuaristas familiares se dedicarem à produção de terneiros (uma atividade mais exigente em mão de obra do que, por exemplo, a terminação e a engorda), ainda assim utiliza pouca mão de obra.

A mão de obra contratada é apenas eventual. A contratação se dá para a construção/reforma de cercas (aramados) com 44,5% do total, a colheita de milho (21,1%) ou trabalho com ovinos, especialmente a esquila, que representa 13% da contratação de mão de obra.

Em relação à mão de obra foi identificada também outra forma de trabalho (que possibilita resolver os “gargalos” nos momentos de maior necessidade de mão de obra sem contratação) que é a chamada “troca de serviços” entre os pecuaristas (identificada como reciprocidade). De acordo com Sabourin e Caron (2003) uma das formas de reciprocidade (entendida como “a troca de equivalências materiais e/ou simbólicas entre as pessoas”) é aquela que está associada à produção agropecuária e às atividades rurais. Sabourin descreve ainda as formas de ajuda na produção e na organização local como ajuda mútua nas atividades e nas tarefas de produção agrícola havendo uma “troca de dias” de trabalho, não monetarizada. Trata-se, portanto, de um compromisso entre os vizinhos que permite a realização das tarefas que, em determinados momentos do ano não seria possível realizar apenas com os componentes da família.

Entre os pecuaristas familiares a reciprocidade foi constatada com o nome de “troca de serviços”. Neste tipo de reciprocidade os vizinhos trocam serviços, predominantemente (87%), em atividades com os bovinos de corte

(vacinações, dosificações, marcações) que não são possíveis de realizar sozinho ou apenas com a mão de obra das pessoas da família. Esta troca de serviços é, preferencialmente feita, conforme dito pelos pecuaristas, para “serviços de a cavalo” se referindo às atividades com os bovinos de corte, para as quais é necessária a utilização do cavalo. Constatou-se que, em relação a “troca de serviços”, é uma atividade menos intensa quanto maior for o estabelecimento dos envolvidos. Conforme afirma Sabourin (Sabourin e Caron, 2003), isto se deve a maior relação mercantil dos produtores e, portanto, a sua maior inserção no capitalismo.

Ainda sobre a mão de obra, constatou-se que alguns pecuaristas familiares têm alguma pluriatividade (isto é, que têm alguma pessoa da família desenvolvendo algum tipo de atividade externa ao estabelecimento), tanto em atividades de base agrária, quanto em outras atividades fora do estabelecimento.

c.2. Escolaridade – de maneira geral a escolaridade, entre os pecuaristas familiares, é muito baixa. Verificou-se que a maior parte dos componentes das famílias entrevistadas não concluiu o Ensino Fundamental (65,2%), sendo que a maior parte delas estudou apenas até a 4ª série. Portanto, de acordo com Ellis, o capital humano é importante componente do modo de vida, e pode-se perceber que este baixo nível de escolaridade pode dificultar os avanços em termos de liberdades da execução das suas capacitações.

d. Capital financeiro – os dados demonstram que grande parte dos pecuaristas familiares entrevistados (50%) acessou, ao menos uma vez, o PRONAF,<sup>2</sup> na sua maioria para custeio pecuário ou para investimentos ligados à bovinocultura de corte como a aquisição de animais e a elaboração de pastagens. Mas, em relação ao capital financeiro e aos acessos aos créditos, o que também se destaca é o alto percentual de entrevistados (37%) que declarou que não quer crédito de forma alguma. Grande parte dos pecuaristas familiares tem uma rejeição aos empréstimos bancários. Alguns entrevistados afirmaram que “banco só quero para sentar”. Ou seja, os créditos bancários no decorrer do tempo acabaram provocando uma total desconfiança dos pecuaristas. Este dado permite concluir que o crédito não é uma demanda prioritária para este tipo de público. Aliás, alguns entrevistados se orgulham de nunca terem utilizado o crédito e atribuem a isto o fato de ainda permanecerem na atividade sem endividamentos.

e. Capital social – segundo Ellis o capital social se refere “às redes sociais, associações e relações sociais que as pessoas têm”. Assim, se buscou identificar a participação dos pecuaristas familiares em entidades representativas como

---

<sup>2</sup> Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que possui financiamentos diferenciados para agricultores familiares até quatro módulos fiscais.

as associações, os sindicatos, as cooperativas e os partidos políticos. Pode-se constatar que os sindicatos dos trabalhadores rurais são identificados como a principal entidade com as quais os pecuaristas estão vinculados. Entretanto, muitos entrevistados informaram que o principal motivo de serem sócios dos sindicatos é a possibilidade de acesso ao atendimento médico e odontológico e não, necessariamente, por sua identidade com a representação da categoria. As cooperativas só tem representatividade em Quaraí, onde ainda há a Cooperativa de Lás, que tem importância na comercialização deste produto.

Quanto aos partidos políticos percebe-se uma enorme descrença nas ideologias partidárias, sendo apenas seis dos entrevistados filiados a algum partido político. Os entrevistados, ao serem questionados sobre a forma de escolha dos seus candidatos nas eleições, responderam que 90% deles escolhem a pessoa do candidato e apenas 10% escolhem pelo partido. Além disso, quando questionados se escolhiam os candidatos por serem identificados com o meio rural e/ou com a agricultura, 60% responderam que não. Portanto, além de não serem vinculados aos partidos políticos, também não escolhem os seus candidatos a partir da representação com o setor ou com a sua categoria social.

### **As atividades dos pecuaristas familiares**

As atividades, conforme Chambers e Conway (1992), são “o que eles [os agricultores] fazem” a partir do “portfólio” de possibilidades de que dispõem.

Assim, a principal atividade desenvolvida pelos pecuaristas familiares é a bovinocultura de corte em combinação, ou não, com um número restrito de outras atividades, como outras criações (ovinos, caprinos e apicultura), algumas poucas lavouras (milho) e a existência de algumas atividades não agrícolas.

A maior parte dos pecuaristas tem uma larga vivência na bovinocultura de corte, com uma média de 40 anos na atividade, com variações entre 12 e 75 anos. Isto significa que os períodos de crise e de baixas rentabilidades da atividade enfrentados pelos pecuaristas familiares no decorrer do tempo não foram suficientes para que eles mudassem ou se “aventurassem” em outras atividades. Isto é muito importante para entender como os pecuaristas familiares conduzem as suas atividades.

A atividade principal é a bovinocultura de corte. E na bovinocultura de corte pode-se perceber que eles se dedicam principalmente à produção de terneiros, etapa da bovinocultura de corte identificada como “cria”. Não são, portanto, produtores que engordam o gado e vendem para os frigoríficos (terminadores).

Os pecuaristas familiares, no seu sistema de cria, mantêm uma predominância de vacas de cria (54% do rebanho) para a produção de terneiros. Do ponto de vista de uma análise de rentabilidade capitalista dos sistemas de produção e na busca da eficiência técnico-produtiva-financeira, um “criador” deveria ser especializado em produzir, e vender, terneiros machos, devendo ter um rebanho composto de touros, vacas de cria, terneiros e fêmeas de reposição (1,5 e 2,5 anos) sem a presença de animais machos (que deveriam ser vendidos entre seis e oito meses). Entretanto, se percebe que há animais machos com mais de 1,5 anos (7%), o que se caracteriza, do ponto de vista da lógica capitalista e técnico-produtiva, em uma “irracionalidade técnica e econômica”.

Questionados sobre os motivos da sua “não especialização”, os pecuaristas familiares responderam que se trata de uma estratégia de sobrevivência, pois “quando o preço dum bicho (categoria) está ruim, tem o outro (de outra categoria) para vender”. É o que Ellis (2000) descreve como a estratégia de risco onde as famílias não “põem todos os ovos em um mesmo cesto”, na tentativa de aumentar o conjunto de alternativas, de obterem mais segurança e diminuir a sua vulnerabilidade.

Os pecuaristas familiares, portanto, realizam uma diversificação dentro da própria atividade o que, ao contrário de ser reconhecido como uma estratégia, acaba sendo caracterizado como uma irracionalidade administrativa e econômica.

Outra característica muito importante dos pecuaristas familiares é a de ter os bovinos de corte como “mercadoria de reserva”. Isto é, buscam ter o máximo de animais em estoque como reserva de valor. Além disso, os produtores só vão ao mercado (de animais magros) de maneira eventual mantendo a sua autonomia mercantil. Esta lógica faz com que uma das estratégias utilizadas pelos pecuaristas familiares seja a de ter a maior quantidade possível de animais. Como as áreas de terra são limitadas e a principal alimentação dos bovinos de corte são as pastagens (naturais e, eventualmente, as cultivadas) os pecuaristas familiares utilizam altos índices de lotação. Se do ponto de vista técnico e produtivo caracteriza-se como uma irracionalidade (pois menores lotações por área poderiam proporcionar maior produtividade), do ponto de vista da lógica dos agricultores familiares que criam bovinos de corte é perfeitamente compreensível.

A manutenção desta autonomia mercantil é uma vontade manifestada pelos pecuaristas familiares, que desejam realizar as vendas apenas quando precisam. Um dos entrevistados informou não ter realizado vendas de produtos agrícolas nos últimos dois anos porque “não precisou”.

A relação entre os pecuaristas familiares e a bovinocultura de corte é tão forte (devido às questões histórico-culturais, às questões climáticas e de

mercado) que foi necessário buscar compreender qual a principal motivação que têm os pecuaristas familiares para permanecer na atividade. Os produtores afirmaram que os principais motivos são a busca da segurança e do baixo risco (e, portanto, a fuga da situação de vulnerabilidade) com 31% e a tradição familiar com 29%, totalizando 60%. Ao se considerar outras duas motivações, de caráter não econômico, como o gosto pessoal e o conhecimento da atividade, este percentual atinge 80% do total.

Portanto, os pecuaristas familiares não são bovinocultores de corte motivados, acima de tudo, pela busca do lucro e da rentabilidade econômica. Trata-se de um grupo de famílias motivado a desenvolver esta atividade a partir de uma escolha de caráter pessoal e familiar devido a uma série de fatores (culturais, mercadológicos, climáticos e ambientais) que fazem parte do portfólio das alternativas do modo de vida escolhido por eles.

Quando analisados os sistemas de produção praticados pelos pecuaristas familiares se percebe que se caracterizam por não terem sido “atingidos”, efetivamente, pelo processo de modernização da agricultura. Assim, as tecnologias de produção ainda se caracterizam por uma reduzida utilização de insumos externos e por uma intensa relação, e dependência, dos fatores da natureza. Os pecuaristas familiares, portanto, apresentam uma baixa *cientifização* dos seus processos produtivos, permanecendo fortemente “conectados” à terra e ao meio ambiente.

Dentro dos sistemas produtivos os pecuaristas familiares, na sua maioria (68%), deixam os touros nos rebanhos durante todo o ano. Esta prática é explicada pelos pecuaristas familiares não como uma estratégia, mas como a única possibilidade que eles têm, devido à inexistência de condições (falta de potreiros) para a separação do rebanho em categorias animais. Isto também explica porque 8% dos pecuaristas não realizam a prática do desmame e que 50% o fazem utilizando as “tabletas”. A falta de alternativas de separação dos animais, devido à ausência de potreiros, é uma das dificuldades de manejo enfrentada pelos pecuaristas familiares.

Quanto ao uso de insumos externos verifica-se que os principais insumos utilizados são aqueles destinados à sanidade animal. Os insumos veterinários utilizados são as vacinas, os vermífugos e os carrapaticidas. As vacinas utilizadas são contra a febre aftosa e brucelose (que são vacinas obrigatórias e fornecidas pelo Estado, sendo aplicadas por 100% dos produtores) e contra o carbúnculo e gangrena (que são opcionais a partir da incidência das doenças).

Outro fator que merece destaque é a utilização dos campos nativos do bioma Pampa como a principal fonte de alimentação dos animais (tal como eram nas estâncias jesuíticas). Isto significa que há uma dependência quase total das condições ambientais para a disponibilidade da alimentação dos bovinos.

Apesar disso, os pecuaristas familiares utilizam muito poucas pastagens cultivadas como forma de suplementar a oferta da natureza e, com isso, diminuir as perdas de animais.

Por fim, no que se refere às relações mercantis dos pecuaristas familiares, pode-se perceber que estas não se constituem em um processo uniforme, existindo determinados elementos que podem, ou não, ser mercantilizados. Entretanto, a maior parte dos pecuaristas familiares busca ao máximo manter uma autonomia em relação ao mercado. Neste sentido o recebimento de aposentadoria rural é um fator que contribui, de forma bastante significativa para a manutenção desta relativa autonomia dos pecuaristas familiares.

Enfim, as questões mercantis apresentam uma característica toda própria. Os pecuaristas familiares têm um modo de vida que tem nas relações mercantis uma opção específica condicionada às suas condições de uma baixa cientificação, pequenas escalas e mercados difíceis e distantes. E, nestas condições, se reforçam as estratégias de, acima de tudo, busca de segurança e de autonomia.

## **Considerações finais**

A discussão sobre a agricultura familiar tem se intensificado nos últimos dez anos, no Brasil e no mundo. A permanência das formas familiares no campo, em um sistema capitalista cada vez mais concentrado e globalizado, tem gerado inúmeros estudos na tentativa de explicar esta realidade.

A permanência da agricultura familiar se deve em grande parte a sua enorme capacidade de adaptação aos diferentes ambientes e condições, na maior parte das vezes “hostis”, de mercado, de políticas, de preços e de acesso a recursos.

As estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares para enfrentar estas dificuldades contemplam uma diversidade de atividades, de usos de tecnologia e de formas de mercantilização. Portanto, na realidade da agricultura familiar, existem tipos diferenciados de famílias.

Desta forma, os pecuaristas familiares, assim denominados com o objetivo claro de identificar uma nova tipologia, se constituem em um tipo diferenciado de agricultor familiar.

Os resultados permitem concluir que o modo de vida dos pecuaristas familiares contempla uma série de características encontradas na agricultura familiar “tradicional”, que tem sido mais intensivamente descrita. Isto é, as estratégias utilizadas são semelhantes. Por exemplo, a utilização da mão de obra familiar, a busca da autonomia mercantil, o autoconsumo e o dimensionamento das atividades a partir das necessidades da família.



Há, entretanto, outras estratégias peculiares e específicas dos pecuaristas familiares, como a diversificação “por dentro” da atividade e a manutenção dos bovinos de corte como mercadoria de reserva. A denominação diferenciada (pecuarista familiar), utilizada até então, serve para identificar, caracterizar e identificar este tipo de agricultor familiar pouco descrito e estudado. Assim, para ser um pecuarista familiar não basta “ter” alguns bovinos de corte, mas sim ter a lógica e o modo de vida dos pecuaristas familiares. Desta forma, os pecuaristas familiares não são assalariados rurais (podendo alguns deles também se assalariar) e nem pequenos “estancieiros”. São agricultores familiares cujo modo de vida tem como atividade principal a bovinocultura de corte.

Por fim, ficam questionamentos sobre as políticas públicas para beneficiar este público. Os pecuaristas familiares são aqueles que resistiram e se afastaram do processo de modernização da agricultura e das tecnologias dependentes de recursos externos. Isto tem sido visto por acadêmicos, extensionistas e pesquisadores como um atraso a ser corrigido.

Assim, a maior parte das ações e das políticas públicas tem sido no sentido de modernizar a produção agrícola e inserir os pecuaristas familiares inteiramente no mercado. Apesar da boa intenção reconhecida destas políticas poderia se constituir em uma maneira de apressar a “extinção” deste modelo produtivo e deste modo de vida.

Portanto, os pecuaristas familiares, por suas características diferenciadas de história, clima, atividade e mercado, estabelecem algumas estratégias diferentes de sobrevivência e reprodução. Entretanto, pode-se identificar com clareza que se trata de um modo de vida de um tipo diferenciado de agricultura familiar. Trata-se de um modo de vida que, acima de tudo, estabelece mecanismos de sobrevivência na busca da diminuição de suas vulnerabilidades e na tentativa de estabelecer o que Ellis (1998 e 2000) denomina de um modo de vida “robusto” (e, portanto, menos vulnerável).

## Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.

ÁLVAREZ, J. F. Capacidades, liberdades y desarrollo: Amartya Kumar Sen. In: MÁIZ, R. *Teorías políticas contemporáneas*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2001. p. 381-396.

CESAR, G. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2005.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. *Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21 st century*. Institute of Development Studies (IDS) Discussion Paper, 1992.

- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, 35 (1), p. 1-38, 1998.
- ELLIS, F. *Peasant economics*. Farm households and agrarian development. New York: Cambridge University Press, 1988. p.1-15.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FREITAS, D. O capitalismo pastoril. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 14, n. 2, p. 438-465, 1993.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 181 p.
- GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. da C. S. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Incra/FAO, 2000.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: Embrapa, 1988. 583 p.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 e 1999 (Tomo I e Tomo II). p. 13-34, 61-88 e 303-338.
- LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. *The commoditization debate: labor process, strategy and social network*. Netherlands: Agricultural University of Wageningen, 1986, p. 8-23.
- MIGUEL, L. de A. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: FEE /PUCRS, 2006. 21 p.
- NAVARRO, Z. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural - o novo rural e a democracia no campo*. [Texto]. Porto Alegre: [s/n], abr. 1997. 14 p.
- NAVARRO, Z. *Do "mundo da roça" ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil (políticas públicas e desenvolvimento rural)*. Relatório de Pesquisa. Brasília: NEAD, 2002.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar: categoria de ação política. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Org.). *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju: Embrapa/Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 135-159.
- PEÑAFIEL, A. P. *Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssgo da região de Pelotas*. 2006. 129 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PÉREZ, M. Á. M. *Las contribuciones de Amartya Sen al estudio sobre la pobreza*. Disponível em: <<http://www.geocities.com/WallStreet/Floor/9680/mateoperezsen.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

- PERONDI, M. Â. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura Familiar*. 2007. 237 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142 p. (Série Revisão, 1).
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1992. p. 153-195.
- PLOEG, J. D. van der. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. et al. *The commoditization debate: labor process, strategy and social network*. Netherlands: Agricultural University of Wageningen, 1986, p. 24-57.
- PLOEG, J. D. van der. *Labor, markets and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990. p. 1-35, 259-285.
- REVERBEL, C. *O gaúcho*. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986. 109 p.
- RIBEIRO, C. M. “*Pecuária familiar*” na região da Campanha do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO / SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA, 5., maio 2002. *Anais...* Florianópolis: SBSP / IESA, 2002. 20 p.
- RIBEIRO, C. M. *Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento*. 1996. 141 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1996.
- RIBEIRO, C. M. *Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. Pecuária familiar*. Porto Alegre: Emater/RS/Ascar, 2003. p. 11-46. (Série Realidade Rural, 34).
- SABOURIN, E.; CARON, P. *Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília: Embrapa, 2003.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Tese (Doutorado em Sociologia). 1999. 470 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev. 2003.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44. 2006, Fortaleza. *Anais...* Brasília: Sober, 2006. 1 CD-ROM.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.
- SCOONES, I. *Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis*. [s/l]: Institute of Development Studies (IDS), 1998. (Working Paper, 72).
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 22-102.
- SEN, A. *Capacidad y bienestar*. Disponível em: <<http://www.geocities.com/WallStreet/Floor/9680/nobel.htm?200528>>. Acesso em: 2 dez. 2005.
- SEN, A. Editorial: human capital and human capability. *World Development*, v. 25, n. 12, p. 1959-1961, 1997.
- SILVA NETO, B. (Coord.). *Avaliação e caracterização sócio-econômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Departamento de Estudos Agrários/Unijuí, 2002. (Estudo Especial RS-Rural).
- TORRONTEGUY, T. O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto / IEL, 1994. 192 p.
- VEIGA, J. E. *A agricultura familiar na Região Sul*. Brasília: FAO/INCRA, 1996, 65 p.
- VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. *Revista Reforma Agrária*, v. 25, p. 128-141, maio-dez./1995.
- WANDERLEI, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 2003, n. 21, p. 42-62.



# Perfil socioprodutivo dos pecuaristas familiares em Bagé, Rio Grande do Sul

*Rafael Gastal Porto  
Antônio Jorge Amaral Bezerra*

## **Introdução e antecedentes**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rebanho gaúcho de bovinos é de 14.239.906 cabeças, o que representa 6,87% do rebanho nacional. Já o rebanho de ovinos no estado é de 3.732.917 cabeças, o qual responde por 24% do rebanho nacional. A exploração pecuária, de forma geral, é desenvolvida basicamente pelo pastoreio contínuo de campos naturais e cultivados (IBGE, 2007).

O estado do Rio Grande do Sul (RS), tradicionalmente, apresenta-se como um estado com vocação para a produção agrícola e pecuária, e dentre os principais indicadores agropecuários do RS, destaca-se o fato de 15% do seu Produto Interno Bruto (PIB) estar vinculado ao setor primário da economia (Estado do Rio Grande do Sul, 2006).

Na análise da diversidade de realidades da pecuária de corte gaúcha, se insere a temática e a importância de estudo acerca da chamada categoria “pecuária familiar” a qual vem sendo reconhecida, por estudos recentes, em um contingente estimado em 12% do universo da pecuária praticada de forma extensiva no RS (Sebrae/Farsul/Senar, 2005). Dessa forma, conhecer suas particularidades se mostraria de fundamental relevância para que se possa avançar em estratégias de desenvolvimento e articulação entre os mais variados setores do tecido produtivo da sociedade.

O RS está localizado no extremo meridional do Brasil, apresentando clima temperado do tipo subtropical, classificado como mesotérmico úmido, devido à sua posição geográfica. Com relação às precipitações, o RS apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano, em decorrência das massas de ar oceânicas que penetram no estado (Estado do Rio Grande do Sul, 2006). A Campanha gaúcha está localizada na região sudoeste do estado do RS, fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai. A vegetação tipo campos se distribui na maior parte do planalto sul-rio-grandense (Accordi, 2003).

A estrutura fundiária do estado do RS se diferencia de acordo com a região, alternando predomínio de grandes e médias unidades de produção com médias e pequenas. De acordo com a Figura 1, do total dos estabelecimentos do estado, 85,71% possuem menos de 50 hectares (ha), ocupando 24,36% das áreas utilizadas pela agropecuária. As unidades de produção com mais de 500 ha representam 1,83% dos estabelecimentos, ocupando 41,66% da área rural. Aquelas compreendidas entre 50 e 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupando 33,98% do total das áreas (Estado do Rio Grande do Sul, 2006).

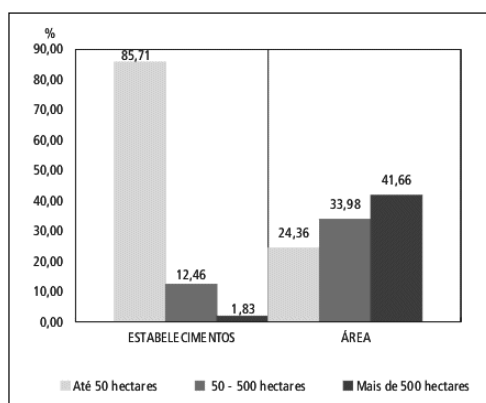


Figura 1 – Estrutura fundiária no RS  
Fonte: Estado do Rio Grande do Sul (2006).

A produção econômica total do estado do RS se destaca por responder por cerca de 8% do PIB nacional, colocando-o em 4º lugar e com um PIB *per capita* em torno de 13 mil reais. A cadeia produtiva da bovinocultura de corte é uma das mais tradicionais do estado, com grande importância econômica e social, poder de integração regional, possibilidade de aumento de valor agregado de seus produtos finais e de melhoria da pauta de exportações. Na produção animal, os bovinos são os que mais contribuem no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) do RS. A maior concentração do rebanho está no oeste e sul do estado, associado à presença dos campos ou integrado com a produção de arroz. As quatro regiões que apresentam maior rebanho, correspondendo a 57,3% do plantel gaúcho, são: Fronteira Oeste (23,8%), Sul (12,5%), Central (10,8%) e Campanha (10,2%). Já o rebanho gaúcho de ovinos, tradicionalmente destinado à produção de lã, vem sendo convertido para a produção de carne e está distribuído, principalmente, pelo sul do estado

nas regiões da Fronteira Oeste (39,8%), Sul (19,3%) e Campanha (13,2%) e, normalmente, está associado à criação de bovinos.

Na região da Campanha predominam os campos (pampa), onde a cobertura vegetal predominante é a pastagem natural (também chamada de “nativa”), em uma variedade de gramíneas, leguminosas, etc. Esta região é marcada por solos oriundos da decomposição de rochas sedimentares e ígneas, possibilitando, desta forma, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. É notável, também, a presença de coxilhas (colinas arredondadas) e das matas galerias nas margens dos rios.

O município de Bagé encontra-se situado na bacia do Alto Camaquã, entre os paralelos 30°31' e 31°56' latitude sul e os meridianos 55°30' e 54°30' longitude oeste de Greenwich, ocupando uma área de 4.096 km<sup>2</sup>. Encontra-se localizado na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense e na microrregião Campanha Meridional. O município fica a 374 km da capital Porto Alegre e situa-se a 218 m de altitude, apresenta clima temperado e possui, aproximadamente, 2.000 unidades de produção rural, sendo 1.400 de caráter familiar (Estado do Rio Grande do Sul, 2006).

Bagé caracteriza-se por ser um município essencialmente de produção agropecuária, sendo a bovinocultura de corte, a ovinocultura, a bovinocultura de leite, a equinocultura, a caprinocultura, e as lavouras de arroz e de soja as suas principais explorações. Conta, também, com áreas cultivadas com milho, sorgo, espécies florestais, fruticultura e hortigranjeiros.

Diante da vocação e aptidão agropecuária do município, nomeadamente, na pecuária de corte, se mostraria importante uma discussão e análise do enfoque analítico da pecuária familiar, em específico, no sentido de enriquecer a abordagem e o debate sobre tal categoria social produtiva.

## **Desenvolvimento da pesquisa de campo**

No trabalho de campo se realizaram entrevistas por meio de aplicação de questionários, procurando explorar e descrever a realidade da pecuária familiar no município através de um estudo de caso.

Os critérios estipulados na pesquisa para contemplar o caráter familiar da pecuária, enquanto sistema de produção/reprodução e manifestação se assentou em quatro (4) premissas, que foram: (a) que tivessem como atividade principal a criação de animais (bovinos e/ou ovinos) e que esta atividade ocupasse a maior parte da área em termos expressivos, do estabelecimento rural, não sendo necessário, que está respondesse pela maior fonte de renda em termos monetários; (b) que a mão de obra fosse predominantemente fa-



miliar, isto é, a mão de obra assalariada não poderia ser mais representativa do que a familiar; (c) que o tamanho da área da unidade de produção não fosse superior a 280 ha (10 módulos fiscais do município); e (d) que o produtor e sua família tivessem residência fixa no campo ou, no máximo, em aglomerado urbano próximo.

Especificamente, neste trabalho de pesquisa, em relação ao município de Bagé,<sup>1</sup> o critério “estratificação das unidades de produção” foi estipulado em até 280 ha (10 módulos) dando uma margem de forma a não engessar aqueles estabelecimentos que ultrapassassem os seis (6) módulos fiscais preconizados atualmente, para a pecuária, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pois, fixando-se os seis módulos vigentes, um número razoável de unidades de produção de base familiar poderiam estar sendo alijadas do processo de análise e de apoio e fomento por parte de políticas públicas de custeio, investimento e financiamento à pecuária familiar.

Buscou-se junto à Emater (Emater e Ascar, 2006) – Escritório Municipal de Bagé – e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Prefeitura Municipal de Bagé, 2007) – Coordenadoria Agropecuária – atualmente Secretaria de Desenvolvimento Rural – da Prefeitura Municipal de Bagé, a indicação sobre quais seriam as unidades de produção que dariam representatividade à elaboração e consecução do trabalho, respeitando os critérios determinados para delimitação do objeto de estudo. Chegou-se ao tamanho da amostra através de cálculos e estimativas estatísticas com base em dados de campo disponibilizados pelos órgãos públicos referenciados. A Figura 2 possibilita constatar a concentração de localidades com o público da pecuária familiar nas regiões da Serra do Sudeste e da Fronteira Oeste. Tratam-se, de certo modo, de ambientes frágeis, com um baixo índice de Superfície Agrícola Útil (SAU), o que deve sempre ser considerado na busca de alternativas e para o entendimento da lógica de produção ligada ao gado, até mesmo como estratégia de poupança e manutenção da atividade. Por outro lado, é mais um motivo para o reconhecimento e valorização deste público de produtores pela sua capacidade de convivência e preservação de ecossistemas tidos como fragilizados (terrenos com declive, matas galerias e afloramento de rochas) o que acaba por diminuir drasticamente a área das unidades de produção, em alguns casos em até mais de 50%.

De acordo com os órgãos públicos municipais de Bagé (Emater e Secretaria de Desenvolvimento Rural) o número de estabelecimentos rurais

---

<sup>1</sup> Com base em dado fornecido pelo setor agropecuário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Bagé, o módulo fiscal do município é de 28 ha.



TABELA 1  
Distribuição dos questionários por localidades rurais no município de Bagé/RS

Localidades	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem Acumulada (%)
Pedra Grande (Palmas)	12	30,0	30,0
Coxilha das Flores (Palmas)	10	25,0	55,0
Catarina (Palmas)	2	5,0	60,0
Toca (Palmas)	2	5,0	65,0
Lixiguana (Palmas)	1	2,5	67,5
Olhos D'Água	6	15	82,5
Coxilha do Haedo	4	10,0	92,5
Santa Tecla (Bagé)	2	5,0	97,5
Serrilhada	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

### **Particularidades entre “agricultura familiar” versus “pecuária familiar”**

A categoria agricultura familiar enquanto diversidade de sistemas deve integrar-se e adaptar-se para ter condições de suportar as tensões, como grupo social, causadas entre o que se pode e o que se deseja ser, e o que a sociedade cobra de seus comportamentos. Portanto, integração e adaptação são exigências para a realização das “agriculturas familiares”. Se as estruturas produtivas das agriculturas familiares fecham-se sobre si mesmas, torna-se impossível desenvolverem suas capacidades produtivas por falta de insumos, aqueles os quais não são capazes de produzir; por outro lado, se o desenvolvimento dessas capacidades produtivas põe-se em função exclusiva da dinâmica do mercado, certamente se divorciarão das necessidades sociais e perderão suas próprias razões de “ser”, suas identidades próprias. Por essa razão o lucro não é a lógica das produções familiares, mas uma componente dessa lógica, uma vez que se torna necessário encontrar para suas continuadas existências, enquanto agriculturas familiares, um ponto de convergência entre o atendimento das necessidades sociais sem, no entanto, descuidarem-se da rentabilidade de suas atividades produtivas.

A agricultura familiar, a exemplo da agricultura capitalista, responde aos estímulos provocados pela ciência e tecnologia, isto é, são receptivas e adotam práticas agrícolas inovadoras, umas mais que outras, dependendo das ambiências interna e externa. Entretanto, essa vontade em inovar, por parte do agricultor familiar, devido a sua conscientização e a movimentos de preserva-

ção ambiental da sociedade, está percebendo com mais clareza que perder seu patrimônio sociocultural e permitir a degradação da ambiência natural pela aceleração vertiginosa da revolução pós-moderna é um risco que o triunfo total da ciência apresenta e que, inclusive, pode resultar na quase total desaparecimento da agricultura familiar.

A pesquisa tecnológica tem desenvolvido diversas alternativas de produção para a pecuária ao longo das últimas décadas, e muitas destas estão sendo usadas pelos pecuaristas, enquanto outras estão aguardando a sua difusão pelos órgãos de extensão para serem adotadas (ou não) pelos produtores. No entanto, o modelo de pesquisa e de desenvolvimento é determinante na concepção e na noção de tecnologia e de inovação apropriadas à realidade dos pecuaristas familiares. Dessa forma, o papel da ciência deve ser a de geradora de tecnologias adaptadas e de acordo com os anseios e com as demandas da região para que se promova o desenvolvimento endógeno a partir de uma leitura criteriosa e sistêmica, construindo-se de forma conjunta e participativa, essa importante interface entre a ciência (conhecimento científico) e a sociedade (saber empírico).

Wanderley (1999) postula que o que caracteriza o estabelecimento familiar camponês é o sistema policultura-pecuária, vislumbrando, ainda nesse aspecto, algumas características mais subliminares desse sistema de produção, que seriam as forças produtivas não transferíveis e o tempo de não trabalho desse agricultor. A autora trabalha com a noção do horizonte das gerações no que se refere ao processo de transmissão da terra, bem como outras dimensões que complementaríamos essas peculiaridades, como a questão da valorização de um meio natural e a ideia de unidade de habitação desses estabelecimentos familiares. Adiante, Wanderley faz referência às formas modernas de agricultura familiar inseridas no contexto dos mercados e agroindústrias, onde se percebe uma racionalidade própria desses agricultores, alocados em realidades distintas de outros grupos. Ela considera que a agricultura familiar necessita de níveis “mínimos vitais” para que as fragilidades do sistema não venham a desestabilizar essa forma de produção e, nesse particular, a ameaça à autonomia e a precariedade são elementos a serem analisados.

Segundo Sandrini (2005) esse é o caso, por exemplo, dos pecuaristas familiares que além das decisões com relação ao processo de trabalho que irão desenvolver em sua unidade de produção, terão que decidir quais serão as relações socioeconômicas que irão manter fora do seu estabelecimento rural, como as relações de compra de insumos, venda da produção, participação em associação/cooperativa, necessidade de empréstimos, etc.

A região sul do país, especificamente os estados do RS e SC, possuem rebanhos de variados graus de genética taurina britânica, onde no estado

gaúcho predominam os sistemas extensivos de criação a pasto, nos quais a alimentação dos animais, na maioria dos casos, não inclui grãos, sendo esta situação a principal diferenciação de característica da produção brasileira, consideradas as demais regiões do país. O restante do efetivo do rebanho bovino é representado pelas novas fronteiras de produção no país, nomeadamente, a região norte. Na região sul do RS, na Campanha gaúcha, houve a manutenção da população de bovinos nos últimos vinte anos, sendo que essa constatação pode ser um indicativo de que a produção pecuária na região em questão esteja sendo colocada à prova, uma vez que está sendo substituída por culturas agrícolas e florestais não nativas.

A pesquisa tem focado seus trabalhos com base em campo natural e em sistemas alimentares que proporcionem melhor crescimento aos animais, procurando, com isso, preservar a composição campestre e provocar menor desgaste do solo, bem como diminuir o custo de produção da atividade, melhoria do controle de enfermidades parasitárias, animais adequados às condições de criação e novas alternativas forrageiras para alimentação animal. Suas demandas também se concentram no atendimento às questões de infraestrutura como saúde, energia elétrica e transporte.

Uma constatação que contraria o senso comum é o envolvimento de um enorme contingente de agricultores familiares dedicados à pecuária de corte. Já em 1985, 68% dos estabelecimentos rurais no país, em que aquela era sua atividade principal, tinham menos de 50 ha, apesar de deterem apenas 16,7% do rebanho. No outro extremo, as unidades de produção superiores a 500 ha detinham 66,49% da área, representavam 3,66% do universo de estabelecimentos dedicados à pecuária e possuíam 45,6% do rebanho. Isso evidencia que não é, necessariamente, verdadeira a identidade única que se estabelece entre a “pecuária” e as “grandes unidades de produção”, apesar de caber a estas a concentração fundiária e a maior parcela pelo abastecimento de carne no mercado, exatamente pelo fator volume de produção concentrado. Outra constatação é a de que, partindo de uma pecuária praticada em moldes extensivos por todo o país, as inovações tomaram trajetórias diferentes e, às vezes, complementares segundo as diferentes regiões (Mielitz Netto, 1994).

No que tange aos pecuaristas familiares, tem-se em vista que o ambiente (biótico e abiótico) é um fator preponderante quando se está referindo à reprodução do seu sistema de produção. A região da Campanha gaúcha que, originalmente, era formada por savanas (vegetação arbustiva de pequeno/médio porte) foi se tornando campo, por intermédio, principalmente, da ação antrópica. Os solos rasos da região, de certa forma, determinaram um melhor desempenho à pecuária do que à produção de grãos e, é por meio da atividade

pecuária, em grande parte, que as áreas de campo se mantêm até os dias atuais nessas regiões. Assim, pode-se dizer que o ambiente está intimamente relacionado com a reprodução social do pecuarista familiar, ao mesmo tempo em que este influi diretamente sobre a formação, manutenção e dinâmica deste ambiente (Cotrim, 2003).

Em função dos seus objetivos e do contexto em que a pecuária familiar está inserida, ela tende a adotar sistemas e tecnologias de produção não necessariamente idênticas às das demais categorias. Esse contexto é formado pela disponibilidade e tipo de recursos (terra, mão de obra e capital), pela situação dos preços de mercado, pelos seus conhecimentos de tecnologia de produção, pelas condições de comercialização e pelas suas tradições culturais.

Percebe-se que os pecuaristas familiares apresentam muitas características em comum com os agricultores familiares e que por meio da comparação entre os estudos sobre a agricultura e a pecuária familiar, pode-se afirmar que estes pecuaristas constituem um tipo específico dentro da categoria da agricultura familiar. A particularidade desses pecuaristas reside no fato de possuírem como atividade principal a pecuária de corte, predominantemente a bovina, com base na economia familiar (Sandrini, 2005). Ou seja, seus sistemas de produção atendem a aspectos de área, produto, ciclos de produção e outros fatores, peculiares à pecuária e que necessitam ser levados em conta na análise de propostas de políticas públicas e em pesquisas agropecuárias no âmbito das instituições.

Segundo Cotrim (2003) os principais fatores que levam os pecuaristas familiares à descapitalização são: a falta de crédito e subsídio, o fracionamento das unidades de produção devido ao processo de heranças e as crises da atividade pecuária decorrentes das flutuações do mercado.

De acordo com a Embrapa (2005), os pecuaristas familiares representam uma fração importante da população rural na região da Campanha gaúcha. Estes hoje são reconhecidos pelos governos e agentes da extensão oficial, e suas demandas principais se concentram no atendimento às questões de infraestrutura (principalmente serviços) e de demandas tecnológicas aos sistemas pecuários (controle de enfermidades, alternativas forrageiras, etc.).

Na caracterização dessas famílias, será conveniente, em trabalhos futuros, apurar o acesso aos serviços públicos e aos diversos aspectos de conforto e qualidade de vida. Indicadores ambientais devem ser difíceis de apurar, mas talvez seja possível ter noção do quanto os sistemas de produção praticados prejudiquem ou não as condições do solo e água para seguir sendo útil ao pastoreio, bem como, seu papel de mantenedor de ecossistemas regionais no que tange ao equilíbrio e a qualidade da flora e da fauna.

## Especificidades da pecuária familiar em Bagé, RS

Em relação à mão de obra da pecuária familiar, observa-se um número representativo e mais expressivo daquela de base familiar, conforme a Tabela 2, aspecto esse de fundamental importância na caracterização e análise de sistemas de produção agrícola familiar, pois se refere à natureza do trabalho (mão de obra familiar e familiar complementada com a contratada). A principal tarefa da mão de obra familiar está direcionada à manutenção do sistema produtivo como um todo (entradas e saídas, trabalho diário no campo e necessidades da família) enquanto que a mão de obra contratada dedica-se a tarefas estritamente relacionadas à atividade produtiva agrícola.

TABELA 2  
Natureza do trabalho (mão de obra) nos estabelecimentos rurais selecionados  
no município de Bagé/RS

Natureza do trabalho	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Familiar	35	87,5	87,5
Familiar e Contratada	5	12,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

De acordo com a Emater/RS (2003), embora existam ainda grandes unidades de produção, as mudanças históricas provocaram a formação de um contingente de produtores rurais que, apesar de possuírem áreas menores, continuaram com a pecuária de corte como sua principal atividade produtiva. Esses produtores, mesmo pouco reconhecidos, são numerosos e se constituem em importante categoria social do campo. Apesar dos conceitos, e preconceitos, existentes em relação à região sul do RS de que nela existem apenas grandes unidades de produção, os estabelecimentos rurais com até 100 ha representam cerca de 70% do total das unidades produtivas da região, incluído aí o município de Bagé, sendo em grande parte de pecuaristas. No presente trabalho de pesquisa, 80% dos estabelecimentos entrevistados (Tabela 3) no município de Bagé tinham até 200 ha, o que para a atividade pecuária, não é considerada como uma grande unidade de produção, ainda mais pelo fato da região em estudo apresentar solos frágeis, ondulados e com afloramento de rochas, o que não permite a utilização de toda a área agrícola, em alguns casos reduzindo a área.

A pecuária familiar, na maioria dos casos, encontra-se entremeadada às grandes unidades de produção, próximas ao que se denomina de “estâncias” e distribuídas em todos os municípios da região da Campanha. Esta é uma característica da região, o que acaba dificultando a identificação desta categoria social e faz com que não se dê tanta importância e/ou não se reconheça sua existência. Há, porém, uma identidade cultural de “pecuaristas”, de homens ligados ao gado como atividade que lhes dá segurança e vínculo de tradição, sendo este mesmo gado visto como mercadoria de reserva e comercializado de acordo com as necessidades, expectativas e desejos da família (Emater/RS, 2003).

TABELA 3  
Estratificação de área total nos estabelecimentos rurais selecionados  
no município de Bagé/RS

Estratos de área (ha)	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
0 – 50	13	32,5	32,5
50 – 100	10	25,0	57,5
100 – 200	9	22,5	80,0
200 – 300	5	12,5	92,5
Acima de 300	3	7,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Luizelli (2001), no entanto, relata que o modo de vida e o sistema de produção extensivo utilizados na grande unidade de produção são reproduzidos na pequena unidade de produção, a qual tem naquela sua referência, em termos de valores e tradições.

Pela Tabela 4, verifica-se que 80% dos produtores realizam o pastoreio contínuo de suas áreas, a maioria de pastagem natural como fonte de alimentação dos animais, o que pode sinalizar em parte uma prática cultural do “saber fazer” que, no entanto, atualmente se questiona e se procuram alternativas para esse tipo de manejo de forma a torná-lo mais sustentável.

Cabe ressaltar que determinadas decisões tomadas no estabelecimento rural e na atividade produtiva, não respondem somente a estrutura econômica da pecuária de corte. Em relação a esse aspecto, pode-se notar pela Tabela 5, que a venda de terneiros (85%) encontra-se associada ao valor comercializado do gado de cria (em alta). Aliado a esse aspecto, pode-se perceber que outra



estratégia importante adotada pelos pecuaristas familiares está relacionada à raça predominante de gado de corte utilizada, sendo a maioria esmagadora classificada como “cruza” (europeu + zebuino) para adaptar às condições ambientais e locais. Outras raças são exploradas também (Aberdeen Angus, Charolês, Braford, Brangus, Limousin, Red Angus, Hereford), no entanto, a mais expressiva é o chamado “gado cruzado”.

TABELA 4  
Sistema de manejo da pastagem nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Sistema de manejo	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Pastoreio Contínuo	32	80,0	80,0
Pastoreio Rotativo	1	2,5	82,5
Misto (contínuo + rotativo)	7	17,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

TABELA 5  
Objetivo econômico da atividade produtiva nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Objetivo econômico	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Cria	34	85,0	85,0
Recria	1	2,5	87,5
Cria e recria	4	10,0	97,5
Ciclo completo	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

A interação na pecuária de corte que o bovino assume, tanto como bem de capital como bem de consumo, é decorrente da lógica financeira que permeia todos os setores, sendo que as características próprias das diversas categorias animais, tais como valorização, liquidez, reserva de valor e, possivelmente, baixo custo de produção e manutenção, tornam os bovinos um tipo de ativo particular atrativo, porém sujeitas a todas as instabilidades dos mercados de ativos, além daquelas que lhes são específicas, em função de seus mercados, particularmente, os produtivos.

A Tabela 6 demonstra que a forma de comercialização predominante é a venda ao intermediário<sup>2</sup> com 95% dos casos. Na sequência a Tabela 7 indica qual o tipo de intermediário mais utilizado pelo produtor para realizar o processo de comercialização de sua produção, onde figura a venda direta a outros produtores, normalmente, invernadores de gado, com 82,5% dos casos.

TABELA 6  
Forma de comercialização da produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Forma de comercialização	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Venda ao intermediário	38	95,0	95,0
Venda ao frigorífico	1	2,5	97,5
Venda ao intermediário + frigorífico	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

O pecuarista familiar em Bagé não integra, nos moldes formais segundo o conceito de Castro (2002) e de Cunha (1994), a cadeia produtiva<sup>3</sup> da carne bovina e, quando integra, essa participação se faz de forma assimétrica. Esse fato se deve fundamentalmente a dois fatores: (a) pela baixa escala de produção em termos de abastecimento para a cadeia produtiva da carne; e (b) pela característica do bovino ser, ao mesmo tempo, bem de consumo e bem de capital, onde o produtor se move até o mercado quando é favorável e conveniente segundo suas aspirações e necessidades, pois pela lógica de (re) produção do pecuarista familiar este não atende única e exclusivamente o lucro.

<sup>2</sup> Considera-se, para fins deste trabalho, intermediário como sendo aquela forma de comercialização de gado realizada segundo o ciclo da produção pecuária (cria – recria – engorda) onde a transação comercial se dá entre uma dessas etapas sequenciais da atividade produtiva em relação ao destino final do produto. No caso dessa pesquisa, observou-se, na maioria dos casos, a predominância da venda de terneiros para outros produtores (invernadores) como a principal forma de comercialização por parte dos pecuaristas familiares.

<sup>3</sup> É um sistema constituído por um grande número de elementos e processos interligados, incluindo sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, que propiciam a oferta de bens e serviços aos consumidores finais. Constitui-se em um sistema que engloba outros sistemas ou subsistemas. A reunião de todos os sistemas ou cadeias produtivas pertencentes ao sistema agroalimentar ou agroindustrial denomina-se de agronegócio.

A delimitação do universo familiar de produção na agropecuária se dá a partir de relações sociais de produção, não estando atrelada necessariamente a um limite máximo de área, renda ou volume de produção e tão pouco associada, simplesmente, à pequena produção (Emater/RS, 2003). Nessa perspectiva, associada às características do universo familiar, outro aspecto de fundamental importância que encerra a categoria da pecuária familiar, está relacionado à residência fixa no campo ou em aglomerado urbano próximo, do produtor com sua família e, nesse aspecto, pôde-se observar que em 100% dos casos analisados neste trabalho, os pecuaristas familiares residem nos estabelecimentos rurais, contemplando, dessa forma, a aderência ao conceito de agricultura familiar. Ou seja, o fato de manter uma relação estreita com sua unidade de produção faz com que o pecuarista acabe por considerar a mesma um patrimônio familiar, que apresenta uma carga cultural de representações e significações que tornam está mais que um mero bem de capital e, dessa forma, a lógica de (re) produção do sistema familiar apresenta níveis de apropriação de capital social, os quais são repassados de geração em geração.

TABELA 7  
Tipos de intermediários<sup>4</sup> na comercialização da produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Tipo de intermediário	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Escritório de vendas	3	7,5	7,5
Produtor (invernador)	33	82,5	90,0
Feiras e remates	1	2,5	92,5
Misto (produtor + feiras/remates)	2	5,0	97,5
Não se aplica	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

<sup>4</sup> Para fins deste trabalho, considerou-se o produtor (invernador) na categoria “intermediário” a partir da perspectiva do pecuarista familiar, ou seja, nesta classificação da Tabela 7, o invernador (produtor de grande escala) figura como um dos públicos alvo de venda da pecuária familiar, pois uma quantidade significativa da produção do pecuarista familiar está centrada no gado de cria, o qual acaba sendo comercializado ao invernador. De qualquer forma, os termos produtor e invernador, na classe dos intermediários, podem ser considerados da mesma forma como uma tipologia, no caso como categoria patronal por suas características próprias.

De forma a melhor entender a dinâmica da pecuária familiar, torna-se de vital importância a descrição do perfil do “pecuarista familiar”, no sentido de que a caracterização da pecuária familiar encontra-se ao lado dos atores sociais de determinada região ou localidade. Conhecendo-se suas especificidades, pode-se compreender melhor determinadas posições e atitudes dos pecuaristas familiares, tanto em nível de racionalidade produtiva propriamente dita, como também no processo de tomadas de decisões.

As características analisadas para a descrição do perfil contemplaram os seguintes aspectos: sexo, faixa etária, grau de escolaridade, renda agrícola e renda não agrícola.

Observa-se pela Tabela 8 que na atividade pecuária há uma predominância masculina (95%) dos produtores. Já em relação à faixa etária, na Tabela 9, o intervalo dos 41 aos 50 anos de idade figura com 37,5% dos casos, enquanto que a faixa acima de 60 anos responde por 32,5%. As duas faixas etárias totalizam 70% dos pecuaristas familiares, ou seja, é uma atividade realizada, principalmente, por indivíduos acima dos 40 anos.

TABELA 8  
Sexo dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados  
no município de Bagé/RS

Sexo	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Masculino	38	95,0	95,0
Feminino	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

A Tabela 10 revela-nos que 52,5% dos entrevistados possuem o primeiro grau incompleto e 25% o primeiro grau completo, juntos totalizando 77,5% dos casos. Desse dado pode-se interpretar que em função do baixo grau de formação desses produtores, bem como pelo fato deste se espelhar no modelo da grande unidade de produção, por questões até mesmo históricas e culturais, poderá resultar em um baixo índice de adoção tecnológica pelas mais variadas razões e realidades. Outro aspecto que, aliado ao baixo grau de escolaridade, justificaria o baixo grau de adoção e inovação tecnológica “de ponta” seria o baixo grau de capitalização da maioria dos pecuaristas familiares, que será analisado na Tabela 12 a seguir.

TABELA 9  
Faixa etária dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados  
no município de Bagé/RS

Faixa etária	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
20 a 30	4	10,0	10,0
31 a 40	5	12,5	22,5
41 a 50	15	37,5	60,0
51 a 60	3	7,5	67,5
Mais de 60	13	32,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

TABELA 10  
Grau de escolaridade dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados  
no município de Bagé/RS

Grau de escolaridade	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Primeiro grau incompleto	21	52,5	52,5
Primeiro grau completo	10	25,0	77,5
Segundo grau incompleto	3	7,5	85,0
Segundo grau completo	2	5,0	90,0
Superior incompleto	3	7,5	97,5
Superior completo	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Nas Tabelas 11 e 12 são expressas as fontes de renda obtidas pelos pecuaristas familiares. Pode-se perceber na Tabela 11 que a maioria (70%) dos produtores auferem renda agrícola inferior a dois (2) salários mínimos, o que não caracteriza margem de renda elevada segundo a ideia estereotipada que se tem de quem trabalha com pecuária de corte. Esse dado é de fundamental importância na medida em que reflete o entendimento acerca das reais condições socioeconômicas das famílias. Além disso, cabe destacar que quando se fala em agricultura familiar e, nesse trabalho em específico, em pecuária familiar, enquanto forma social de produção deve-se atentar às diversas dimensões que

a atividade encerra em sua lógica peculiar de funcionamento, nomeadamente a econômica no aspecto renda.

Constatou-se que tanto os sistemas com renda agrícola quanto aqueles com renda não agrícola têm por objetivo primordial a manutenção da família, com isso caracterizando uma lógica onde, em primeiro plano, se objetiva suprir as necessidades básicas da família e de reprodução social. Ou seja, não se trata de uma lógica de mercado de apenas produzir para vender, mas sim de quanto a família precisa produzir para o autoconsumo e ainda adquirir renda da venda de parte da produção. Sendo assim, o que torna a unidade de produção viável, do ponto de vista da agricultura familiar, é a capacidade do sistema de produzir o necessário para a sobrevivência e, ainda assim, obter renda; denotando, com isso, a relação consumo/trabalho do universo das unidades familiares de produção.

TABELA 11  
Renda agrícola dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados  
no município de Bagé/RS

Renda (em salários mínimos)	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Menos de 2	28	70,0	70,0
2 a 5	8	20,0	90,0
6 a 10	4	10,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Por esse motivo, para a categoria social da pecuária familiar, o importante não é o quanto vende de sua produção (lógica de não acumulação de capital), mas sim o quanto o sistema consegue produzir para suprir suas necessidades e de sua família. No momento em que os estabelecimentos não conseguem um montante adequado para este fim, se torna necessário buscar outras fontes de renda para suprir estas necessidades, no caso com as rendas não agrícolas (Emater/RS, 2003).

Na Tabela 12, onde figura a renda não agrícola, nota-se a importância que as atividades e rendas dessa natureza representam, pois somente a aposentadoria rural contabiliza 41,9% dos casos verificados, seguida de outros tipos de rendas não agrícolas, que aparecem no âmbito da realidade investigada como é o caso de funcionários públicos, prestadores de serviços e outras com-

binações bastante diversificadas. Seria com base nessa fonte de ingresso que muitos pecuaristas familiares conseguiriam viabilizar a atividade produtiva e a reprodução social de suas famílias. Esse quadro exprime a busca recorrente das famílias por alternativas de renda que complementem a vulnerabilidade a que permanentemente acham-se expostas no contexto de uma atividade refém das oscilações dos mercados e de problemas ambientais e sanitários, como é, precisamente, o caso das últimas secas que atingiram a região e os surtos de doenças em rebanhos.

TABELA 12  
Renda não agrícola dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS

Tipo de renda	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Aposentadoria rural	13	41,9	41,9
Serviços, funcionário público, assalariado, autônomo, mista, diversa, <sup>5</sup> artesanato	18	58,1	100,0
Sim, se aplica	31	100,0	
Não, não se aplica	9	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

O presente trabalho pôde verificar que um elevado número de pecuaristas familiares apresenta renda de outras atividades, representando valores, em alguns casos, maiores que a renda agrícola do estabelecimento rural com a pecuária. Embora estas rendas sejam oriundas, na maioria delas, de atividades não agrícolas, são gerenciadas pelo chefe da família e acabam sendo destinadas, na sua maioria, à manutenção das atividades produtivas. A venda de mão de obra, característica destes produtores representa, muitas vezes, uma remuneração temporária e, dessa forma, acabam por investir menos no próprio estabelecimento em termos de infraestrutura e, conseqüentemente, em tecnologia de produção. Na lógica desses produtores, os recursos advindos da pecuária de corte são considerados como uma poupança, sendo utilizado em momentos de necessidade para cobrir despesas não previstas e extraordinárias da família.

<sup>5</sup> Combinação de duas ou mais rendas não agrícolas, excetuando-se a aposentadoria rural, sendo que esta última figura no tipo “mista” da Tabela 12.

## Considerações finais

O que se pode apreender dessa investigação é uma contribuição para o entendimento da lógica da pecuária familiar enquanto uma especificidade da agricultura familiar, como também a identificação de elementos característicos dos sistemas de produção familiares para uma maior compreensão desta categoria social presente no município de Bagé.

A pecuária familiar é uma especificidade da agricultura familiar forjada sob condições históricas de luta e adaptada ao ambiente sociocultural. Por sua vez, este pecuarista, soube adaptar-se aos imperativos e condicionantes do ambiente. Muitas vezes buscou novas rendas como a venda da força de trabalho, mesmo assim tem permanecido na atividade e persistido exatamente como persiste a agricultura familiar enquanto modo de produção.

A definição mais precisa da conceituação da categoria “pecuária familiar” de forma mais aprofundada do ponto de vista teórico, se mostra ainda necessária e importante, para que se tenha um melhor entendimento com quem está categoria se identifica, pois, embora apresente uma baixa rentabilidade, tem como “concepção de mundo” o modelo da estância tradicional da grande unidade de produção e, a partir desta constatação, entender como se dá sua participação e representação política junto aos órgãos de classe e ao poder público, se mostraria um interessante campo de estudo e pesquisa. Além disso, assim como a agricultura familiar, a pecuária familiar também não é homogênea. Estas diferenças apresentam formas e sistemas de produção que, embora ancorados na pecuária de corte, tem uma série de combinações de atividades (agrícolas e não agrícolas) na busca da reprodução e da sustentabilidade nos diferentes ambientes.

Pode-se afirmar que a pecuária familiar é um tipo de agricultura familiar distinta com características internas que lhe conferem uma diversidade de sistemas e de produtores e, por possuir esta diversidade, é necessário que não se tenha uma única proposta, mas sim uma gama variada de ações que possam contemplar as mais diversas formatações dessa categoria social. As próprias alternativas tecnológicas, no seu processo de criação e elaboração, se tornariam mais complexas em função da necessidade de atendimento a um público com anseios distintos dentro da realidade da própria pecuária familiar.

De toda a análise realizada ao longo deste capítulo, depreende-se que para que um processo de desenvolvimento rural sustentável seja efetivamente concebido na acepção plena da palavra, necessita-se que as bases científicas e os paradigmas norteadores da ciência e da pesquisa percebam a importância de uma participação dos produtores rurais sob um novo olhar científico, com enfoque e perspectivas distintas da visão cartesiana, onde, nessa elevação de



*status* do conhecimento empírico e do saber das pessoas, o ator social é elencado a dimensões de maior relevância. Dessa forma, muda-se a percepção da pesquisa e, por consequência, da tecnologia, a qual deverá ser concebida, gerada e adaptada às reais necessidades dos produtores dos mais variados tipos dentro de uma mesma categoria social, seja a agricultura familiar seja a pecuária familiar ou qualquer outro tipo de categoria social produtiva.

Por fim, compreende-se a pecuária familiar como um sistema de produção, reprodução e manifestação que apresenta características fundamentais e aderentes ao conceito de agricultura familiar, na qual sua importância se mostra crucial na manutenção do homem e de sua família no campo, categoria social está de extrema relevância na produção pecuária e, por conseguinte, na produção de alimentos, bem como na participação como protagonista do desenvolvimento rural sustentável, na reconfiguração dos agroecossistemas e na discussão temática de políticas públicas que atendam às reais necessidades desse público específico.

## Referências

ACCORDI, I. A. Contribuição ao conhecimento ornitológico da Campanha Gaúcha. *Atualidades Ornitológicas*, 112, p. 12, mar./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.ao.com.br/download/accordi.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2006.

EMATER/RS (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL); ASCAR (ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL). Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/pho/>> Acesso em: 23 nov. 2006.

EMATER/RS (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL); ASCAR (ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL). *Pecuária familiar*. Porto Alegre, 2003. 78p. (Série Realidade Rural, 34).

EMATER/RS (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL); ASCAR (ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL). Escritório Municipal de Bagé. *Relatório anual de ações e resultados*. 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. População, Economia e Canais (Banco de Dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 set. 2007.

CASTRO, A. M. G. *Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação*. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/SPcamp\\_2002](http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/SPcamp_2002)>. 27 p. Acesso em: 29 nov. 2002.

COTRIM, M. S. *'Pecuária familiar' na região da 'Serra do Sudeste' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu-RS*. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CUNHA, C. J. C. *A competitividade da agricultura brasileira no Mercosul: estudo de caso*. Brasília: IPEA, 1994, 46 p. (Série Estudos de Política Agrícola nº 03).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Pesquisa visa fortalecer elo fraco da cadeia produtiva. *Folha do Produtor*, Bagé, Ano 16, n. 20, 2005.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). EMBRAPA PECUÁRIA SUL. *III Plano Diretor da Embrapa Pecuária Sul: 2004-2007*. Bagé, 2005. 38p. (Embrapa, Documentos 59).

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Disponível em: <<http://www.saa.rs.gov.br>> Acesso em 15 nov. 2006.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Gestão. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em: 13 out. 2006.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

LUIZELLI, J. C. B. *Pecuária familiar na região de Santiago: caracterização, origem e situação atual*. 2001. 79 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MIELITZ NETTO, C. G. A. *Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira*. 1994. 224 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. *História, dados e economia*. Disponível em: <<http://www.bage.rs.gov.br>> Acesso em: 02 ago. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico: dados, estatísticas e economia. Disponível em: <<http://www.bage.rs.gov.br>> Acesso em: 13 ago. 2007.

SANDRINI, G. B. D. *Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne*. 2005. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SEBRAE/FARSUL/SENAR. *Diagnóstico de sistemas de produção da bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul*. Relatório de Pesquisa, IEPE/UFRGS. Porto Alegre, 2005. 265 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. (Capítulo 1, p. 23-56).



# Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul

Márcio Zamboni Neske

## Introdução

Embora se verifique em décadas recentes uma ampliação contestatória da modernização da agricultura no campo dos estudos rurais, processos e instrumentos legitimatórios da modernização permanecem enraizados e sendo induzidos no âmbito das ações do Estado e da produção do conhecimento. Na visão clássica, a modernização da agricultura pode ser interpretada como um processo que foi inspirado na ideologia da noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (Almeida, 1997). A idealização desse processo tinha como uma das premissas norteadoras a transformação das sociedades ditas “tradicionais” ou “atrasadas” em sociedades “modernas” ou “avançadas” mediante o progresso técnico-científico da agricultura (Long, 1982; Long e Ploeg, 2011).

Exemplo emblemático da força que a modernização agrícola detém sobre os processos contemporâneos de desenvolvimento do Brasil pode ser constatado nos recordes produtivos sucessivos do agronegócio em anos recentes. Vangloriado, o agronegócio brasileiro tem adquirido o *status* de “celeiro” agropecuário do mundo devido a sua capacidade de incremento da produção agrícola e pecuária que se bate recordes a cada ano<sup>1</sup>.

Se por um lado, comemora-se euforicamente que o desenvolvimento agropecuário tem atingido nos últimos anos índices de produção e produtividade sem precedentes graças ao progresso tecnológico, por outro, não é possível ocultar os efeitos perversos desse modelo de agricultura. Nesse sentido,

---

<sup>1</sup> Dados da Conab (2015) mostram que a evolução da produção de grãos no Brasil passou de 76 milhões de toneladas na safra 1993/1994 para 209 milhões de toneladas na safra 2014/2015. Esse crescimento da produção e produtividade agropecuária somente tem sido possível porque é sustentado e, portanto, dependente do crescente uso de tecnologias e insumos. De acordo com o Conab (2012) a venda de fertilizantes passou de 13,8 milhões de toneladas em 1997 para 29 milhões em 2012. Nessa mesma lógica de uso de insumos, desde 2008 o Brasil é o líder do ranking mundial de consumo de agrotóxicos (Carneiro et al., 2015).

a dinâmica hegemônica instalada no modelo de produção de alimentos tem revelado uma trajetória que acentua a perversidade desse modelo de agricultura.

Os custos da degradação ambiental (desmatamentos, contaminação dos recursos hídricos, perda da biodiversidade, uso de fontes não renováveis de energia) que são inerentes ao modelo de produção agrícola moderno não fazem parte da contabilidade que tem associado produção agropecuária e desenvolvimento. Trata-se de um modelo de produção desconectado da natureza, em que a biodiversidade e os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas mostram-se cada vez mais ameaçados pela expansão produtiva que o Brasil tem vivenciado. Por outro lado, a modernização da agricultura é orientada por um processo intenso de mercantilização produtiva, conduzindo os agricultores a processos de externalização e especialização, tornando-os cada vez mais dependentes do *treadmill* tecnológico.<sup>2</sup>

No Rio Grande do Sul, a modernização da agricultura foi responsável por criar padrões produtivos que estabeleceram ao longo do tempo dinâmicas de desenvolvimento que marcaram diferenças internas contrastantes, quando analisado o desenvolvimento socioeconômico entre as regiões no estado. Nesse sentido, os padrões diferenciais que demarcam na atualidade o desenvolvimento rural entre regiões no Rio Grande do Sul são o resultado dos processos diferenciais da forma como a modernização emergiu e se capilarizou em cada região.

Na região norte do estado a modernização consolidou modelos exógenos de desenvolvimento, sobretudo a partir da especialização da produção e a integração mercantil dos agricultores ao mercado global de *commodities* agrícolas. As agriculturas de base familiar ingressaram amplamente na lógica da produção de *commodities*, ocasionando um intenso processo de mercantilização das relações produtivas e de trabalho, o que conduziu esses agricultores à relações de subordinação e dependência com os mercados (Conterato, 2004; Gazolla, 2006; Niederle, 2007). No entanto, o processo de mercantilização transcorreu em níveis multifacetados, sendo o resultado dos diferentes níveis de interação dos agricultores com os mercados, resultando na emergência da diversidade de estilos de agricultura (Niederle, 2007; Conterato, 2008).

No Território do Alto Camaquã (Figura 1), localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, as repercussões da modernização sobre as formas familiares de produção tiveram impactos diferenciados quando comparado com outras regiões do estado.

---

<sup>2</sup> A expressão *treadmill* foi cunhada por Cochrane (1979), e segundo Abramovay (2007) se trata de um fenômeno que obriga os agricultores modernizados constantemente fazerem uso das inovações tecnológicas para se manterem competitivos. Assim, ao serem forçados a ingressar nos mercados de recursos e insumos externos, os agricultores estão presos a um “ciclo vicioso”.

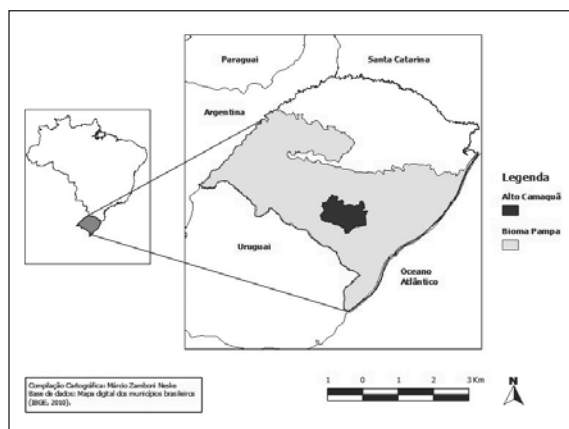


Figura 1 – Localização do Território do Alto Camaquã em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor.

A atividade pastoril ligada à pecuária de corte está diretamente relacionada com a ocupação, colonização e a formação econômica do Alto Camaquã, no entanto, ao longo do tempo, os efeitos e impactos da modernização pouco alteraram a estrutura produtiva dos sistemas produtivos familiares. Embora novas tecnologias de produção pecuária (melhoramento genético, rastreabilidade, variedades forrageiras, suplementação alimentar, integração lavoura-pecuária, gestão econômica, etc.) constantemente são geradas pelo chamado progresso tecnológico, a maioria dessas tecnologias tem se mostrado incompatibilizada com o contexto da vida social dos pecuaristas familiares.

Nesse sentido, dentro dos formatos de desenvolvimento do atual discurso dominante, características produtivas que envolvem baixa integração aos mercados e “atraso” tecnológico são frequentemente utilizadas como indicadores de uma situação de “subdesenvolvido” em regiões consideradas como “marginais” (Ploeg, 2003). Essa é a condição observada em relação ao Alto Camaquã, pois em meio às concepções homogeneizantes preconizadas pela modernização da agricultura, a pecuária familiar do Alto Camaquã teve um processo de modernização “incompleto” (Borba, 2002). O autor afirma que essa incompletude da modernização foi responsável por criar um processo que levou a estigmatização desse território, considerado como “pobre” e “atrasado”.

No entanto, mais do que atribuir explicações simplificadas que remetem aos pecuaristas familiares a incapacidade de incorporação de tecnologias normativas modernas e acessos a mercados “convencionais”, trata-se de percorrer espaços de análise que permitem identificar as diferentes formas

de interação dos pecuaristas familiares com o processo de mercantilização. Significa, com isso, por um lado, entender como e por que os sistemas produtivos da pecuária familiar ficaram à “margem” do processo de modernização, encontrando nesses aspectos possibilidades de pensar a *diferença*, ou seja, as contratendências de processos e práticas produtivas que percorrem caminhos opostos do que tem sido estabelecido pela narrativa modernizante do desenvolvimento.

Por outro lado, os agricultores constantemente ressignificam o ambiente mercantil que estão inseridos. Essa é uma das expressões de que a mercantilização não transcorre na mesma intensidade e num sentido único. Mesmo inseridos num ambiente mercantilizado, os agricultores são responsáveis por construir seus espaços de manobra em relação às imposições do capitalismo, pois desenvolvem estratégias desde um repertório cultural específico visando à busca pela autonomia quanto às relações mercantis (Ploeg, 1993, 2003 e 2008).

Sendo assim, a análise empírica desse trabalho faz parte de um enquadramento teórico-analítico dos estudos sociológicos do mundo rural, que têm dado ênfase nas formas distintas de *como* as unidades familiares estão envolvidas no processo mais geral da mercantilização e *como* elas desenvolvem estratégias diferenciadas visando à construção da autonomia do grupo familiar.<sup>3</sup> Desse modo, o objetivo desse trabalho é analisar a constituição de processos produtivos diversificados de pecuaristas familiares a partir das formas diferenciadas de inserção no processo de mercantilização.

Além dessa parte introdutória, o trabalho está estruturado em mais três seções. A segunda seção apresenta o arcabouço conceitual orientador das discussões empíricas do trabalho, analisando como eixo central as contribuições dos estudos sociológicos rurais ligados ao tema da mercantilização da agricultura e estilos de pecuária. Na sequência, a terceira seção analisa empiricamente os diferentes estilos de pecuária dos pecuaristas familiares do Território Alto Camaquã, demonstrando as particularidades presentes no domínio produtivo e os condicionantes que deram origem a estilos de pecuária diversificados. Por fim, a quarta e última seção apresenta algumas considerações finais que podem ser úteis para ampliar o entendimento dos conhecimentos acerca da heterogeneidade social ligadas ao tema mais geral do desenvolvimento rural em diferentes contextos locais, em que são desenvolvidas algumas reflexões sobre as estratégias de reprodução social e econômica que envolvem a pecuária familiar do Território do Alto Camaquã.

---

<sup>3</sup> Ver Long (2007), Ploeg (2008), Conterato et al. (2011), Long e Ploeg (2011).

## Mercantilização e o processo de diferenciação na agricultura

A segunda metade da década de 70 e início dos anos 80 do século XX marcam o revigoramento dos estudos rurais, principalmente na busca por entendimento acerca das relações das unidades familiares frente ao capitalismo agrário. O período desencadeia no pensamento social a retomada das discussões do papel das formas familiares de produção no capitalismo e as razões da sua perseverança a partir da vertente neomarxista que vai, fundamentalmente, resgatar as bases e as ideias “não revolucionárias” de Marx e dos marxistas do século XIX.

Friedmann (1978) recupera o conceito de Marx de produção simples de mercadoria e afirma que as formas familiares de produção estão inseridas num processo de acumulação capitalista como produtor simples de mercadoria e não como produtor ampliado (produção de mais valia). Para a autora, mesmo numa condição de fragilidade enquanto produtores simples de mercadoria, a permanência desses agricultores no capitalismo é assegurada, de um lado, por certos comportamentos internos da unidade familiar como as relações de parentesco e o ciclo demográfico.

Opondo-se a posição estruturalista de interpretação das transformações das unidades familiares no contexto do paradigma da modernização, na escola europeia da Holanda, o antropólogo Norman Long e o sociólogo Jan Douwe van der Ploeg desenvolvem a partir da década de 1970 uma perspectiva de análise da mudança social denominada pelos autores como perspectiva orientada aos atores (POA). Centrada na noção de agência humana, a POA salienta a importância de valorizar a forma como os próprios agricultores moldam os padrões de desenvolvimento (Long e Ploeg, 2011).

Para a POA, mesmo estando os agricultores inseridos no processo de mercantilização, a forma como tal processo acontece não necessariamente decorre exclusivamente enquanto a mercantilização sendo uma estrutura externa que determina e orienta por completo a vida desses agricultores.

De acordo com Long (2007), mesmo que certas mudanças estruturais resultem do impacto de forças externas, é teoricamente insatisfatório basear uma análise no conceito de determinação externa, pois todas as formas de intervenção externa necessariamente entram nos mundos de vida dos indivíduos e grupos sociais afetados e, desta maneira, são mediados e transformados por estes mesmos atores e estruturas locais. A mercantilização se configura como um processo em que o capitalismo exerce forças de “fora” sobre os agricultores (tecnologias, sistemas de preço, políticas públicas, etc.), mas nela também existem espaços de manobra em que os agricultores estabelecem suas estratégias de resistência, pois possuem capacidades de agência e habilidades



cognitivas para interferir, se necessário, no fluxo de eventos sociais ao seu entorno (Long, 2007).

Dessa forma, o que Long e Ploeg (2011) demonstram em seus estudos é que as formas familiares possuem um conjunto de “racionalidades” e estruturas internas de organização e funcionamento que permitem a essas famílias estabelecer relações de proximidade e distanciamento dos mercados, diferenciando-as das empresas capitalistas de produção. Enquanto para Friedmann (1978) as unidades familiares são estruturas homogêneas inseridas em contextos mercantis rígidos, para Ploeg (1993) esses agricultores encontram-se em ambientes marcados por uma mercantilização multinível e com distintos graus de mercantilização da exploração agrícola. Ou seja, os agricultores podem mercantilizar diferentes etapas do processo de produção e se encontrar em diferentes graus de mercantilização.

Portanto, a mercantilização não se constitui como um processo de via única responsável por determinar a estrutura e funcionamento da agricultura, mas nela mesma existem espaços nos quais diferentes estilos de agricultura (*farming styles*) são possíveis. Conforme Ploeg (2003), estilos de agricultura são redes sociotécnicas em que existem diferentes modos de ordenação entre os domínios internos em que a família tem que operar, com domínios externos formados por diferentes grupos sociais, instituições e o próprio Estado.

Para Ploeg (2003), estilos de agriculturas são representações da modernização da agricultura que podem ocorrer por duas vias. A primeira são os estilos de agricultura que representam e reproduzem a internalização do projeto de modernização, e a segunda, num caminho oposto, os estilos que representam um distanciamento ou uma desconstrução do controle imposto pela modernização. Desse modo, a noção de estilos de agricultura está assentada numa determinada forma de produção (estrutura do processo produtivo) e num determinado modo de inter-relação com os mercados (Ploeg, 1994).

Assim, é possível encontrar diferentes estilos de agricultura (ou diferentes estilos de ordenamento) que são diferentes modos como os agricultores ordenam a sua relação com a produção e os mercados. Ou seja, para Ploeg (1994), mercados e tecnologia proporcionam o contexto em que diferentes posições são possíveis, pois os próprios agricultores enquanto atores sociais, possuindo capacidade de agência, são capazes de definir e influenciar sobre o distanciamento ou integração dos mercados e das tecnologias (via desconstrução/reconstrução dos formatos tecnológicos).

A capacidade de escolha de distanciamento ou aproximação dos mercados, além de representar o espaço de manobra, faz parte do repertório cultural dos agricultores (Ploeg, 1994 e 2003). O repertório cultural está enraizado no “modo camponês” de fazer agricultura e define situações particulares que

privilegiem os processos de “internalização” na atividade agrícola produtiva (gerando situações de autonomia) ao invés de processos de “externalização” (gerando situações de dependência). Portanto, o repertório cultural promove a heterogeneidade no meio rural quando os processos de produção e as relações com os mercados tendem a uma homogeneização.

A busca constante pela autonomia é para Ploeg (2008) representativa de uma condição camponesa, em que o que está em jogo é manutenção de uma base de recursos que seja autocontrolada pela família. Assim, o processo de produção familiar envolve uma estrutura de reprodução relativamente autônoma que é historicamente garantida, em que cada ciclo de produção é construído em base aos recursos produzidos e reproduzidos em ciclos anteriores (Ploeg, 1993 e 2008). Assim sendo, os processos de produção e reprodução passa por relações “orgânicas” com a natureza, com relações de interdependência específicas, de modo que seja possível a manutenção da base de recursos para ciclos futuros e o fortalecimento da autonomia.

### **Mercantilização e estilos de pecuária entre os pecuaristas familiares do Território do Alto Camaquã**

Como base metodológica para a identificação dos estilos de pecuária (EP)<sup>4</sup> esse estudo adotou a abordagem Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários (Dufumier, 2007). Foi possível, então, identificar os fatores que determinavam dinâmicas produtivas diferenciadas entre os pecuaristas familiares, o que conduzia a distintas formas de inserção dos mercados antes e depois “da porteira”. Desse modo, foram identificados três tipos de estilos de pecuária de pecuaristas familiares no Território do Alto Camaquã.

O primeiro tipo identificado são os *pecuaristas familiares “não especializados” e pluriativos (EP 1)*, que corresponde ao grupo de pecuaristas que possuem uma baixa integração aos mercados e dependem de atividades pluriativas para a reprodução do núcleo familiar. O segundo tipo são os *pecuaristas familiares “não especializados” e dependentes de transferências sociais (EP 2)* que, igualmente ao tipo anterior, também estão pouco integrados aos mercados, mas, na sua maioria, são dependentes de transferências sociais para a reprodução da família. Por fim, o terceiro tipo é formado pelos *pecuaristas familiares “especializados” (EP 3)* que mantêm relações mercantis mais intensas devido a maior escala produtiva.

Na sequência dessa sessão, num primeiro momento, se abordará sobre os processos diferenciais de relação mercantis entre os estilos de pecuária dos

---

<sup>4</sup> Como os atores sociais investigados nesse estudo são pecuárias familiares, é adotado o termo estilos de pecuária, fazendo referência a noção de estilos de agricultura proposta por Ploeg (2003).

pecuaristas familiares. Em seguida, discute-se de maneira mais precisa a relação entre os estilos de pecuária com a natureza, procurando identificar como a criação de estratégias produtivas autônomas são dependentes das relações estabelecidas com a natureza.

### **Graus de mercantilização dos estilos de pecuária e estratégias autônomas de produção**

Na Tabela 1 são apresentados alguns indicadores agroeconômicos que permitem constatar que os pecuaristas familiares apresentam diferentes formas de se relacionar com os mercados, o que caracteriza a existência de diferentes graus de mercantilização, e, portanto, estilos de pecuária diferenciados.

No entanto, de acordo com Ploeg (2008), uma das principais características da “condição camponesa” é o esforço permanente visando o distanciamento dos circuitos mercantis. Empiricamente a avaliação do nível de inserção mercantil antes e depois da “porteira”, o qual caracteriza a diferenciação em termos de grau de mercantilização entre os diferentes estilos de pecuária, pode ser constatada por meio do indicador Consumo Intermediário/Produto Bruto, que corresponde, em termos percentuais, à relação entre os insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos destinados a formação final do produto bruto do estabelecimento agrícola.

TABELA 1  
Indicadores agroeconômicos dos Estilos de Pecuária (EP)  
dos pecuaristas familiares do Território do Alto Camaquã

Indicador	Un.	EP 1	EP 2	EP 3
Consumo Intermediário/ Produto Bruto	%	20,03	34,79	24,3
SAUpas. nativa / SAUt (%)	%	86,00	94,72	97,53
PB comercializado/KI animal	%	21,03	18,4	46,87
PB autoconsumo/ PB total	%	74,85	27,37	8,78

Fonte: Neske (2009).

Conforme apontado na Tabela 1, todos os estilos de pecuária revelam algum tipo de vínculo mercantil por meio da aquisição de insumos ou serviços, o que revela que a mercantilização, de alguma maneira, torna-se necessária para os processos produtivos desses pecuaristas. O EP 1 revela a menor integração mercantil em relação aos demais estilos de pecuária, com valor médio

do indicador Consumo Intermediário/Produto Bruto de 20%, demonstrando assim um processo produtivo marcado por relativa autonomia em relação ao mercado. Essa baixa externalização representada no domínio produtivo constitui os espaços de manobra construídos de acordo com os interesses dos produtores, por meio de um processo frequente de desconstrução/reconstrução da base tecnológica (Ploeg, 1994).

Conforme Ploeg (1993), o maior grau de mercantilização das explorações agrícolas é proporcional à escala de produção, produtos e serviços mercantilizados que entram no processo produtivo. Paradoxalmente, se compararmos o valor médio do Consumo Intermediário/Produto Bruto do EP 3 com o EP 2, o primeiro é 55% inferior ao segundo, mesmo sendo formado por pecuaristas que possuem maior capacidade produtiva quanto à escala de produção. Como uma característica singular dos pecuaristas familiares é adoção de sistemas produtivos que requerem baixa incorporação tecnológica, a maior escala produtiva não necessariamente conduz ao aumento da externalização, no que se refere ao uso de tecnologias.

Dessa forma, a maior escala produtiva do EP 3 não necessariamente implica uma relação mais direta no que se refere à penetração das relações mercantis no processo de produção via padrões tecnológicos diferenciados. O processo produtivo não passa por relações estabelecidas simetricamente com os mercados, pois muitas das etapas são realizadas a partir de elementos não mercantis que conduzem a situações que aumentam a autonomia, por exemplo, como o uso predominante de mão de obra familiar, a reprodução dos objetos de trabalho (por exemplo gado e ovelha), e também por “trocas” realizadas com a natureza. Assim, os maiores custos que estão relacionados à externalização produtiva do EP 3 são decorrentes de pagamento de arrendamento de terras de terceiros e não aos mercados de insumos e serviços. No caso do EP 2, o maior valor referente à externalização se deve, principalmente, à compra de insumos de produtos veterinários.

Entretanto, mesmo sendo observado a existência de diferentes graus de mercantilização entre os pecuaristas familiares e, portanto, formas diferenciadas de integração aos mercados de insumos e serviços, o que se observa é que, de semelhante, os valores referentes ao Consumo Intermediário/Produto Bruto indicam uma baixa necessidade de mobilização de recursos para o processo produtivo via trocas mercantis. Desse modo, tal comportamento assume representatividade dentro da “condição camponesa” que visa à busca pela autonomia. Assim, essa relativa autonomia frente o mercado de insumos é construída e assegurada porque parte dos recursos necessários ao processo produtivo são produzidos e reproduzidos dentro da “porteira”.

Segundo Ploeg (2008), a agricultura camponesa é essencialmente (embora não exclusivamente) baseada em um fluxo relativamente autônomo de

recursos autocontrolados produzidos e reproduzidos na própria unidade de produção. Existe nos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares uma base de recursos, a qual é mobilizada e regulada a partir de trocas não mercantis, caracterizando um processo de coprodução específico, que é tributário a todos os estilos de pecuária, conforme será analisado posteriormente. Desta forma, precisamente, podemos referenciar o papel desempenhado pelas “trocas” com a natureza e o provisionamento de recursos produzidos e reproduzidos em ciclos anteriores.

Ainda segundo as informações da Tabela 1, o que se constata é que uma particularidade comum a todos os estilos de pecuária é o fato de que a base alimentar dos rebanhos tem como principal componente forrageiro a pastagem nativa. Nota-se que, em relação a Superfície Agrícola Útil total (SAUt), o índice percentual da Superfície Agrícola Útil da pastagem nativa (SAUpas. nativa) revela valores médios acima de 85%, o que indica que a alimentação dos animais é assegurada praticamente pela pastagem nativa. Desse modo, sendo a coprodução fortalecida sobre a base de recursos naturais na qual está assentada a pastagem nativa é um valioso recurso renovável e gratuito, representando a principal “troca” realizada com a natureza no domínio produtivo, contribuindo para gerar situações de autonomia (diminuição da externalização) no processo produtivo.

Conforme tem sido apontado, a redução da dependência em relação aos mercados passa pela reprodução e fortalecimento da base de recursos presentes dentro da “porteira”. A coprodução, nesse sentido, tem o papel de estruturar e ordenar as tarefas produtivas visando garantir os recursos para os ciclos futuros. Entretanto, a maneira como esses recursos são autogestionados irá revelar diferentes graus de mercantilização do processo produtivo.

Observa-se na Tabela 1 pelo indicador Produto Bruto Comercializado/KI animal que do total do Capital Imobilizado em animais no EP 1, apenas 21,0% refere-se ao produto bruto total comercializado. Ou seja, isso demonstra que existe uma baixa integração mercantil (depois da “porteira”) no que refere às vendas de produtos, pois 79,0% desses recursos ficam retidos na propriedade para compor a sucessão do processo produtivo. Da mesma forma que o EP 1, o EP 2 também apresenta valor (18,4%) que representa uma baixa integração vinculada aos mercados de venda de produtos, o que caracteriza, portanto, o caráter “não especializado” desses estilos de pecuária.

Em relação ao EP 3, mesmo apresentando o valor do PB comercializado/KI animal (46,87%) maior que os demais estilos de pecuária, parte considerável dos animais permanecem na propriedade para retroalimentar o processo produtivo no ano seguinte. Assim, a característica em comum entre os estilos de pecuária é que parte significativa dos recursos produtivos

(vacas de cria, touros, ovelhas) é destinada para dar continuidade aos ciclos produtivos subsequentes.

Desmercantilização estabelecida no âmbito das relações com a natureza

A luta por autonomia fundamentalmente implica a construção, o uso e o desenvolvimento contínuo do capital ecológico (Ploeg, 2008 e 2009). A condição camponesa, ao visar uma reprodução relativamente autônoma, a base de recursos naturais sobre as quais estão assentadas as atividades produtivas, desempenha um papel fundamental para a reprodução autônoma do processo produtivo. Os recursos autocontrolados (solo, água, vegetação nativa) podem ser reproduzidos como recursos não mercantilizados para retroalimentar os próximos ciclos produtivos, diminuindo a dependência com os mercados.

No Gráfico 1 estão os valores percentuais da participação dos fluxos de energia que entram nos sistemas produtivos dos estilos de pecuária, em relação a energia total.<sup>5</sup> Esses fluxos emergéticos permitem dimensionar a participação e a dependência de recursos provenientes da natureza ou por meio da economia. Da contribuição da natureza, os fluxos estão divididos em recursos naturais renováveis (R) e não renováveis (N). Em relação aos fluxos oriundos da economia, esses se dividem em materiais (M) e serviços (S).

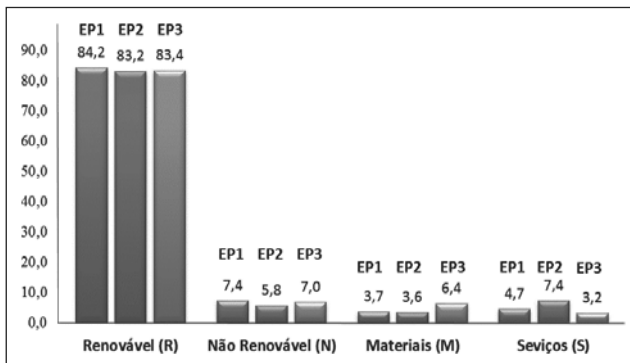


Gráfico 1 – Valores percentuais dos fluxos energéticos da natureza (R+N) e da economia (S+M) que entram nos sistemas produtivos dos diferentes Estilos de Pecuária (EP).

Fonte: Neske (2009).

<sup>5</sup> Energia é toda energia incorporada (embodied energy) para a produção de um determinado produto ou serviço (Odum, 1996). A análise emergética leva em consideração todos os fluxos energéticos provenientes dos recursos naturais (renováveis e não renováveis) e dos inputs da economia (materiais e serviços).

No Gráfico 1 chama-se a atenção no que diz respeito à relevância dos recursos naturais no contexto do processo produtivo. Nota-se que, de maneira geral, todos os estilos de pecuária apresentam um comportamento semelhante em relação à distribuição e participação dos fluxos emergéticos no processo produtivo, com uma significativa superioridade na contribuição dos recursos naturais renováveis (R) em relação aos recursos da economia (materiais e serviços).

Cabe, portanto, chamar a atenção nesse primeiro momento que a principal base de recursos mobilizada e que contribui para o funcionamento dos sistemas produtivos são os recursos naturais renováveis (R). Ou seja, as “trocas” realizadas com a natureza apresentam a maior participação no funcionamento dos sistemas produtivos, com valores superiores a 83% dos fluxos emergéticos renováveis em relação a energia total. Por outro lado, a participação dos fluxos emergéticos oriundos dos recursos naturais não renováveis (N) e da economia (materiais e serviços) apresentam valores poucos expressivos quando comparados com os recursos naturais renováveis (R). Quanto às relações com a economia, os baixos valores dos fluxos emergéticos verificados no Gráfico 1 significa que existe uma entrada reduzida no sistema de energia “comprada” na forma de serviços e materiais.

Na Tabela 2 são apresentados os principais recursos da natureza e economia que são mobilizados para o processo produtivo, o que permite identificar os fluxos emergéticos de recursos mercantilizados e não mercantilizados no processo produtivo.

Em relação aos recursos naturais renováveis, percebe-se que as maiores participações dos fluxos emergéticos para todos os estilos de pecuária são provenientes da energia da biomassa da vegetação da mata nativa e da chuva. Os valores percentuais de participação da biomassa das áreas de mata natural no fluxo emergético dos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares indicam que o processo produtivo e os produtos gerados pela pecuária familiar estão diretamente relacionadas à manutenção dessas áreas naturais.

Esse comportamento produtivo é a expressão de uma “condição camponesa” em que os meios e insumos produtivos são parte integrante do estoque do capital ecológico disponível (Ploeg, 2009). Nesse sentido, algumas das espécies da vegetação nativa arbórea/arbustiva em situações de adversidades climáticas representam a principal fonte de alimentação para os animais, como ocorre no inverno ou períodos de seca no verão. Além disso, a manutenção dessas áreas garante que os recursos hídricos (rios, córregos, nascentes) se mantêm preservados, e a água para os animais e uso doméstico é assegurada. Também é importante destacar que determinadas espécies de árvores/arbustos são utilizadas como “insumo” para a construção de instalação e equipamentos de trabalho.

TABELA 2  
Participação dos diferentes fluxos energéticos da natureza (R+N)  
e da economia (S+M) que entram nos sistemas produtivos  
dos Estilos de Pecuária (EP) identificados (valores médios)<sup>6</sup>

	EP 1 (%)	EP 2 (%)	EP 3 (%)
<b>Recursos Naturais Renováveis (R):</b>			
Sol	0,01	0,01	0,01
Chuva	39,59	41,52	41,22
Vento	1,61	1,68	1,67
Biomassa Mata	43,02	39,96	40,47
Pastagem Nativa	0,01	0,02	0,02
Biomassa Pastagem Cultivada	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>84,24</b>	<b>83,13</b>	<b>83,39</b>
<b>Recursos Naturais Não Renováveis (N):</b>			
Erosão Mata Nativa	2,52	1,66	1,61
Erosão Pastagem	3,17	2,65	4,54
Erosão do Solo Agrícola	1,69	1,53	0,80
<b>Total</b>	<b>7,38</b>	<b>5,84</b>	<b>6,95</b>
<b>Contribuição da Economia (M):</b>			
Depreciação	2,11	1,56	0,90
Consumo Intermediário Cultivos	0,32	0,59	0,39
Consumo Intermediário Criações	0,40	1,06	4,59
Consumo Intermediário Manutenção	0,84	0,36	0,52
<b>Total</b>	<b>3,67</b>	<b>3,57</b>	<b>6,40</b>
<b>Contribuição da Economia (S):</b>			
Divisão do Valor Agregado (DVA) <sup>6</sup>	1,35	1,52	1,93
Rendas Trabalho Externo	3,36	0,00	0,62
Rendas Aposentadorias	0,00	5,89	0,72
<b>Total</b>	<b>4,71</b>	<b>7,40</b>	<b>3,27</b>

Fonte: Neske (2009).

<sup>6</sup> A Divisão do Valor Agregado (DVA) corresponde a soma dos gastos com impostos (Imp), salários e encargos (S/E), custos de arrendamento (Arr) e despesas financeiras (DF).



A manutenção dessas áreas de mata nativa somente é assegurada porque representa um modo específico de relação entre homem e natureza, de tal forma que a produção e reprodução das condições de existência desses pecuaristas familiares estão centradas nesse tipo de relação com a natureza. Por outro lado, a preservação das áreas de mata nativa representa um tipo de “serviço ambiental” que é de grande interesse da sociedade em tempos de “crises ecológicas”, pois essas matas contribuem para a preservação das águas que desembocam na bacia hidrográfica do Rio Camaquã. Além disso, segundo o Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2008), a região em que está localizado o Alto Camaquã abriga uma grande diversidade de flora e fauna, inclusive espécies ameaçadas de extinção, e, portanto, a manutenção das áreas de mata nativa beneficia a conservação da biodiversidade desse território.

Outra questão a ser destacada é em relação à contribuição da chuva sobre a energia total do sistema. Através dos valores verificados na Tabela 2, percebe-se que a chuva apresenta uma participação importante para o aporte energético dos sistemas produtivos de todos os estilos de pecuária. Corroborar-se com Borba et al. (2009) e Matte (2013) a respeito da importância da chuva para os sistemas produtivos, pois segundo os autores a deficiência hídrica é um fator que apresenta maior probabilidade de comprometer a reprodução dos ciclos produtivos do que a falta de capital para mobilizar recursos através dos mercados. Ou seja, tendo em vista que os animais representam um dos principais recursos que são (re)produzidos na própria unidade de produção (o que promove um distanciamento do mercado), e sendo a base alimentar oferecida “gratuitamente” pela pastagem natural, a falta de chuva compromete o crescimento das pastagens, logo, a alimentação dos animais também é afetada. Havendo uma distribuição regular do volume de chuva no ano que atenda às necessidades hídricas para o crescimento das pastagens, o processo produtivo se encontra, então, numa condição favorável (ou ideal) para a sua (re)reprodução.

Percebe-se, portanto, que os estilos de pecuária dos pecuaristas familiares do Território Alto Camaquã são expressões das respostas adaptativas adotadas pelos pecuaristas nas suas relações estabelecidas não somente com os mercados, mas também com o universo ecológico em que estão envolvidos (Neske et al., 2012). Assim, a reprodução dos meios produtivos e da vida social dos pecuaristas familiares são mais dependentes dos recursos oferecidos “gratuitamente” pela natureza (chuva, energia solar, pastagem natural, mata nativa, etc.), o que revela que a autonomia e emancipação em relação aos mercados passa por essas “trocas” realizadas com a natureza.

## Considerações finais

Mesmo estando os pecuaristas familiares do Território Alto Camaquã inseridos num ambiente com características socioeconômica, cultural e ambiental semelhantes, identificou-se a existência de diferentes estilos de pecuária a partir de inserções e relações diferenciadas estabelecidas pelos pecuaristas familiares com os mercados. Isso demonstra que a mercantilização é um processo que não ocorre de forma homogênea e, tampouco, linear. No que diz respeito as relações mercantis, as escolhas e as decisões que orientam o processo produtivo nem sempre passam pela articulação com os mercados, o que demonstra que os pecuaristas familiares têm papel ativo e atuante na gestão de seus interesses.

Muitas das características existentes no domínio produtivo e no âmbito da vida social são triviais entre os estilos de pecuária identificados nesse trabalho, sendo representativas de uma “condição camponesa”. É possível constatar um conjunto de valores e comportamentos que fazem parte de um repertório cultural específico responsável por ordenar de forma sistemática estratégias produtivas que visam atender as necessidades da família, bem como aumentar a sua autonomia perante as relações mercantis. Assim, muitas etapas presentes no domínio produtivo se encontram mantidas fora dos circuitos mercantis, pois são os próprios pecuaristas que constroem seus espaços de manobra, criando estratégias que tendem a reduzir a externalização do processo produtivo e otimizar o uso dos recursos locais não mercantilizados.

Nesse processo, em grande medida a autonomia é garantida pelas relações personalizadas que os pecuaristas estabelecem com a base de recursos naturais que dispõem, pois algumas etapas não mercantilizadas do processo produtivo são definidas a partir das relações estabelecidas com o sistema natural. Na maior parte das vezes, os pecuaristas familiares criam estratégias que visam maximizar as “trocas” com os recursos naturais localmente disponíveis.

Por mais que a modernização da agricultura esteja assentada em concepções hegemônicas que procuram subalternizar conhecimentos e práticas produtivas tradicionais, é pouco satisfatório aceitar que os processos mercantis alteram por completo a vida dos pecuaristas familiares. Ao criarem estratégias produtivas que visam garantir a autonomia do grupo familiar, a inserção aos mercados é, então, um processo negociado, e as próprias relações mercantis são reconfiguradas no encontro com os interesses dos pecuaristas.

Portanto, o modo de *fazer pecuária* dos pecuaristas familiares do Território Alto Camaquã representa formas de existência de alteridade baseadas no lugar, onde as relações produtivas e os modos de vida são mais dependentes dos intercâmbios estabelecidos com a natureza do que os recursos mobilizados a partir dos mercados de insumos e serviços.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33-55.
- BORBA, M. F. S. *La marginalidad como potencial para la construcción de "otro" desarrollo: El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil*. 2002. Tese (Doctorado en Sociología Y Estudios Campesinos). Instituto de Sociología Y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, España, 2002.
- BORBA, M. F. S. et al. *Avaliação das condições para a ecologização da pecuária familiar na área de abrangência do COREDE Campanha*. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção*. Set. 2008. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom\\_boletins/\\_arquivos/83\\_19092008034949.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/83_19092008034949.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2009.
- CARNEIRO, F. F. et al. (Org.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- COCHRANE, W. *The development of american agriculture: a historical analysis*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1979.
- CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso do município de Três Palmeiras/RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 67-89.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. *Mapas da produção agrícola*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1101&t=2>>. Acesso em: 19 out. 2013.
- DUFUMIER, M. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: Edufba, 2007.
- FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *Journal of Peasant Studies*, n. 6, v.1, p.71-100, 1978.

- GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p. 82-103.
- LONG, N. *Introdução à sociologia do desenvolvimento rural*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 21-48.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Projeções do Agronegócio. Brasil 2012/2013 a 2022/2023*. Brasília: Mapa/ACS, 2013. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJECOES%20DO%20AGRONEGOCIO%202010-11%20a%202020-21%20-%2020\\_0.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJECOES%20DO%20AGRONEGOCIO%202010-11%20a%202020-21%20-%2020_0.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2013.
- MATTE, A. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul*. 2013. 186f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.
- NESKE, M. Z. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.
- NESKE, M. Z.; MIGUEL, L. A. de; BORBA, M. F. S. Capital ecológico e a construção de autonomia na produção familiar: o caso da pecuária familiar do Rio Grande do Sul. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 29, p. 291-317, 2012.
- NIEDERLE, P. A. *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.
- ODUM, H. T. *Environmental Accounting, Emergy and Decision Making*. New York: John Wiley, 1996.
- PLOEG, J. D. van der. El mercant de trabajo agricól y la mercantilización. In: GUSMAN, E. S. (Org.). *Ecología, campesinato y historia*. Madri: Piqueta, 1993. p. 153-196.
- \_\_\_\_\_. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. (Org.). *Born from within: Practices and Perspectives of Endogenous Rural Development*. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7- 30.
- \_\_\_\_\_. *The Virtual Farmer: Past, Present and Future of the Dutch Peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

- \_\_\_\_\_. Sete teses sobre agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.
- TOLEDO, V. M. La racionalidad de la Producción Campesina. In: GUZMÁN, E. S. (Org.). *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 197-218.

# **Pecuária familiar: uma análise do modo de apropriação da natureza a partir dos saberes e práticas tradicionais – Território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul**

*Letícia Fátima de Azevedo  
Marco Antônio Verardi Fialho*

## **Introdução**

A concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, no decorrer do tempo, tem se caracterizado por pressões negativas, seja nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Especificamente relacionado ao meio agrícola, o desenvolvimento assumiu o papel de modernização e assim como em outros setores da economia, a modernização e o desenvolvimento não atingiram a todos igualmente. Se de um lado, o desenvolvimento baseado nesta perspectiva foi positivo para alguns, no outro gerou desigualdades, acentuando problemas como a pobreza, a concentração da renda e a degradação ambiental.

Em muitas situações, as políticas de modernização serviram para polarizar as discussões sobre o agrícola, a partir de uma perspectiva “dual”. Esta reunia, em um patamar, aqueles agricultores que aderiram a proposta da modernização (“modernos ou avançados”) e, de outro, aqueles agricultores (“tradicionais ou atrasados”) que não apresentavam as características condizentes com a proposta, o que significava, em muitos casos, estarem pouco mercantilizados, produzindo de forma tradicional e basicamente para a subsistência, e que ainda hoje são visualizados dessa forma.

Todavia, as fragilidades do modelo de desenvolvimento rural podem ser verificadas através dos sistemas produtivos agrícolas que apresentam uma acentuada ineficiência energética e ocasionam problemas no meio ambiente, tais como diminuição da biodiversidade, destruição das matas e florestas, erosão dos solos, poluição das águas e solos, contaminação dos agricultores e alimentos e destruição dos recursos não renováveis.

Os agricultores identificados como atrasados, a partir do final da década de 1950, começam a auferir certa consideração, através de um novo conceito – a etnoecologia – que valoriza o conhecimento ecológico local, e mais, o conhecimento das populações tradicionais, visualizado como uma possível

ferramenta no uso sustentável dos recursos naturais. O termo ainda no início da década de 1990 era pouco empregado, porém cada vez mais frequente, e hoje constitui um campo de estudo cada vez mais ativo e vigoroso.

Víctor Manuel Toledo destaca-se como o principal intérprete da atual visão da etnoecologia, juntamente com outros pesquisadores, como Darell Posey, Harold Conklin, José Geraldo Marques, entre outros. Toledo (2003, p. 7, tradução nossa) define a etnoecologia como “um enfoque interdisciplinar que estuda as formas pelas quais os grupos humanos veem a natureza, através de um conjunto de conhecimentos e crenças; e como os humanos, a partir de seu imaginário, usam e/ou manejam os recursos naturais”.

Toledo utiliza o enfoque etnoecológico para compreender o modo de apropriação da natureza. A apropriação da natureza é a maneira por meio do qual toda sociedade se apropria e transforma o ecossistema com o objetivo de sobreviver (Cook, 1973). No entanto, a atividade definidora e determinadora de tal apropriação está inteiramente atrelada à organização de sua produção econômico-social. Sendo assim, a fim de entender o processo humano de apropriação da natureza, Toledo (2003) analisa três categorias distintas e complementares: o complexo *kosmos – corpus – práxis* (*K-C-P*), ou seja, a cosmovisão, o sistema cognitivo e as práticas produtivas.

Borba (2002) argumenta que a aplicação prática dos modos de apropriação da natureza permite distinguir a produção camponesa (racionalidade ecológica) da produção agroindustrial (racionalidade técnico-econômica), logo o autor acredita que essa distinção afronta com o estabelecido pelos teóricos brasileiros. Pois é comum entre os estudiosos do rural o fato de que no Brasil não existe o que por definição se chamaria campesinato.

No caso do Rio Grande do Sul (RS), a modernização da agricultura criou padrões diferenciados e específicos de acordo com as particularidades socioeconômicas, ambientais e culturais. Especificamente a “metade sul” apresenta uma realidade diferenciada em termos de estrutura fundiária, de formação cultural e de tipo de agricultor familiar (Ribeiro, 2009), sendo percebida como uma região com pouca (ou nenhuma) expressão da “agricultura familiar”. Nesta região, a visão do rural predominante é a de propriedades compostas por grandes extensões de áreas, ocorrendo o predomínio das estâncias típicas de pecuária extensiva, das lavouras de arroz e das fazendas de criação de gado intensivas em tecnologias, de caráter empresarial.

No entanto, estudos que utilizaram como empírico a região da Serra do Sudeste demonstram a diversidade e a heterogeneidade das formas de ocupação da parte sul do Rio Grande do Sul. A agricultura e a pecuária se mesclam apresentando estabelecimentos rurais de agricultores familiares, propriamente ditos, e de pecuaristas, predominantemente com pequena disponibilidade de

áreas, utilizando quase que exclusivamente mão de obra familiar. Características peculiares da região, principalmente dos aspectos culturais, produziu um tipo diferenciado de agricultor familiar, historicamente invisível e não reconhecido, identificado como “pecuarista familiar”.

O pecuarista familiar caracteriza-se por uma relação com o meio ambiente por contingências decorrente da necessidade da subsistência, produzidas mais pelos intercâmbios ecológicos do que os econômicos (Ribeiro, 2009). Característica que leva o pecuarista familiar a abraçar um modo de sobrevivência que garante um fluxo contínuo de bens, matéria e energia, apropriando-se da natureza de uma forma afável e contemplativa, conservando paisagens e recursos naturais. Forma de produção de baixo impacto e capaz de gerar serviços ecossistêmicos suficientemente importantes para que a pecuária familiar seja considerada uma atividade estratégica, no sentido de preservação de uma cultura e, principalmente, de um ecossistema singular.

A relação do pecuarista familiar com a região e o meio ambiente beira uma intimidade que a separação de ambos, como procedimento metodológico, pode comprometer os resultados de qualquer estudo que objetiva compreender as dinâmicas sociais e ambientais dessa porção do território brasileiro. Com essa preocupação e atento às particularidades do objeto este estudo objetiva analisar o *corpus* (conhecimentos) e a *práxis* (práticas produtivas) dos pecuaristas familiares criadores de bovinos de corte do Território do Alto Camaquã – Serra do Sudeste/RS – a partir do enfoque etnoecológico.

### **Racionalidade ecológica camponesa e o processo humano de apropriação da natureza**

A modernização no meio rural ou o processo de transformação do modo tradicional, agrário ou camponês em modo agroindustrial ou moderno, vem acontecendo mundialmente durante as últimas décadas em diferentes intensidades, escalas e ritmos. As consequências, não se deparam somente em excedentes de produção, mas também e de uma forma bastante injusta em intensos impactos (sociais, econômicos, culturais e ecológicos). Estes impactos estão relacionados com a concentração da propriedade agrária, inequidade econômica, destruição de culturas, deterioração de solos, água e energia, redução da biodiversidade, contaminação por insumos químicos, entre outros.

Resumidamente, o modo de produção é um conceito da economia marxista, definido pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção (Sandroni, 1999). Modo de produção indica as condições técnicas e sociais que constituem a estrutura de um processo historicamente determinado. Porém,



alguns autores acreditam que essa análise marxista retrata somente a infraestrutura econômica (relações de produção e forças produtivas) e acabam por não averiguar o contexto ecológico – solo, água, animais, entre outros aspectos ligados a natureza. Dessa forma, propõem novos conceitos para complementar o conceito de modo de produção como “modo de apropriação da natureza” (Toledo, 1993) e “modo de uso dos recursos naturais” (Gadgil e Guha, 1993).

O conceito do modo de uso dos recursos naturais embora complementar ao modo de produção agrupa duas dimensões adicionais. Uma está atrelada ao estudo das características que norteiam os diferentes modos, e a outra identifica os impactos ecológicos desses diferentes modos e avalia as consequências para o modelo, distribuição e disponibilidade dos recursos naturais (Gadgil e Guha, 1993).

Segundo Toledo et al. (2002, p. 33, tradução nossa), “a apropriação da natureza constitui o primeiro ato do processo por meio do qual os seres humanos organizados em sociedade produzem e reproduzem suas condições materiais”. Toledo (1993 e 2008) argumenta que a sociedade não resiste somente dos fenômenos ou processos provenientes exclusivamente das relações sociais e econômicas, mas também das relações advindas do metabolismo com a natureza.

Toledo et al. (2002) apresenta nove características que atuam como atributos para diferenciar os modos historicamente determinados de apropriação da natureza que prevalecem no mundo contemporâneo (Figura 1). Nas argumentações de cada característica leva-se em conta a racionalidade campesina. São elas: 1) o tipo de energia utilizada durante a produção: força humana, animal, utilização da biomassa, vento, água, combustíveis fósseis; 2) a escala das atividades produtivas: pequena escala, pequena estrutura fundiária; 3) o grau de autossuficiência da unidade produtiva rural: a apropriação/produção é feita através da utilização mínima de *inputs* (energias, materiais vivos e não vivos, força de trabalho assalariada) que provêm do exterior, produção de grande parte dos bens que consomem; 4) nível de força de trabalho: trabalho familiar, contratação de terceiros para trabalho temporário; 5) o grau de diversidade mantida durante a produção: atividade principal complementada com práticas de colheita, extração florestal, horticultura, pesca, caça, artesanatos, etc.; 6) nível de produtividade ecológica ou energética: aborda duas dimensões, a ecológica-energética (maneira como utilizam os recursos naturais que entram na produção) e a força de trabalho (eficiência do esforço humano); 7) nível de produtividade do trabalho: o “modelo moderno” que faz uso abundante de energias fósseis juntamente com o acesso a recursos financeiros apresentam uma maior produtividade na força de trabalho, como consequência da implantação de tecnologias cada vez mais sofisticadas; 8) tipo de conhecimentos

(*corpus*) empregados durante a apropriação/produção: tipo de saberes que se coloca em prática no processo produtivo, saber tradicional, conhecimento individual e coletivo; e 9) a visão do mundo (*cosmovisión*) – natural e social – que prevalece como causa invisível ou oculta da racionalidade produtiva: visão não materialista da natureza.

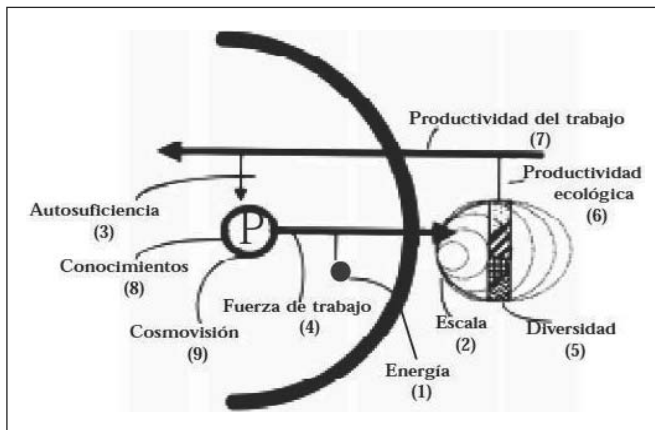


Figura 1 – Esquema representando as nove características do processo de apropriação/produção realizado pela unidade de produção/apropriação P, utilizados como critério para diferenciar os modos de apropriação.

Fonte: Toledo et al. (2002, p. 38).

No que diz respeito ao *corpus* o mesmo faz referência a todo conhecimento proveniente dos produtores, e geralmente este conhecimento não é escrito, é transmitido pela linguagem, e está dentro das mentes. É nele que se localiza a porção objetiva sobre plantas, animais, campo, lavouras, entre outros, e todo esse *corpus* é passado de geração em geração (Toledo e Solís, 2001).

E a *práxis* é o conjunto de ações que envolvem a apropriação material da natureza, ou seja, as práticas produtivas. A subsistência das populações tradicionais se dá devido a apropriação de diferentes recursos ao seu redor, baseando-se mais em intercâmbios com a natureza (ecológicos) do que intercâmbios com os mercados (econômicos) (Toledo e Alarcón-Cháires, 2012). É assim que se veem sujeitados a seguir mecanismos de sobrevivência que garantam um caminho contínuo de bens, materiais e energia dos ecossistemas.

Atualmente, é possível diferenciar dois modos de apropriação da natureza: o modo agrário, tradicional ou campesino e o modo agroindustrial, ocidental ou moderno (Toledo, 1995). O processo de apropriação da natureza é definido

por cada produtor rural a partir de uma estratégia própria, ou seja, os recursos produtivos, o trabalho e o valor econômico são organizados particularmente por cada família, objetivando a reprodução e a manutenção familiar. Assim, a subsistência do pecuarista familiar está ligada mais a intercâmbios ecológicos (com a natureza) que a intercâmbios econômicos (com os mercados).

É a partir desse pressuposto, de se relacionar a intercâmbios com a natureza, que os pecuaristas familiares são sujeitados a abraçar um modo de sobrevivência que garante um fluxo ininterrupto de bens, matéria e energia. Deste modo, os pecuaristas familiares acabam produzindo de maneira não especializada, baseando-se na diversidade de recursos e de práticas produtivas.

### **Pecuarista Familiar: da invisibilidade social para a visibilidade política**

As formas de sobrevivência e as lógicas de produção e de reprodução social dos pecuaristas familiares são similares aos dos agricultores familiares. Não obstante, os pecuaristas familiares não são reconhecidos como categoria social, principalmente por se tratar de uma categoria política, construída para atender necessidades ou reivindicações de uma parcela da sociedade rural pampiana que não tinha acesso às políticas públicas para fomento da atividade pecuária em pequena escala.

A sociedade gaúcha vê o pampa como uma região ocupada por grandes estabelecimentos rurais dedicados economicamente à atividade de pecuária. Percepção que reduz a sociedade rural do pampa gaúcho em estancieiros e peões, ofuscando outros grupos sociais que também estão presentes, principalmente pela histórica (talvez não mais do presente) hegemonia econômica e política do capitalismo pastoril.

Nesse contexto, o grupo atualmente identificado como pecuarista familiar sempre esteve presente na região, mas não identificado como tal, visto que se trata de uma construção externa e não apropriada pelos que se enquadram nas caracterizações acadêmicas desse grupo social. Provavelmente, e a força das políticas públicas, não tardaram em se autorreconhecer como pecuaristas familiares.

Na prática, os pecuaristas familiares são identificados, por eles e pela sociedade local, como pecuaristas de pequeno porte (extensão de terra ou rebanho relativamente menor) ou mesmo trabalhadores rurais temporários ou permanentes que, para se manter na região, lançam mão sobre a venda de sua mão de obra para alcançar rendimentos que satisfaçam suas necessidades mais prementes. A “invisibilidade” para a sociedade abrangente talvez tenha seus dias contados, devido a regulamentação do Programa Estadual de

Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM), instituído pela Lei nº 13.515 (Brasil, 2010).

O pecuarista familiar é considerado um tipo particular e diferenciado de agricultor familiar, por apresentar algumas características em comum com os agricultores familiares, localizados principalmente ao norte do Rio Grande do Sul (Cotrim, 2003). Para o autor, as características em comum são o predomínio da mão de obra da família nas atividades produtivas e a lógica da reprodução social. Entretanto, em termos produtivos, o pecuarista familiar se dedica basicamente a bovinocultura de corte sobre pastagem natural, com a produção de ovinos conjuntamente na sua grande maioria.

Segundo a Emater/RS (2014) o pecuarista familiar é aquele produtor que atende cumulativamente os seguintes critérios: tenha como principal fonte de renda a criação de bovinos de corte/ovinos, ou que tenha estas atividades ocupando a maior parte da área da sua propriedade; resida na propriedade rural ou em aglomerado urbano próximo; tenha no mínimo 80% da renda bruta anual da exploração agropecuária e não agropecuária (rendas geradas com turismo rural, artesanato, agroindústria familiar e prestação de serviços no meio rural); utilize mão de obra familiar predominantemente e apenas eventualmente o trabalho assalariado (considera-se os critérios adotados pelo Pronaf para caracterizar a agricultura familiar); tenha renda bruta anual não superior a R\$ 40.000,00, excluídos os benefícios previdenciários decorrentes de atividade rural; e seja proprietário ou arrendatário de estabelecimento com área não superior a 300 ha.

Atualmente, conforme levantamentos da Fetag/RS (2014), o número de famílias pertencentes a esta categoria social no Rio Grande do Sul, se aproxima de 60 mil, sendo que na metade sul esta categoria representa 70% do total. O RS possui dez milhões de bovinos de corte, desse montante aproximadamente três milhões pertencem à pecuaristas familiares, correspondendo a 800.000 cabeças na região da Campanha e Fronteira Oeste; 700.000 cabeças na região Central; 750.000 cabeças na região Sul; 420.000 cabeças na região Campos de Cima da Serra e 300.000 cabeças na região Metropolitana. São responsáveis ainda por 40% da produção de terneiros de corte do RS (Emater/RS, 2014).

O ambiente em que estão inseridos os pecuaristas familiares gaúchos é marcado pela história das disputas por território entre Portugal e Espanha, pelas incursões jesuíticas (estes responsáveis pela introdução do gado bovino) e pelos conflitos (guerras e revoltas) político-econômicos, resultando em uma sociedade que traz presente na sua cultura as raízes de um passado fortemente marcado por um estilo de vida singular. O processo de civilização dessa parcela do povo brasileiro teve como palco o bioma Pampa. As origens dessa

região podem ser observadas nas informações apresentadas por Suertegaray e Silva (2009):

[...] no Brasil, o Pampa só existe no Rio Grande do Sul e ocupa 63% do território do estado, na sua história de convívio com a cultura humana foi lhe reservado o destino de servir como um grande *cocho* no decorrer de 300 anos para a produção pecuária. Compondo um mosaico de fatores e elementos, partilhado entre os primeiros caminhantes humanos, aproximadamente 10.000 anos (A.P. – antes do presente), lugar e território de várias etnias de povos pré-colombianos, que lhe denominaram Pampa. Termo de origem *quíchua* (ou quechua), língua aborígene da América do Sul, também falada no império Inca, significa “região plana” e está associada à paisagem dominante de extensas planícies cobertas de vegetação rasteira, características do extremo sul do território brasileiro e reunindo sobre o mesmo manto campestre os *hermanos* das Repúblicas Platinas (Suertegaray e Silva, 2009, p. 45).

### Procedimentos metodológicos

O local do estudo compreende três municípios – Caçapava do Sul, Pinheiro Machado e Piratini (Figura 2) que fazem parte do Território do Alto Camaquã e do bioma Pampa. A escolha desses três municípios deu-se em função da enorme área geográfica dos municípios que compõem o Território do Alto Camaquã.

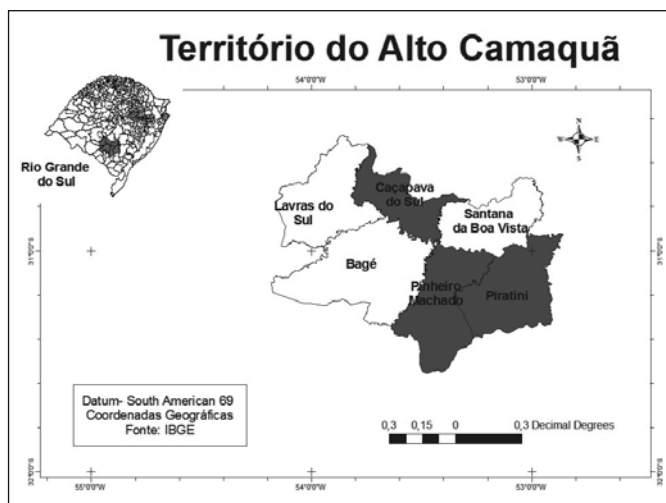


Figura 2 – Localização dos municípios que compõem o Território do Alto Camaquã, com destaque para os municípios que fazem parte da pesquisa.

Fonte: Elaborada por Azevedo (2013).

O Território do Alto Camaquã situa-se entre as coordenadas latitude 30°30' sul e longitude 54°15' oeste e latitude 31°33' sul e longitude 52°51' oeste. Este Território engloba os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista e abrange uma área total de 8.352,37 km<sup>2</sup>. Compreende uma população de aproximadamente 35.000 habitantes e possui como base econômica a agropecuária, resultantes do processo histórico de construção do Território Rio-Grandense (Fepam, 2007).

Os critérios para a escolha dos municípios foi por apresentarem grande concentração de pecuaristas familiares e pelas condições geográficas do relevo das localidades escolhidas. Caçapava do Sul possui topografia acidentada, solos rasos e áreas de morros isolados esculpidos por processos erosivos, formando assim grutas e abrigos; Pinheiro Machado caracteriza-se por solos rasos com presença de aflorações de rocha; e Piratini possui solos rasos suscetíveis a erosão e com grandes restrições ao uso agrícola, embora existam significativas áreas de lavoura no município por apresentar áreas planas que facilitam o plantio (Degrandi, 2011).

O método de pesquisa foi qualitativo/quantitativo, com abordagem descritiva. A amostragem da pesquisa foi não probabilística (intencional), logo trata-se de uma amostra direcionada “representativa” da população estudada (Soriano, 2004). A seleção dos pecuaristas familiares deu-se com a ajuda de pesquisadores da Embrapa Pecuária Sul – Bagé/RS, extensionistas da Emater e presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, onde estes atuaram como informantes-chaves da pesquisa de campo. Segundo Lakatos e Marconi (1992), informantes-chaves são pessoas escolhidas por seu conhecimento da realidade a ser estudada que contribuem na definição da amostra e/ou nas questões a serem observadas.

Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento do estudo foram: pesquisa bibliográfica, observação participante, diário de campo e entrevista semiestruturada (questões abertas e fechadas). Essas ferramentas de auxílio serviram para complementar as entrevistas, de modo a capturar os elementos que não ficariam evidentes nas entrevistas. A observação participante permite um contato pessoal do pesquisador com a realidade estudada, possibilitando acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e entender o significado que atribuem à realidade e às suas ações (Lüdke e André, 1986).

A entrevista semiestruturada foi baseada em nove características que atuam como atributos para diferenciar os modos historicamente determinados de apropriação da natureza, que prevalecem no mundo contemporâneo e que em qualquer das nove características, as mesmas levam em conta a racionalidade ecológica campesina (Toledo et al., 2002). São elas: energia, escala, autossuficiência, força de trabalho, diversidade, produtividade ecológica

ou energética, produtividade do trabalho, conhecimentos (*corpus*), visão do mundo (*cosmovisão*). As entrevistas foram aplicadas individualmente a vinte e quatro (24) pecuaristas familiares, e é por meio desta que o pesquisador busca obter informações na fala dos atores sociais que vivenciam a realidade que está sendo focalizada.

### **Saberes e práticas tradicionais: relações entre homens e natureza – passado apropriado**

O conhecimento que os pecuaristas familiares utilizam nas suas relações cotidianas (sociais e produtivas) é resultado das experiências vivenciadas pelas gerações anteriores, conformando um cabedal cultural norteador das ações – vulgarmente identificado, por exemplo, como conhecimento popular ou local. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura apresenta sua definição sobre conhecimento local: “o conhecimento local é desenvolvido e adaptado continuamente a um meio ambiente em mudança gradual. Ele é passado de geração em geração e está intimamente ligado com os valores culturais das populações” (FAO, 2005, p. 9).

Nessa perspectiva, o conhecimento local é dinâmico, adequando-se a realidade contemporânea, procurando harmonizar as relações homem e natureza. Harmonização segundo concepções e interesses da população em questão, ou seja, para alguns a preservação e para outros a transformação do meio ambiente. No caso dos pecuaristas familiares, a natureza é valorizada e considerada uma de suas principais riquezas, por nela estar signos de um modo de vida singular e os fatores que garantem a reprodução econômica e social.

Torna-se significativo expor o que Reverbel (1986, p. 15) há quase 30 anos mencionou “o boi é de certo modo (num sentido sociológico, digamos), pai do gaúcho [...]. Sem o aparecimento do boi e a multiplicação dos rebanhos, não teríamos chegado à idade do couro, origem e fundamento da civilização guasca do Rio Grande do Sul, de onde saiu o gaúcho”. Ou seja, o gaúcho, as características do pecuarista familiar, teriam sido diferente sem o boi na sua formação. Para Fialho (2005) sua identidade tem valores do gaúcho estancieiro (gado, terra, cavalo) e valores do gaúcho peão (subalternidade, passividade, submissão, subordinação).

Os pecuaristas familiares estão comprometidos com um processo de produção predominantemente baseado no trabalho familiar com um ínfimo número de *inputs* externos. A principal força de energia é a força humana, onde a família, conseqüentemente, funciona como uma unidade de produção, consumo e reprodução, como destacado por Toledo et al. (2002).

O estudo pode constatar que a força de trabalho humana permanente nas propriedades dos pecuaristas familiares é somente oriunda da família, ou seja, não há contratação de mão de obra permanente. O trabalho temporário, quando utilizado nas propriedades, é dedicado às criações de bovinos e ovinos de corte e se configura na identificada “troca de serviços”, aproximadamente 75% dos pecuaristas familiares fazem uso dessa modalidade para compensar suas restrições de mão de obra familiar. As trocas de serviços, em certa medida, configuram relações de reciprocidade, produzindo a valorização das relações de vizinhança e coesão social. As trocas de serviços contemplam as atividades relacionadas com os bovinos e ovinos, como, por exemplo, lidas de campo, castrações e manejos na mangueira, banhos e vacinações, manutenção de cercas, entre outras atividades relacionadas ao cotidiano.

Os resultados do estudo demonstram que a eficiência do esforço humano (familiar) é apontada como satisfeito por 100% dos pecuaristas familiares. Contudo, eles assinalam que seria “muito bem vinda uma ajuda na mão de obra, mas do jeito que está, dá pra ir levando” (Entrevistado 20), principalmente pelo restrito número de membros da família dedicados à atividade, uma ou duas pessoas, mas as trocas de serviços conseguem compensar as limitações na disponibilidade de mão de obra familiar.

Com o esvaziamento do rural, alguns entrevistados apontaram a falta de mão de obra no campo como um dos problemas atuais enfrentados por eles: “A princípio dá bem, mas se tivesse condições, uma pessoa a mais pra ajudar seria bem-vinda. E o problema é achar gente pra trabalhar, tá escasso o negócio. E o serviço muito pesado os novo não querem também” (Entrevistado 17). “Precisaria de mais mão de obra, por exemplo, daí iríamos atender mais, fazer mais divisões com arame, coisas assim, seria interessante, conseguiria colocar em prática algum projeto que se tenha, como alguma divisão” (Entrevistado 24).

A energia animal utilizada é fortemente marcada pela presença do cavalo, cada pecuarista possui em média de dois a quatro cavalos de serviço com idade entre seis e nove anos, que auxiliam no manejo geral com o gado, tanto no campo, como na própria mangueira muitas vezes. A interação entre o pecuarista e o cavalo, envolve aspectos culturais, sociais e históricos, que ultrapassam as questões do comportamento humano ou animal, como pode ser observado na declaração de um dos pecuaristas: “o cavalo é um membro da família, um amigo, antes de servir como ferramenta de trabalho” (Entrevistado 16).

Observa-se amplamente essa interação existente entre o pecuarista familiar e o seu cavalo, e mais, que existe peculiaridades relacionadas à vivência histórico-cultural e ao trabalho diário realizado por eles. O cavalo é um importante e indispensável instrumento de trabalho, “seja como for, o gaúcho não chegaria a existir sem o cavalo” (Reverbel, 1986, p. 34).



Outro aspecto que merece destaque está relacionado com a energia mecânica, pouco mais de 80% dos entrevistados não possui na propriedade nenhum tipo de equipamento agrícola. Podendo ser considerado de um lado uma contingência, especialmente naqueles locais mais acidentados em que o ambiente não permite o uso de equipamentos agrícolas. Por outro lado, naqueles locais em que há a possibilidade de uso, não são utilizados pela preferência de manterem a pastagem natural. O que leva a podermos constatar, conforme Neske (2009), que a composição demográfica das famílias não foram desestruturadas em termos do “homem” ser substituído pela “máquina”.

No que se refere ao grau de autossuficiência das propriedades dos pecuaristas familiares, ele pode ser considerado alto, devido à apropriação/produção acontecer através da utilização mínima de *inputs* (energias, materiais vivos e não vivos, força de trabalho assalariada) que provém do exterior, produzindo grande parte dos bens que consomem. O autoconsumo a partir de produtos de origem animal desempenha importante função na reprodução das famílias. A carne ovina é a que possui maior participação na subsistência, havendo casos em que não ocorre comercialização de animais durante o ano, a produção é exclusiva para o autoconsumo familiar (média de seis, sete ovinos/ano). Para 37,5% dos pecuaristas familiares, o consumo de carne bovina se resume a um bovino/ano, sendo que metade destes nem sempre abatem.

A comercialização dos animais (bovinos e ovinos) é realizada, em grande medida, com atravessadores (intermediário), totalizando 91,67% dos entrevistados, caracterizando dessa maneira a comercialização por circuitos curtos locais. A venda dos animais geralmente é “avulsa”, pela baixa escala de produção. O problema com a comercialização é apontado pelos entrevistados como aspecto negativo, pelo fato de que o intermediário na maioria das vezes compra os produtos disponíveis com preço inferior ao do mercado e acaba revendendo com maior valor. Resultado, principalmente, da baixa preocupação com a qualidade do rebanho (animais sem raça definida e lotes heterogêneos) e da dificuldade de identificar outros possíveis canais de comercialização, restringindo significativamente os resultados econômicos dos pecuaristas familiares entrevistados.

Os recursos naturais que os pecuaristas se apropriam para efetivamente produzirem são a tríplice: sol (luminosidade), água (chuva) e solo (pastagem natural). Essa tríplice pode ser mais bem compreendida a partir da Figura 3, nos remetendo que o ciclo de produção para acontecer utiliza uma pequena parte de insumos externos (não renováveis) para a sanidade animal, comprovando a relação e dependência, das condições ambientais pelos pecuaristas familiares. Como a alimentação dos animais (bovinos e ovinos) é feita à base de pasto,

este é produzido através da energia solar pelo processo de fotossíntese e pelos nutrientes existentes no solo.

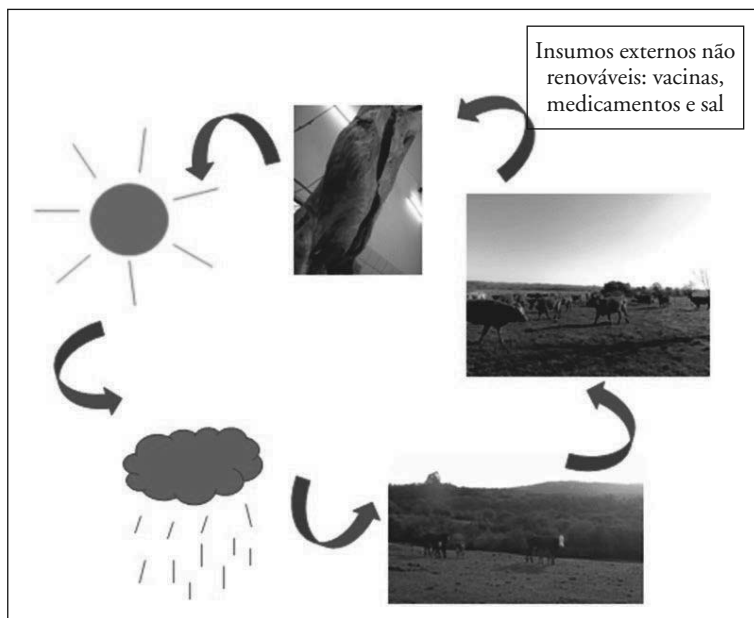


Figura 3 – Esquema representativo do sistema de produção de bovinos de corte praticado pelos pecuaristas familiares, baseado na luz do sol, água da chuva e pastagem natural.

Fonte: Elaborada por Azevedo (2013). Fotos: Azevedo (2013).

Neske (2009, p. 151) destaca em seu estudo no território em questão que a principal base de recursos mobilizados e que contribuem para o funcionamento dos sistemas produtivos são os recursos naturais renováveis, ou seja, as “trocas” realizadas com a natureza são as mais expressivas, com valores superiores a 83% dos fluxos energéticos renováveis em relação a energia total. Desta forma, a participação dos fluxos energéticos provenientes dos recursos naturais não renováveis e de materiais e serviços apresentam valores poucos significativos quando comparados com os recursos naturais renováveis.

Os animais são mantidos em pastagem natural, na forma de criação extensiva. Isto significa que há uma dependência quase total das condições ambientais para a disponibilidade de forragem como alimentação. Embora, em épocas específicas como no inverno (frio e geadas) e no verão (estiagem) há uma redução na disponibilidade de forragem, fazendo com que os pecuaristas

familiares utilizem de pastagens cultivadas para suprir a carência de alimento nessas determinadas épocas do ano. Mesmo ocorrendo essa diminuição na disponibilidade, o uso de pastagens cultivadas pelos entrevistados é mínimo (4,44% da área total).

Quando arguidos sobre a pastagem natural, os entrevistados apontam que consideram um recurso excelente, de baixo custo e que deve ser mantido. “Pra mim ele é ótimo, porque a criação que tenho é só baseada em campo nativo, faz uns dois anos que comecei a fazer divisões e dobrei a produção” (Entrevistado 07). “Acho que é uma riqueza que a gente não pode perde né!” (Entrevistado 05).

A noção de que a pastagem natural deve ser mantida é relevante nas respostas dos entrevistados: “o campo nativo é o melhor que se pode ter, ainda mais se semeia um azevém, daí fica excelente. Tem que manter sim, porque já é um recurso que não temos muito gasto pra manter e que é natural, então como não preservar ele?!” (Entrevistado 10). “O campo nativo é um ótimo recurso e com certeza tem que ser preservado, cuidado, para que nossos filhos, netos possam usufruir que nem nós” (Entrevistado 12). “*É um recurso que a gente não tem gasto quase, e é natural, é um patrimônio que deveria ser mantido por todos, com todo cuidado, é dele que conseguimos sobreviver criando nosso gado*” (Entrevistado 06). Percebe-se que além da preservação do mesmo (como insumo produtivo ou como “patrimônio” cultural) o seu próprio melhoramento com outras espécies é também destacado.

A visão dos pecuaristas familiares sobre a representação da terra e da natureza é que são elementos sagrados, confirmando com o que Toledo (Toledo e Solís, 2001, p. 457, tradução nossa) diz, “a natureza não é só a fonte da produtividade, mas também o centro do universo, a essência – a parte fundamental – da cultura e a origem da identidade étnica”.

Como cita o entrevistado 19 quando questionado: o que representa a terra, a natureza, para o senhor?

Barbaridade é um tesouro, é a nossa vida, é indispensável, nós sem a terra não vivemos né!? Acho que é uma das principal coisa que a gente tem na vida, que tem que ter amor, é a terra, é a natureza, ela é nossa mãe, é ou não é!? Que nos cria, que nos dá alimento, temos que cuidar bem dela.

Por serem compreendidas como meios sagrados, divinos, o cuidado, a preservação é algo indispensável que os entrevistados fazem referência.

A terra é a vida da gente, até inclusive é um troço interessante, quem tá em cima da terra e não cuida dela. Mas sem a terra não vivemos, dependemos dela. Deus o livre sem ela, se nós não cuidar da terra...porque terra ruim não existe, existe é terra

mal cuidada, destruída pela próprio homem, porque o homem quer só tirar dela, mas não dá o devido tratamento pra ela” (Entrevistado 06).

Considerando o manejo na produção de bovinos (manejo animal e de campo), 83,33% dos pecuaristas familiares levam em conta aspectos ligados as crenças, aos “aprendizados não científicos” das gerações passadas, como, por exemplo: fases da lua (castração “a faca” e assinalação realizam-se na lua minguante ou 1º dia de cheia, a lua nova é considerada como imprópria e ruim, porque sangra demais, facilitando alguma “bicheira”, infecção); calendário ritual (para plantar culturas como o milho o ideal é na lua crescente, a nova é a pior para plantar, já no caso da batata, mandioca, essas que se desenvolvem na terra é melhor na minguante); medicina campeira (benzeduras para bicheira e para picada de cobra); sol (relação com o tempo, sol bem vermelho quando se põe, é tempo seco); vento (vento norte, chove no 3º dia após); arco íris (no nascer do sol: chuva, no pôr do sol: tempo bom).

Destaca-se a grande importância do *corpus* e da *práxis* realizada pelos pecuaristas familiares que envolvem uma série de estratégias de uso múltiplo, que interferem na paisagem natural, corroborando com as ideias de Toledo e Solís (2001). Do mesmo modo que existe no contexto familiar uma racionalidade socioeconômica que orienta o comportamento produtivo e reprodutivo, este é igualmente orientado a partir de uma racionalidade ecológica específica de relação com os recursos naturais (Toledo, 1993).

Portanto, desde uma perspectiva ecológica os modos de apropriação da natureza, o manejo e a gestão dos recursos naturais, estabelecidos pelos pecuaristas familiares, ratificam as ações ecologicamente mais sustentáveis do que, por exemplo, o modo agroindustrial. Pois a manutenção e a reprodução socioeconômica dos pecuaristas familiares dependem mais das relações estabelecidas com a natureza do que com os mercados, o que para o modo agroindustrial não serve. O mesmo assegura sua reprodução a partir da maximização do capital financeiro e industrial, conseqüentemente apresentando baixa eficiência ecológica (Toledo, 1993; Guzmán Casado et al., 2000).

## **Considerações finais**

Considerando os modos de apropriação da natureza apresentados por Toledo (1995) – camponês (racionalidade ecológica) e agroindustrial (racionalidade técnico-econômica), os resultados do estudo apontaram que os pecuaristas familiares possuem semelhança com o modo camponês. Semelhança evidenciada a partir dos resultados quanto ao uso da energia, do tamanho da terra, da autossuficiência, do uso da força de trabalho, da diversidade da

produção, das produtividades, dos seus desejos e anseios, das formas e transmissão dos conhecimentos e da visão frente à natureza e ao mundo. Além do modo de produção ser baseado na preservação dos recursos naturais, ele se caracteriza pela íntima relação da família com o processo produtivo numa visão sistêmica. Intimidade construída pela relação afetiva do homem com o pampa, constituindo este último em algo mais complexo que as características físicas do espaço (campos, riachos, bosques), mas num ente em que o físico, o pampa, incorpora signos sagrados que o eleva para além de lugar de moradia e produção.

Os recursos naturais que os pecuaristas se apropriam para efetivamente produzirem o bovino de corte extensivamente em pastagem natural são a tríplice: sol (luminosidade), água (chuva) e solo (pastagem natural) – expressões da natureza e do sagrado. O resultado da atividade produtiva, produção de animais bovinos e ovinos, pouco depende de recursos externos, constituindo-se em um sistema de produção condicionado significativamente (ou em grande medida) ao ciclo da natureza, sem interferência do homem. À natureza é delegada uma responsabilidade pela reprodução econômica e social do pecuarista familiar, e em contrapartida a essa responsabilidade (e até para que ela se perpetue) o comportamento preservacionista se torna um marca e um legado dos habitantes do pampa. Preservando não só a natureza, mas garantindo sua reprodução, perpetuação e identidade de gaúcho do pampa brasileiro.

Os pecuaristas familiares do Território do Alto Camaquã – Serra do Sudeste/RS apresentam integração com o ambiente, configurando-se num mosaico constituído por natureza, homem e sagrado, os quais dão sentido ao Pampa Gaúcho. Ou seja, sem esses três elementos não há Pampa Gaúcho, mas há o bioma Pampa – expressão da natureza (conjunto de ecossistemas). O modo de apropriação da natureza adotado pelos pecuaristas familiares contribui para a manutenção e preservação do bioma Pampa, mas, sobretudo, para o fortalecimento do Pampa Gaúcho, expressão de uma cultura peculiar, e cooperando, através do uso dos recursos naturais de forma responsável, para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

## Referências

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. *Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº 155. 2009. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1785&ctp=a>>. Acesso em: 13 abril 2014.

AZEVEDO, L. F. de. *Saberes e práticas tradicionais: uma análise do modo de apropriação da natureza pelos pecuaristas familiares da Serra do Sudeste/RS*. 2013. 168f.

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

BORBA, M. F. S. *La marginalidad como potencial para la construccion de "otro" desarrollo: El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil*. 2002. 362f. Tese (Doutorado). Instituto de Sociología Y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Espanha, 2002.

BRASIL. 2006. *Lei nº 11.326*, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. 2010. *Lei nº 13.515*, de 13 de setembro de 2010. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.515.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

COOK, S. Production, ecology and economic anthropology: notes towards an integrated frame of reference. *Social Science Information*, v. 12, n. 1, p. 25-36, 1973.

COTRIM, M. S. *"Pecuária familiar" na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu RS*. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DEGRANDI, M. S. *Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS: uma alternativa para o (des)envolvimento local*. 2011. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER/RS. 2012. Manuscrito. Acesso em: 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_. 2014. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/pecuaria-familiar.php#.VEP6OiLF8u0>>. Acesso em: 15 out. 2014.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG/RS. 2014. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/index.php?idp=MTQ4>>. Acesso em: 19 out. 2014.

FIALHO, M. A. V. *Rincões de pobreza e desenvolvimento: Interpretações sobre comportamento coletivo*. 2005. 213f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM e SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA. *Zoneamento Ambiental para atividade de silvicultura*. Vol. I e II. Porto Alegre, 2007.

GADGIL, M.; GUHA, R. Los hábitats en la historia de la humanidad. *Ayer*, 11, p. 49-111, 1993.

- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The Farm Family Business*. Wallingford: CAB International, 1993.
- GUZMÁN CASADO, G.; et al. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Pecuária – efetivos dos rebanhos – bovinos/ovinos*. 2011. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PPM01>>. Acesso em: 05 abril 2014.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1992.
- LÜDKE, M., ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- NESKE, M. Z. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da Pecuária Familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. *Interação do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar*. Manual de formação. 2005, p.9. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/y5956p/y5956p00.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2014.
- PORTO, R. G. *Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé, Rio Grande do Sul*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- REVERBEL, C. *O gaúcho*. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986. 109 p.
- RIBEIRO, C. M. *Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul*. Pecuária familiar. Porto Alegre: EMATER RS/ASCAR, 2003. p.11-46. (Série Realidade Rural, v. 34).
- \_\_\_\_\_. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.
- SANDRONI, P. (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. 650p. Disponível em: <<http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.
- SORIANO, R. R. *Manual de pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.213.
- SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, V. de P. et al. (Ed.). *Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.
- TOLEDO, V. M. La racionalidad de la producción campesina. In: SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 197-218.

\_\_\_\_\_. *Campeñinidat, agroindustrialidat, sostenibilidad*: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural. México: Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, 1995. 29 p. (Cuaderno 3).

\_\_\_\_\_. Indigenous peoples and biodiversity. In: LEVIN, S. A. et al. (Org.). *Encyclopedia of Biodiversity*. New York: Academic Press, 2003. 22p.

\_\_\_\_\_. Metabolismos rurales: hacia una teoría económico-ecológica de la apropiación de la naturaleza. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 7, 2008. p. 1-26

TOLEDO, V. M.; SOLÍS, L. Ciencia para los pobres: el proyecto agua para siempre de la región Mixteca. *Ciências*, v. 64, p. 33-39, 2001.

TOLEDO, V. M.; ALARCÓN-CHÁIRES, P. *Laboratório de Etnoecología*. México, 2012. Disponible em: <<http://www.oikos.unam.mx/etnoecologia/>>. Acesso em: 03 maio 2014.

TOLEDO, V. M. et al. *La modernización rural de México*: un análisis socioecológico. México, 2002. 132p.





# A formação da pecuária de corte e da produção tradicional do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra

*Evander Eloí Krone  
Renata Menasche*

## Introdução

Situada no nordeste do Rio Grande do Sul, fronteira com Santa Catarina, a região conhecida como Campos de Cima da Serra é caracterizada por invernos rigorosos, tendo na pecuária em sistema de campo nativo sua principal atividade econômica. O povoamento dessa região – que se deu, inicialmente, por portugueses e seus descendentes e, mais tarde e minoritariamente, por imigrantes de origem alemã e italiana – é fortemente marcado pelas rotas de tropeiros, que ligavam os Campos de Cima da Serra a São Paulo (particularmente Sorocaba<sup>1</sup>) e a Santa Catarina.

As primeiras tentativas de ocupação do extremo-Sul do Brasil foram realizadas por jesuítas, que desde o século XVII incentivaram a formação de uma economia pastoril na região, com a criação de gado bovino nas reduções jesuítas.<sup>2</sup> No século XVIII, com a expulsão dos jesuítas da América do Sul, o gado seria abandonado e vagaria sem dono sobre os campos de pastagens naturais do sul do Brasil, o que constituiria um dos fatores preponderantes para a ocupação e formação de estâncias e fazendas nos Campos de Cima da Serra. O estabelecimento das primeiras fazendas na região teve como objetivo a ocupação do território e o aproveitamento da imensa reserva de animais deixada com o fim das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul.

A tradição de produção de Queijo Serrano<sup>3</sup> remonta a meados do século XVIII, quando era forte o vínculo com a atividade tropeira. No auge do

---

<sup>1</sup> Sorocaba foi durante o século XIX o principal ponto de comércio de muare do Brasil.

<sup>2</sup> As reduções jesuítas foram aldeamentos indígenas organizados e administrados por padres jesuítas que tinham como objetivo catequizar e converter os índios na fé cristã.

<sup>3</sup> O Queijo Serrano é artesanalmente produzido na região dos Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul e no Planalto-Sul Catarinense, abrangendo, portanto, um território que comporta dois estados brasileiros. Além das similitudes edafoclimáticas presentes nestas regiões, o processo de formação social é o mesmo e, portanto, ultrapassa fronteiras administrativas entre os dois estados. No entanto, o recorte geográfico utilizado nesta pesquisa é referente à região dos Campos de Cima

período do tropeirismo, durante os séculos XVIII e XIX, o Queijo Serrano, então transportado no lombo de mulas, era o principal produto que garantia o abastecimento alimentar das famílias produtoras, sendo utilizado como moeda de troca na obtenção de mantimentos trazidos pelos tropeiros. Dos Campos de Cima da Serra partiam tropas de mulas carregadas com produtos, especialmente queijos, comercializados na região de Santa Catarina conhecida como *Serra abaixo*.<sup>4</sup> Se dos Campos de Cima da Serra desciam produtos como charque, pinhão e queijo para *Serra abaixo*, de lá subiam para os campos gaúchos produtos como sal, açúcar, farinha de mandioca, arroz, entre outros.



Figura 1 – Mapa ilustrativo da região dos Campos de Cima da Serra.  
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Bom Jesus.

Da chegada dos jesuítas ao advento do tropeirismo, passando pela introdução do gado no sul do País, são processos que perpassam a formação social da região. Essas influências, adaptadas à realidade no trabalho com o gado e à fabricação do Queijo Serrano, associam-se também à identidade dos moradores dos Campos de Cima da Serra.

da Serra (RS), sendo que o que importa destacar é a associação do queijo a um tipo humano, que não se restringe a esse recorte.

<sup>4</sup> A expressão é referente à região do Vale do Tubarão, em Santa Catarina, onde se localizam os municípios de Araranguá, Turvo, Ermo, entre outros.

A proposta deste artigo consiste em analisar esses processos históricos e a dinâmica da formação social dos Campos de Cima da Serra em torno da pecuária de corte e da produção de Queijo Serrano. O procedimento metodológico da pesquisa consistiu na utilização do método etnográfico, com observação participante e utilização de diário de campo. Os dados analisados foram complementarmente coletados a partir de entrevistas, realizadas junto a pecuarista familiares, agentes de extensão rural e informantes-chave.<sup>5</sup>

## **Introdução do gado bovino nos Campos de Cima da Serra**

A introdução de gado bovino nos Campos de Cima da Serra foi um dos fatores preponderantes para a posterior ocupação e colonização dessa região. Desde o século XVII os padres jesuítas vinham incentivando a formação de uma economia pastoril no Rio Grande do Sul, porém o gado introduzido pelos jesuítas para alimentar as populações das reduções jesuíticas era alvo de pilhagem.<sup>6</sup> Desta forma, segundo Pesavento (2002), dada a conjuntura da época, os padres jesuítas decidiram buscar outra área para estabelecer uma nova vacaria<sup>7</sup> em que pudessem esconder o gado da pilhagem. Segundo alguns historiadores, entre os anos de 1702 e 1707 o padre superior dos jesuítas, Lauro Nunes, decidiu criar a Vacaria dos Pinhais, em um local que à época parecia inacessível à sanha predadora dos caçadores de gado. Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Vacaria dos Pinhais conforma o que hoje é a região dos Campos de Cima da Serra, limitada ao norte pelo Rio Pelotas, ao sul pela Serra e pelo Rio das Antas, a leste pelos Aparados da Serra – conjunto de cânions escavados no planalto – e a oeste por uma zona de floresta que,

---

<sup>5</sup> Cabe mencionar que desde o final do ano de 2005 começaram a se articular as primeiras tentativas para a constituição de um grupo de pesquisadores, de diversas instituições, interessados em promover e proteger o Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra. No ano de 2006 passamos a integrar o projeto de pesquisa sobre o Queijo Artesanal Serrano – financiado com o apoio dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – que foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de pesquisa, que envolveu profissionais de diversas instituições, entre as quais Emater, Fepagro (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária) e UFRGS. Os esforços deste grupo de pesquisadores esteve voltado a reconstituir historicamente as características econômicas, sociais, ambientais e culturais dos processos de produção e consumo do Queijo Serrano, buscando fornecer os elementos para sua classificação enquanto produto caracterizado identitariamente com especificidade local, referente ao território dos Campos de Cima da Serra. Neste sentido, cabe ressaltar que o presente artigo é fruto das reflexões produzidas a partir de estudos e pesquisas realizados no âmbito dessa agenda de pesquisa entre os anos de 2006 e 2009 (ver Krone, 2006 e 2009).

<sup>6</sup> Segundo Barbosa (1976), à época haviam muitos caçadores de gados interessados em aproveitar o couro dos animais, que tinha um alto valor econômico.

<sup>7</sup> Eram chamadas de Vacaria as grandes extensões de terra em que o gado era criado solto, alimentando-se das pastagens naturais.

à época, era conhecida por Mato Português. A região oferecia cercamento natural e dispunha de vasta área formada por campos de pastagens naturais. Segundo alguns historiadores, para a formação da Vacaria dos Pinhais cada um dos Sete Povos das Missões contribuiu com certo número de animais, que foram conduzidos até a nova vacaria. Essa que foi a última vacaria fundada pelos padres jesuítas chegou a ter, em 1709, cerca de cem mil cabeças de gado vacum (Flores, 2003).

Desde o retorno dos padres jesuítas ao Rio Grande do Sul, em 1682, e durante quase cinquenta anos, as reduções dos Sete Povos prosperaram firmemente (Barbosa, 1976). Contudo, segundo Pesavento, as reduções jesuítas tornaram-se uma zona de expansão praticamente independente rumo ao sul, “criando unidades economicamente desenvolvidas, praticamente autônomas, exportando para Europa, enviando tributos ao Geral da Companhia, em Roma” (Pesavento, 2002, p. 12). As monarquias ibéricas, sentindo-se ameaçadas com a possibilidade da fundação de um Estado Teocrático na América do Sul, reagiram.

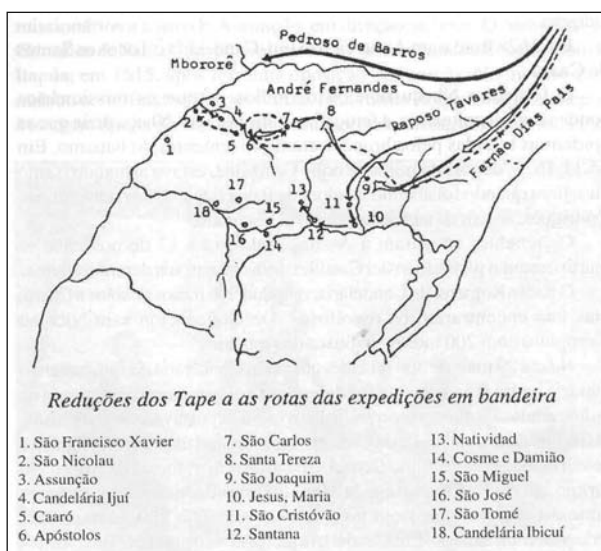


Figura 2 – Reduções Jesuítas dos Tape e rotas dos Bandeirantes.

Fonte: Flores (2003).

Com o Tratado de Madrid, de 1750, os Sete Povos das Missões passaram para o domínio português, com a exigência da saída dos padres espanhóis do

território português. A transmigração dos Sete Povos para o território entre os rios Uruguai e Paraguai não foi aceita pelos indígenas. Defendendo a permanência na região, os indígenas, liderados pelo índio Sepé Tiaraju, deflagraram a Guerra Guaranítica (1754-1756). Após longos combates, a população indígena foi praticamente dizimada e as reduções convertidas em ruínas. Posteriormente, os jesuítas seriam expulsos de Portugal (1759), Espanha (1767) e América do Sul (1768) (Pesavento, 2002). Durante o século XVIII, com o gradual desvanecimento e subsequente fim das reduções jesuítas no Rio Grande do Sul, o gado permaneceria vagando, sem dono, na Vacaria dos Pinhais. Favorecido pelas condições naturais da região, o gado solto se reproduziria rapidamente, formando um grande rebanho bovino.

### ***O ciclo do ouro e o tropeirismo***

Em meados do século XVIII, teve início o processo de povoamento dos Campos de Cima da Serra. Um dos fatores que contribuíram para aumentar o interesse pela ocupação da região foi a presença do rebanho bovino que vagava sem dono pela região. Aliado a isso, tivera início o período da mineração do ouro e do tropeirismo de mulas xucras, destinadas a Minas Gerais.

Quando da descoberta das primeiras minas de ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, um grande contingente de pessoas instalou-se na região mineradora, inclusive muitos lavradores que, iludidos com a possibilidade de riqueza, abandonaram o trabalho na agricultura para dedicar-se à mineração. Grande parte da mão de obra estava ocupada na atividade de mineração, enquanto que poucos se dedicavam à produção de alimentos. É assim que, no final do século XVII e nos primeiros anos do século XVIII, com o aumento da população na região mineradora, ocorreu uma grave crise alimentar na região (Sobrinho, 2006).

Segundo Pesavento (2002), nessa época grande parte do gado que abastecia Minas Gerais provinha do nordeste, sendo conduzido através de picadas abertas ao longo do Rio São Francisco, que também eram utilizadas para contrabandear ouro. Para evitar tais contrabandos, as autoridades decidiram fechar o tráfego de gado pelo São Francisco e, desse modo, estimularam a atividade pecuária do extremo-sul do Brasil (Pesavento, 2002). Além do gado necessário ao abastecimento alimentar, a região mineradora necessitava de um grande contingente de animais de carga, já que o terreno acidentado exigia a utilização de mulas para o transporte dos minérios.

À época, a região do Prata, na Argentina, era o principal criatório de mueres da América do Sul. Dessa forma, dos campos da Argentina entraram no Brasil as primeiras tropas de mulas xucras, atravessando o Rio Grande do Sul e sendo conduzidas, pelos tropeiros, até serem comercializadas em

São Paulo, onde, em 1750, instalou-se a feira de Sorocaba (Flores, 2003). Chamamos atenção para o fato de que, neste período, foram criados, no sul do Brasil, vários postos para cobrança de impostos ao longo das rotas de tropas: o tropeirismo foi, durante o século XVIII, a mais rentável das atividades econômicas no território meridional brasileiro (Lavalle, 2004 apud Ambrosini, 2007). Favorecido, então, pelos meios naturais e pela imensa reserva de animais, o Rio Grande do Sul tornou-se, neste período, o principal fornecedor de gado e muares para a região das minas.

Vários caminhos foram abertos para a passagem das tropas de gado e de muares que vinham do sul do continente. Em 1727, há registros da abertura da chamada Estrada da Serra, que atravessava a serra, ligando Araranguá a Lages (Barbosa, 1976). Já por volta de 1733, um novo caminho foi aberto, “que partia de Viamão, cruzava por Santo Antônio, Rolante, transpunha o rio das Antas no atual Passo<sup>8</sup> do Matemático, em Bom Jesus, e o Pelotas junto à confluência do rio dos Touros” (Barbosa, 1976, p. 38). Posteriormente, outro caminho foi aberto, ligando Laguna à região missioneira, passando pelos Campos de Cima da Serra. Além desses caminhos, foram surgindo outras rotas, que atravessavam o Rio Pelotas em vários pontos (Barbosa, 1976). Ainda, Trindade (1992, p. 49) lembra que o território dos Campos de Cima da Serra era “uma zona de passagem, adjacência do caminho dos tropeiros que seguiam para São Paulo depois de galgarem a Serra”.

### **Ocupação dos Campos de Cima da Serra (1740-1870)**

A abertura de várias rotas que tinham como ponto de passagem os Campos de Cima da Serra é fato importante para o povoamento desta região. Como anunciado por Barbosa (1976), foi ao longo das rotas dos tropeiros que surgiram pousos, registros e nucleações, o que evidencia que os caminhos abertos pelos tropeiros contribuíram para o desenvolvimento econômico e para o povoamento. Com a propagação do tropeirismo no extremo-sul do Brasil, algumas dessas nucleações tornar-se-iam cidades, como Carazinho, Vacaria, Passo Fundo, entre outras.

Os primeiros colonizadores que se instalaram na região dos Campos de Cima da Serra eram, em sua grande maioria, tropeiros ou bandeirantes, principalmente portugueses e seus descendentes, que, vindos das regiões onde hoje se localizam os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, ao passar por esta região eram atraídos pela abundância de gado solto. Interessados em

---

<sup>8</sup> Lugar por onde se pode atravessar um rio ou arroio.

explorar o gado alçado deixado pelos jesuítas, muitos deram início à construção de estâncias e fazendas na região.

O governo colonial, interessado, como medida de proteção contra a ambição espanhola, em marcar sua presença no sul do país, iniciou a doação de sesmarias. Dessa forma, foram concedidas grandes glebas de terra a tropeiros e militares, que as ocuparam com a criação de gado.

Uma das principais exigências para a concessão de uma sesmaria era que o ocupante a povoasse e tornasse produtiva, sendo que a incapacidade do ocupante em cumprir com esses fins implicava a revogação da carta de concessão de terras. Segundo Martins (2002), não foram raros os casos de anulação de cartas de concessão de terras por mau uso ou desuso da terra.

Em relação ao abandono de terras na região cabe destacar que, ainda que fosse atrativa a grande presença de gado e as ótimas pastagens da região, as condições de vida dos primeiros colonizadores dos Campos de Cima da Serra não eram fáceis, particularmente pela constante ocorrência de combates com indígenas. Segundo a historiografia regional, a Fazenda Ausentes foi o maior latifúndio do Rio Grande do Sul, sendo que seus primeiros donos não tomaram posse da terra – por isso “ausentes” –, que mais tarde viria a ser leiloada. A região ficou conhecida como “Capela dos Ausentes”, nome do território que originaria, mais tarde, o município de São José dos Ausentes.<sup>9</sup>

Depois de os colonizadores lusos praticamente dizimarem a população indígena da região, ocorreu, a partir da segunda metade do século XVIII, a intensificação da chegada de novos imigrantes, principalmente alemães e italianos, como veremos em mais detalhe a seguir. A ocupação do solo pelos colonizadores deu-se a partir da pecuária de corte extensiva. É assim que, da lida campeira e do manejo com o gado surgiram as principais características que marcariam os moradores dessa região.

### ***Um queijo com história***

Segundo Daros (2000), um dos primeiros registros sobre o Queijo Serrano data de 1864, quando foi concebida a ideia de abertura de uma estrada ligando Montenegro a São Francisco de Paula, na região dos Campos de Cima da Serra. No entanto, tal empreendimento parecia uma aventura perigosa e pouco viável, pois implicava em abrir uma estrada que passaria pela Serra Geral, à época povoada por indígenas. Segundo Daros (2000), em março de 1864 o capitão Antonio Machado Souza, acompanhado por uma comitiva de oito pessoas, iniciou uma nova tentativa de travessia e de abertura

---

<sup>9</sup> Informação obtida, em 2006, por meio de comunicação oral com a professora e historiadora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus, Lucila Maria Sgarbi Santos.



de um caminho que ligasse Montenegro a São Francisco de Paula. Segundo a autora, os irmãos João e Augusto Brochier propuseram um desafio à comitiva de Antonio Machado Souza. Os irmãos fizeram a proposta da “Prova do Queijo Serrano”, pedindo como mostra do sucesso da travessia que a comitiva trouxesse dos Campos de Cima da Serra um Queijo Serrano. Ainda segundo a autora, depois de 51 dias de viagem o capitão retornou a Montenegro com sua comitiva, apresentando solenemente o Queijo Serrano como a prova do sucesso da travessia.

Apesar de esse registro datar apenas de 1864, a historiadora Lucila Sgarbi indica (em comunicação oral) que, desde o estabelecimento das primeiras fazendas na região, a produção de queijos caseiros já fazia parte do cotidiano de trabalho. Assim, podemos intuir que a produção do Queijo Serrano nasce concomitantemente com a atividade de pecuária de corte extensiva na região.

A mão de obra utilizada nas fazendas era composta, em boa medida, por peões livres e suas famílias, entretanto há indícios da utilização de escravos trazidos pelos primeiros moradores lusos na região. Sobre a utilização de escravos nas fazendas do sul do país, há grande controvérsia entre os historiadores. Maestri (2006) afirma que dados comprovam a utilização e a presença de escravos em todas as partes do Rio Grande do Sul. Já para Pesavento (2002), não houve uma introdução regular de escravos no sul do país, pois esses não se constituíram aqui na mão de obra fundamental. Décio Freitas (2000 apud Nogueiról et al., 2007) afirma que, devido ao espraiamento do gado nas grandes fazendas do Sul, seria impossível manter um sistema de vigilância sobre os escravos, o que levaria os donos de fazendas a recorrer ao peão livre como mão de obra. Outros autores, como Roche (1969) e Cardoso (1977), afirmam que era reduzida a mão de obra – tanto livre como escrava – utilizada nas fazendas do Sul.

Ao que tudo indica, as atividades nas lidas campeiras, associadas ao uso do cavalo, eram realizadas por peões livres. Dada a mobilidade que representava o uso do cavalo, os escravos montados a cavalo tornavam-se uma ameaça, já que poderiam facilmente fugir. A exploração da mão de obra escrava no sul do país parece ter se dado em atividades em que se exigia menos mobilidade, como, por exemplo, na indústria do charque e nas tarefas ligadas à lavoura e à casa (Roche, 1969).

A mão de obra livre das fazendas era constituída, na maioria dos casos, pelo peão, sua esposa e filhos. Do trabalho e do cuidado com os afazeres da fazenda, nasce o direito à moradia e à obtenção dos meios de vida. Esse tipo social que se estabelece em terras de outrem, que trabalha e cultiva a terra sob determinadas condições, ficou conhecido como agregado. Segundo Moura (1988, p. 15), nesse tipo de relação, em que o fazendeiro cede o acesso à morada

em troca do trabalho do agregado e de sua família, “o favor percorre o eixo das relações de trabalho, atuando no cerne do modus operandi das mesmas”.

Dessa relação surge também uma situação de dívida com o fazendeiro, já que o agregado “supõe o conhecimento de ‘origem’ da sua posição de devedor” (Moura, 1988, p. 87). Mas os trabalhadores livres das fazendas também gozavam de certa autonomia. Maestri (2006, p. 77), falando sobre os trabalhadores livres das fazendas do Rio Grande do Sul, os caracteriza:

Categoria social livre, detentora parcial dos meios de trabalho e subsistência – cavalo, arreios, laço, etc. –, o gaúcho movia-se através de territórios não cercados, ainda que legalmente apropriados, trabalhando apenas para obter recursos monetários necessários à compra de bens e serviços imprescindíveis. A relativa autonomia do gaúcho, na produção e detenção dos meios de trabalho, e a disponibilidade de campos abertos, ainda que apropriados, garantiam relativa liberdade diante do empregador.

Indicativo dessa situação na região é o fato de muitas famílias de trabalhadores livres deterem seu próprio rebanho de gado, sendo que os animais eram ferrados<sup>10</sup> de modo a diferenciar-se de animais de outros proprietários.<sup>11</sup> Além da morada, os fazendeiros também cediam a seus agregados pequenas áreas de terra, para o cultivo e criação de animais e, ainda, durante o período de verão os agregados podiam utilizar o leite das vacas em lactação (rebanho de corte).

Durante o auge do ciclo do tropeirismo de animais, que vigorou fortemente durante o século XVIII até o ano de 1897, quando tem fim a feira de Sorocaba, o comércio de mueres e de gado para o centro do país era altamente rentável para produtores e comerciantes de animais e os esforços produtivos nas fazendas da região estavam diretamente vinculados à atividade da pecuária de corte. A grande maioria dos fazendeiros não se interessava pela produção de leite ou de queijo, apenas pelo comércio de animais. Desse modo, o leite e o queijo eram considerados pelos fazendeiros como subprodutos da pecuária de corte. Assim, o queijo pertencia ao domínio das famílias de agregados, que viviam e trabalhavam nas fazendas. É desta forma que os animais do rebanho de corte em lactação eram emprestados pelos fazendeiros para os agregados, que, então, aproveitando-se de seu leite, beneficiavam-se da fabricação de queijos caseiros.

Cabe ainda destacar que a utilização das vacas em lactação pelos agregados estava condicionada ao período em que os animais se encontravam

---

<sup>10</sup> Ato de marcar com ferro quente um caractere sobre um dos quartos traseiros do animal. Cada família possui o seu hieróglifo, sendo que cada caractere é representativo de uma família ou de uma pessoa.

<sup>11</sup> Cabe destacar que o cercamento dos campos apenas teria início na segunda metade do século XIX (Ambrosini, 2007).

nas invernações, próximos à sede das fazendas. O território dos Campos de Cima da Serra encontra-se em uma área de transição entre campos e matas, entremeado por serras. Como já dito, é característica da região a ocorrência de invernos rigorosos, registrando-se não raras vezes temperaturas negativas e precipitações de neve. Dadas essas condições, durante o inverno ocorre um processo natural de rareamento das pastagens do campo nativo e, por isso, nessa estação os animais costumavam ser conduzidos para áreas de serra, onde, em meio a uma vegetação mais densa, podiam abrigar-se do frio intenso e obter alimentação.<sup>12</sup> Dessa forma, a utilização das vacas do rebanho de corte pelos agregados das fazendas estava restrita aos meses de temperaturas mais elevadas, de setembro a meados de março ou abril, pois posteriormente os animais seriam deslocados, permanecendo isolados por meses, sem contato com a presença humana.

Com este tipo de manejo, o gado, ficando longos períodos de tempo sem conviver com a presença do homem, poderia torna-se xucro e bravo, criando dificuldades tanto para o manejo como para sua captura. Desta forma, para evitar que os animais tivessem alterações de comportamento durante o período de isolamento, era importante um trabalho prévio de amansamento do gado. Este trabalho era realizado pelas famílias de agregados, através do manejo com os animais, no contexto da ordenha. Resultado dessa prática é que, na atualidade, da mesma forma como no passado, nos sítios produtores de Queijo Serrano, no começo da tarde o gado é recolhido para as mangueiras<sup>13</sup> e os terneiros são apartados das vacas até a manhã do dia seguinte, quando são apoiados,<sup>14</sup> antes de realizar-se a ordenha. Segundo narrado por alguns dos interlocutores da pesquisa, é desta forma que o terneiro, desde seu nascimento, se acostuma com o manejo, tornando-se menos hostil à presença humana.

No entanto, se a ordenha era uma etapa importante no processo de trabalho e no amansamento do gado, a comercialização do leite na forma *in natura* era inviável, já que, no período, as grandes distâncias que separavam as fazendas dos centros consumidores e a alta perecibilidade do leite, aliados à falta de uma estrutura para armazenamento do produto, impediam sua comercialização *in natura*. Daí sua transformação em queijo ter viabilizado sua comercialização.

---

<sup>12</sup> Durante esse período, apenas algumas vacas que forneciam o abastecimento regular de leite para as famílias permaneciam próximas à sede das fazendas.

<sup>13</sup> Curral grande, normalmente construído de pedras, onde o gado é recolhido.

<sup>14</sup> Ato de fazer o terneiro beber o primeiro leite da vaca, com o objetivo de que o leite aflua mais facilmente no momento da ordenha.

## Tropeirismo regional (1870-1950)

A partir do último quarto do século XIX, teve início, na região dos Campos de Cima da Serra, uma nova corrente migratória, com a chegada de imigrantes alemães e italianos.

Os primeiros imigrantes alemães haviam chegado ao Rio Grande do Sul em 1824, estabelecendo-se junto ao Rio dos Sinos, formando a colônia de São Leopoldo. Posteriormente, várias outras colônias alemãs foram fundadas no estado. Prevalencia entre os imigrantes alemães a ideia de que as áreas mais propícias para agricultura eram as de floresta, assim “todas essas colônias foram estabelecidas na orla florestal” (Roche, 1969, p. 113). Dessa forma, os Campos de Cima da Serra, tendo como principal característica a ampla área de campo, ficou de fora desse ciclo de colonização alemã. Ainda assim, há registro da presença de alemães dedicando-se à atividade pecuária nos Campos de Cima da Serra ao final do século XIX (Abreu e Abreu, 1981).

A partir de 1870, teve início o processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul, marco importante também para a região dos Campos de Cima da Serra, pois as primeiras colônias italianas, Conde D’Eu e Dona Isabel,<sup>15</sup> foram fundadas entre o Rio Caí e os campos de Vacaria. “Essas duas colônias eram cortadas pelo caminho dos tropeiros que seguia do Maratá em direção ao rio das Antas para atingirem os Campos de Cima da Serra” (Flores, 2003, p. 105).

Posteriormente, em 1875, foi fundada a colônia Fundos de Nova Palmira, no chamado Campo dos Bugres, que mais tarde daria origem à cidade de Caxias do Sul. Com a abertura de estradas e a fundação de cidades mais próximas e o desenvolvimento de uma economia de subsistência por parte dos italianos, intensificaram-se as relações de comércio entre essas duas regiões. Diferentemente dos alemães, os italianos que se instalaram na região dedicaram-se ao comércio, montando pequenas indústrias, serrarias, bem como trabalhando como artesãos na confecção de objetos e ferramentas utilizados no trabalho do campo.

Se durante os séculos XVII, XVIII e até meados do século XIX o principal tropeirismo desenvolvido no Rio Grande do Sul foi o de índios, muares e gado em direção ao centro do país, isso muda a partir da instalação de uma economia de subsistência no estado. Tem início um novo ciclo do tropeirismo na região, agora empreendido pelo tropeirismo de mulas arreadas.

---

<sup>15</sup> A colônia Conde D’Eu deu origem aos municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa. Já a colônia Dona Isabel daria origem a Bento Gonçalves.

As tropas de mulas arreadas eram formadas por animais de carga. A mula usava arreios e sobre o dorso do animal era colocada uma cangalha;<sup>16</sup> os animais eram equipados com bruacas,<sup>17</sup> em que os mantimentos eram dispostos, sendo que cada animal levava aproximadamente até noventa quilos. Este tipo de tropeirismo surgiu quando o “principal meio para vencer as distâncias era a tração animal [...] e a produção dos agricultores precisava ser transportada rapidamente a distantes centros consumidores” (Flores, 1987 apud Souza, 2000, p. 276).

O advento do tropeirismo de mulas arreadas foi importante na distribuição de produtos e na intensificação das atividades econômicas da região. Os Campos de Cima da Serra historicamente apresentam como principal atividade a pecuária de corte e, dados os costumes e habilidades envolvidos nessa atividade, não eram muitas as pessoas que possuíam aptidão para o trabalho agrícola. Esta influência é perceptível nos dias atuais, sendo poucas as áreas destinadas à prática da agricultura. Dadas essas condições, fazia-se necessária a busca por alimentos em áreas em que se conformava uma economia de subsistência. A região dos Campos de Cima da Serra encontrava-se isolada dos mercados de Porto Alegre e Pelotas, principalmente devido à presença da Serra, que dificultava as relações comerciais com estas regiões do estado (Roche, 1969). Com isso, as atividades comerciais eram realizadas preponderantemente na região do Vale do Tubarão, em Santa Catarina, sendo que com a imigração italiana e a fundação de Caxias do Sul, em 1875, essa região passou a ser outro importante local para a realização de trocas comerciais.

É dessa forma que dos Campos de Cima da Serra partiam tropas de mulas arreadas carregadas especialmente com charque, pinhão e queijo, que desciam a serra em direção a Santa Catarina ou a Caxias do Sul, para trocar esses produtos por mantimentos que não havia na região. O sistema, que à época funcionava por meio de escambo, permitia que os tropeiros trouxessem, ao retornar, produtos como sal, açúcar amarelo, farinha de mandioca, arroz, entre outros alimentos.

Cabe destacar que, diferente do tropeirismo de muare e de gado para o centro do país, os atores envolvidos no tropeirismo de mulas arreadas não tinham, na maior parte das vezes, a atividade tropeira como principal atividade, já que muitos eram pecuaristas, tropeando apenas quando a necessidade de buscar mantimentos exigia.

---

<sup>16</sup> Armação destinada a sustentar e equilibrar a carga dos animais, distribuída igualmente dos dois lados.

<sup>17</sup> Bolsas de couro utilizadas à época para armazenar mantimentos transportados no lombo de mulas.

As tropeadas de mulas arreadas se constituíram em um dos mais tradicionais canais de comercialização do Queijo Serrano. Acondicionado em buacas e transportado no lombo de mulas, o queijo transpôs os Campos de Cima da Serra em direção a Santa Catarina ou à região de Caxias do Sul, onde era comercializado e trocado por mantimentos. Entretanto, como essas tropeadas não ocorriam regularmente e eram intercaladas por alguns meses, o queijo fabricado, então em grandes peças, no trabalho cotidiano da fazenda, era armazenado, esperando o momento de sua comercialização. Nesse contexto, alguns queijos chegavam a maturar por até seis meses.

### **Considerações finais**

A partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento trazido pela intensificação do comércio entre as cidades e regiões, bem como pela abertura de estradas, ferrovias e rodovias e a chegada do transporte motorizado, teve fim a atividade tropeira e o comércio de queijo sobre o lombo de mulas. Se no passado o queijo utilizado como escambo ou moeda era o principal produto que garantia acesso aos mantimentos da casa, atualmente o queijo que é vendido para consumidores locais, pequenos estabelecimentos comerciais ou atravessadores, que os comercializam em Caxias do Sul ou em Santa Catarina, também garante às famílias produtoras a renda que permite o acesso aos alimentos.

Contudo, se a pecuária de corte e a produção de queijo têm sua importância para a economia local, ao longo das últimas décadas vimos instalar-se na região dos Campos de Cima da Serra uma série de novas atividades econômicas. A região, que até então vivia preponderantemente da pecuária de corte extensiva, agora também comporta projetos de fruticultura e de reflorestamento.

De acordo com informações levantadas por Cruz (2012), a inserção de áreas de reflorestamento na região é resultado da proibição do extrativismo da araucária, bem como da proibição do uso do fogo para manejo do campo nativo. Segundo Cruz (2012), diante dessa situação alguns produtores e grandes empresas do setor passaram a investir em áreas de reflorestamento, principalmente empregando espécies de *pinus*.

Segundo Ambrosini (2007), em 1973 já havia na região cultivos de ameixa, pêssego, nectarina, e principalmente maçã. Em Vacaria, assim como em outras cidades da região, é possível observar que a paisagem de campos naturais concorre, na atualidade, com imensas áreas dedicadas aos cultivos de maçã. Todavia, se a pecuária e a lida campeira permanecem sendo fortes marcadores identitários, a fruticultura parece ocupar cada vez mais espaço no

imaginário regional. Numa clara referência a isso, basta citar que o município de Vacaria se autointitula a capital dos rodeios<sup>18</sup> e terra da maçã.

Paralelamente, em municípios como São José dos Ausentes e Bom Jesus, onde a pecuária mantém a predominância econômica, novos empreendimentos, em especial cultivos de batata, realizados por mão de obra contratada, em grandes extensões de terra arrendadas por empreendedores de outros estados, vêm tomando espaço na paisagem. Assim, tal como as demais novas atividades que vêm se desenvolvendo na região, trata-se de iniciativa de grandes produtores e empresas privadas. Mas é importante ter presente que, apesar do surgimento de novas atividades agrícolas na região, predominam entre os moradores locais costumes e habilidades envolvidos na atividade pecuária e na produção de queijo.

Segundo Ries e Messias (2003), nos Campos de Cima da Serra a pecuária é desenvolvida em mais de 90% das terras da região. Deste modo, estima-se que possam existir até 3.000 pecuaristas familiares neste território (Ries e Messias, 2003). No entanto, se a atividade pecuária permanece predominante, cabe destacar que não ficou alheia às mudanças. Uma importante transformação ocorrida na região, em especial nas fazendas dedicadas à pecuária extensiva, é que a estrutura agrária regional sofreu alterações. As grandes fazendas, com extensões de milhares de hectares de terra, que predominaram por muito tempo, são hoje minoria. De acordo com Ries e Messias (2003), cerca de 70% dos estabelecimentos rurais da região têm menos de 100 hectares. Mas a redução no tamanho das propriedades não significou o abandono da atividade pecuária, sendo esta a principal atividade, mesmo nas menores propriedades.

Outra importante alteração decorrente da diminuição das propriedades é o quase desaparecimento da condição/situação de agregado de fazenda. Excetuando os casos das hoje poucas grandes fazendas dedicadas à pecuária na região, a mão de obra utilizada na atividade pecuária é predominantemente familiar. A redução do tamanho das propriedades faz também ocorrer uma valorização do Queijo Serrano enquanto atividade geradora de renda para as famílias. Segundo dados coletados por Ambrosini (2007), somente nos municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes a produção de Queijo Serrano alcança a marca de 700 toneladas por ano. Assim, a pecuária de corte e a produção de Queijo Serrano associada continuam sendo centrais, exercendo papel importante nas esferas econômica, social e cultural entre as famílias rurais dos Campos de Cima da Serra.

---

<sup>18</sup> A cada dois anos o município organiza o Rodeio Internacional da Vacaria, considerado o maior rodeio do Rio Grande do Sul. É também o maior evento regional, sendo transmitido ao vivo pelas rádios locais para todos os municípios da região.

## Referências

- ABREU, E. F. de; ABREU, M. da C. *Bom Jesus: duas épocas*. Caxias do Sul: EDUSC, 1981.
- AMBROSINI, L. B. *Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra – RS*. 2007. 196f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BARBOSA, F. D. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1976.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravismo no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CRUZ, F. T. da. *Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS*. 2012. 292f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- DAROS, M. A prova do Queijo Serrano. In: RODRIGUES, E. M. S.; MADEIRA, J. L.; SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 369-373.
- FLORES, M. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediplat, 2003.
- KRONE, E. E. *Práticas e saberes em movimento: a história da produção artesanal do Queijo Serrano entre pecuaristas familiares do município de Bom Jesus (RS)*. 2006. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Encantado, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano*. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- LOPEZ, L. R. *História do Brasil Colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- MAESTRI, M. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MOURA, M. M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NOGUERÓL, L. P. et al. Elementos da escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o “seguro” contra a fuga na fronteira com o Uruguai. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. *Anais...* Recife: XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- RIES, J.; MESSIAS, L. *Campos de Cima da Serra: caracterização da região e do pecuarista familiar*. Porto Alegre: Emater, 2003. (mimeo).
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.



- SOBRINHO, J. C. *Ao sul da Capitania das Minas*: formação da Freguesia de Itajubá. Revista Eletrônica do ICHL/ UFJF, v. 3, p. 1, 2006.
- SOUZA, S. S. de. O comércio e o tropeirismo. In: RODRIGUES, E. M. S.; MADEIRA, J. L.; SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 276-278.
- TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações, 1992.
- ZIMMERMANN, F. C.; ZIMMERMANN NETTO, A. *Biribas*: a contribuição do tropeiro à formação histórico-cultural do Planalto Médio Sul-riograndense. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1991.

**TERCEIRA PARTE – Desenvolvimento rural:  
potencialidades e oportunidades  
para a pecuária familiar no Rio Grande do Sul**



# Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã

*Marcos Flávio Silva Borba*

## Introdução

A experiência aqui relatada tem origem em um questionamento: seria possível reconstituir o local como referência para um processo de transformação da realidade em regiões onde o desenvolvimento, apesar de ter chegado como discurso, não o fez como prática?

Tomando as assimetrias de Dirlik<sup>1</sup> como ponto de partida, acompanhamos a reflexão de Escobar (1995) se não seria o momento de inverter parte desta assimetria, concentrando-nos de novo na continuada importância do lugar e sua contribuição para a cultura, a natureza e a economia. Sem dúvidas processos globais sem precedentes alteraram as dinâmicas da economia e da cultura, mas “apagar o lugar tem profundas consequências em nossa maneira de entender a cultura, o conhecimento, a natureza e a economia” (Escobar, 1995).

Há muitos lugares em todo o mundo, aos quais foram dirigidos, sem êxito, as mesmas estratégias de mudanças tecnológicas induzidas e inserções crescentes aos mercados como modelo de desenvolvimento rural. Tratam-se de estratégias exógenas que – restringindo o desenvolvimento a uma questão de ciência, tecnologia e economia, que pode ser aplicada de forma descontextualizada a diferentes lugares e culturas de forma indiferenciada –, relegam o local, pretensamente submetido à lógica global, a uma posição passiva, de beneficiário das benesses do desenvolvimento.

A experiência aqui descrita contempla as consequências da aplicação de uma perspectiva de desenvolvimento endógeno a uma parte da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, que corresponde a região “mais pobre” do estado, já que não teve êxito na implantação dos modelos de desenvolvimento propostos.

---

<sup>1</sup> Para Dirlik as formas de pensar sobre a globalização são assimétricas. São globalocêntricas ao assumir, sem questionar, a existência de uma estrutura de poder na qual o global necessariamente domina o local. E são globalitárias porque assumem que os fluxos e processos transnacionais determinam as iniciativas locais de mudança. Nesse caso global estaria associado a capital, espaço, história, poder para transformar, enquanto local estaria vinculado a lugar, trabalho, tradição, mulher e ainda a indígenas, camponeses e outros grupos vinculados ao “lugar”.

Para efeitos desta experiência o desenvolvimento endógeno foi tomado como aquele que parte das características socioculturais e dos recursos naturais locais (potencial endógeno) para promover uma nova coerência entre os elementos tradicionais e os externos, tratando de harmonizar as condições ecológicas, socioculturais e econômicas locais com os fluxos de demandas externas, sob controle do local. Ou seja, desenvolvimento local, produzido principalmente por impulsos locais e amplamente fundado sobre os recursos locais (Borba, 2002), sem falar em autarquia (isolamento total) ou regiões totalmente autônomas. Um desenvolvimento que para Long e Ploeg (1994) é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo, etc.

Ao sustentar que é possível criar, a partir do local, estratégias de mudança de realidade onde a determinação das opções e o controle são locais, se restabelece o papel do lugar como referência. Assim o “local” e suas peculiaridades que aparecem de forma corrente relacionados com indicadores de estancamento e de atraso, verdadeiros resquícios anacrônicos do passado, são reafirmados como a “medida” para o desenvolvimento local.

## **Antecedentes**

### ***Potencial da marginalidade***

A construção da estratégia de desenvolvimento territorial endógeno do Alto Camaquã teve início com a tese do “potencial da marginalidade para *outro* desenvolvimento” (Borba, 2002). Neste estudo se demonstrou, usando o conceito de “modos de uso dos recursos naturais” de Victor Manuel Toledo e de “modos de apropriação da natureza” de Gadgil e Guha, que a região Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, que se manteve (ou foi mantida) à margem daquele desenvolvimento apoiado por modelos teóricos tecnocêntricos, economicistas e racionalistas – o desenvolvimentismo –, reuniria condições para estabelecer, a menores custos<sup>2</sup> de transição, modelos de desenvolvimento sustentáveis. Contando que para isso se assumisse uma visão mais ecocêntrica e menos tecnocêntrica. Partindo do conceito de modos de apropriação dos recursos naturais, se demonstrou, primeiro que o que caracteriza esta região são, sobretudo, estratégias de produção e reprodução menos agressivas, menos dependentes de insumos e menos desperdiçadoras de

---

<sup>2</sup> Especialmente sociais, culturais, ambientais, mas também os de ordem econômico-financeiros.

energia e uma rica qualidade da paisagem. E segundo que tais características conferem oportunidades de integração ao mercado, inclusive a escalas para além do local, dependendo sempre da capacidade para manter a *localização* do desenvolvimento, ou seja, de manter sob o local o controle sobre o processo de desenvolvimento. Naquele momento sugeria-se que em vez de avançar na transformação modernizante de suas relações ecossociológicas e os formatos tecnológicos empregados nesta empresa, tal região deveria optar por caminhos alternativos mediante o resgate e ampliação de um modo de uso dos recursos naturais mais próximo ao conceito de modo de uso campesino (Gadgil e Guha, 1993; Toledo, Alarcón-Cháires e Barón, 1998) de maneira que a partir dos recursos<sup>3</sup> localmente disponíveis e sua qualidade, a alternativa à ineficiência e a capacidade destruidora dos modelos convencionais – baseados exclusivamente em inovações tecnológicas e relações com o mercado –, seria estabelecer um modelo cuja determinação seja dada pelas estratégias de apropriação e produção (controle local) e não pela transformação (indústria) e consumo (controles externos).

As estratégias produtivas locais ficariam assim definidas respeitando limites impostos pelas características biofísicas e culturais do lugar, cujos produtos estariam caracterizados fundamentalmente por sua qualidade, socialmente construída. Uma estratégia para transformar o “estado de atraso” em fatores diferenciais, sem opor-se a tecnologia nem tampouco negar o mercado, mas exigindo novos formatos tecnológicos; mais adequados às condições locais, menos normativos e a construção social dos mercados.

Em síntese se demonstrou que: 1) resgatando uma dimensão histórica da agricultura local; 2) promovendo câmbios tecnológicos ajustados às condições ecossociológicas locais; 3) resgatando a diversidade genética e produtiva; 5) valorizando as condições locais da paisagem e o conhecimento; 6) integrando políticas públicas; 7) fomentando a participação através da ação social coletiva; 8) fortalecendo os circuitos curtos; 9) controlando o processo de comercialização de produtos de elevada qualidade; 10) assentados em conceitos como localização e construção social da qualidade, regiões marginalizadas, poderiam desenhar um estilo próprio de desenvolvimento sustentável que incorpore o ambiente, a cultura em suas dimensões ecológicas, sociais e econômicas. Enfim, que o marginal ou muito de seus aspectos que se encontram em estado estacionário, poderia e deveria ser usado para “outro” estilo de desenvolvimento.

---

<sup>3</sup> Tanto recursos biofísicos (diversidade, paisagem, topografia, escala de produção, etc.) como os culturais (conhecimento, solidariedade, formas de organização, etc.).

### ***Condições para a ecologização da pecuária familiar***

Visando testar a ideia de que a pecuária familiar da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul operava a partir de uma relação mais intensa com a natureza que com a economia e que, portanto, tinha baixo impacto ambiental a ponto de usar tal característica como estratégia de valorização e diferenciação de produtos e serviços locais, tratou-se de avaliar as condições de produção do segmento pecuária familiar buscando identificar a possibilidade de se promover a sua “ecologização”, ou seja, a adoção de formatos tecnológicos que potencializassem as supostas condições de baixo impacto ambiental e reduzida dependência de insumos químicos e energéticos desta atividade (Borba et al., 2009). Tendo como objetivos: 1) identificar os componentes e interações dos sistemas de produção; 2) determinar o grau de dependência externa dos sistemas; 3) determinar o grau de sustentabilidade dos sistemas; e 4) avaliar o impacto ambiental ocasionado pela atividade pecuária familiar, foi possível demonstrar que os sistemas de produção da pecuária familiar na região da Campanha:

1) são complexos por depender fundamentalmente das relações e interações ecossistêmicas e dos conhecimentos locais para seu manejo;

2) apresentam baixa dependência externa (insumos) para seu funcionamento. Ainda que isso possa configurar um baixo nível tecnológico, representa excelente oportunidade para se estabelecer sistemas mais autônomos e capazes de gerar produtos com qualidade diferenciada;

3) provocam impactos ambientais negativos, especialmente sobre a vegetação, porém, todos são impactos moderados e totalmente reversíveis;

4) são altamente sustentáveis do ponto de vista ambiental, em função de apresentar índices de renovação superiores a 80% ainda que de forma geral, os sistemas pecuários familiares têm graves problemas de geração de renda, mesmo porque a lógica de seu funcionamento lhe atribui um papel muito mais de poupança que de uma atividade comercial visando lucro.

Diante disso conclui-se que seria plenamente viável a ecologização desta atividade produtiva, inclusive como estratégia de desenvolvimento territorial. No entanto, seriam necessários novos conhecimentos sobre o funcionamento dos ecossistemas locais e sobre as diferentes estratégias de manejo empregadas com vistas a sustentar o processo de transição, bem como a construção e implantação de novas concepções econômicas que dessem conta de contemplar as externalidades, tanto positivas quanto negativas, geradas por diferentes modelos de produção.

Considerando a perspectiva do desenvolvimento territorial, assumiu-se como premissa que as transformações futuras deveriam ser concebidas a

partir de autorreferências locais coletivamente construídas. Ou seja, um verdadeiro desenvolvimento regional somente seria possível se aos atores locais fosse facultado o direito de gerar referências próprias, se conseguirem adotar uma “vara de medir local” para definir as estratégias de desenvolvimento. Dadas as representações que os atores locais demonstraram sobre o valor que atribuíam aos recursos locais, identificou-se como condição necessária que primeiramente as pessoas deveriam ampliar sua consciência sobre o valor de seus recursos, de suas estratégias, seus lugares de vida, suas paisagens, para em seguida assumir o controle sobre as estratégias de desenvolvimento. Tudo isso em dependência da compreensão e da apropriação do processo por parte dos atores locais, pois, somente assim poder-se-ia fortalecer a capacidade de autogestão dos atores envolvidos.

### ***Ecologização da pecuária familiar como estratégia de desenvolvimento territorial***

Seguindo a concepção de Borba (2002), segundo a qual o modo de apropriação da natureza praticado nas condições do Território do Alto Camaquã deveria ser tomado como o elemento de ligação entre uma nova concepção do desenvolvimento regional e os requerimentos tecnológicos e de organização social para sua efetivação, e tendo como referência as evidências mencionadas no item anterior, segundo as quais os sistemas produtivos da pecuária familiar desta região têm entre as características marcantes o fato de dependerem mais das relações com a natureza que da mobilização de recursos da economia, tratou-se de se criar uma proposta para ampliar esta abordagem e considerá-la como base para uma estratégia de desenvolvimento territorial.

Assim, a partir de 2007 os esforços foram dirigidos à construção de uma estratégia de desenvolvimento regional, que toma como ponto de partida a realidade local, fortalecendo a ação social coletiva, promovendo a diferenciação do “processo produtivo” através da valorização de suas características endógenas (recursos naturais, qualidade ambiental, diversidade biológica, experiências, organização social), apoiado em formatos tecnológicos apropriados à realidade, orientados pelo emprego eficiente dos fluxos naturais de energia (fotossíntese, reciclagem de nutrientes, etc.) e por mecanismos de acesso ao mercado suportados por meio da noção de circuitos curtos.

### **Perspectiva territorial**

A elaboração de um processo regional de mobilização de atores locais em torno de elementos culturais e ecológicos conduziu a uma perspectiva territorial sobre a transformação da realidade. A ideia de território nasce, neste



caso, com a percepção de que as características da pecuária familiar estudada é comum a uma extensa região da Serra do Sudeste, em especial da parte superior da bacia do rio Camaquã. De tal forma que a passagem da noção de um espaço geográfico com características ambientais e culturais comuns para a ideia de território foi possível na medida em que se demonstrou que tais elementos haviam constituído ao longo da história uma identidade que se expressava no modo de vida do pecuarista familiar e nos modos de uso dos recursos naturais, que haviam garantido a conservação de paisagens e funções ecossistêmicas apesar de século e meio de ocupação. A percepção de que havia uma maneira de ocupar o espaço e usar os recursos (pecuária sobre campo natural) e atribuir valor e significado ao espaço e seus recursos enquanto elementos cruciais para a sobrevivência, permitiu associar tal realidade com a noção de uma territorialidade que não domina mas sim apropria o espaço<sup>4</sup> e seus recursos enquanto estratégia de reprodução social e produtiva: a territorialidade da pecuária e do pecuarista familiar.

Assim, com o propósito de avançar sobre a ideia que aponta para uma necessária mudança no universo de alcance dos resultados da intervenção da pesquisa agropecuária, que desde sempre tem objetivado promover mudanças no interior do sistema produtivo (mais especificamente no itinerário técnico dos sistemas de criação ou cultivo), para alcançar a possibilidade de gerar mudanças no “espaço rural, fez-se mister uma base conceitual que proporcionasse conceber o espaço enquanto construção social.

Para tanto se visitou as noções de território, sem a pretensão de explorar a fundo o tema, apenas de encontrar um conceito que orientasse a ação. Nesta perspectiva o território foi interpretado como o resultado da intervenção humana sobre um espaço geográfico delimitado, ou seja, espaço social e historicamente construído pela coevolução de humanos e o meio biofísico. Portanto, “espaço-tempo vivido”, como diria Haesbaert (2008, p. 20), que se torna múltiplo e complexo, longe da perspectiva de espaço homogêneo *uni-funcional*, como aparentemente entendido pela razão dominante que percebe o espaço apenas como lócus para realização da lógica mercantil.

Considerando a Haesbaert que propõe que os territórios devem ser distinguidos de acordo com “os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições”, tomamos a representação dos pecuaristas familiares como dominante no caso do Alto Camaquã, justamente por ser esta uma região marginada pelos interesses do capital. Somente

---

<sup>4</sup> Para Lefebvre (1986) existe uma distinção entre “apropriação” e “dominação” (“posseção”, “propriedade”), o primeiro seria “um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do ‘vivido, do valor de uso’; já o segundo seria mais “concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (Haesbaert, 2008).

em tempos muito recentes, diante da crise, torna-se perceptível neste espaço a presença marcante de territorialidades dominantes. Isto é, no contexto da crise de expansão o capitalismo volta-se para a ocupação de espaços que até então não eram de grande interesse para os modelos produtivos vigentes. A expansão do cultivo industrial de árvores e a mineração surgem e ressurgem como alternativas para a exploração das últimas áreas “livres de capitalismo”.

Uma dimensão de grande importância na abordagem territorial é a articulação dos atores. Beduschi Filho e Abramovay (2003) enfatizam a necessidade de outra institucionalidade capaz de articular ao nível dos territórios os diferentes atores. Para eles há a necessidade de organizações intermediárias, “além dos limites dos municípios, mas aquém dos próprios Estados, que possam corporificar a construção conjunta de projetos estratégicos, ao alcance da participação real dos grupo sociais neles interessados”. Um processo que tem base no aprendizado. Para estes autores “a política territorial não consiste mais em redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes, mas ao contrário, em despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas”. A importância desta nova configuração, onde o desenvolvimento depende fundamentalmente das interações entre diferentes múltiplos atores, trazem um novo desafio ao conjunto dos atores: participar de um processo de aprendizagem coletiva. Isso significaria uma profunda mudança no desenvolvimento regional que historicamente se constituiu por iniciativas centralizadas que não se articulavam realmente com as experiências dos atores locais.

Neste sentido a partir de experiências internacionais os autores selecionam e apresentam algumas lições aprendidas sobre o desenvolvimento com enfoque territorial, que foram de grande utilidade para a experiência do Alto Camaquã. São elas: 1) o conceito de identidade assume papel muito importante na definição de um território; 2) a identidade local, que muitas vezes precisa ser reinventada, é o núcleo da estratégia territorial; 3) o enfoque territorial tem demonstrado que o declínio de certas áreas, mesmo que avançado, pode ser revertido, uma vez que tal enfoque torna possível explorar novos caminhos de desenvolvimento; 4) o enfoque territorial tem estimulado que os atores não apenas expressem seus conhecimentos, expectativas e conflitos, mas também suas habilidades de conceber iniciativas coletivas e se organizarem em torno de novas ideias; 5) o sucesso ou insucesso de uma estratégia depende de como os interesses e as relações entre os atores estão estruturados, por exemplo, na habilidade coletiva de examinar a situação local, definir prioridades e estabelecer acordos sobre as formas de uso dos recursos disponíveis; 6) as trocas entre as áreas rurais têm intensificado e ampliado a consciência sobre a importância da transferência de conhecimentos e da cooperação entre as áreas na definição de novos caminhos de desenvolvimento. Fica evidente que o desenvolvimento

territorial depende da interação social, da capacidade dos atores em promover interações dinâmicas e de valorizar conhecimentos, as tradições e a confiança historicamente construídas (Abramovay, 2005).

## O Território Alto Camaquã

Do ponto de vista geográfico o Alto Camaquã corresponde ao terço superior da bacia do rio Camaquã (Figura 1), envolvendo partes dos territórios dos municípios de Bagé, Pinheiro Machado, Piratini e Canguçu pela margem direita e Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul pela margem esquerda, que se encontram dentro da área da bacia.

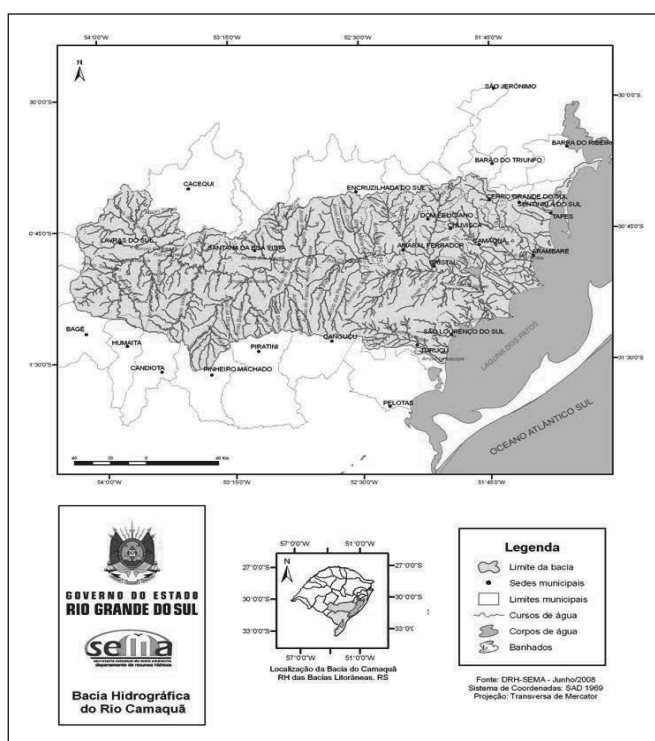


Figura 1 – Localização da bacia do rio Camaquã.

Fonte: DRH-SEMA – Junho/2008. Sistema de Coordenadas: SAD 1969.  
Projeção: Transversa de Mercator.

O Alto Camaquã (Figura 2) está situado entre as coordenadas geográficas 30°25' a 31°33' de latitude sul e 52°48' a 54°12' de longitude oeste, localizada sobre o Escudo Cristalino (formação geológica). Inicialmente o território correspondia às áreas dos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista, localizadas dentro dos limites da bacia do rio, com uma área de 8.670 km<sup>2</sup> (Figura 3). Entre 2013 e 2014 dois novos municípios, através de organizações de pecuaristas familiares, solicitaram a adesão ao território, que assim atingiu uma área superior aos 13.000 km<sup>2</sup> (Figura 4).

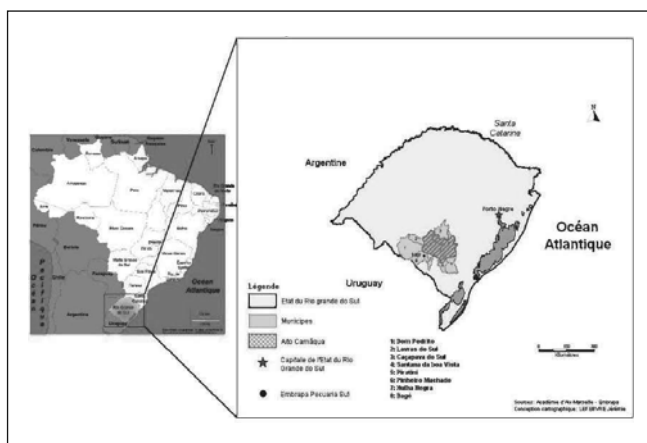


Figura 2 – Localização do Território do Alto Camaquã no estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Embrapa – LEFEBVRE (2016) – Programas: Inkscape®; Mapinfo®.

### **Recursos naturais**

Desde o ponto de vista ambiental a região do Alto Camaquã se caracteriza por uma topografia de terrenos ondulados e solos rasos ainda que com boa fertilidade em muitos pontos. Com presença intensa de matas nas ladeiras, vertentes e margens dos cursos de água. A vegetação arbórea aparece associada a vegetação herbácea campestre, formando mosaicos de mato-campo. De acordo com avaliações realizadas pelo Laboratório de Estudos em Agroecologia e Recursos Naturais da Embrapa Pecuária Sul, usando a técnica de máxima verossimilhança (maxver) para classificação de imagens, nos anos de 2009 e 2013, a região do Alto Camaquã possui mais de 80% de cobertura de vege-

tação natural (soma de campos e florestas naturais) conforme se visualiza na tabela que segue.

TABELA 1  
Condição da cobertura vegetal do Alto Camaquã em 2009

Classes	MaxVer			
	Km <sup>2</sup>	2009	Km <sup>2</sup>	2013
Água	29,597	0,34%	8,084	0,06%
Eucalipto	413,512	4,77%	481,921	3,61%
Acácia	127,415	1,47%	250,230	1,87%
Pinus	179,740	2,07%	334,517	2,50%
Floresta_Natural	2.810,046	32,40%	4.290,249	32,12%
Campo	4.549,536	52,45%	6.750,338	50,53%
Áreas Agrícolas	564,191	6,50%	1.242,465	9,30%
Área total das classes	8.674,036		13.357,804	

Fonte: LABECO/CPPSUL, 2009.

### **Clima**

O clima é subtropical ou temperado (Cfa e Cfb). As chuvas são regularmente distribuídas durante o ano, com médias entre 1.300 mm e 1.500 mm anuais para a região, ainda que seja possível longos períodos de estiagens. A temperatura média anual está entre os 16°C e los 18°C.

### **Vegetação**

A vegetação característica da bacia do rio Camaquã pertence aos tipos Fitogeográficos Savana, Floresta Estacional Decidual e alguns pequenos fragmentos de Floresta Ombrófila Mista. Os ecossistemas do Alto Camaquã estão constituídos de maneira que a paisagem se apresenta como um mosaico de campos e mato, resultante das diferenças principalmente de relevo, solo, geologia e hidrografia (BEHLING et al., 2009). As vegetações de florestas naturais e campos permanecem em constante competição no espaço regional influenciadas pelas condições ambientais, principalmente climáticas (BAUERMANN et al., 2008). Segundo Overbeck, 2009 este ecossistema possui alta diversidade de espécies tanto vegetais quanto animais, muitas delas endêmicas, ofertando assim diversos benefícios ambientais. Os campos da região são campos subtropicais. No que se refere a vegetação campestre,

em detalhado levantamento florístico realizado no município de Pinheiro Machado, região do Alto Camaquã, Goulart et al. (2011) descreveram 43 espécies, distribuídas em 34 gêneros e 12 famílias. Destacam-se quatro famílias que juntas somam juntas 72,09% do total de espécies encontradas na área: Poaceae (22 espécies), Asteraceae (6), Cyperaceae (4) e Fabaceae (4). A família Poaceae (22), representou 41,86% das espécies encontradas.

*Paspalum notatum*, *Axonopus affinis* e *Desmodium incanum* destacaram-se nas áreas, quanto à frequência absoluta, frequência relativa e cobertura relativa. Conforme os valores descritos pelos índices de Shannon e Pielou, temos um ambiente de elevada diversidade e equilíbrio. Outros trabalhos também encontraram a predominância destas mesmas famílias na Serra do Sudeste (Girardi-Deiro et al. (1994), Girardi-Deiro, A. M. et al. (1994), Girardi-Deiro (1999), Caporal (2006), Caporal & Boldrini (2007)). Em trabalho de verificação *in loco* Dadalt, (2010) identificou no Alto Camaquã 93 espécies de árvores e arbustos lenhosos pertencentes a 39 famílias.

### **Uso da terra**

Como o Território do Alto Camaquã não corresponde a totalidade da área dos municípios que o compõe, atualmente é impossível dispor de dados exclusivos do Território. A informação apresentada, portanto, é referente a íntegra dos municípios, o que, apesar de não ser totalmente precisa, indica com segurança a realidade regional.

### **Propriedade da terra**

Tomando a informação apresentada na Tabela 2, pode-se verificar que até o ano de 2006 (último censo agropecuário) entre 79 e 87% das unidades produtivas são conduzidas por seus proprietários e que estes são em sua maioria agricultores familiares. Considerando que a porcentagem mais alta de estabelecimentos rurais são pecuários, como se pode verificar na última coluna da tabela, podemos estimar que trata-se de pecuaristas familiares.

TABELA 2

Número total de estabelecimentos rurais, percentagem de unidades produtivas em que o produtor é o proprietário, número de unidades declaradas como agricultura familiar (AF) e a percentagem de agricultura familiar relativo ao total de estabelecimentos, por município do Alto Camaquã

	Total Estabelecimentos	% Produtor Proprietário	Unidades de AF	%	Unidades Pecuária	%
Bagé	1.198	79,38	713	59,5	1.048	87,48
Caçapava do Sul	3.385	86,97	2.637	78,0	2.413	71,29
Encruzilhada do Sul	2.697	79,94	2.092	77,5	1.509	55,95
Lavras do Sul	882	82,99	588	66,6	809	91,72
Pinheiro Machado	1.642	79,17	1.158	70,5	1.320	80,39
Piratini	2.910	82,75	2.252	77,4	2.060	70,79
Santana da Boa Vista	1.633	83,40	1.337	82,0	1.180	72,26

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário (2006).

### **Tamanho das unidades produtivas**

Pela Tabela 3 pode-se verificar o predomínio das pequenas unidades produtivas em todos os municípios do Território do Alto Camaquã, onde mais de 50% possuem até 50 ha e nunca menos que 70% até os 200 ha.

TABELA 3

Distribuição em percentagem de terras por tamanho das unidades produtivas nos municípios do Alto Camaquã

	0,1 – 50 ha	50 – 200 ha	Acumulado	200 – 500 ha	> 500 ha
Bagé	52,02	17,61	69,63	12,10	14,27
Caçapava do Sul	69,48	20,17	89,55	7,60	0,68
Encruzilhada do Sul	67,21	19,13	86,34	7,30	3,78
Lavras do Sul	50,11	20,86	70,97	9,50	12,81
Pinheiro Machado	55,54	25,40	80,94	10,66	5,97
Piratini	65,92	22,96	88,88	6,50	4,03
Santana da Boa Vista	69,87	20,64	90,61	4,72	2,51

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006).

## Uso da terra

Ainda que a associação entre área e modelo ou estilo de produção não é tão simples como poderia parecer, neste caso se pode dizer que grande parcela destas pequenas unidades produtivas se dedicam à produção pecuária tendo nos recursos naturais, especialmente as pastagens, seu principal recurso. Isso é dedutível das informações apresentadas nas Tabelas 4 e 5. De toda maneira, é preciso esclarecer que os dados apresentados derivam de último censo agropecuário realizado em 2006, portanto, é bem possível que atualmente a realidade já não seja exatamente esta, posto que se incrementaram nesta zona os cultivos de árvores (Eucalipto, Pinus e Acácia) e de soja.

TABELA 4  
Porcentagem de unidades produtivas rurais que informam realizar cultivos temporários, cultivos florestais e pecuária por município do Alto Camaquã

	Cultivos temporários	Cultivos florestais	Pecuária
Bagé	5,34	0,83	87,48
Caçapava do Sul	13,74	2,95	71,29
Encruzilhada do Sul	33,56	5,08	55,95
Lavras do Sul	4,76	0,34	91,72
Pinheiro Machado	10,35	4,08	80,39
Piratini	20,86	4,91	70,79
Santana da Boa Vista	22,90	1,16	72,26

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006)

TABELA 5  
Total de unidades produtivas, número e porcentagem de unidades pecuárias e número relativo de unidades que informa manter campos naturais, por município do Alto Camaquã

	Total Unidades	Unidades Pecuárias	%	% com campos naturais
Bagé	1.198	1.048	87,5	58,09
Caçapava do Sul	3.385	2.413	71,3	71,09
Encruzilhada do Sul	2.697	1.509	56,0	43,22
Lavras do Sul	882	809	90,8	74,88
Pinheiro Machado	1.642	1.320	80,4	70,52
Piratini	2.910	2.060	70,8	51,25
Santana da Boa Vista	1.633	1.180	72,3	69,35

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário (2006).



## Etapas do processo (aspectos metodológicos)

Mais recentemente, Borba e colaboradores (2009) avaliaram as condições para uma possível ecologização da pecuária familiar no sul do RS. Partindo da suposição de que regiões como esta, onde o processo de modernização agrícola nos padrões da revolução verde não teve maiores impactos devido a uma série de condicionantes socioeconômicas e ecológicas que impediram sua expansão, os autores se dedicaram a estudar os sistemas de produção, seus componentes e interações, o impacto ambiental e a sustentabilidade da pecuária familiar.

A estratégia de desenvolvimento territorial do Alto Camaquã se constitui como uma proposta construtivista de intervenção, onde se parte do ambiente socioecológico local para então criar, com a participação dos atores locais, uma estratégia de mudança da realidade. Para tanto a realidade estudada é tida como fruto da interação histórica entre as pessoas e seu entorno biofísico, entre o social e o natural, o que, necessariamente, exige que o método de investigação-ação contemple uma perspectiva socioambiental.

Nesta perspectiva promover a mudança da realidade local mediante a valorização do potencial endógeno de zonas pecuárias tradicionais – como é o caso do Alto Camaquã –, exige reconhecer o papel de grande relevância das formas de uso dos recursos naturais, em especial a cobertura vegetal campestre, de tal forma que qualquer iniciativa de modificação nas formas de uso dos recursos naturais seja suportada por conhecimentos construídos com a participação dos *manejadores por excelência*, ou seja, os pecuaristas. A metodologia, portanto, deve contribuir para que o local re-conheça<sup>5</sup> e re-valorize seus recursos (incluindo recursos naturais, socioculturais, simbólicos), ao mesmo tempo que garanta o desenvolvimento coletivo de conhecimentos para uso sustentável destes mesmos recursos e formatos tecnológicos para sistemas de produção específicos ao território, promover a ação social coletiva, facilitar a interação entre o local e o mundo externo e garantir a livre circulação do conhecimento.

## A intervenção

Por se tratar de zona marginalizada pelos modelos da modernização da agricultura e com predomínio da atividade pecuária tradicional, quer dizer,

---

<sup>5</sup> No contexto atual onde as estratégias de desenvolvimento rural se constituem como intervenção exógena de fora para dentro, onde os recursos locais são necessariamente desvalorizados, uma estratégia de desenvolvimento territorial endógena requer que o local estabeleça um “novo olhar” sobre seus recursos, suas formas de produção, sua cultura, sua história. Há necessidade de se “conhecer de novo”, “conhecer o conhecido” com outra perspectiva. O local necessita olhar para seus recursos com uma mirada de possibilidades, de potencialidades, de oportunidades, para, a partir disso, conceber estratégias para transformar os potenciais em valores.

atividade e região consideradas como ineficientes e atrasadas, devido aos “baixos níveis tecnológicos adotados e precárias relações com os mercados”, o primeiro passo foi aproximar-se da realidade da pecuária familiar em função de suas estratégias produtivas e relações e interações com o entorno natural. Foram avaliadas as condições de que uma diferenciação ecológico-produtiva fosse capaz de promover mudanças na realidade a partir da valorização de características exclusivas decorrentes de uma interação socioambiental histórica.

O ponto de partida foi assumir a hipótese de que a impossibilidade de adoção dos modelos produtivos “modernos” havia levado à estigmatização desta região como subdesenvolvida; uma designação preconceituosa que retroalimenta constantemente o mito de que esta região e sua população seriam incapazes de criar alternativas próprias de desenvolvimento (somente alternativas exógenas seriam capazes de transformar a realidade local); mas que, no entanto, em se analisando a mesma situação a partir de uma perspectiva sistêmica, integrando dimensões sociais, ecológicas e culturais, se encontrariam estratégias produtivas com características de “produção ecológica” (ainda que por contingências), na medida que dependem mais dos recursos naturais e energias renováveis que de recursos mobilizados a partir da economia.

Assim, em vez de pobreza e atraso poderíamos encontrar uma atividade produtiva com características ecológicas de grande potencial para o desenvolvimento sustentável. Desde que para isso se dispusesse de formatos tecnológicos e estratégias de desenvolvimento que valorizassem as características locais como capazes de ofertar produtos e serviços exclusivos. Produtos e serviços cuja qualidade esteja definida por um conjunto de condições envolvendo o processo produtivo e seu local de origem.

Do ponto de vista da metodologia primeiramente se tratou de demonstrar que os sistemas de produção da pecuária familiar no Alto Camaquã são de alta complexidade por depender fundamentalmente das relações e interações ecossistêmicas e dos conhecimentos locais para seu manejo conduzindo a uma diversidade de sistemas, com distintas estratégias de manejo dos recursos naturais. De esta maneira se conformam sistemas de baixa dependência externa, o que representa excelente oportunidade para se estabelecer sistemas mais autônomos e capazes de gerar produtos com qualidade diferenciada.

A avaliação dos impactos ambientais revelou que os sistemas de pecuária familiar causam impactos negativos, especialmente sobre a vegetação (principal recurso utilizado), ainda que moderados e totalmente reversíveis, pois não afetam as funções dos sistemas naturais campestres. De forma geral, os sistemas pecuários familiares têm problemas de geração de renda, mesmo porque a lógica de seu funcionamento lhe atribui um papel muito mais de poupança que de uma atividade comercial visando lucro.

A partir destas primeiras observações se conformou o que se definiu como a “*condição de pecuarista familiar*” do Alto Camaquã, cujo conteúdo proporcionou os subsídios para os primeiros debates junto as comunidades, destacando a importância de um modo de vida associado a natureza para a conservação dos ecossistemas campestres e seus benefícios a sociedade.<sup>6</sup>

### **O trabalho com a gente**

A concepção sobre o desenvolvimento do Alto Camaquã, que de forma definitiva assume a noção de que desenvolvimento não é uma consequência natural do crescimento econômico, mas sim uma mudança social e política, teve início ao se evidenciar a relação entre a pecuária familiar, o ambiente natural<sup>7</sup> e as oportunidades que isso poderia representar ao oferecer a possibilidade de diferenciação e valorização de ativos territoriais como estratégia de transformação da realidade de um território marginalizado pelos modelos históricos propostos enquanto desenvolvimento.

Neste momento começa a ganhar contornos a ideia de que a pecuária familiar tem como oportunidade uma produção exclusiva, bastando para tanto otimizar muitos de seus aspectos tradicionais. Nesse contexto adquire importância o conhecimento para o manejo dos recursos naturais e, como consequência, a necessidade de se criar *espaços de construção coletiva de conhecimentos* em associação com a ideia de que é possível alcançar níveis satisfatórios de eficiência produtiva a partir de sistemas “intensivos em conhecimentos” em oposição a sistemas “intensivos em capital”. Quer dizer, a partir do conhecimento em profundidade sobre o funcionamento (processos, relações, interações, etc.) dos sistemas naturais é possível aproveitar de forma eficiente o fluxo de energia e matéria em benefício de uma produção não apenas quali-quantitativamente melhor, mas sobretudo provedora de produtos exclusivos em função de seu alto grau de vinculação com as peculiares condições locais.

Tais espaços são unidades produtivas definidas pela comunidade onde: a) o princípio é a valorização dos recursos e das experiências locais; b) há espaço para a dúvida permanente; c) dúvidas necessitam ser provadas; d) não há limites para o debate; e) tudo pode ser realizado desde que haja disposição coletiva; f) tudo é decidido coletivamente; g) atores externos não trabalham apenas PARA mas COM o grupo; h) as responsabilidades são compartilhadas entre organizações externas e atores locais.

---

<sup>6</sup> Ainda que a maioria destes benefícios sejam “externalidades” na medida que não são incorporadas pelo sistema de preços.

<sup>7</sup> Enquanto produção ecológica na medida que depende essencialmente da vegetação natural do campo natural para a manutenção de suas estratégias de produção.

No transcurso do trabalho se constrói a associação entre as ideias de manejo do campo, organização social e produtiva (redes), diferenciação produtiva, selos distintivos (marca territorial) para produtos e serviços do território, estratégias de comercialização, arranjos produtivos locais e rede de pesquisa participativa.

A metodologia de construção coletiva de conhecimentos tem sua essência na organização de uma *rede social* que inicialmente se estabelece em torno da pesquisa participativa com o intuito de:

1. identificar potencialidades, deficiências, oportunidades e ameaças do local;
2. construir coletivamente conhecimentos apropriados ao local;
3. elaborar estratégias de uso sustentável dos recursos naturais locais;
4. exercitar o conceito de “sistemas intensivos em conhecimentos”;
5. monitoramento de indicadores ambientais (solo, fauna, vegetação, eMergia<sup>8</sup>), sociais (sucessão familiar, situação da terra, mão de obra) e econômicos (contabilidade, custos de produção);
6. fortalecer a identidade e a imagem do território;
7. planejamento estratégico (estabelecer situação futura desejada);
8. promover a ação coletiva (cooperação em vistas de objetivos comuns).

Por meio da Rede de Pesquisa Participativa foi estimulada a capacidade dos atores locais para “reconhecer, controlar e transformar em valores<sup>9</sup> as potencialidades dos diversos sistemas territoriais” (Dematteis, 2007). Mediante uma ação interdisciplinar (agronomia, veterinária, zootecnia, ecologia, sociologia, economia, biologia) se contribuiu para que os atores sociais re-conheçam e atribuam valor (valorar) aos potenciais de seus sistemas socioambientais até o ponto de conscientemente ativá-los para uma estratégia original de transformação da realidade (desenvolvimento).

O debate se constituiu em torno da viabilidade de um modelo de desenvolvimento construído a partir da valorização do local, de um desenvolvimento “desde dentro”. Nesta fase as questões propostas giravam em torno do que pensamos sobre isso? É factível? Interessa ao local?

---

<sup>8</sup> EMergia do inglês *Emergy* ou a contração de *Embodied Energy*, Energia Incorporada. Mede a quantidade e a qualidade de energia que os sistemas incorporam provenientes da natureza (renováveis e não renováveis) e da economia (materiais ou serviços).

<sup>9</sup> O autor esclarece que por valor não entende somente valores de mercado, “mas também sobretudo, os recursos ecológicos, humanos, cognitivos, simbólicos, culturais que cada território pode oferecer como valores de uso, bens comunais, patrimônio da humanidade”.

Partindo de Unidades Experimentais Participativas (UEPA), foi estabelecido um espaço de interação entre os atores locais e seu ambiente natural e entre o local e organizações externas (pesquisa, extensão, administração pública, etc.). A condição para o local era apenas a organização, pois o debate sobre o uso dos recursos naturais, no contexto sociocultural local, requer uma ação coletiva. Desta forma o uso e manejo dos recursos naturais se definem no contexto do Desenvolvimento Territorial Endógeno.<sup>10</sup> Ou seja, se trata de conceber o manejo ecológico dos recursos como base para a distinção do processo produtivo, produtos e serviços do território e para chegar ao mercado de forma também diferenciada, o que no caso da pecuária familiar, significa potencializar características tradicionais dos sistemas socioambientais, especialmente o elevado grau de interdependência com os recursos naturais e seus usos conservacionistas.

### ***A organização em Rede***

Uma estratégia de desenvolvimento territorial endógeno só adquire sentido se as transformações da realidade forem concebidas a partir de autorreferências coletivamente construídas. O desenvolvimento regional cobra que aos atores locais lhes sejam facultado o direito de gerar referências próprias, uma “vara de medir local” para definir as estratégias de mudança. Algo que requer que os atores locais adquiram consciência do valor de seus recursos, de suas estratégias e seus lugares de vida, suas paisagens e seus produtos, para em seguida assumirem o controle sobre as estratégias de mudança. Um novo estado de consciência sobre o potencial endógeno foi promovido através da Pesquisa Ação realizada a partir das UEPAs, que foram organizadas em diferentes comunidades dentro do território.

Paralelamente à organização das relações internas no âmbito de cada UEPA (ação coletiva, experimentação, redesenho dos sistemas, interação com a pesquisa e extensão) se promoveu a integração entre UEPAs, visando o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de uma rede de pecuaristas familiares.

Como fruto desta articulação e em função das modificações (redesenho) produzidas nos sistemas de produção promovidas em conjunto pelos pecuaristas familiares e seus parceiros (pesquisa, extensão, universidades, etc.), se constituiu a Rede Alto Camaquã (ReAC). É no contexto da Rede, formada

---

<sup>10</sup> Estratégia consciente empreendida pelos atores de um território, visando, a partir da mobilização dos talentos, competências, criatividade (capital humano), da organização, cooperação/colaboração, trabalho coletivo (capital social) e do uso eficiente de seus recursos naturais o desenho e implantação de estratégias de transformação da realidade regional.

por aqueles produtores organizados em Associações locais localizadas dentro do território Alto Camaquã e afiliadas a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC)<sup>11</sup> – que possui caráter regional –, que finalmente surge a Marca Coletiva Alto Camaquã como um selo que ao mesmo tempo vez unifica os membros da ReAC em torno de uma identidade territorial e serve de distintivo aos produtos e serviços provenientes do território. Assim a Marca Alto Camaquã, além de coletiva, adquire um caráter territorial, algo que desde logo não está previsto na legislação do Brasil.

Atualmente a ReAC está conformada por 414 famílias organizadas em 21 associações de produtores provenientes de oito (08) municípios, as administrações públicas municipais de Bagé, Encruzilhada, Piratini e Pinheiro Machado, a Universidade Federal do Pampa, o Instituto de Desenvolvimento Educacional Alto Uruguai, a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a Emater e a Embrapa Pecuária Sul.

### **O caso da marca coletiva Alto Camaquã**

Em consequência de suas características ambientais (solos pouco profundos com presença de rochas, relevo montanhoso, vegetação composta por mosaicos de mato e pastagens naturais), socioculturais (pequenas unidades produtivas, cultura pecuária) e econômico-produtivas (pecuária sobre campo nativo, baixos níveis de capitalização), a parte superior da bacia do rio Camaquã é natural e socioculturalmente distinta das demais regiões do Rio Grande do Sul. Uma zona onde os regimes sociotécnicos propostos pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento rural levados a cabo em escala mundial indistintamente nos últimos 60 ou 70 anos, não lograram êxito, pois ali não se encontravam os condicionantes requeridos por tais modelos técnico-econômicos.

Em função disso conservou-se um conjunto de elementos que, quando considerados de forma integral, proporcionam as bases para uma estratégia alternativa de desenvolvimento, como por exemplo as paisagens, as formas de produção pecuárias tradicionais que mantêm relações mais intensas com a natureza do que com a economia, os ecossistemas e suas funções, os baixos níveis de contaminação e a história regional.

---

<sup>11</sup> A Associação regional foi criada por decisão da Rede, com o intuito de criar uma instância de gestão em âmbito regional/territorial.

Neste momento as questões avançaram para algo como: se a região, independente da intencionalidade dos atores já é distinta e ali os modelos “convencionais” de desenvolvimento não triunfaram, como seria possível criar modelos alternativos onde tais diferenças estivessem “coladas” a todos os produtos e serviços gerados no âmbito do território, desde a produção até o consumo?

Entre os fatores desencadeantes de tal estratégia esteve a iniciativa institucional da Embrapa Pecuária Sul, cuja equipe do Laboratório de Estudos em Agroecologia e Recursos Naturais (LABECO/CPPSUL) começou a trabalhar em base a ideia de “conservação sob uso” dos recursos naturais, ou seja, o manejo adequado da diversidade biológica própria dos ambientes campestres pode ao mesmo tempo incrementar a eficiência da produção e promover a conservação ambiental.

Em um primeiro momento a equipe tratou de promover o re-conhecimento (no sentido de “conhecer de novo” ou “olhar com outros olhos”) da qualidade dos recursos locais e a oportunidade que isso representa enquanto possibilidade de acessar mercados não tradicionais<sup>12</sup> interessados em produtos com identidade associada a territórios sustentáveis, produzidos em base ao uso conservacionista da natureza.

O emprego dos conhecimentos gerados localmente de forma participativa, entre pesquisadores e atores locais, revelou a possibilidade de se incrementar a eficiência produtiva da atividade pecuária, o que por sua vez levou à seguinte questão: se temos formas de produção e, por vias de consequência, um produto distinto em função de sua origem, como o mercado vai saber?

Desta forma o coletivo da ReAC avançou na direção de uma estratégia comercial a partir da construção de uma marca coletiva, que teria a atribuição de comunicar antes de tudo uma imagem regional de “território durável”. A marca Alto Camaquã nasce com uma dimensão territorial e passa a ser usada para associar os produtos e serviços com seu território de origem, comunicando a correspondência entre o território e uma imagem caracterizada pela qualidade ambiental, a beleza das paisagens, os sistemas produtivos baseados no uso conservacionista dos recursos naturais e ausência de contaminantes, a diversidade biológica e produtiva, a riqueza cultural e histórica. Como marca coletiva territorial a marca Alto Camaquã nasceu com a intenção de eviden-

---

<sup>12</sup> “Constituídos pela demanda de consumidores que buscam produtos e serviços diferenciados em função de sua origem, orgânicos ou que não usam sementes geneticamente modificadas, produzidos de formas social e ambientalmente responsáveis, que permitem consumos culturais que valorizam o caráter diverso dos povos ou consumo de natureza e paisagens com características únicas, etc.” (Grupo Chorlavi, 2004).

ciar as qualidades do espaço e depois promover a diferenciação dos produtos e serviços que tem origem no território.

Portanto o conjunto de produtos e serviços originários no território Alto Camaquã podem usar a marca. Os membros da ReAC identificaram mais de 30 produtos com potencial de alcançar os mercados, os quais foram classificados em cinco classes: Carnes (Ovina, Caprina, Bovina, etc.), Artesanato ou arte Rural (Lã, Couro, Madeira, etc.), Turismo (Eventos, Gastronomia, Roteiros, Hospedagem, etc.), Produtos Alimentares Transformados (Doces, Bolos, Queijos, etc.) e Produtos Primários (Lã, Mel, etc.). Dada sua ampla presença no território a carne de cordeiro foi elencada como o primeiro produto para chegar ao mercado com a marca.

Com a comercialização do cordeiro se completou a primeira fase do processo de valorização do local e seus recursos. As qualidades específicas dos recursos do território, seu manejo durável e todo o acumulado em termos de coevolução das pessoas com seu meio, possibilita que se gerem produtos com qualidades muito particulares passíveis de diferenciação; uma estratégia intencional dos atores locais que inclui organização em rede e a marca coletiva garante acesso a mercados que remuneram os produtos, o que por sua vez incentiva que se conservem os recursos e se fortaleça a organização social, que são quem garantem a qualidade peculiar dos produtos que são reconhecidos pelo mercado e assim sucessivamente. Processo semelhante constitui a proposta metodológica proposta pela FAO para promover a qualidade de produtos associada a origem (Vandecandelaere et al., 2011).

Atualmente, além de coordenar a comercialização da carne de cordeiro, a associação regional coordena o processo de aprimoramento de novos produtos para serem apresentados ao mercado usando a marca territorial: o mel, a lã e o turismo.

### ***O uso da marca coletiva territorial Alto Camaquã***

A marca coletiva Alto Camaquã é propriedade da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que é uma organização civil de alcance regional que surge por decisão da Rede de Produtores do Alto Camaquã com o objetivo de apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã.

O direito de uso da marca coletiva territorial Alto Camaquã é atribuído às associações locais/comunitárias formalmente constituídas e formalmente afiliadas à ADAC. As associações desta forma assumem a condição de responsáveis pela gestão da marca ficando a seu encargo a definição de quais entre seus associados reúnem as condições para uso.



A marca Alto Camaquã é formada pelo logotipo **Alto Camaquã** e pelo símbolo que remete à topografia predominante no território, que é a de terreno dobrado com pendentes. A seguir apresentamos os objetivos da marca coletiva territorial Alto Camaquã.



Figura 3 – Marca Alto Camaquã.  
Fonte: Pohlman (2011).

#### Macro-objetivos:

##### a) conceituais (filosóficos/intangíveis)

1. Comunicar a imagem do território sustentável (ambiente conservado, uso eficiente da diversidade biológica, conservação dos serviços ambientais, mais externalidades positivas que negativas, valorização das pessoas, permanência das pessoas no meio rural);
2. Garantir aos consumidores produtos de baixo impacto e sem risco de contaminação;
3. Estimular o sentimento de “pertencimento” dos atores locais ao “território Alto Camaquã”.

##### b) físicos (materiais/tangíveis)

1. Proporcionar diferenciação e agregação de valor aos produtos regionais;
2. Conquistar e fidelizar consumidores;
3. Garantir informação exata e verdadeira aos consumidores (demonstrar que não se trata apenas de apropriação do discurso sobre a sustentabilidade);
4. Estimular produtores, indústria e prestadores de serviços a considerar os impactos ambientais de suas atividades;
5. Estimular consumidores a adquirir produtos e serviços com menor impacto ambiental e integrados a programas de desenvolvimento regional (educação para o consumo responsável);

6. Gerar oportunidades para os membros da ReAC e seus parceiros (indústria, distribuição, etc.) através da associação de marcas.

A síntese da marca, em poucas palavras, representa exclusividade com sustentabilidade.

### ***A estratégia comercial***

Neste ponto devemos salientar que a estratégia de DTE do Alto Camaquã não esteve em nenhum momento orientada a melhores relações com o mercado. No entanto, com a construção da marca coletiva territorial, inevitavelmente a ReAC teve de elaborar uma estratégia comercial de não apenas inserir seus produtos nas cadeias já estabelecidas, mas sim encontrar parceiros dispostos a garantir o caminho para a chegada dos produtos Alto Camaquã até o consumidor, com a marca coletiva territorial. A necessidade de buscar alternativas à cadeia existente se deve ao fato de que, no caso da carne ovina, por exemplo, os segmentos situados à jusante – transformação e distribuição – encontram-se, no Rio Grande do Sul, concentrados nas mãos de indústrias de médio e grande porte e grandes redes de supermercados, o que dificulta uma estratégia comercial fundamentada na construção de alianças e associação de marcas (co-branding), proposta pela ADAC. No caso do cordeiro, a ReAC não busca simplesmente um frigorífico que compre a carne, mas sim uma indústria que se disponha a associar sua marca à marca do território e assim contribuir para melhores inserções no mercado de forma que ambos ganhem em termos de imagem.

Para viabilizar a sua estratégia, a ADAC buscou parceiros junto às pequenas indústrias e distribuidores de carne, chegando ao frigorífico Adiale Vitória, em Encruzilhada do Sul, que é uma empresa familiar, e o Shopping da Carne, em Porto Alegre. O frigorífico presta o serviço de abate e faz a entrega no ponto de vendas, que é quem compra a carne para vender ao consumidor.

Desta maneira os pecuaristas familiares do Alto Camaquã inauguraram sua presença no mercado formal de carne ovina, o que representou uma profunda transformação para uma categoria social de produtores, que até então comercializavam informalmente ou através de intermediários que compram para a grande indústria. Mais do que tudo, o avanço esteve marcado pela possibilidade de negociar, quer dizer, os pecuaristas familiares, através de sua organização regional, sentaram-se à mesa para negociar volumes, prazos, qualidade e preço.

O plano comercial avançou com êxito até o limite da logística, que inicialmente contou com o apoio dos poderes públicos municipais. No entanto, dadas as características da atividade pecuária familiar, em especial no tocante a

escala, que neste caso se constitui coletivamente, já que cada membro da ReAC oferta pequenos lotes de animais, e da própria estratégia de vendas, com entregas semanais, tornou-se impossível continuar contando com o apoio das prefeituras, em função da disponibilidade de transporte. Para solucionar o problema a ReAC decidiu pela aquisição de caminhões e assim controlar a organização de sua própria logística. Trata-se de um veículo para transporte de animais e outro equipado com sistema de refrigeração para distribuição de carne.

No período de negociação dos caminhões, que foram adquiridos com o apoio do governo do Rio Grande do Sul, via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), a comercialização via Shopping da Carne foi interrompida, e atualmente os pecuaristas familiares do Alto Camaquã estão comercializando sua carne por meio de um distribuidor de carnes localizado na capital do estado e de forma direta ao consumidor, na Casa de Carnes Minuano, localizada em Encruzilhada do Sul. A entrada em operação do caminhão frigorífico está prevista para ano de 2015.

Associada à aquisição dos veículos de transporte, os membros da ReAC mantém negociações com seu parceiro industrial, que está em fase final de construção de uma sala de desossa e estrutura de refrigeração (câmaras frias), com vistas a um novo modelo de negócios, que possa garantir a oferta de produto em todos os municípios que compõem o território e na capital do estado, Porto Alegre. A nova estratégia prevê alcançar os consumidores de forma direta, de tal maneira que os pecuaristas familiares do Alto Camaquã passem a ter o total controle, desde a produção até a distribuição. Encontra-se ainda em análise a possibilidade de adotarem uma estratégia de e-commerce (comércio virtual), através da página <http://www.altocamaqua.com.br>.

### ***Por que marca coletiva?***

Não seria descabido perguntar por que se escolheu criar uma marca coletiva em vez de partir para uma IG, dado que a intenção do selo é também a de relacionar produto e território. Todavia há um conjunto de elementos que legitimaram, no caso do Alto Camaquã, a opção por uma marca coletiva em detrimento de uma IG clássica. São eles:

1. No caso do Alto Camaquã busca-se valorizar o conjunto de produtos e serviços oriundos do território, algo que não é possível com as IG, onde cabe apenas um só produto ou produtos muito relacionados. Reforça esta posição o fato de que mesmo com a existência de uma marca se pode aceder a uma IG, enquanto o inverso não é verdadeiro;

2. Outra razão que influenciou a opção pela marca é a questão burocrática. O nível de exigências é maior no caso das IG, especialmente no que se

refere a delimitação da área, a descrição detalhada do produto e a estrutura de controle;

3. A marca coletiva possibilita a inclusão de todos interessados na conservação do patrimônio cultural e ambiental como estratégia de desenvolvimento, pois a marca neste caso se pauta menos pelo produto e os limites do espaço físico e mais pela concepção da “mudança desde dentro”;

4. A marca possibilitou plenamente a inter-relação entre os atores (fortalece o espírito de rede).

## **Considerações finais**

Frente ao desafio de enfrentar as dificuldades em se implantar estratégias eficientes que permitam promover o desenvolvimento local a partir da mobilização social e valorização, caracterização e distinção de produtos da pecuária familiar, a experiência do Alto Camaquã, incluindo a marca coletiva territorial, pode-se constituir em uma contribuição no que se refere a aspectos teóricos, metodológicos e normativos.

A partir de uma estratégia metodológica que teve início na valoração da identidade e mobilização dos atores para compor uma rede territorial, se constituiu um ator coletivo capaz de re-conhecer (“conhecer de novo”) o valor do local, identificar as potencialidades (produtos, serviços, história, cultura, capital humano, capital social, etc.) do território e criar uma imagem territorial com a finalidade de diferenciar produtos e serviços.

Tal estratégia gerou espaços de construção, interação, debate, proposição, elaboração de demandas, bem como o surgimento de novas lideranças e nova governança territorial, espaços de decisão multinível, multi-institucional e multiatores, que permitiram avançar na busca de maior controle sobre os processos intermediários entre a produção e o consumo (transformação, distribuição, etc.).

A partir da experiência do Alto Camaquã é possível afirmar que a mobilização e organização social coletiva é a principal contribuição das estratégias orientadas a promoção do desenvolvimento de territórios a partir da conservação dos patrimônios culturais e naturais. A ação social coletiva, orientada à transformação da realidade regional em uma perspectiva territorial e endógena, pode ser promovida pelos atores locais/regionais, desde que envolvendo as organizações da sociedade civil, as administrações públicas municipais, as universidades, as secretarias de governo, institutos de pesquisa e extensão. O ambiente de integração institucional (público e privado) deve, entretanto, estar interessado em promover câmbios “cons-

truídos desde dentro”, onde a articulação entre a economia e a ecologia seja um pressuposto inalienável.

A experiência específica do cordeiro Alto Camaquã demonstrou a potencialidade de estratégias de valoração, distinção e valorização de produtos locais com forte vínculo ambiental, para a conservação dos recursos naturais. Em processos que se retroalimentam continuamente, conservação ambiental e eficiência produtiva podem gerar mecanismos de agregação de valores ao mesmo tempo econômicos, ecológicos e culturais a um conjunto de produtos originários em sistemas tradicionais de produção da pecuária familiar.

A construção de um selo coletivo para distinção de produtos locais, enquanto parte de uma estratégia de mudança social e econômica com enfoque territorial, promoveu o *empoderamento* dos atores locais e níveis crescentes de cooperação horizontal e vertical, que assim passaram a compartilhar interesses e objetivos. Um processo que fez visível as pessoas, o território e produtos de uma região, onde os modelos de desenvolvimento propostos até então não haviam alcançado os resultados pretendidos.

Para finalizar, devemos destacar o caráter interinstitucional e interdisciplinar proporcionado pela experiência de desenvolvimento territorial endógeno do Alto Camaquã. Tal experiência revela a possibilidade concreta de novas abordagens para a pesquisa agropecuária, onde os resultados gerados, mais que promover mudanças nos sistemas de produção, podem resultar em impactos positivos sobre um espaço rural que, além de sistemas físicos, comportam sistemas sociais.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Cooperativismo, Microfinanças e Desenvolvimento Territorial. In: SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 4., 2005. *Anais...*, Salvador: Microfinanças Rurais, 2005. p. 1-20.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 27 a 30 de Julho de 2003, Juiz de Fora. *Anais...* [s/l]: [s/n], 2003. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper75.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BAUERMANN, S. G.; MACEDO, R. B.; BEHLING, H.; PILLAR, V. de P.; NEVES, P. C. P. Dinâmicas vegetacionais, climáticas e do fogo com base em palinologia e análise multivariada no Quaternário tardio do Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Paleontologia*, v. 11, p. 87-96, 2008.

BEHLING, H.; JESKE-PIERUSCHKA, V.; SCHULER, L.; PILLAR, V. de P. Dinâmica dos Campos no sul do Brasil durante o quaternário tardio. In: PILLAR, V. de P.; MÜLLER,

- S. C.; CASTILHOS, Z. M. de S.; JACQUES, A. V. A. (Ed.). *Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 13-25.
- BOLDRINI, I. I.; EGGERS, L. Vegetação Campestre do sul do Brasil: dinâmica de espécies à exclusão do gado. *Acta Botânica Brasilica*, 10, p. 37-50, 1996.
- BOLDRINI, I.I. et al. Aspectos florísticos e ecológicos da vegetação campestre do morro da Polícia, Porto Alegre, RS. *Acta Botânica Brasilica*, v. 12, n. 1, p. 89-100, 1998.
- BORBA, M. F. S. *La marginalidad como potencial para la construcción de otro desarrollo: El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil*. Tesis (doctoral). ISEC - ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 2002.
- BORBA, M. F. S. et al. *Ecologização da pecuária familiar na Serra do Sudeste* [recurso eletrônico]. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2009.
- CAPORAL, F. J. M. **Ecologia de um campo manejado na Serra do sudeste, Canguçu, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Botânica). Programa de Pós Graduação em Botânica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CAPORAL, F. J. M., BOLDRINI, I. I. Florística e fitossociologia de um campo manejado na Serra do Sudeste, Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Biociências*, v. 5, n. 2-3, p. 37-44, 2007.
- DADALT, L.P. **Padrões de diversidade da vegetação lenhosa da região do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências, Programa de Pós Graduação em Ecologia, Porto Alegre, 2010.
- DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.
- DIRLIK, A. Globalism and the Politics of Place. *Journal of the Society for International Development*, v. 41, n. 2, p. 7-13, 1998.
- ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 113-143.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Canada: Princeton University Press, 1995.
- GADGIL, M.; GUHA, R. Los hábitats en la historia de la humanidad. *Ayer*, 11, p. 49-111, 1993.
- GIRARDI-DEIRO, A. M.; **Influência do manejo, profundidade do solo, inclinação do terreno e metais pesados sobre a estrutura e a dinâmica da vegetação herbácea da Serra do Sudeste, RS**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Biociências, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- GIRARDI-DEIRO, A. M.; MOTA A. F. da; GONÇALVES J. O. N. Efeito do corte de plantas lenhosas sobre o estrato herbáceo da vegetação da região da Serra do Sudeste, RS, Brasil. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília v. 29, n. 12, p. 1823-1832, 1994.
- GOULART, C. G.; BOAVISTA, L. da R.; VIDART, R. D.; NUNES, G. D.; TRINDADE, J. P. P.; BORBA, M. F. S. Estudo fitossociológico em área de vegetação campestre na região do Alto Camaquã. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO UFPEL, 13., 2011, Pelotas, RS. *Anais... Pelotas: UFPEL*, 2011.

- HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEINDRICH, A. L. et al. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade*. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. p. 19-36.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS - LABECO. EMBRAPA Pecuária Sul. *Condição da cobertura vegetal do Alto Camaquã em 2009*. Bagé: Embrapa, 2009. (Produção interna)
- LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS - LABECO. EMBRAPA Pecuária Sul. *Condição da cobertura vegetal do Alto Camaquã em 2013*. Bagé: Embrapa, 2013. (Produção interna)
- LEFEBVRE, J. *Mapa do Território Alto Camaquã*. 2016. Programas: Inkscape; Mapinfo. Produção interna ao Laboratório de estudos em Agroecologia e Recursos Naturais, Embrapa Pecuária Sul.
- LONG, A.; PLOEG, J. D. van der. Endogenous Development: Practices and Perspectives. In: LONG, A.; PLOEG, J. D. van der. (Ed.). *Born from Within: practice and perspectives of Endogenous Rural Development*. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 1-6.
- OVERBECK, G. E.; MÜLLER, S. C.; FIDELIS, A.; PFADENHAUER, J.; PILLAR, V. de P.; BLANCO, C. C.; BOLDRINI, I. I.; BOTH, R.; FORNECK, E. D. Brazil's neglected biome: The south brazilian *campos*. Perspectives in Plant Ecology, Evolution, and Systematics. *Jena*, v. 9, n. 2, p. 101-116, 2007.
- OVERBECK, G. E.; MULLER, S. C.; FIDELIS, A.; PFADENHAUER, J.; PILLAR, V. de P.; BLANCO, C. C.; BOLDRINI, I. I.; BOTH, R.; FORNECK, E. D. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. de P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. de S.; JACQUES, A. V. A. (Ed.). *Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 26-41.
- POHLLMAN, K. *Criação da Marca Alto Camaquã*. 2011. Disponível em: <<http://www.altocamaqua.com.br>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- TOLEDO, V. M. *Campesinidade, agroindustrialidad, sostenibilidad*: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural. [s/l]: Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, 1995. (Cuaderno 3). 28p.
- TOLEDO, V. M.; ALARCÓN-CHÁIRES, P.; BARÓN, L. *La modernización rural de México* (mimeo), 1998.
- TRINDADE, J. P. P.; BORBA, M. F. S.; LEFEBVRE, J. *Vegetação do território do Alto Camaquã: obtenção, tratamento e classificação de imagens de satélite Landsat TM* [recurso eletrônico]. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2010. (Documentos / Embrapa Pecuária Sul, 106). Disponível em: <<http://cppsul.embrapa.br/unidade/publicacoes/list/240>>. Acesso em: 4 nov. 2014.
- VANDECANDELAERE, E. et al. *Uniendo personas, territorios y productos*. Guía para fomentar la calidad vinculada al origen y las IG sostenibles. [s/l]: FAO/SINER-GI, 2011.

# **Alimentos tradicionais, modos de vida e desenvolvimento rural: um estudo a partir do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul**

*Fabiana Thomé da Cruz  
Jaqueline Sgarbi Santos*

O tema da valorização de alimentos tradicionais e artesanais tem recebido redobrada atenção no momento atual, em que há crescente demanda de consumidores por alimentos naturais, artesanais, diferenciados a partir do vínculo com seus locais de produção e características singulares. Esse debate emerge fortemente associado ao que autores como Goodman, Dupuis e Goodman (2012) consideram contradições do sistema agroalimentar e que Wiskerke (2009) considera como problemas multidimensionais do sistema alimentar globalizado moderno. Ainda que com algumas diferenças, grosso modo, esses autores têm chamado a atenção para críticas ao modelo hegemônico de produção, processamento e distribuição de alimentos. Essas críticas são pautadas especialmente em questões como desigualdades e injustiças sociais, questões de saúde e de insegurança alimentar (seja pelo acesso precário, seja pela qualidade dos alimentos ofertados), crise ambiental, perda da diversidade e qualidade organoléptica e, de modo geral, desconfiança em relação aos alimentos produzidos pelo sistema alimentar hegemônico. As críticas associadas a esse modelo têm contribuído para ampliar discussões em torno de alternativas capazes de responder especialmente aos limites ambientais, sociais e aqueles relacionados à saúde da população. Em decorrência desse contexto, marcado por proposições de movimentos sociais, contribuições de pesquisas e discussões acadêmicas, na transição entre as décadas de 1990 e 2000, emergem distintas vertentes dedicadas a analisar, via produção, distribuição e consumo, alternativas para responder aos limites identificados no sistema alimentar convencional.

Dentre essas vertentes, merecem atenção as noções de redes alimentares alternativas, de realocização e de virada para a qualidade (Watts, Ilbery e Maye, 2005). Estudos e pesquisas na direção dessas noções, ao mesmo tempo em que emergem como resposta aos limites do sistema alimentar convencional, apontam para crescente processo de valorização da produção local e de formas diferenciadas de distribuição de alimentos.



É a partir desse panorama e entendendo a relevância de estudos empíricos para analisar esse debate no contexto brasileiro que o presente capítulo toma como objeto de pesquisa o Queijo Serrano produzido nos Campos de Cima da Serra.<sup>1</sup> O Queijo Serrano é produzido de modo tradicional, por produtores considerados pecuaristas familiares<sup>2</sup> que, por meio de técnicas e utensílios artesanais, fazem o queijo a partir de leite cru, ordenhado de vacas de raças preponderantemente rústicas, adaptadas à região. Ainda que há muito tempo o Queijo Serrano seja produzido e comercializado, ele pode ser considerado um produto informal, pois embora seu modo de produção esteja de acordo com as lógicas dos produtores envolvidos em sua produção, está em desacordo com as normas vigentes para produção de alimentos no país, notadamente voltadas a normatização da produção industrial.<sup>3</sup> Tendo o Queijo Serrano produzido por pecuaristas familiares como objeto de estudo, nos interessa refletir sobre as relações entre a valorização de alimentos tradicionais, os modos de vida de seus produtores e estratégias de desenvolvimento rural fundamentadas nesse relação.

Os dados analisados ao longo do capítulo foram obtidos a partir de pesquisas de inspiração etnográfica, que fizeram uso de entrevistas semiestruturadas, diário de campo e observação participante, realizadas nos invernos de 2010 e 2013.<sup>4</sup> Neste capítulo, a análise está centrada especialmente a partir da interlocução com produtores, mas também, em menor medida, com con-

---

<sup>1</sup> A produção do Queijo Serrano se estende à região serrana do estado de Santa Catarina. Neste artigo, contudo, tomamos por referência apenas o Queijo Serrano produzido nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, onde a pesquisa de campo foi conduzida.

<sup>2</sup> Segundo o Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011 (Rio Grande do Sul, 2011), Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010 (Rio Grande do Sul, 2010), que regulamenta o Programa de Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM), são considerados pecuaristas familiares os produtores que atendam, simultaneamente, às seguintes condições: I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte; II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano; III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares; IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

<sup>3</sup> Para saber mais sobre os conflitos relativos as normatizações da produção de alimentos tradicionais, particularmente em relação aos queijos, ver Sgarbi, Cruz e Menasche (2012).

<sup>4</sup> Trata-se de dados referentes a duas teses de doutorado. Uma, de Cruz (2012), intitulada Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Outra, de Santos (2014), intitulada Dilemas e desafios na valorização de produtos alimentares tradicionais no Brasil: um estudo a partir do Queijo do Serro, em Minas Gerais, e do Queijo Serrano, no Rio Grande do Sul, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.

sumidores, técnicos e comerciantes de queijo.<sup>5</sup> A análise dos dados obtidos proporcionou elementos para discutir a relação entre os modos de vida dos produtores e a produção de queijo, o que propiciou apreender práticas, significados e lógicas associadas à produção. Mudanças em curso na região têm, com maior ou menor intensidade, resultado em alterações nos modos de produção, o que pode até mesmo afetar a manutenção de características que conferem singularidade ao Queijo Serrano. Evidenciando a relevância da legitimação de conhecimentos empregados na produção tradicional de alimentos, este capítulo busca contribuir para a valorização desse tipo de produção, associada não apenas à manutenção da renda mas também à preservação dos modos de produzir e de viver das famílias produtoras.

Para tanto, além desta introdução, o capítulo está estruturado em quatro seções, seguidas das considerações finais. No primeiro item, contextualiza-se o sistema de produção do Queijo Serrano, destacando as características naturais da região e dos produtores envolvidos em sua produção, procurando, a partir de categorias nativas e político-institucionais, analisar a identidade desses produtores e sua relação com a categoria pecuaristas familiares. Na segunda seção, a discussão está centrada nas categorias que distinguem os queijos como sendo legítimos ou não, o que, como veremos, está associado especialmente às raças de gado e ao manejo empregados. Posteriormente, debatemos a produção de Queijo Serrano realizada por necessidade de obtenção de renda e as mudanças em curso que recolocam o queijo como um produto com prestígio e características peculiares. Na última seção, discutimos o processo de realocação dos alimentos, enfatizando que, nos Campos de Cima da Serra e também na maioria das regiões brasileiras, esse processo pode ser analisado por meio da perspectiva da valorização da origem dos alimentos. Nas considerações finais, procuramos enfatizar a pertinência do reconhecimento das qualidades específicas de produtos que, do mesmo modo que o Queijo Serrano, estão fortemente vinculados a contextos locais, em que estratégias de desenvolvimento rural podem ser proficuamente associadas aos produtos alimentares tradicionais.

## **O Queijo Serrano nos Campos de Cima da Serra e seus produtores**

O Queijo Serrano vem sendo produzido na região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil, há mais de 200 anos. Essa região, que fica no nordeste do Rio Grande do Sul tem, historicamente, a pecuária de corte como principal atividade econômica. A

---

<sup>5</sup> Para preservar a identidade, os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, conforme acordo prévio com os interlocutores da pesquisa.

região possui características específicas, como presença de campos nativos, elevadas altitudes e estações bem definidas ao longo do ano, com invernos que apresentam temperaturas baixas, com ocorrência frequente de geadas e neve. Essas características, somadas a rebanho de gado *comum* e ao modo de fazer tradicional, com uso de leite cru, conferem singularidade ao Queijo Serrano.

Porém, tão importante quanto as características edafoclimáticas da região, para entender a produção de Queijo Serrano cabe apreender quem são os produtores e como a relação entre os modos de vida característicos da região associam-se à manutenção da produção desse alimento e ao desenvolvimento da região.

Para tanto, vale ter presente que a escala de produção do Queijo Serrano é pequena. Desconsiderando as variações sazonais, pode-se dizer que, em geral, cada família produz, em um dia, de quatro a oito quilos de queijo, o que representa quarenta a oitenta litros de leite processados. Apesar da pequena escala de produção, o queijo proporciona renda importante, pois com ela são pagas diversas despesas da casa, entre as quais, por exemplo, as referentes à aquisição de alimentos não produzidos na propriedade. Contudo, para além de garantir renda para as famílias, a produção desse queijo diz respeito também ao modo de vida desses produtores, fortemente associado ao manejo do campo e aos cuidados com o gado.

Ries, Santos e Wagner (2012) estimam que nos Campos de Cima da Serra existam 1.500 produtores de Queijo Serrano espalhados em 11 municípios da região, sendo que a principal produção está localizada em seis deles – Bom Jesus, Caxias,<sup>6</sup> Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes.

Em relação à identidade, ainda que, para acessar crédito e ter reconhecimento enquanto categoria política, considera-se que a maioria dos produtores da região são pecuaristas familiares, o fato é que, para esses produtores, essa não é uma categoria incorporada em suas vidas ou discurso. Na verdade, pelo que foi possível observar das conversas e das entrevistas com produtores de Queijo Serrano, não parece haver consenso quando se trata de definir qual atividade os identifica. Nas falas dos interlocutores, a autoidentificação aparece como agricultor, produtor, trabalhador rural e, no caso das mulheres, além de algumas das categorias citadas, há ainda referência à categoria doméstica. O extrato de diálogo de Clarisse e Firmino, produtores de queijo, ilustra o dissenso.

F: Eu acho que nós consideramos que nós somos criador, que a gente cria, lida e trata e tira leite... C: E doméstica. F: É, o certo seria botar que nós somos rural. [Como as

---

<sup>6</sup> No município de Caxias, apenas a localidade Criúva, em virtude de suas características edafoclimáticas, é considerada como integrante da região dos Campos de Cima da Serra.

peessoas se chamam?] Aí tem muitos meios... se tu bota que tu é criador ou pecuarista, eles vão achar que tu é grande pecuarista, que nem tem lá no Mato Grosso. É um problema isso aí. Então, geralmente, se tu vai fazer um documento, se tu bota... claro que esse teu aí não vai para esse lado, mas se tu bota que tu é criador, bah, esse cara é podre de rico, não podemos fazer os papeis prá ele. Se tu botar que tu é rural, daí prá tu se aposentar, é bem melhor. Então, acho que bota como rural. [...] C: É, mas o certo é rural, né. F: Que trabalha no interior, né. (Clarisse e Firmino, produtores).

A fala do casal deixa implícita a tensão existente entre a forma como eles mesmos se definem no que diz respeito à atividade principal da propriedade – criadores de gado e produtores de queijo – e o modo como racionalizam os benefícios de se declarar como rural, por exemplo.

Em outra situação, Estevão, produtor de queijo, ao ser questionado sobre sua profissão, respondeu, de forma reticente, “pecuarista”. Mas, quando questionado como, em geral, costumam identificar-se, ele ponderou que

[...] na verdade, nos papeis aqui, se chama mais agropecuarista. Mas pode ser quase um, como é que eu vou te dizer... um produtor familiar, né. Mas eu acho que o que se trata mais aqui seria agropecuarista. É uma mistura um pouco. Na verdade, a gente lida mais com o gado mesmo, aí vai mais prá pecuária. Prá ser produtor, no caso, produtor agrícola, vamos dizer, daí seria... Eu acho mais mesmo é uma mistura desses dois aí: agropecuarista. (Estevão, produtor)

Além dessas categorias, também há na região, como analisado por Krone (2009), a presença de empregados na produção de queijos ou, como se refere esse autor, agregados. Os termos não são, entretanto, sinônimos, pois, segundo explica esse autor, se antigamente os agregados podiam adquirir terras como decorrência do trabalho e da possibilidade de receber terneiros<sup>7</sup> a certos intervalos de tempo, não parece ser esta a situação dos empregados atuais. Diferentemente da relação com os empregados, no caso dos agregados, havia uma relação de reciprocidade (embora assimétrica) entre proprietário e agregado, relação que se dava por meio do uso da terra em troca do que nela poderia ser produzido. Krone (2009) lembra que a relação de agregação foi, durante muito tempo, parte integrante da vida das fazendas nos Campos de Cima da Serra, mas que, atualmente, particularmente devido à diminuição das áreas das propriedades e à legislação trabalhista, não é comum fazendeiros destinarem porções de suas terras para os agregados. A relação com os agregados é substituída, então, pela relação com os empregados que, nesse caso, são contratados, de modo que o anterior compromisso informal é substituído por relação trabalhista.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Terneiro é o termo usualmente empregado na região para se referir ao bezerro.

<sup>8</sup> A categoria de agregado é também estudada por Brandão (1981) no contexto do município de Mossâmedes, interior de Goiás. Para esse autor, agregado é o trabalhador rural não proprietário da

Ainda que a produção de Queijo Serrano realizada por empregados rurais<sup>9</sup> seja mais evidente em Bom Jesus, vale enfatizar que, em relação à extensão territorial, esse município é um dos maiores dos Campos de Cima da Serra. Além disso, Bom Jesus situa-se entre os seis principais produtores de queijo daquela região, situação que torna particularmente interessante considerar essa particularidade em relação à contratação de empregados rurais.

Além disso, para além dos limites do município de Bom Jesus, cabe ressaltar a diversidade de relações de trabalho que caracterizam os empregados da atividade pecuária que produzem queijo nos Campos de Cima da Serra. Atualmente, a maioria das contratações são formalizadas,<sup>10</sup> sendo que a produção e comercialização de queijo costuma ser o complemento do salário mensal. A fala de uma das interlocutoras da pesquisa ilustra o caso:

A metade é dele [proprietário do sítio], a outra daí é do João [empregado]. Daí é assim, é tirado o leite, eu [esposa] faço queijo que é vendido e daí eles [empregado e proprietário] repartem. E daí o Seu Osvaldo me paga 250 reais para mim fazer o queijo. (Maria, empregada rural, produtora de queijo).

Nesse contexto, um casal cuja esposa traz consigo o saber relacionado à produção do queijo se constituiu, em muitos casos, em um atributo positivo a ser considerado na hora da contratação. Do mesmo modo, segundo relatos de proprietários de terras que dependem de empregados, a propriedade que oferece ao contratado a possibilidade de fazer o queijo e assim obter um complemento salarial por esse serviço tem mais chances de contratar um trabalhador mais estável. A relação entre empregados e patrões nos Campos de Cima da Serra não ocorre apenas nos casos de fazendeiros residentes fora da região. Naquela realidade, a partilha por herança originou propriedades menores, contudo, em muitos casos, os atuais donos se dedicam a outras atividades na área urbana dos municípios. Nesses casos, ter empregados e dar continuidade à produção de queijo é uma das formas de manter as propriedades ativas e ainda ter alguns produtos alimentares, principalmente o queijo, para “o gasto”.<sup>11</sup> O caso de Inês, proprietária de um sítio e professora aposentada, que reside na área urbana

---

terra que, juntamente com a família, reside em terras de alguma fazenda, onde pode empregar a força de trabalho. Essa categoria, como cita o autor, deixou de existir, medida que os proprietários passaram a produzir de forma intensiva, especialmente em decorrência da modernização agrícola e, em consequência, gradativamente, os agregados foram sendo expulsos de seus antigos locais de morada.

<sup>9</sup> Durante a pesquisa de campo, entre as categorias nativas empregadas pelos interlocutores, foi identificado que, além de empregado, esses trabalhadores também eram chamados de capataz ou secretário.

<sup>10</sup> A maioria são relações formalizadas conforme a legislação trabalhista, contudo existem outras formas de regularização, como contratos de arrendamento e parcerias.

<sup>11</sup> Expressão utilizada para designar o queijo para uso doméstico, fortemente presente na mesa da população local.

juntamente com o filho que é assalariado, ilustra esse situação. Neste caso, a manutenção da propriedade é realizada por um jovem casal de empregados, cujo trabalho é formalizado por meio de um contrato de arrendamento. Assim, mesmo não recebendo um salário para a manutenção da propriedade, o casal reside no sítio da família de Inês, dedicando-se à pecuária e recebendo toda a renda da comercialização do queijo como pagamento pelo seu trabalho.<sup>12</sup>

Para além de aspectos que formalizam a atividade enquanto trabalhador rural contratado, como já mencionado, está a importância do saber associado à produção de Queijo Serrano. Esse saber migra e se reproduz com esses trabalhadores, pois, como se trata de empregados, sua permanência em uma ou outra propriedade está relacionada também a outros fatores e não apenas ao desejo de continuar na terra. Em relação à importância do queijo também para os empregados, o caso de Matias e Sara é ilustrativo. Depois de anos trabalhando como empregados, ao ter acesso à terra própria, eles ergueram uma propriedade na qual o Queijo Serrano ocupa lugar de destaque, situação em que o saber exercitado e mantido ao longo dos anos trabalhando como empregados, agora lhes proporciona renda na atual situação de autônomos, de proprietários.

Eu vendo a patroa fazendo queijo sempre todo dia, né [...], sempre ajudava ela a fazer queijo, então peguei aquele costume de fazer. Até quando peguei a casar com ela [a atual esposa], eu disse para ela: o queijo tem que ser do meu costume [modo de fazer]. (Matias, ex-empregado rural e atual proprietário).

A importância do Queijo Serrano também para os trabalhadores rurais contratados evidencia que a tradição, o saber-fazer e os modos de vida associado ao queijo não dependem diretamente da condição social de cada indivíduo (patrão ou empregado), pois esses aspectos estão presentes no território, migram, se transformam e assumem diferentes significados dependendo do contexto onde estão inseridos.

Considerando a heterogeneidade não só dos produtores, incluindo proprietários e empregados, mas também do modo com que os produtores de queijo nos Campos de Cima da Serra se referem às atividades que desenvolvem, cabe apreendermos elementos da identidade desse grupo. Para isso, pode ser útil, inicialmente, partirmos da própria noção de agricultura familiar e agricultor familiar. Nesse intuito, tomamos a contribuição de Neves (2005), que considera que o termo agricultura familiar resulta da convergência de esforços de alguns intelectuais, políticos e sindicalistas no sentido de “[...] dar

---

<sup>12</sup> Nesse caso, os empregados não tem despesa nenhuma com o gado e podem vender força de trabalho a outras propriedades.

visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais precarizados diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria” (Neves, 2005, p. 23). No debate político e sindical, o termo, que vem continuamente tendo seus significados redefinidos e justapostos, refere-se a um conjunto heterogêneo de produtores que organizam a atividade produtiva e a propriedade a partir da disponibilidade dos próprios membros da família. Além de agricultores, incluem-se também, sob o título de agricultores familiares, pescadores, artesãos, assentados, extrativistas, entre outros. Neves (2005) considera que, como categoria de ação política, o termo agricultura familiar – e também agricultor familiar – é “[...] fundamental na construção da identidade de atores aglutinados em torno da luta pelo reconhecimento da cidadania econômica e política” (Neves, 2005, p. 24). Como categoria analítica e conceitual, a autora aponta para a relação do termo com discussões em torno da organização e gestão das relações de produção e trabalho, que, nesse caso, estão fortemente vinculados à dinâmica da constituição da família. Nesse sentido, a categoria agricultura familiar engloba a chamada agricultura de subsistência e a economia camponesa, evidenciando a presença de outros valores para além daqueles norteados pelos princípios do mercado.

A definição de Neves (2005) fundamenta e, de certo modo, explica a emergência do termo “pecuarista familiar”, empregado para se referir particularmente àquela produção organizada pela família em torno de atividades relacionadas à pecuária de corte, em extensões relativamente pequenas de terra. Esse termo, defendido e empregado por técnicos na região dos Campos de Cima da Serra, é definido por Cotrim (2003). O autor, que estudou produtores de gado de corte em um município da Metade Sul do Rio Grande do Sul, considera que pecuaristas familiares pertencem à categoria de agricultores familiares no que diz respeito à gestão da propriedade, que é realizada pela família; à racionalidade produtiva; ao emprego de mão de obra predominantemente familiar e, ainda, à ligação da identidade desses produtores como pecuaristas.

Como vimos, no caso dos Campos de Cima da Serra, mesmo entre aqueles que detêm a posse da terra, não há consenso entre como se autoidentificam em relação à atividade desenvolvida. Para a perspectiva deste trabalho, mais do que estabelecer categorias ou tipologias, importa como os produtores se veem e reconhecem. Como indicam os trechos de entrevistas citados, esse tema remete a questões mais abrangentes do que as que se referem ao trabalho desenvolvido na propriedade. Por essa razão, optamos aqui por adotar a classificação que a maioria dos produtores emprega como autoidentificação. Por isso, nesse capítulo, empregamos a categoria produtores, sabendo que nela há vários significados ainda em discussão e que, como categoria político-institucional, esses produtores são considerados pecuaristas familiares, sejam eles proprietários da terra ou não.

## Os produtores do *legítimo* Queijo Serrano

Se tomarmos aqueles produtores, proprietários da terra, veremos ainda que, para além do que foi abordado na seção anterior, há mais questões imbricadas na discussão. Embora possamos considerar que a atividade central seja a criação de gado, quando a questão passa a ser a produção de queijo, veremos que há um ponto de inflexão entre aqueles produtores que fazem queijo e aqueles que fazem Queijo Serrano *legítimo*.

Essa distinção diz respeito a alguns critérios compartilhados na região. Esses critérios recorrentemente apareceram nas entrevistas, mesclados com as próprias características do manejo do gado e da produção do queijo, como, por exemplo, a alimentação do rebanho em campo nativo, o emprego de leite não aquecido (ou cozido) para a produção do queijo e a manutenção de práticas de produção tradicionais. Além desses fatores, outro, também recorrente, diz respeito ao tipo de gado utilizado, que deve ser *comum*, ou seja, o leite empregado para a produção de queijo deve ser proveniente de vacas de raças de corte, leite que, diferentemente daquele produzido por vacas de raças leiteiras, daria origem a queijos considerados *legítimos*.

A diferenciação entre queijos produzidos com leite de vacas *comuns* e de raças leiteiras apresenta, como veremos, implicações muito mais complexas, pois, ao especializar o rebanho (ou parte dele) para a produção de leite, os produtores alteram a organização das atividades na propriedade. Exemplo claro refere-se ao fato de que, na produção a partir de gado de corte, as vacas são ordenhadas apenas uma vez ao dia, pois, além de a produção de leite não ser alta,<sup>13</sup> é prática comum deixar os terneiros com as respectivas mães depois da ordenha ou, ainda, quando houver necessidade de sair sem poder tirar o leite, deixar o terneiro *fazer o serviço*. Isso significa que, além de fazer apenas uma ordenha por dia, quando é necessário ou se deseja passar o dia ausente da propriedade, há a possibilidade de deixar o terneiro mamar o leite. Como avalia o produtor Jonas, “se a gente quiser sair dois, três dias, larga os terneiros com as vacas. É, a vantagem da gente ter a vaca com terneiro é isso”.

Além disso, o gado de raças de corte, já adaptado à região, é bastante resistente e, mesmo no caso das vacas em lactação, na primavera e verão, quando a pastagem nativa é abundante, esta é essencialmente a alimentação dos animais. Apenas a partir do outono e mais fortemente no inverno, aqueles produtores que fazem queijo durante todo o ano complementam a alimenta-

---

<sup>13</sup> No caso de gado de corte, as vacas produzem, em média, cinco litros de leite ao dia, enquanto uma vaca de raça leiteira, na região, pode produzir, em média, 20 litros de leite ao dia, somadas duas ordenhas.



ção das vacas com ração, silagem ou com pastagem cultivada, mas o rebanho permanece no campo.

Bastante diferente é o caso da produção de leite a partir de vacas de raças leiteiras, que, na região, são, em geral, jérsei e holandesa. Nesse caso, a ordenha deve ser realizada duas vezes ao dia, na manhã e no fim da tarde, e, ainda que a produção de leite possa ser maior, é necessário, para tanto, que seja oferecido mais alimento a esses animais. Mesmo na primavera e verão, quando a pastagem nativa é abundante, é preciso complementar a alimentação para que as vacas não percam peso e mantenham a produção de leite. Por essas características, bem como pela sensibilidade em relação aos invernos intensos e pela suscetibilidade a doenças, a fala de alguns produtores expressa contrariedade em relação a vacas de raças leiteiras, especialmente holandesas, que são definidas, conforme um produtor, como melindrosas.<sup>14</sup> Os depoimentos de produtores indicam o grau de exigência dessas vacas no que diz respeito à alimentação e à fragilidade dessas raças quando comparadas ao gado *comum*.

Porque tu ter uma holandesa aqui... uma que ela exige muita, muita comida. E é um gado mais acessível prá doença, por causa do clima, por causa de tudo que é coisa aqui na região. Daí a holandesa já é mais... Tu vê, aqui, por exemplo, mamite é muito difícil de dar. Que esse aqui é um gado comum. As vacas dão em média de cinco litros, né. Daí elas tão com terneiro ao pé, né. Então, por exemplo assim, se eu não quiser fazer queijo três ou quatro dias, eu largo, os terneiro mamam. O terneiro vence, não dá problema nenhum na úbere das vacas, né. Não fica um leite dum dia pro outro, né. Se tu chegar a largar uma holandesa, já fica um resquício de leite. Já é perigoso de dar um problema também. Isso aí a gente... não que a gente seja veterinário, uma coisa assim. Mas a gente mais ou menos a gente... Porque vaca que fica um resquício de leite na úbere, ela é mais acessível para dar um problema, dar uma febre, dar uma coisa assim. (Josué, produtor).

D: A vaca de alta produção, ela dá mais a mamite. T:[...] Agora, uma vaca de alta produção, aquilo é um frango criado aí, artificial. D: É todo deficiente de saúde, não pode ter nada descontrolado. T: De fato. Então, é assim. E aí provoca qualquer descuidozinho, uma batidazinha na úbere pode trazer uma infecção, já atingir o leite. Isso tudo tem que ver, né. (Dulce e Telmo, produtores).

Além da alimentação e dos cuidados requeridos, no caso de vacas de raças leiteiras, ainda que fosse possível o terneiro permanecer com a mãe e beneficiar-se do resto do leite após a ordenha, não é possível não fazer a ordenha diária e deixar o serviço a encargo dos terneiros, pois a produção de leite é muito mais alta que no caso de vacas *comuns* e, por isso, não haveria como

---

<sup>14</sup> Expressão local que designa vacas exigentes, mais sensíveis ao manejo, que necessitam de cuidados especiais.

o terneiro mamar todo o leite. Portanto, no caso de rebanho de raças leiteiras, não há dia livre, pois é preciso estar na propriedade duas vezes ao dia para ordenha. Jonas explicita essa condição:

Porque minhas vacas não são sem terneiro. Tudo tem terneiro. [Dá mais trabalho?] Dá, mas eu tiro leite só de manhã. Eu não tiro de tarde, sabe. Eu tiro só uma vez por dia. Então a vaca com terneiro... Porque se a gente for tirar duas vezes por dia, a gente tem que sair de casa sempre olhando no relógio, por causa da hora de tirar o leite de tarde. Aí a gente trabalha prás vacas. Daí a gente vai trabalhar prás vacas. Só faz aquilo ali, né. Não sobra tempo prá outra coisa. (Jonas, produtor).

Ora, temos então que, em um dos casos, a produção de leite ajusta-se à rotina já existente nas propriedades da região, enquanto, no outro caso, é preciso reajustar as atividades para que a ordenha seja feita duas vezes ao dia.

É interessante apreender o depoimento de um casal de produtores, Clarisse e Firmino, que, tendo melhorado um pouco o rebanho, durante os meses de verão, quando havia várias vacas em lactação com a produção de leite um pouco mais elevada devido à grande disponibilidade de pasto nativo, discutiam fazer a ordenha e, assim, queijo, duas vezes ao dia: pela manhã e ao fim do dia. Firmino contou orgulhoso que, há algum tempo, havia várias vacas em lactação, com crias novas, que não venciam mamar todo o leite. Assim, era preciso fazer duas ordenhas ao dia e, conseqüentemente, o trabalho de fazer queijo era dobrado. Contudo, diferentemente do marido, Clarisse parecia contrariada ao lembrar esse tempo e acrescentaria à fala do marido que “era um saco fazer duas vezes por dia o queijo. Só em função do queijo, não tem... Não dá. Não tem como”. Do mesmo modo que Clarisse que, contrariando as expectativas do marido, não tem intenção de aumentar a produção de queijo, Jonas, outro produtor com quem tivemos contato durante o trabalho de campo, explicou que fazer queijo duas vezes ao dia é inviável. Para esse produtor, mesmo que essa alteração na rotina pudesse trazer mais lucro, não valeria o esforço e a obrigação de assumir o compromisso duas vezes ao dia.

Essa discussão encontra ressonância com o estudo de Krone (2009), também desenvolvido na região dos Campos de Cima da Serra. Para esse autor, estabelece-se aí uma “lógica do não trabalho”, que encontra sua maior expressão na reivindicação dos produtores de não ser escravo de vaca.

A “lógica do não trabalho” entra em clara oposição à nova lógica que vem sendo instituída pelos produtores que têm investido em rebanhos leiteiros e conseqüente aumento de escala da produção de queijo. Esses, que teriam seus queijos classificados como não legítimos, seriam os “novos” produtores, que se distinguiriam dos “tradicionais” não apenas por diferenças no sistema produtivo, mas também, como considera Krone (2009), por atividades de

lazer e sociabilidade. De fato, os produtores que mantêm vacas *comuns* para a obtenção do leite podem dispor de tempo nos finais de semana para cavalgadas e participação em rodeios e torneios, atividades que simulam a lida do campo e representam importante espaço de sociabilidade e valorização da cultura local.

Somada a essa reflexão, o mesmo autor traz interessante análise. Para os produtores tradicionais da região, o gado considerado ideal seria o gado rústico que, adaptado à região, demandaria menos alimentos e teria menos doenças sendo, portanto, considerado um gado forte. Do mesmo modo, tanto o leite quanto o queijo proveniente desse sistema também seriam fortes. “Novos” produtores, entretanto, por não se inserirem nessa lógica, têm investido em vacas de raças leiteiras, consideradas pelos produtores tradicionais como melindrosas, que, por demandar mais alimentos e cuidados, são consideradas fracas, do mesmo modo que é considerado fraco o queijo feito a partir do leite ordenhado dessas vacas.

Essas distinções entre produtores de Queijo Serrano tradicionais e não tradicionais dizem respeito ao sistema produtivo, mas, mais do que isso, apontam para diferenças culturais e identitárias. À medida que os produtores de Queijo Serrano afirmam-se em relação a um modo de vida específico, elementos diacríticos de sua identidade vão também sendo explicitados. Nesse sentido, em relação a essa distinção entre produtores de queijo, Krone afirma que

[...] as diferenças não se restringem apenas ao âmbito das dimensões técnicas, produtivas e econômicas relacionadas à produção de queijo. Tampouco diferem apenas a composição química do leite, as raças bovinas ou o manejo diferenciado dos animais, mas igualmente pessoas, valores, práticas, saberes e modos de vida (Krone, 2009, p. 104).

De fato, embora os produtores tradicionais afirmem não querer ser escravos de vaca, como apontou Krone (2009), no dia a dia dos produtores tradicionais, a organização do trabalho está quase que totalmente associada à manutenção do rebanho, à ordenha e à produção de queijo. Há, nesse caso, a liberdade de ter um ou dois dias de folga, mas, cotidianamente, é a lida com os animais que irá determinar a rotina.

O que é central apreender nessa discussão é que, independentemente de como se chamam ou das singularidades e diferenciações entre os produtores, há um conjunto de práticas e conhecimentos associados aos modos de vida dos produtores. Esses modos de vida estão fortemente associados ao manejo do gado, ao cuidado com a terra e à transmissão dos conhecimentos para os filhos, tanto em relação à manutenção dos animais e da propriedade, quanto no que se refere à elaboração do queijo (Cruz e Menasche, 2012).

Fortemente atrelado a esses modos de vida, entre outros produtos, merece destaque o Queijo Serrano que, como procuramos evidenciar, é resultado do modo como as famílias organizam a propriedade e tiram dela recursos para sua manutenção. Entretanto, se hoje o Queijo Serrano é valorizado pela maioria dos produtores, há algumas décadas o queijo era associado à necessidade e, por isso, produzi-lo indicava vulnerabilidade econômica da família, discussão que procuramos aprofundar a seguir.

### **A valorização do Queijo Serrano pelos produtores: da necessidade ao prestígio**

Se, por um lado, há vasta literatura que, desde o início dos anos 2000 tem apontado para a valorização de alimentos alternativos ao sistema convencional no contexto europeu e norte-americano (Goodman, 2002, 2003 e 2004; Watts, Ilbery e Maye, 2005) é interessante notar que, no Brasil, a valorização desses produtos, especialmente a partir da perspectiva dos produtores, é mais tímida.

Para aprofundar essa reflexão, é pertinente tomarmos o caso do Queijo Serrano. Atualmente o queijo é valorizado e produzido em várias propriedades pois representa um recurso econômico significativo, considerado indispensável para a manutenção econômica das famílias produtoras. Porém, há evidências de que, no passado, apenas agregados e famílias que não conseguiam sobreviver da produção e comercialização de gado de corte é que faziam queijo. Essa questão remete à desvalorização do produto, o que, para melhor compreensão, requer análise mais aprofundada e contextualização histórica, o que é feito a seguir.

Nos Campos de Cima da Serra, com o processo de partilha de terras em virtude de herança e conseqüente redução do tamanho das propriedades, a manutenção das famílias apenas a partir de rebanhos de gado de corte passou a ser inviável. Nesse sentido, Matilde, técnica na região, pondera que, com essa partilha, é interessante que todos começaram a fazer queijo porque *queijo dá dinheiro*. Como conseqüência da partilha de terras decorrente de processos de sucessão, teria havido, portanto, crescimento no número de propriedades produtoras de queijo. A relação entre produção de queijo e necessidade ficaria mais evidente em visita a uma propriedade bastante tradicional, conduzida pelo casal Getúlio e Berenice. Descendentes de produtores de gado, eles haviam morado por algum tempo na cidade e, há vários anos, optaram por mudar para a fazenda que, tendo sido do bisavô de Getúlio, vem sendo repassada de geração em geração. No início, comentou Berenice, a família do marido tinha cerca de 60 colônias de terra (cada colônia corresponde, de acordo com a informante, a 48 hectares), e essa terra foi sendo dividida, de geração em geração. Berenice ponderou que, diferentemente dela e de Getúlio, a primeira

e segunda geração a ocuparem a fazenda não faziam queijo, pois era tanta terra que era possível viver do gado de corte. Ela concluiria o argumento afirmando que só fazia queijo quem precisava.

Do mesmo modo, Firmino, outro produtor de queijo, explicou que antigamente a família tirava leite para costear os carneiros, ou seja, para amansá-los, e que isso aconteceria apenas nos meses de verão. Nos demais meses do ano, não se fazia queijo pois, de acordo com esse interlocutor, eles não precisavam. “Eles tinham bastante dinheiro. Pra quê? Vendiam gado, faziam outros negócios. Não ficavam tirando leite. Depois começaram a tirar. E tem muita gente rica que não tira leite prá criar os carneiros. Só uns meses, depois larga”.

As falas de Berenice e Firmino sugerem que nem sempre a produção de queijo foi valorizada como fonte de recursos econômicos para as propriedades. Krone (2009) corrobora essa perspectiva ao afirmar que “A grande maioria dos fazendeiros da região não se interessava pela produção de leite ou de queijo, mas apenas pelo comércio de animais” (Krone, 2009, p. 32). O leite e especialmente o queijo, considerados subprodutos da atividade de pecuária de corte pelos donos de terra, “[...] acabou passando para o domínio das famílias de agregados que viviam e trabalhavam nas fazendas [...]”, de modo que foram estes “[...] os primeiros a se beneficiar da fabricação de queijos caseiros na região” (Krone, 2009, p. 32).<sup>15</sup>

Reforçando as evidências de que há, na região, associação entre produção de queijo e necessidade ou certo desprestígio, Costa Beber e Menasche (2011), em pesquisa sobre a atividade de turismo rural e suas interfaces com a alimentação, estudaram uma propriedade rural localizada no município de São José dos Ausentes, região dos Campos de Cima da Serra. As autoras indicam que, antes da atividade de turismo na propriedade, a principal atividade econômica era a pecuária extensiva, que teria garantido a renda da família por duas gerações. Porém, quando essa atividade entrou em crise, a principal atividade econômica da propriedade passou a ser a produção de queijos que, com o retorno econômico proveniente das novas atividades ligadas ao turismo, seria abandonada, decisão que a família atribui à intensidade do trabalho requerido para a produção de queijos.

Essa aparente ambiguidade entre necessidade e valorização do Queijo Serrano pode ser mais apreendida se tomarmos a discussão de Menasche (2010), que trata de percepções do rural, tanto de moradores rurais como de urbanos, por meio de suas práticas alimentares. A autora considera que, entre

---

<sup>15</sup> Krone (2009) ressalta, contudo, que havia alguns casos em que o proprietário de terra explorava economicamente a produção de queijos e que, nesse caso, embora produzido diariamente, apenas o queijo fabricado no domingo seria do agregado.

moradores rurais descendentes de imigrantes italianos, a polenta<sup>16</sup> é vista como alimento emblemático da identidade desse grupo de interlocutores. Esse alimento, que já era consumido na Itália, na região onde aqueles imigrantes tiveram origem, era a comida também em tempos de escassez. Atualmente, a polenta apresenta significados distintos para esses descendentes. Se, por um lado, especialmente para os mais jovens, o consumo da polenta não é apreciado – o que, como argumenta Menasche (2010), pode ser explicado pelo estigma presente na identidade de ser colono,<sup>17</sup> pela depreciação do rural e pelo desejo de morar no meio urbano –, por outro lado, aí especialmente partindo de pessoas mais velhas, é possível perceber um movimento de valorização desse alimento, que aponta para o rural “[...] como símbolo de um rural convertido em tradição, valorizado” (Menasche, 2010, p. 14).

No caso do Queijo Serrano, a necessidade fez com que várias famílias passassem a fabricar esse produto que, atualmente, recebe certo prestígio à medida que os produtores percebem alguma valorização do queijo produzido.<sup>18</sup> Em várias situações, durante conversas e visitas a propriedades, foram relatados casos em que, orgulhosos, os produtores contaram que o queijo produzido é amplamente apreciado na cidade. Temos, então, que, de uma situação de produção associada à necessidade, o queijo passa a representar não apenas garantia de manutenção econômica da família como também, particularmente entre aqueles produtores reconhecidos como produtores de bons queijos, certo prestígio.

Nesse sentido, cabe mencionar a existência de um movimento recente, principalmente daquelas famílias que possuem jovens envolvidos na produção de queijo, em alterar as instalações de produção para cumprir as exigências legais e tornar o queijo a principal atividade produtiva do estabelecimento rural. Nesse caso, para driblar a sazonalidade dos campos nativos e obter oferta regular de leite, essas famílias estão investindo em pastagens, ração e silagem, visando, desse modo, obter boa oferta de leite durante o ano inteiro. Nesses casos, o gado também tem sofrido alterações e lentamente percebe-se a introdução, ainda que tímida, de gado com aptidão leiteira, principalmente de raça holandesa e jérsei. O relato a seguir evidencia essa situação.

---

<sup>16</sup> Também conhecida como angu no Brasil central, trata-se de uma espécie de mingau cozido feito com farinha de milho, água e condimentos.

<sup>17</sup> Para uma discussão sobre identidade colona, ver Menasche (2010).

<sup>18</sup> É crescente no Brasil, ações governamentais cujo objetivo é a valorização de alimentos tradicionais. Exemplos dessas ações são o Registro de Bem Cultural de Natureza Imaterial (RBCNI) e as Indicações Geográficas (IG), executadas respectivamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Além dessas iniciativas, embora tímidas e pouco eficientes, identifica-se também tentativas de adaptações das legislações à realidade da produção artesanal.

Fazíamos mais pra aproveitar as vacas que estavam de cria, pra ganhar um dinheirinho a mais e criar aqueles terneiros, né? Agora a gente faz já pra comércio mesmo. A gente começou a ver que dava futuro, que tinha mercado e que era fácil de vender e aí a gente começou a pensar nisso, que seria uma sobrevivência mais saudável pra nós, né? E daí eu tinha comércio [loja de varejo] aqui, daí eu parei com esse comércio, aí ficou mais fácil pra nós trabalhar nessa área. E daí eu mesmo vendo e recebo, nunca perdi nada, sempre vendo a vista, né? (Isaías, produtor).

Essas transformações em relação ao lugar e à valorização dos queijos na região estão, como já sugerido, fortemente associados a processos mais amplos de valorização de produtos artesanais, vinculados aos locais de origem e ao modo tradicional de produção, que podem ser analisados a partir da relocação e, em especial, da valorização da origem dos alimentos, discussão que abordaremos no próximo item.

### **Reconexão e valorização da origem dos alimentos**

Para compreender o processo de relocação dos alimentos, é preciso partir do contexto mais amplo do sistema alimentar que, como mencionado na introdução deste capítulo, apresenta limites e contradições de ordem social, ambiental e relacionadas à saúde da população. Esse processo vem sendo estudado e discutido por diversos autores europeus e norte-americanos (Goodman, 2002, 2003 e 2004; Watts, Ilbery e Maye, 2005; Goodman, DuPuis e Goodman, 2012, entre outros) mas, para além dessa literatura, as contribuições de Fonte (2008 e 2010) trazem questões bastante ricas para analisarmos o contexto brasileiro. Esse enfoque considera, sob a noção de relocação, dois processos: um de reconexão e outro de valorização da origem dos alimentos.<sup>19</sup>

Para a autora, a reconexão refere-se, especialmente, ao caso de alguns países europeus e dos Estados Unidos, onde o sistema alimentar é, inclusive, considerado por alguns autores como sem local de origem definido (*placeless in origin*) ou caracterizado como “não lugares” (*non-places*) (Murdoch e Miele, 2004; Ploeg, 2008). Nesses contextos, teria havido significativa perda de culturas alimentares locais, somando ao fato de que o abastecimento de alimentos se dá basicamente por grandes supermercados, pois já não há pontos de venda

---

<sup>19</sup> As contribuições de Fonte (2008 e 2010) são decorrentes do projeto de pesquisa *A cognitive approach to rural sustainable development: the dynamics of expert and lay knowledge* (CORASON), desenvolvido entre 2004 e 2007 em 10 países europeus. Os resultados desse projeto, publicados em livro (ver Fonte e Papadopoulos, 2012), apresentam como principais contribuições crítica à ciência moderna no que se refere à perspectiva do alimento local e do rural e ao papel do conhecimento local nos processos contemporâneos de desenvolvimento rural.

de produtos agrícolas locais (Fonte, 2008). Em contextos marcados por essas características, a reconexão implicaria, então, o reestabelecimento de conexões perdidas ou prejudicadas, um retorno a prováveis relacionamentos e práticas outrora existentes.

Essas conexões, segundo Kneafsey et al. (2008), para além de relações entre pessoas, como é o caso da relação entre produtores e consumidores, referem-se também às relações entre amigos, colegas, solo, animais, plantas, certificação, instituições, tecnologia e artefatos, enfim, todo o tipo de relação que facilitaria o processo de “reconexão”. Nesse sentido, os mesmos autores argumentam que essa perspectiva envolveria reconexão de produtores com seus mercados; reconexão de consumidores com produtores, processos e lugares, com o intuito particular de informar os consumidores sobre a origem dos alimentos e a reconexão de pessoas com a natureza, o que estimularia atitudes no sentido de preservação ambiental, de cuidados com a saúde e de ênfase em benefícios socioeconômicos de comprometer-se com a natureza. Na prática, esse processo de reapropriação de alimentos em âmbito local vem acontecendo por meio, por exemplo, de iniciativas como feiras de produtores, hortas comunitárias, entrega de caixas com alimentos e projetos por meio dos quais a comunidade apoia diretamente a agricultura.<sup>20</sup>

Já em contextos em que a produção de alimentos está enraizada em conhecimento local, o que acontece, em geral, em regiões onde o processo de modernização da agricultura não ocorreu de modo integral e homogêneo, as culturas agrícolas e alimentares e as relações locais não foram totalmente extintas. Para compreender esses contextos que, diferentemente daqueles aos quais Kneafsey et al. (2008) se referiam para discutir aspectos teóricos e práticos em torno da noção de reconexão, a perspectiva da “valorização da origem dos alimentos” pode ser mais promissora. Essa perspectiva considera a importância do conhecimento local para a manutenção da produção e distribuição de alimentos ali produzidos e, como sugere Fonte (2008 e 2010), emerge vinculada a contextos em que, como argumentamos, conhecimentos locais foram, em certa medida, preservados.

No Brasil, ainda que haja um processo recente de valorização, a grande maioria de alimentos que podem ser considerados tradicionais<sup>21</sup> não é legalmente protegida por sua origem e tem produção e comercialização operando, em grande parte, de modo informal. Na lista desses produtos, além dos queijos, podemos incluir farinhas, doces de frutas, embutidos, conservas,

---

<sup>20</sup> Para exemplos mais detalhados, ver Kneafsey et al. (2008), que apresentam estudos de caso sobre iniciativas de reconexão na Inglaterra, Escócia e Itália.

<sup>21</sup> Para aprofundar a definição de alimentos tradicionais e artesanais, ver Cruz (2012), particularmente o capítulo 2.



etc. No caso desses produtos e seus contextos de produção e consumo, parece-nos mais adequado tomar a perspectiva que aponta para a “valorização da origem dos alimentos” e, contextualizando-a para algumas das diversas situações encontradas no Brasil, aprofundar a relação entre alimentos tradicionais, realocação e desenvolvimento rural.

A busca por alimentos desse tipo – *artisanal reaction*, como se referem Murdoch e Miele (2004) – apresenta-se em um contexto em que a valorização de alimentos feitos por meio de processos mais naturais, como, em geral, credita-se a alimentos locais, tradicionais, orgânicos, tem se tornado crescentemente difundida. De fato, em um contexto em que são presentes recorrentes casos de contaminação de alimentares, os consumidores buscariam segurança por meio do consumo de alimentos conhecidos que, diferentemente daqueles produzidos e processados de modo altamente intensivo e sem local de origem definido (*placeless in origin*), ofereceriam garantias sobre seus produtores, ingredientes e modo de processamento (Murdoch e Miele, 1999 e 2004). Por essa razão, podemos considerar aqui a argumentação de Giddens (1997), que defende que, na alta modernidade, os riscos produzidos pela tecnologia passam a ser ameaça fabricada e imprevisível com a qual a população passa a conviver. Nesse contexto, atributos relacionados à produção local e origem reconhecida passam a constituir aspectos crescentemente desejáveis e valorizados e, até mesmo, idealizados nos alimentos.

Desse ponto de vista, considerar as dinâmicas locais de conhecimento é fundamental tanto para contextos em que se discute a reconexão, quanto em contextos em que se discute a valorização da origem dos alimentos. Assumindo a pertinência dessas duas perspectivas, para ambos os contextos – reconexão e valorização da origem dos alimentos –, as estratégias, nos dois casos, apontam para a reconstrução, reconhecimento e legitimação do conhecimento local, que não consiste somente em importante recurso para desenvolvimento local, mas também é elemento constitutivo da identidade de comunidades rurais e da construção de seus sentidos de lugar.

Além disso, nas palavras de Fonte, a revitalização de economias alimentares locais implica necessariamente em renovada atenção para condições locais de produção e consumo.

Redes alimentares locais podem não apenas representar resistência às cadeias alimentares globalizadas, sem local de origem – *placeless* –, mas podem também servir como desafio a uma tendência contínua em direção à simplificação e homogeneização de técnicas agrícolas e agroecossistemas, levando à reavaliação de formas tradicionais/ locais de conhecimento e técnicas e seu reconhecimento como um recurso específico e importante no gerenciamento de ecossistemas agrícolas e naturais (Fonte, 2010, p. 17, tradução nossa).

Tomando tais reflexões e buscando pensar o caso dos alimentos tradicionais no Brasil e, em especial o caso do Queijo Serrano, vale enfatizar que esses produtos, mais do que resultado de etapas de produção e de processamento, são decorrentes também do modo como as famílias produtoras, sejam elas de pecuaristas, agricultores, ribeirinhas, pescadores, etc., organizam suas propriedades e dão sentido aos seus modos de vida.

## **Considerações finais**

Nesse capítulo, em que buscamos discutir processos de realocização e, em especial, de valorização da origem dos alimentos, focamos nossa atenção aos alimentos tradicionais, tendo como objeto de reflexão o Queijo Serrano produzido nos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul. As discussões desenvolvidas permitem considerar que, nos processos de realocização de alimentos, seja nos casos em que cabe falar em reconexão, seja nos casos em que a valorização da origem dos alimentos é perspectiva mais adequada, a valorização de alimentos tradicionais podem ser explorados como elementos estratégicos para o desenvolvimento rural.

Como discutimos, no contexto de muitos países europeus, como argumenta Fonte (2010), boa parte do conhecimento tradicional foi erodido, e, agora, as tentativas para retomar a produção de alimentos tradicionais, locais, requerem, inicialmente, a reconexão entre produtores, consumidores e natureza. Contudo, diferentemente de contextos como esse, no caso do Brasil, ainda que é inegável e crescente a modernização da agricultura, há várias iniciativas que há décadas, ou, em alguns contextos, há séculos, vêm sendo mantidas, como é o caso, por exemplo, de várias feiras distribuídas pelo país. Além disso, especialmente em regiões não metropolitanas, a relação entre produtores e consumidores é bastante próxima.

Nesse sentido, cabem as considerações de Tregear et al. (2007), que, a partir de processos de qualificação de alguns alimentos produzidos na Itália e Reino Unido, discutem o impacto da qualificação de alimentos regionais em relação ao desenvolvimento rural. Os autores sugerem que processos de qualificação podem, de fato, ser empregados como parte de uma estratégia territorial estendida, mas salientam que o sucesso desses processos de qualificação depende de motivações e de ações locais conjuntas. Ainda que, nesses casos, os resultados possam ser diversos, os autores argumentam que o sucesso dessas estratégias depende de quem controla os mecanismos para a qualificação. Geridos adequadamente, ponderam, processos de qualificação podem contribuir para gerar benefícios em relação ao desenvolvimento rural.

Contudo, para que os alimentos tradicionais sejam, de fato, retomados ou valorizados, é relevante considerar os conhecimentos, práticas e modos de vida dos produtores. Dessa forma, é possível que alimentos tradicionais sejam, de fato, promotores de estratégias de desenvolvimento rural. E, nesse sentido, o Brasil possui vantagem inerente, pois, no caso de muitas regiões e localidades do país, diferentemente de contextos em que a modernização tecnológica da produção e processamento de alimentos foi intensa, a produção local, tradicional está, em muitos casos, presentes espontaneamente, seja em relação ao modo de produção e processamento, seja em relação à forma de distribuição de alimentos. Nesses casos, estratégias de incentivo e valorização de modos de produção e distribuição tradicionais podem ser mais eficazes do que estratégias no sentido de incentivar a adaptação e produção de alimentos às regras do sistema convencional.

Por fim, vale ainda salientar que a comercialização dos alimentos tradicionais, fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento rural, precisa estar associada à noção de qualidade pautada pela manutenção da singularidade dos produtos, o que requer que o conhecimento e as práticas atreladas à produção e processamento desses alimentos sejam valorizados e legitimados. Portanto, especialmente em contextos em que os processos de modernização e industrialização da agricultura não foram muito intensos, estratégias de desenvolvimento rural incluem, de fato, o reconhecimento de modos de vida associados à produção local e, em decorrência, a valorização e a proteção de formas de conhecimento locais a eles associados.

## Referências

- BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- COSTA BEBER, A. M.; MENASCHE, R. Turismo rural e alimentação, identidade e patrimônio: um olhar sobre os Campos de Cima da Serra em tempos de nostalgia. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 87-99, 2011.
- COTRIM, M. S. *Pecuária familiar na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- CRUZ, F. T. da. *Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

- CRUZ, F. T. da; MENASCHE, R. Alimentos tradicionais, modos de vida e patrimônio cultural: uma reflexão a partir do Queijo Serrano. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 6, p. 28-51, 2012.
- FONTE, M. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 3, p. 200-222, 2008.
- FONTE, M. Food relocalisation and knowledge: dynamics for sustainability in rural areas. In: FONTE, M.; PAPADOPOULOS, A. G. (Ed.). *Naming food after places: food relocalisation and knowledge dynamics in rural development*. Farnham: Ashgate, 2010. p. 135.
- FONTE, M.; PAPADOPOULOS, A. G. (Ed.). *Naming food after places: food relocalisation and knowledge dynamics in rural development*. Farnham: Ashgate, 2010.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Org.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73-133.
- GOODMAN, D. Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. *Sociologia Ruralis*, v. 42, n. 4, p. 271-277, 2002.
- GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.
- GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 1, p. 3-16, 2004.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, M. E.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: knowledge, practice, and politics*. Abingdon: Routledge, 2012.
- KNEAFSEY, M. et al. *Reconnecting consumers, producers and food: exploring alternatives*. New York: Berg, 2008.
- KRONE, E. E. *Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MENASCHE, R. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2010.
- MURDOCH, J.; MIELE, M. A new aesthetic of food? Relational reflexivity in the 'alternative' food movement. In: HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. (Ed.). *Qualities of food*. New York: Palgrave, 2004. p. 156-175.
- MURDOCH, J.; MIELE, M. "Back to Nature": Changing "Worlds of Production" in the Food Sector. *Sociologia Ruralis*, v. 39, n. 4, p. 465-483, 1999.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 24-26.
- PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- RIES, J.; SANTOS, J. da L.; WAGNER, S. A. Projeto de qualificação e certificação do queijo serrano produzido nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul – relato parcial de experiência. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.5, n.1, p.10-19, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei estadual nº 13.515*, de 13 de setembro de 2010. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.515.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 48.316*, de 31 de agosto de 2011. Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar - PECFAM, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.316.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

SGARBI, J.; CRUZ, F. T.; MENASCHE, R. O mineiro, o queijo e os conflitos (nada poéticos) em torno dos alimentos tradicionais produzidos artesanalmente no Brasil. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 7-19, jul./dez. 2012.

TREGGAR, A. et al. Regional foods and rural development: the role of product qualification. *Journal of Rural Studies*, v. 23, n. 1, p. 12-22, 2007.

WATTS, D. C. H.; ILBERY, B.; MAYE, D. Making reconnections in agro-food geography: alternative systems of food provision. *Progress in Human Geography*, n. 29, v. 1, p. 22-40, 2005.

WISKERKE, J. S. C. On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. *International Planning Studies*, n. 14, v. 4, p. 369-387, 2009.

# Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida de pecuaristas de corte no sul do Rio Grande do Sul

*Alessandra Matte  
Paulo Dabdab Waquil*

## Introdução

Este capítulo aborda os processos relacionados à vulnerabilidade, capacitações e meios de vida na atividade da pecuária de corte<sup>1</sup> no sul do Rio Grande do Sul, bem como as estratégias de enfrentamento e adaptação adotadas pelos pecuaristas frente às situações de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é uma situação diretamente relacionada à exposição a contingências e às dificuldades de se lidar com elas, o que redundará em situações de mudanças e também incertezas (Chambers, 2006). Assim, o objetivo deste capítulo é dar ênfase aos fatores que determinam as situações de vulnerabilidade a que os pecuaristas estão expostos e, a partir disso, verificar e analisar o grau de importância atribuído a cada um deles enquanto aspectos que influenciam na realização das capacitações e na manutenção dos seus meios de vida frente a um contexto de vulnerabilidade, bem como o modo com que esses pecuaristas criam estratégias de enfrentamento ou adaptação aos efeitos das situações de vulnerabilidade a que estão expostos.

A pecuária de corte extensiva é a atividade produtiva predominante na região sul do estado desde o período de colonização no século XVIII, exercida sobre áreas de campos naturais característicos do bioma Pampa<sup>2</sup>. Atualmente, em meio às condições em que a região vem sendo submetida e sofrendo os efeitos de transformações envolvendo dinâmicas socioeconômicas, fundiárias e ambientais, a pecuária de corte, em todas as suas formas sociais e produtivas,

---

<sup>1</sup> Entende-se como atividade de pecuária de corte toda atividade de criação de animais que venha a ser destinada ao consumo ou comercialização da carne, representada pela bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura de corte, não incluindo a bovinocultura de leite.

<sup>2</sup> Pampa é a denominação do bioma de pastagens naturais predominante ao sul do Rio Grande do Sul, em parte do Uruguai e da Argentina, sendo reconhecido como um grande produtor de carnes, provenientes de suas pastagens naturais (Suertegaray; Pires da Silva, 2009; Chelotti, 2009). No Brasil, o Pampa foi reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente enquanto bioma em 2004. Esse bioma abriga um imenso patrimônio natural, existindo uma vasta diversidade de fauna e flora. Estima-se que haja aproximadamente 3.000 plantas vasculares, 385 espécies de pássaros e 90 espécies de mamíferos terrestres sobre a área que abrange o bioma Pampa (Carvalho et al., 2006).

se encontra em exposição a situações de vulnerabilidade. Tem-se assistido atualmente não somente à permanência das tentativas históricas de modernizar os processos produtivos da atividade tradicional pastoril, mas as constantes tentativas de inovação produtiva e tecnológica de novas atividades, como vem ocorrendo no caso dos empreendimentos de silvicultura<sup>3</sup> e no dos cultivos agrícolas em grande escala. Nessas condições, os campos naturais da região sul vêm cedendo espaço e sendo substituídos de forma intensa e imediata pelo monocultivo das lavouras de soja e de árvores exóticas (Bertê, 2004; Overbeck et al., 2009). Essas transformações são acompanhadas por mudanças nas dinâmicas sociais, constatadas por uma crescente saída de jovens do meio rural, o que vem comprometendo a transmissão do patrimônio e a própria sucessão familiar nos estabelecimentos de pecuária.

Diante desse cenário, alguns dos impactos decorrentes dessas transformações no sul do Rio Grande do Sul apontam para consequências como a elevação do preço da terra, redução de áreas destinadas à pecuária sobre campos naturais, pressão à modernização da atividade, supressão do bioma Pampa e perda da biodiversidade,<sup>4</sup> consequências essas potencialmente capazes de gerar diferentes situações de vulnerabilidade à atividade pecuária. As atuais características desse contexto de mudanças têm impactos nos meios de vida dos pecuaristas de corte. No entanto, o alcance desses impactos ainda é desconhecido e, até certo ponto, incerto devido à imprevisibilidade de suas consequências.

Este estudo<sup>5</sup> tem seu foco de análise nos pecuaristas de corte dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Piratini e Pinheiro Machado, no sul do Rio Grande do Sul. O principal critério utilizado na delimitação e escolha dos pecuaristas entrevistados foi a presença de atividade de pecuária de corte no respectivo estabelecimento, levando em consideração o objetivo de abranger a diversidade de meios de vida entre os pecuaristas, totalizando 60 entrevistas realizadas com pecuaristas de corte nos municípios investigados. Essa etapa do estudo contou com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Pecuária Sul e com os sindicatos de trabalhadores rurais de Dom Pedrito e Bagé.

---

<sup>3</sup> “A silvicultura é a ciência destinada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais, visando às necessidades do mercado e à manutenção, ao aproveitamento e ao uso racional das florestas (nativas ou comerciais)” (Pereira, 2010, p. 89).

<sup>4</sup> Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010), atualmente a supressão da vegetação nativa do bioma Pampa, provocado pela reconversão produtiva, já atinge 54% da área original de 177.767 km<sup>2</sup>.

<sup>5</sup> Trata-se de dados referentes à dissertação de mestrado de Matte (2013), intitulada Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## **A vulnerabilidade no contexto das capacitações e dos meios de vida no meio rural**

Nesta seção do capítulo, pretende-se apresentar ao leitor o referencial conceitual analítico orientador deste estudo. Um primeiro esforço consiste em reunir elementos que possam contribuir para a apreensão da diversidade de formas com que a vulnerabilidade pode ser aplicada aos estudos rurais. Em uma segunda parte, se discute a relação da abordagem da vulnerabilidade no contexto da abordagem das capacitações. Na terceira parte, a vulnerabilidade no contexto da abordagem dos meios de vida.

### ***Formas de abordagem da vulnerabilidade e conceituações***

Os estudos em torno da abordagem da vulnerabilidade no meio rural brasileiro ainda são pouco expressivos, muito diferente do que se observa no âmbito internacional, em que o tema tem ganhado relevância entre diversos estudos relacionados ao rural.<sup>6</sup> A abordagem da vulnerabilidade tem sua origem em estudos relacionados com as ameaças naturais desenvolvidos inicialmente na Geografia. Susan Cutter (1996) afirma que esse fenômeno tem origem nos estudos sobre desastres naturais (mudanças ambientais) e na avaliação de riscos. A partir da década de 1990, alguns estudos foram direcionados a compreender a vulnerabilidade das pessoas aos impactos das alterações ambientais, especialmente as alterações climáticas (Janssen e Ostrom, 2006). Também nessa década constata-se que não somente as variáveis ambientais provocam vulnerabilidade, mas um conjunto de outras mudanças de ordem interna e externa. Com o avanço dos estudos em torno da vulnerabilidade, a Geografia Humana, as Ciências Sociais e a Ecologia também passaram a se interessar pelo tema da vulnerabilidade, passando a relacioná-la com as mudanças ambientais (Adger, 2003; Fussel, 2007).

O uso do termo vulnerabilidade varia de significado em seus domínios de investigação, podendo ser encontrado em distintas áreas do conhecimento, como na Economia, na Ecologia, na Sociologia, nas Engenharias, na Saúde, entre outras. De modo geral, a abordagem da vulnerabilidade vem sendo analisada principalmente sob três contextos: o social, o tecnológico e o ambiental. Além disso, outra forma que vem sendo empregada é sua análise com base em fatores internos e externos ao objeto de análise (indivíduo, família ou comunidade), em uma perspectiva multidimensional do termo, forma utilizada para realização deste estudo.

---

<sup>6</sup> Kaztman (2000); Busso (2001); Cepal (2002); Cutter, Boruff e Shirley (2003); Adger (1999, 2003 e 2006); Chambers (2006); Hertel e Rosch (2010), entre outros.



Ao se delimitar um domínio de investigação (social, ambiental ou tecnológico), acaba-se por restringir de maneira significativa a diversidade de formas em que a vulnerabilidade pode ser materializada e impactada, mascarando um vasto conjunto de fatores de vulnerabilidade. A utilização dessas alternativas delimitadas de análise pode ser útil para estudos específicos que buscam respostas para perguntas particulares. Contudo, não permite identificar e compreender o conjunto total de fatores de vulnerabilidade de determinado contexto. Assim, propõe-se a análise da vulnerabilidade com base em sua diversidade de fatores, sem a delimitação de apenas um conjunto de elementos, o que representaria uma restrição ao selecionar fatores e excluir informações importantes que, na sua essência, compõem um todo.

Desse modo, dentre algumas das concepções que prevalecem no debate da vulnerabilidade, encontramos com relativa frequência a concepção de que esta pode ser provocada por diversos estressores, que se encontram em lados sobrepostos, sendo distinguidos como estressores externos a que um sistema é exposto, e estressores internos, que determinam seus impactos no sistema, tratando a vulnerabilidade de maneira multidimensional.<sup>7</sup> Nesse sentido, Chambers (2006) e Fussel (2007) sublinham que os fatores de vulnerabilidade externa (ou exógenas ou além do lugar) referem-se a fatores fora do sistema (ou do grupo familiar), provocado por situações de choque,<sup>8</sup> estresse e risco, enquanto as influências internas (ou endógenas ou no lugar) correspondem à capacidade de reagir frente às situações externas e às mudanças dentro do grupo familiar. Conforme Cunha (2004), tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sociodemográficas, quanto àquelas relativas ao meio social em que eles estão inseridos.

De modo geral, as discussões e reflexões acadêmicas acerca do tema da vulnerabilidade colocam como condição trivial uma questão inicial orientadora: vulnerabilidade a quê? Assim, os estudos sobre o tema da vulnerabilidade têm buscado uma definição que atenda à diversidade de formas em que a vulnerabilidade pode ser identificada e à variedade de impactos que causa às famílias rurais. Nesse sentido, Chambers (2006), na obra *Vulnerability, Coping and Policy*, apresenta a vulnerabilidade como uma situação de “exposição a

---

<sup>7</sup> Kaztman et al. (1999); Ellis (2000); Adger (2006); Chambers (2006); Fussel (2007).

<sup>8</sup> Segundo Ellis (2000), o choque representa mudanças na sustentabilidade dos meios de vida da família, podendo ser de escopo individual bem como social. Exemplos disso são perdas com o gado (provocado por doenças), nas lavouras (consequência de enchentes, secas) e nos indivíduos que compõem o grupo familiar (doenças, ausência de sucessores). Os choques, por sua vez, destroem diretamente os ativos, ou em outras palavras, provocam a “perda de acesso aos ativos e causam um efeito imediato na viabilidade de sustentação individual e dos domicílios [famílias]” (Ellis, 2000, p. 40).

contingências e estresse e a dificuldade de lidar com eles” (2006, p. 33). O autor salienta que o estudo da vulnerabilidade deve levar em consideração as consequências e impactos de eventualidades causadas por diversas situações, e a capacidade de recuperação. Corroborando com o autor, Marandola Jr. e Hogan (2006) consideram imprescindível considerar a dimensão espacial e temporal da vulnerabilidade como forma de responder mais precisamente aos riscos envolvidos e a capacidade de resiliência das populações. Num contexto geral, Berry et al. (2006) definiram a vulnerabilidade como uma medida de bem-estar humano que agrega exposições econômicas, políticas, sociais e ambientais a uma gama de perturbações nocivas.

O termo vulnerabilidade aproxima o ser humano de sua capacidade para resistir a um choque externo. Segundo Janssen e Ostrom (2006), os desafios para a pesquisa da vulnerabilidade são desenvolver medidas robustas e crível que incorporem diversos métodos que incluam a percepção de risco e vulnerabilidade, procurando contribuir com os mecanismos de governança que deveriam intermediar os fatores de vulnerabilidade, promovendo ações de adaptação.

Tomando por base um conjunto de fatores e a velocidade com que as transformações globais vêm acontecendo, assim como a rapidez com que atingem as várias “camadas” da sociedade, fica cada vez mais evidente a necessidade de estarmos atentos às mudanças ocorridas, tanto em nível local como mundial. Compreender as formas como os atores sociais do meio rural se organizam e tomam decisões está condicionado às respostas frente a essas mudanças. De maneira geral, há uma demanda de um melhor entendimento dos fatores que causam vulnerabilidade, perpassando a necessidade de avanço sobre essa abordagem no meio rural, com populações localizadas.

Diante de tais relatos, é possível verificar que a vulnerabilidade está diretamente relacionada com as privações às quais os atores sociais estão sujeitos, principalmente frente a situações de mudanças e incertezas (Sen, 2010). O intuito, aqui, não é responder a complexidade dessa problemática, e sim sugerir o uso de uma abordagem que permita reflexões acerca de um caminho rumo à mitigação das vulnerabilidades, e o auxílio aos atores sociais para o enfrentamento das distintas adversidades.

### ***Abordagem das capacitações e meios de vida para compreensão da vulnerabilidade***

Diversas escolas do pensamento social e econômico têm se dedicado a encontrar e definir novas abordagens de desenvolvimento que possam superar os modelos fortemente ancorados em perspectivas produtivistas, dentre das quais algumas delas são as abordagens preocupadas em estudar os atores (indivíduos)

e o desenvolvimento, como a abordagem das capacitações de Amartya Sen (2010) e a dos meios de vida de Frank Ellis (2000), as quais têm demonstrado ser uma via importante de análise dos processos de mudanças sociais na interação dos atores com o contexto hostil em que estão inseridos. Nesse contexto, particularmente a abordagem das capacitações desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen tem oferecido importantes contribuições ao longo das últimas duas décadas acerca de questões como subdesenvolvimento, pobreza, desigualdade e restrições, tratando o desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos fazerem escolhas.

Assim, a noção de capacitações envolve a ideia de oportunidade de escolha. Essa abordagem surge da proposição de que para que o indivíduo se desenvolva, deve-se dispensar atenção aos meios que lhe são disponíveis ao invés de direcioná-la apenas para os fins. Nesse sentido, segundo Sen (2008 e 2010), entende-se por capacitações as características físicas e mentais dos indivíduos, bem como as oportunidades sociais e influências que estes recebem e que lhes possibilitam exercê-las plenamente. Ou seja, não basta o indivíduo ter capacidade para fazer e ser, é necessário que ele disponha das condições e oportunidades para realizar o que deseja, e escolher o tipo de vida que ele almeja. A exemplo disso podemos considerar um agricultor que tem interesse e habilidade em criar peixes em sua propriedade, mas que, contudo, não dispõe de fonte de água para isso. Assim, as capacitações são as habilidades dos indivíduos de realizarem o seu potencial como seres humanos, no sentido de ser e fazer suas próprias escolhas, envolvendo a capacidade de escolha e a liberdade para realizá-las. Na verificação de situações de vulnerabilidade, a abordagem das capacitações nos leva a considerar as habilidades de cada pessoa para as exercerem seus funcionamentos, sendo essas suas reais capacidades, sem as quais não há escolha genuína (Sen, 2008).

Assim, para Sen (2010, p. 10), o desenvolvimento consiste na “eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer, ponderadamente, sua condição de agente”. Com isso, sua noção de desenvolvimento procura demonstrar a importância das liberdades dos atores sociais, para que possam se desenvolver de acordo com seus interesses individuais ou coletivos. Sua proposta de desenvolvimento fica ancorada em um desenvolvimento humano, tendo como princípio atingir o “bem-estar social composto pelo bem-estar individual” (Sen, 2008, p. 12).

No contexto de análise das situações de vulnerabilidade dos indivíduos, as noções de intitamentos e funcionamentos são categorias analíticas presentes na abordagem das capacitações do autor, que oferecem suporte para compreender como a vulnerabilidade age sobre os indivíduos e suas famílias, bem como eles reagem a essas situações. Os intitamentos fazem parte do meio

(contexto) em que o indivíduo encontra-se inserido, tratando-se das condições que possuem para se desenvolverem e atingirem determinado objetivo. Ou seja, os intitamentos são pré-condições para que os indivíduos atinjam suas capacidades (Sen, 2008 e 2010). Desse modo, os intitamentos consistem em um conjunto de recursos e meios (ativos e atividades) disponíveis aos indivíduos, sendo eles produtivos (por exemplo, disponibilidade de terra e de mão de obra), de troca (por exemplo, renda) e fatores institucionais que podem influenciar os intitamentos (por exemplo, costumes, tradições, leis, políticas públicas). De tal maneira, os governos, em suas distintas esferas, têm papel fundamental no fornecimento e fortalecimento desses elementos, como educação, saúde, saneamento básico, acesso à terra, acesso à comida, dentre outros.

Os funcionamentos, por sua vez, dizem respeito ao nível do indivíduo, envolvendo as ações e atividades desenvolvidas que constituem sua vida. Os funcionamentos consistem nas realizações e nos fins, o que as pessoas são capazes de fazer e ser, aquilo que pode ser realizado, como, por exemplo, nutrir-se, ler, escrever, comunicar-se e fazer parte da comunidade (Sen, 1985, 1993 e 2008), estando diretamente relacionado com as “condições de vida” desses indivíduos, em diferentes aspectos (Sen, 1985, p. 49). Sendo assim, o conjunto de funcionamentos promove o bem-estar na medida em que estão inter-relacionados. Portanto, cada pessoa deve ter suas liberdades garantidas, tendo em vista possibilitar suas capacitações para que realizem seus funcionamentos.

De tal modo, o desenvolvimento, desde a perspectiva seniana, não é só uma questão de ter recursos materiais, mas sim, antes de qualquer coisa, de obter acesso a oportunidades que são de direito dos atores sociais, em suas respectivas esferas sociais, e que os auxiliam a saírem da situação de vulneráveis em que podem se encontrar. Para compreender as mudanças sociais no contexto do desenvolvimento rural desde a perspectiva seniana, torna-se necessário a compreensão daquilo que causa vulnerabilidade, tendo em vista que um indivíduo em uma situação vulnerável encontra-se, igualmente, em uma situação de restrição do exercício de suas capacitações, comprometendo, assim, a liberdade de escolhas e oportunidades.

De acordo com Sen (2008 e 2010), Chambers (2006) e Ellis (2000 e 2006), a vulnerabilidade está conexas com uma falha dos direitos e com a escassez de recursos. Assim, a presença de situações de vulnerabilidade representa uma privação das capacitações e ausência de liberdade que os indivíduos têm para escolher como querem viver. Conforme destacado na seção anterior, para exercer as capacitações, o indivíduo necessita de um meio que possibilite condições para o seu desenvolvimento. De tal maneira, em circunstâncias em que o indivíduo ou a família tiverem seus meios de vida ameaçados (por in-

certezas, riscos ou mudanças), sua liberdade de exercer suas capacidades estará comprometida, limitando suas escolhas e possibilidades de reação (Ellis, 2000).

A abordagem dos “meios de vida” (*livelihoods*) proposta por Frank Ellis (2000) considera que as famílias desenvolvem suas estratégias de reprodução social estabelecendo ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver. Segundo Ellis (2000, p. 10), “um meio de vida compreende os bens (natural, físicos, humanos, financeiro e capital social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais), que, juntos, determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar”. Portanto, o meio que o indivíduo possui para viver envolve os ativos de que ele dispõe, suas atividades e as formas de acesso e uso que determinam o seu modo de viver.

Os meios de vida são compostos por um conjunto de capitais constituídos por diversos ativos, onde a condição em que esses ativos se encontram influencia a forma como serão acessados e mobilizados, tendo como principal propósito a busca pela sustentação do estabelecimento e autonomia da família (Scoones, 1998; Ellis, 2000). Os ativos compõem a base que dará vida às alternativas de manutenção e sobrevivência da família, permitindo a reprodução social e agindo sobre as estruturas institucionais que estabelecem relação com esses indivíduos (Niederle e Grisa, 2008). Portanto, a semelhança dos ativos com os intitamentos consiste na eficácia do *meio* para se atingir o *fim* almejado. Assim, os ativos e os intitamentos são o meio para atingir os fins, e a disponibilidade de ambos permite aos indivíduos expandir ou restringir suas capacidades.

Há um conjunto de cinco capitais que constituem os ativos, formando um pentágono acerca dos meios de vida, sendo eles os capitais natural, físico, humano, financeiro e social (Ellis, 2000). O capital natural refere-se à base de recursos naturais, estando relacionado à qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo, entre outros, que oferecem produtos utilizados pela população humana para sua sobrevivência. O capital físico pode ser exemplificado pelas ferramentas, maquinários e insumos disponíveis, ou seja, bens trazidos à existência pelo processo de produção econômica. O capital humano está relacionado ao trabalho doméstico disponível, às atribuições dos indivíduos, como nível de escolaridade, conhecimento, habilidades e o próprio estado de saúde. No que diz respeito ao capital financeiro, refere-se ao estoque de dinheiro, poupança e crédito, os quais podem ser acessados a fim de adquirir bens tanto de produção como de consumo. Por fim, o capital social corresponde às redes de reciprocidade, confiança e associações das quais as pessoas participam, e a partir das quais podem derivar apoio que contribui para seu sustento (Ellis, 2000). Esse conjunto de capitais dá vida aos meios de vida dos

indivíduos, sendo que a forma como esses ativos serão mobilizados fica por conta da capacidade e habilidade individual dos atores sociais.

Dessa maneira, os ativos são componentes fundamentais dos capitais que sustentam as estratégias criadas pelos indivíduos, as quais são “respostas em curto prazo de crises não planejadas” (Ellis, 2000, p. 47). Portanto, os indivíduos e as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias frente às situações de vulnerabilidade. Essa diferença no acesso e mobilização dos ativos está diretamente relacionada à capacidade individual e à utilização de intituleamentos, diferenciando-os em seu uso e controle. Assim, entender a diversidade dos grupos familiares torna-se fundamental, na medida em que possibilita compreender as opções que estão à disposição dos indivíduos, bem como as estratégias que estes adotam frente às situações de vulnerabilidade.

### ***A construção de estratégias de enfrentamento e adaptação às situações de vulnerabilidade***

Na perspectiva de Ellis (2000), a vulnerabilidade representa uma mudança que o indivíduo, ou família ou comunidade podem estar vivenciando, tratando-se de uma mudança particular na sustentabilidade dos meios de vida. Diante de uma situação de vulnerabilidade, os indivíduos podem reagir de duas maneiras: enfrentando-a ou adaptando-se, devendo considerar o processo para isso e as condições disponíveis.

As estratégias de enfrentamento são uma tentativa de sobrevivência do grupo familiar frente a uma situação de vulnerabilidade, visando superá-lo. São estratégias construídas como resposta à ocorrência de crises e choques (secas, inundações, queda de preços dos produtos etc.) e que se tornam alternativas momentâneas de sobrevivência (Niederle e Grisa, 2008). Essas estratégias adotadas pelas famílias são sustentadas pelo objetivo de sobrevivência, criando alternativas para superar essa situação em face das variações indesejáveis (Ellis, 1999 e 2000; Adger, 2003). Portanto, as estratégias de enfrentamento procuram promover a capacidade de mitigação dos indivíduos, consistindo na promoção de medidas para reduzir os riscos ou mesmo para reduzir seus impactos, mesmo que temporariamente (Cutter, Boruff e Shirley, 2003), e visam a moderar ou reduzir os impactos negativos de situações que causam vulnerabilidade, ou promover efeitos positivos para evitar maiores impactos.

Por outro lado, as estratégias de adaptação envolvem a capacidade dos meios de vida “evolúrem”, a fim de acomodar as situações de riscos ou mudança, ampliando a gama de variabilidade com que podem lidar com as situações de vulnerabilidade (Adger, 2006). Assim, as estratégias de adaptação se expressam como alternativas de escolha que buscam caminhos mais estáveis,

sendo estratégias que “antecipam” possíveis crises e choques e garantem maior estabilidade quando da ocorrência de situações de vulnerabilidade.

Para Adger e Kelly (1999), a adaptação também ocorre por meio das ações dos indivíduos, facilitadas ou limitadas por instituições, bem como por meio da ação das próprias instituições. Portanto, as estratégias de adaptação são manifestações desenvolvidas para assegurar a sobrevivência do grupo familiar em longo prazo. As adaptações de sucesso significam que as famílias ficam menos propensas às crises ao longo do tempo, aperfeiçoando sua capacidade de resistir às mudanças e choques.

Considerando a discussão até aqui apresentada, o estudo da vulnerabilidade a partir da abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen, somado com a abordagem dos meios de vida proposta por Frank Ellis, representam um importante referencial dos estudos rurais para a apreensão de como os atores sociais constroem estratégias de enfrentamento e adaptação frente à exposição às situações de vulnerabilidade social que incidem sobre as condições de vida desses atores sociais. Assim, conhecer as estratégias adotadas em situações de mudanças é um passo fundamental para fazer as possíveis previsões quanto às reações a serem adotadas pelos indivíduos e famílias.

### **Dos pecuaristas, seus meios de vida e suas atividades**

Os pecuaristas entrevistados possuem idade entre 36 e 86 anos. No que diz respeito ao grau de escolaridade dos entrevistados, os resultados mostram que o ensino fundamental incompleto é o nível de escolaridade predominante, presente em 57% dos entrevistados. Em 22% dos estabelecimentos investigados não há membros da família residindo na propriedade, estando esse grupo familiar na cidade do próprio município. Em 33% dos estabelecimentos há um casal de proprietários (duas pessoas) residindo, e em 18%, o casal e um filho (três pessoas) – o que representa metade dos estabelecimentos investigados –, enquanto o restante (20%) possui de quatro a cinco pessoas na propriedade. A contratação de mão de obra temporária está presente em 25% dos estabelecimentos. No que confere à mão de obra familiar permanente, em 78% dos estabelecimentos há algum membro da família desenvolvendo a atividade pecuária.

Além da pecuária, há uma diversidade de outras atividades que são desenvolvidas, sendo o produto final utilizado para o consumo familiar e/ou para a comercialização, com destino definido conforme a situação do grupo familiar. Dentre essas atividades encontra-se a criação de equinos para utilização como ferramenta de trabalho (83%), criação de pequenos animais,

como suínos e aves (30%), lavouras de subsistência, como feijão, batata doce, abóbora, mandioca entre outras (48%), lavouras de arroz (8%), soja (18%) e milho (22%), silvicultura (6,7%), produção de mel (5%) e fruticultura (5%).

No que diz respeito à área dos estabelecimentos, 43% utilizam somente área própria, 42% área própria somada à área arrendada, 8% área própria mais parceria com familiar ou terceiro. Aqueles que não dispõem de área própria recorrem à parceria ou arrendamento (7%). No que diz respeito ao tamanho da área dos estabelecimentos há uma amplitude significativa no que se refere à área total, com propriedades de cinco a 3.320 hectares, apresentando uma média de 400 hectares.

O sistema produtivo adotado com os animais é de caráter extensivo em 96% dos estabelecimentos investigados e, em menor proporção, de modo semi-intensivo. O predomínio do modo extensivo é justificado pela utilização de pastagem nativa como principal alimento para os animais, sendo utilizada em todos os estabelecimentos investigados. Também é predominante o sistema de criação dos bovinos em cria, recria e cria/recria (74%). Dos estabelecimentos investigados, 37% possuem equipamentos e implementos agrícolas próprios.

De modo geral, a renda advinda da pecuária representa em média 52% da renda total dos estabelecimentos, dividindo proporções com as demais fontes de renda como renda agrícola, transferência social (aposentadoria e bolsa família) e renda não agrícola (venda de mão de obra, venda de doces e artesanato), presentes em 15%, 57% e 30% dos estabelecimentos, respectivamente. Quanto à participação dos entrevistados em associações e sindicatos, 38% dos entrevistados participam de alguma associação de produtores. A principal entidade representativa reconhecida pelos pecuaristas são os sindicatos de trabalhadores rurais, no qual 65% dos entrevistados são associados. Em menor proporção, 13% dos entrevistados participam do sindicato patronal.

### **Dos fatores de vulnerabilidade, os graus de importância e as estratégias de enfrentamento e adaptação**

Para identificar a percepção dos pecuaristas sobre quais os fatores de vulnerabilidade que acometem a atividade, fez-se uso da escala Likert, mensurando o grau de importância atribuído a cada fator. No total, foram verificados 41 possíveis fatores de vulnerabilidade, organizados em seis blocos, apresentados e discutidos na sequência. Para o tratamento dos fatores de vulnerabilidade e do seu grau de importância, foi realizado o cálculo de frequência dos valores totais. As estratégias de enfrentamento e adaptação foram analisadas por meio da análise de conteúdo.



### **a) Fatores de vulnerabilidade: bloco "Terra, solo e campo nativo"**

De modo geral, este bloco contempla tanto a qualidade como a disponibilidade de ativos que compõem o capital natural e que podem causar vulnerabilidade a partir de sua carência ou restrição (Tabela 1). No total, 58% dos pecuaristas entrevistados consideraram a área própria insuficiente uma vulnerabilidade, e para 47% deles, esse fator possui um alto grau de importância. Essa situação dificulta o exercício das capacitações ao limitar a expansão da liberdade dos indivíduos frente à ausência de disponibilidade do ativo terra para o desenvolvimento da atividade pecuária. O segundo fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à dificuldade em encontrar área de terra disponível para possível arrendamento ou compra, sendo considerada uma vulnerabilidade por 57% dos entrevistados, com grau de muita importância para 42% deles. O que esses dados indicam é que a maior parte dos pecuaristas se encontra em uma situação de vulnerabilidade para obter mais área de terra, tanto pela dificuldade em encontrar área disponível, como pela restrição financeira para acessá-la.

Dentre as estratégias de enfrentamento estão o arrendamento, a parceria, a venda de mão de obra e o aumento da lotação animal, enquanto entre as estratégias de adaptação, estão a presença de renda fixa externa ao estabelecimento e a maximização produtiva nas áreas de que dispõem por meio de algumas práticas de manejo, como rastreabilidade, diferimento, melhoramento genético do rebanho, suplementação animal e o uso de pastagens cultivadas. Para esses fatores, o capital financeiro representa um ativo de pouca ou nenhuma importância frente à ausência de intituleamentos disponíveis e da possibilidade de escolha em utilizar ou não mais área de terra. Essa situação corrobora com a discussão realizada por Sen (2010) sobre meios e fins, na medida em que ter capital financeiro ou capital físico (que possa ser mobilizado) são meios para se atingir algum fim. Portanto, não é suficiente dispor do meio se não é possível atingir o tipo de vida que o indivíduo deseja.

O arrendamento enquanto enfrentamento é identificado em 50% dos estabelecimentos e permite ampliar a área de terra para criação de animais por um determinado período de tempo, que pode variar de alguns meses, quando arrendado por cabeça de gado, e de alguns anos, quando preestabelecido em contrato. Por meio das relações sociais comunitárias, a demanda individual do arrendamento é repassada e circula entre vizinhos, familiares e, por meio desse caminho, esperam encontrar as alternativas de arrendamento que podem vir a ser efetuadas.

O quarto fator de vulnerabilidade desse bloco se refere às características de relevo do estabelecimento, não sendo consideradas uma vulnerabilidade para 57% dos entrevistados. A estratégia de enfrentamento identificada

consiste na remoção dos animais sobre essa área de relevo ondulado, permitindo um período de descanso do campo nativo, na medida em que não há pastoreio sobre essa área. Contudo, essa estratégia implica na redução da área de pastejo, portanto, a remoção dos animais nem sempre é realizada. O quinto fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à baixa fertilidade do solo, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 43% dos entrevistados, distribuído em distintos graus de importância. Alguns pecuaristas adotam não somente estratégias que visam a reduzir o grau de importância da vulnerabilidade, mas também criam estratégias que procuram manter o distanciamento dos mercados de insumos e serviços. A presença de plantas consideradas “indesejáveis” pelos pecuaristas é um fator de vulnerabilidade para 75% dos entrevistados, com grau de importância muito alto para 42% deles. Além das plantas indesejáveis, a presença de vegetação arbustiva também é considerada pelos pecuaristas um fator que ocasiona situações de vulnerabilidade, as quais são consideradas uma vulnerabilidade para um total de 45% dos estabelecimentos investigados, com grau de muita importância para 27% deles.

O uso de produtos químicos e as roçadas são práticas comuns utilizadas como estratégias de enfrentamento no controle das plantas “indesejáveis”. A realização de roçado é a estratégia mais utilizada entre os entrevistados. Contudo, na maioria dos estabelecimentos estudados, a sua execução envolve a contratação de serviço terceirizado, já que apenas 37% dos entrevistados dispõem de máquinas e equipamentos agrícolas. Ainda frente a situações de vulnerabilidade causadas pela presença de plantas “indesejáveis” e de vegetação arbustiva, os pecuaristas criam estratégias de enfrentamento que não dependem de ativos externos ao estabelecimento. Nesse sentido, é comum o uso de ovinos e caprinos que são manejados visando a exercerem a “roçada natural”, comendo as brotações das plantas “indesejáveis” e arbustivas.

Por fim, os dois últimos fatores desse bloco, referentes ainda a características do campo nativo, são a baixa disponibilidade e a baixa qualidade da pastagem natural. Os maiores valores de vulnerabilidade atribuídos para o fator baixa oferta de pastagem nativa estão localizados nos graus de “importância relativa” e “importante”, ambos com 18%. Quanto ao fator baixa qualidade da pastagem natural, os graus de importância com maiores valores se repetem em relação ao fator anterior, porém, com valores diferentes, sendo “importância relativa” com 25%, e o grau “importante” com 8% do valor total. Os pecuaristas evidenciam que o campo nativo representa um dos principais ativos de que dispõem. Assim, por mais que o campo imprima algum grau de vulnerabilidade em situações específicas (por exemplo, baixa disponibilidade de pastagens no período de inverno), os sistemas produtivos praticados estão

adaptados às suas condições. Portanto, a pecuária de corte é dependente do campo nativo já que, nele próprio, os pecuaristas mobilizam as condições necessárias para a realização dos seus meios de vida, e os intitamentos para o exercício de suas capacitações.

TABELA 1  
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco terra, solo e campo nativo

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Área própria insuficiente	25	42	3	5	1	2	3	5	28	47
2. Dificuldade em encontrar áreas de terra para compra ou arrendamento	26	43	1	2	6	10	2	3	25	42
3. Falta de capital financeiro para compra ou arrendamento de terra	35	58	2	3	3	5	4	7	16	27
4. Características do relevo desfavoráveis	34	57	1	2	7	12	7	12	11	18
5. Baixa fertilidade do solo	34	57	8	13	15	25	2	3	1	2
6. Presença de plantas “indesejáveis”	15	25	5	8	8	13	7	12	25	42
7. Presença de vegetação arbustiva	33	55	3	5	3	5	5	8	16	27
8. Baixa oferta de pastagem nativa	33	55	3	5	11	18	11	18	2	3
9. Baixa qualidade da pastagem nativa	36	60	0	0	15	25	5	8	4	7

Fonte: Matte (2013).

**b) Fatores de vulnerabilidade: bloco “Clima, água e áreas de preservação”**

Os dois primeiros fatores desse bloco dizem respeito aos períodos de secas e invernos. A seca foi considerada uma vulnerabilidade em 98% dos estabelecimentos, considerada muito importante em 82% deles, enquanto o inverno representa uma vulnerabilidade para 83% dos estabelecimentos, considerado muito importante em 48%. Mesmo assim, o fator relacionado aos invernos não representa uma vulnerabilidade em dez estabelecimentos

investigados (17%), estando relacionado à incorporação de estratégias de adaptação, haja vista o clima típico de inverno nesses municípios ser caracterizado por baixas temperaturas, representando uma situação já conhecida entre os entrevistados.

De modo geral as alterações no clima em si não representam a principal incerteza, mas produzem incertezas na medida em que suas consequências representam uma redução no crescimento e na acumulação de ativos, neste caso representado em unidades animais e pelas pastagens. As principais estratégias de adaptação e enfrentamento identificadas nos estabelecimentos nos períodos de verão e inverno envolvem um conjunto de práticas de manejo específicas, como a venda de animais para reduzir a lotação do campo, a reserva de pasto por meio do diferimento do campo nativo, o plantio de pastagem cultivada, o fornecimento de sal mineral proteinado, a utilização de áreas com existência de vegetação arbórea nativa como proteção para os animais e a modificação de cultivos realizados no estabelecimento.

TABELA 2  
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco clima, água e áreas de preservação

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Período de verão (Seca)	1	2	0	0	4	7	6	10	49	82
2. Período de inverno	10	17	1	2	11	18	9	15	29	48
3. Dificuldade de disponibilidade de água para o sistema produtivo	13	22	1	2	0	0	3	5	43	72
4. Problemas com a qualidade da água	51	85	2	3	2	3	0	0	5	8
5. Dificuldade de manutenção de Reservas Legais e APPs	29	48	1	2	4	7	6	10	20	33

Fonte: Matte (2013).

O acesso à água, por sua vez, representa um ativo fundamental para o desenvolvimento de todas as atividades realizadas nos estabelecimentos. De acordo com os dados apresentados na tabela a seguir, observa-se que a qualidade da água utilizada para consumo doméstico e animal não re-

apresenta uma vulnerabilidade para a maior parte dos entrevistados (85%). Ao se tratar da disponibilidade de água para o sistema produtivo e uso doméstico, o que se verifica é que a disponibilidade de água se configura como não sendo um problema em 22% dos estabelecimentos. Dentre as estratégias de adaptação identificadas entre aqueles para os quais esse fator é uma vulnerabilidade, estão investimentos em melhoria das fontes de água existentes. No enfrentamento a esta situação, a colaboração de vizinhos representa a principal estratégia. Verifica-se, desse modo, que o capital social desempenha uma importante fonte de recursos que são mobilizados no enfrentamento à restrição ao acesso à água. Segundo Niederle e Grisa (2008), o capital social representa assim um meio de potencializar as capacidades dos atores locais para acessar ativos que necessitam e assim reagir às situações de vulnerabilidade.

O último fator a compor esse bloco é representado pela dificuldade de manutenção de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APPs), sendo que a regulamentação das propriedades, segundo as exigências ambientais, pode impactar na organização produtiva dos estabelecimentos. Observa-se, nesse fator, uma distribuição com graus de importância nos extremos, sendo considerado um fator de vulnerabilidade muito importante em 33% dos estabelecimentos, e não representando, contudo, uma vulnerabilidade para outra metade dos estabelecimentos (48%). Para um reduzido grupo, a alternativa identificada como enfrentamento é a mobilização de capital financeiro para a compra de área de terra com presença de vegetação nativa, a qual será utilizada para atender às exigências ambientais, sem a necessidade de reduzir a área de produção do estabelecimento.

### ***c) Fatores de vulnerabilidade: bloco "Mercado"***

Diante do quadro do período de seca verificada no ano de 2012, ano de realização deste estudo, o que se constatou foi um desequilíbrio no mercado de compra e venda de carne, pois, devido à seca, houve uma baixa oferta de animais para a venda, sendo que 50% dos entrevistados evidenciaram algum grau de vulnerabilidade a esse fator. A concentração dos mercados (formais e informais) acessados pelos pecuaristas para a venda dos produtos de origem animal, como frigoríficos, atravessadores, cooperativas, também revela uma situação que não representa ser uma vulnerabilidade sobre os estabelecimentos, pois 67% dos pecuaristas não identificam problemas ou dificuldades com os mercados que acessam para a venda de produtos (animais, lã), sendo considerado com algum grau de vulnerabilidade para apenas 33% dos pecuaristas.

O fator relacionado à dificuldade em atender às exigências dos compradores apresenta nenhuma importância para 60% dos pecuaristas, pouca importância para 10%, importância relativa para 18%, importante para 10% e muito importante

para 2% dos entrevistados. Os demais fatores relacionados ao mercado, sendo eles dificuldade de encontrar compradores, dificuldade em encontrar animais para reposição e atrasos no pagamento de frigoríficos e atravessadores, não representam nenhum grau de vulnerabilidade, respectivamente, 82%, 87% e 92%.

De maneira geral, os mercados acessados pelos pecuaristas na comercialização dos produtos são também mercados construídos pelos próprios pecuaristas em um processo de mediação e interface com outros atores sociais, como vizinhos, atravessadores, corretores ou até mesmo as cooperativas e frigoríficos. Esse tipo de mercado, configurado e estruturado sob as relações sociais construídas a partir do capital social disponível e enraizado (*embeddedness*) localmente, representa, ele próprio, o modo de vida dos pecuaristas e sua estratégia para evitar uma situação de vulnerabilidade.

TABELA 3  
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco comercialização

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Baixos preços recebidos pelos produtos de origem animal	30	50	5	8	7	12	7	12	11	18
2. Concentração dos mercados de venda dos produtos de origem animal	40	67	1	2	5	8	4	7	10	17
3. Dificuldade de encontrar compradores	49	82	1	2	0	0	5	8	5	8
4. Dificuldade em atender às exigências dos compradores	36	60	6	10	11	18	6	10	1	2
5. Dificuldade em encontrar animais para reposição	52	87	0	0	1	2	4	7	3	5
6. Atraso no pagamento de frigoríficos e atravessadores	55	92	1	2	1	2	2	3	1	2
7. Custos de produção	17	28	4	7	8	13	12	20	19	32

Fonte: Matte (2013).

Com relação ao sétimo fator desse bloco, 28% dos entrevistados não visualizam este fator como uma vulnerabilidade, mais da metade dos entrevistados percebem este fator com graus “importante” (20%) e “muito importante” (32%) de vulnerabilidade. Os estabelecimentos que o consideram como uma

vulnerabilidade possuem um acentuado processo de externalização do sistema produtivo, que envolve relações mercantis estabelecidas antes da “porteira”, tanto com mercados de produtos como de serviços. Os pecuaristas que se mostraram vulneráveis aos custos de produção estão adaptados a essa situação, pois estão “moldados” ao contexto econômico em que estão inseridos.

**d) Fatores de vulnerabilidade: bloco “Fatores sociais”**

De modo geral, os fatores do quarto bloco, estão relacionados à dimensão social da vulnerabilidade (Tabela 4). Segundo os entrevistados, a ausência de sucessor representa uma vulnerabilidade para 77% dos estabelecimentos, com grau de muita importância para 58% dos entrevistados. Essa situação impõe aos pais preocupações quanto ao destino do estabelecimento e com sua velhice, tendo em vista que não terão mais os filhos para ampará-los e dar continuidade as atividades desenvolvidas no estabelecimento (Spanevello e Matte, 2010). Essa alta percepção de vulnerabilidade sobre esse fator está relacionada não somente à ausência de sucessão no estabelecimento, mas também ao esvaziamento do campo de modo geral. Alguns entrevistados demonstram um conflito pessoal: da mesma forma que gostariam que o filho desse continuidade às atividades realizadas no estabelecimento, ao mesmo tempo visualizam um futuro melhor para este fora da propriedade. Em outras palavras, há conflitos entre incentivar o filho a sair do estabelecimento e/ou a ficar, conflitos esses gerados pela combinação de incertezas e vulnerabilidades que “rodeiam” a atividade pecuária. A principal estratégia de enfrentamento envolve o incentivo à participação dos filhos na realização das atividades produtivas. A situação de adaptação ocorre quando há presença garantida de um sucessor no estabelecimento, e caso não exista algum filho disposto a permanecer, então novas alternativas adaptativas são definidas, como a venda do estabelecimento. De tal maneira, com a saída dos jovens, o estabelecimento permanecerá como herança e patrimônio deixado aos filhos. Contudo fica para trás a transmissão dos valores e da tradição relacionados à atividade.

A dificuldade de contratação de mão de obra, segundo fator de vulnerabilidade desse bloco, possui um grau de importância muito alto para 75% dos entrevistados. Constata-se, diante disso, que a dificuldade em obter esse intitulado é limitada, o que tende a prejudicar os funcionamentos e as realizações almejadas pelos indivíduos. Somado a isso, a baixa qualificação da mão de obra atualmente disponível, terceiro fator de vulnerabilidade desse bloco, também é considerada uma vulnerabilidade com grau de importância muito alta para 57% dos entrevistados. Dentre aqueles pecuaristas que possuem funcionário contratado, a estratégia consiste em evitar a saída desses, procurando formas de valorizá-los, incentivando sua permanência na função exercida no estabe-

lecimento. Tais incentivos variam entre a valorização moral do indivíduo até a oferta de benefícios materiais, como a doação de animais e de bônus salariais.

Por outro lado, dentre os estabelecimentos que não possuem e não realizam a contratação fixa de mão de obra, a estratégia é se adaptar a essa situação contando com a troca de serviço entre vizinhos e familiares ou, em último caso, modificar o portfólio de atividades desenvolvidas no estabelecimento, deixando de realizar algumas atividades e inserindo outras. Segundo Sabourin (2009), a troca de serviço é entendida como uma forma de reciprocidade, que representa uma equivalência simbólica ou material.

Observando a Tabela 4, fica evidente que a falta de opções de entretenimento não representa uma vulnerabilidade para os pecuaristas entrevistados, apresentando grau de nenhuma importância para 92% dos entrevistados. Assim como o lazer, o acesso à educação também é percebido como um fator que, em sua maioria, não provoca vulnerabilidade, apresentando nenhum grau de importância para 93% dos entrevistados. Isso ocorre principalmente pela introdução do transporte escolar e a expansão das universidades federais para o interior do estado.

TABELA 4  
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco fatores sociais

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Ausência de sucessor	14	23	1	2	5	8	5	8	35	58
2. Dificuldade de contratação de mão de obra	13	22	1	2	0	0	1	2	45	75
3. Capacitação da mão de obra	23	38	1	2	2	3	0	0	34	57
4. Falta de opções de entretenimento (lazer)	55	92	0	0	1	2	1	2	3	5
5. Dificuldade de acesso à educação	56	93	1	2	0	0	0	0	3	5
6. Dificuldade de acesso à saúde	34	57	2	3	4	7	5	8	15	25

Fonte: Matte (2013).

O último fator de vulnerabilidade desse bloco, o acesso à saúde, não é consenso entre os entrevistados, pois está distribuído em todos os graus de



importância, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 43% dos entrevistados, com grau de muita importância para 25% dos pecuaristas. As estratégias de enfrentamento no acesso a saúde contam com o auxílio do sindicato rural, por meio da oferta de médico a um preço “especial” para associados, e das prefeituras municipais, com a mobilização de médicos para atendimento no meio rural e, até mesmo, a disponibilidade de ambulância para transporte de enfermos. Em famílias em que existe a presença de pessoas com idade avançada, a estratégia é passar a residir no meio urbano como forma de adaptação à restrição de acesso aos serviços de saúde. Para Sen (2010, p. 124), “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria”. De tal maneira, o atendimento às necessidades básicas permite aos indivíduos expressarem suas capacitações com todo seu potencial e habilidade. Sem isso, as capacitações ficam comprometidas.

#### **e) Fatores de vulnerabilidade: bloco “Infraestrutura e fatores institucionais”**

O primeiro fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à dificuldade de acesso ao crédito, representando uma vulnerabilidade para uma parcela muito pequena do total de entrevistados (15%), sendo considerado muito importante para apenas 8% deles (Tabela 5). O segundo fator de vulnerabilidade desse bloco é representado pela dificuldade de acesso à comunicação, apontado como uma vulnerabilidade em apenas 15% dos estabelecimentos e com graus de importância baixos.

A falta de apoio da administração pública municipal representa o terceiro fator de vulnerabilidade desse bloco, considerado assim por um total de 62% dos entrevistados, sendo muito importante para 40% dos entrevistados. Apesar do alto grau de importância atribuído ao papel da administração pública, os entrevistados demonstram estar adaptados à situação, pois permanecem realizando suas atividades sem uma dependência direta das ações administrativas dos municípios.

O quarto fator de vulnerabilidade é representado pela falta de assistência técnica, sendo percebido como uma vulnerabilidade para um total de 43% de entrevistados, com alto grau de importância para 33% deles. Aqueles que estão adaptados realizam o pagamento pelo serviço de assistência técnica, enquanto outros pecuaristas, que não dispõem de capital financeiro para pagar pelo serviço, acabam enfrentando esse fator de vulnerabilidade, contando com a troca de experiência entre pecuaristas e com a colaboração de vizinhos e familiares com formação técnica ou superior.

O quinto fator de vulnerabilidade é o papel dos sindicatos rurais para a atividade pecuária, não sendo considerada uma vulnerabilidade para 92% dos

entrevistados, pelo fato, principalmente, de atender aquilo que é considerado como sua responsabilidade.

O sexto fator de vulnerabilidade refere-se ao papel da pesquisa agropecuária desenvolvida pela Embrapa, que, assim como o fator anterior, é considerada com grau de nenhuma importância para 88% dos entrevistados. A baixa representação enquanto uma vulnerabilidade é justificada pelo apoio recebido dessa instituição na realização das atividades produtivas em alguns estabelecimentos e na atuação junto a algumas associações de produtores, consistindo de um ativo nos meios de vida dos pecuaristas entrevistados, à medida em que podem acessá-lo para realizarem troca de informações.

TABELA 5  
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco infraestrutura e fatores institucionais

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Dificuldade de acesso ao crédito por meio de financiamento	51	85	0	0	2	3	2	3	5	8
2. Dificuldade de acesso a meios de comunicação (celular, telefone fixo)	51	85	1	2	2	3	4	7	2	3
3. Falta de apoio da administração pública municipal	23	38	3	5	7	12	3	5	24	40
4. Falta de assistência técnica	34	57	1	2	2	3	3	5	20	33
5. Papel dos sindicatos para a atividade	55	92	2	3	0	0	1	2	2	3
6. Presença e papel da pesquisa agropecuária	53	88	0	0	3	5	0	0	4	7
7. Presença de universidades	60	100	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Presença e papel da extensão rural	36	60	2	3	6	10	2	3	14	23

Fonte: Matte (2013).

O papel das universidades é o sétimo fator de vulnerabilidade desse bloco, sendo o único fator a não representar qualquer grau de vulnerabilidade entre

os entrevistados. A universidade representa um importante intitulado, permitindo aos indivíduos incluírem em suas escolhas individuais a possibilidade e oportunidade de cursar o ensino superior sem sair ou se afastar muito do estabelecimento. Por fim, o papel da extensão rural, representada pela Emater, é o último fator de vulnerabilidade desse bloco, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 40% dos entrevistados, com grau de importância muito alto para 23% deles. Por outro lado, para 60% dos entrevistados, a instituição não representa uma vulnerabilidade, o que significa que representa um importante ativo de apoio às situações de vulnerabilidade. Para os pecuaristas, a forma de tentar amenizar essa ausência é a busca na própria instituição de algum tipo de ajuda quando realmente houver necessidade. Caso contrário, a estratégia é dar continuidade à atividade da forma como se encontra, sem auxílio da extensão rural. Somado a isso, os pecuaristas apontam para um baixo número de funcionários na instituição, o que acaba comprometendo o atendimento e orientação aos produtores.

#### **f) Fatores de vulnerabilidade: bloco "Fatores regionais"**

O primeiro fator de vulnerabilidade do último bloco é o abigeato, que corresponde ao roubo de animais do estabelecimento rural, o qual vem a ser comercializado ou abatido ilegalmente (Tabela 6). Esse fator compromete a liberdade dos indivíduos, colocando-os em uma situação de incerteza e afetando os ativos que compõem seus meios de vida. É identificado como vulnerabilidade para um total de 52% dos entrevistados, sendo considerado muito importante por 37% dos pecuaristas. Observa-se que esse fator não tem concentração em um período específico do ano ou mesmo em um município ou localidade, não havendo garantias de uma estratégia de adaptação frente à imprevisibilidade desse fator. Diante disso, as estratégias de enfrentamento que figuram envolvem ações específicas no manejo dos animais dentro do estabelecimento visando a protegê-los quando anoitece, a presença de moradores no local como forma de inibir o furto, e a ação conjunta entre pecuaristas de uma localidade. De modo mais específico, a organização dos pecuaristas no enfrentamento a esse fator de vulnerabilidade consiste na união dos produtores em vigília ao próprio patrimônio e ao do vizinho. Novamente, o capital social torna-se um importante intitulado para combater um fator de vulnerabilidade.

O segundo fator de vulnerabilidade diz respeito às condições precárias das estradas, com percepções distribuídas em todos os graus de importância, totalizando 63% dos entrevistados que apontam esse fator como uma vulnerabilidade. A única estratégia identificada é a reivindicação individual ou coletiva por melhorias imediatas, contatando vereadores ou funcionários da prefeitura municipal.

O terceiro fator de vulnerabilidade é definido pelos problemas sanitários que podem atingir a atividade pecuária, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 87% dos entrevistados, com graus de “muito importante” para 45% dos pecuaristas. A medicação e tratamento dos animais é uma forma de prevenir a proliferação de enfermidades e evitar a perda de animais por morte. Sua realização depende da disponibilidade de capital financeiro próprio. Cabe mencionar que há um grupo de pecuaristas que estão enfrentando essa situação recorrendo aos empréstimos de crédito por não disporem de capital financeiro próprio. Esses pecuaristas são os que também se encontram em situação de vulnerabilidade quanto ao fator custo de produção, apresentado anteriormente.

TABELA 6  
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco fatores regionais

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Abigeato	29	48	0	0	5	8	4	7	22	37
2. Condições precárias das estradas	22	37	7	12	8	13	8	13	15	25
3. Problemas sanitários na pecuária	8	13	0	0	12	20	13	22	27	45
4. Expansão de lavouras de soja na região	47	78	0	0	1	2	1	2	11	18
5. Expansão silvicultura	11	18	1	2	3	5	1	2	44	73
6. Expansão fruticultura	59	98	0	0	0	0	1	2	0	0

Fonte: Matte (2013).

O quarto fator de vulnerabilidade representa uma vulnerabilidade para um total de 22% dos entrevistados. Por outro lado, a presença de lavouras de soja não representa uma vulnerabilidade para 78% dos entrevistados, pois, para estes, a atividade representa um ativo que compõe o meio de vida, compondo uma nova fonte de renda para a família. A presença das lavouras de soja tem revelado um cenário contestatório e polêmico que divide percepções entre os pecuaristas.

Nota-se que, em alguns casos, a expansão dessa atividade tem influenciado indiretamente na realização da atividade pecuária, passando a disputar

áreas de terra e substituindo as pastagens nativas por lavouras. Além disso, tem afetado a flora e fauna do bioma Pampa frente ao uso de defensivos agrícolas, assim como a saúde da população rural que convive com a atividade e tem ficado exposta às consequências dessa atividade. Por se tratar de uma atividade em que a expansão em larga escala é recente, observa-se que os entrevistados não têm encontrado uma maneira ou alternativa para “se defender” da presença da soja. Assim, não são identificadas estratégias de enfrentamento ou adaptação a esse fator de vulnerabilidade.

O quinto fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à expansão das áreas com silvicultura, cultivo de espécies exóticas, como acácia, eucalipto e pinus. Esse fator de vulnerabilidade é considerado uma vulnerabilidade para 82% dos entrevistados, distribuídos em todos os graus de importância, com 2% “pouca importância”, 5% “importância relativa” e 73% “muito importante”. Dentre os impactos apontados pelos entrevistados, o avanço da atividade sobre os campos nativos tem causado degradação e perda de qualidade do solo, aumento no custo da terra, redução da mão de obra por conta da saída de muitas famílias, redução da atividade pecuária – impactando no ciclo produtivo e na reposição de animais –, redução no número de espécies nativas da fauna, aumento no número de predadores<sup>9</sup> que atacam lavouras de subsistências e até mesmo pequenos animais, diminuição ou até mesmo o esgotamento total das reservas de água, e uma drástica mudança na paisagem do bioma Pampa. O avanço da silvicultura tem representado uma ameaça aos pecuaristas, diminuindo as áreas com pastagem nativa e, assim, reduzindo a oferta de áreas para arrendamento.

A expansão da silvicultura limita as capacitações desses indivíduos tanto dentro do estabelecimento, na liberdade de cultivar a cultura que escolher, como fora do estabelecimento, na disponibilidade de área de terra e oferta de trabalho, por exemplo. Percebe-se que novas dinâmicas produtivas, econômicas, ambientais e sociais estão em formação frente à presença dessa atividade, construindo um cenário que “abala” os meios de vida e restringe as capacitações dos indivíduos. O avanço da silvicultura permanece ocorrendo sem que os pecuaristas possam impedi-lo, restringindo suas capacitações em agir em contramovimento a essa atividade.

O sexto fator a compor esse bloco de vulnerabilidade alude à expansão das áreas com fruticultura, sendo percebida como uma vulnerabilidade de

---

<sup>9</sup> Dentre os principais predadores estão os javalis e veados, sendo que o javali, além de responsável pela devastação de lavouras de subsistência, tem obrigado alguns pecuaristas a criarem novas dinâmicas de manejo com os animais, no intuito de protegê-los do ataque dos javalis. Os animais recém-nascidos (cordeiros e terneiros) são os principais alvos do predador, e, em épocas de nascimento dos animais, os pecuaristas passam a abrigar os animais próximos às residências, com o intuito de oferecer maior proteção.

pouca importância e assim considerada como uma vulnerabilidade por apenas um pecuarista entrevistado. Essa atividade não representa qualquer tipo de ameaça aos pecuaristas, nem mesmo na disputa por áreas. Não é identificada qualquer avaliação sobre a presença de parreirais e das plantações de oliveiras que vêm sendo inseridas na paisagem do bioma Pampa.

## **Considerações finais**

É possível constatar que a vulnerabilidade é uma situação em que o indivíduo, família ou comunidade podem se encontrar, sendo tal situação provocada por um ou mais fatores de ordem interna e/ou externa ao estabelecimento. A vulnerabilidade está diretamente relacionada com as privações que os atores sociais sofrem, principalmente frente às condições de seus meios de vida. A dificuldade de enfrentar essas situações está conexas com uma falha dos direitos e a escassez de recursos que restringem a realização das capacitações na busca por novas oportunidades a partir dos seus meios de vida. No entanto, para exercer suas capacitações, o indivíduo necessita de um meio que possibilite condições para o seu desenvolvimento. Em situações em que o indivíduo ou a família tiverem seu meio de vida ameaçado (por incertezas, riscos ou mudanças), sua liberdade de exercer suas capacitações estará comprometida, pois se encontrará em uma situação de vulnerabilidade. Os principais fatores de vulnerabilidade identificados são: período de verão (98%), problemas sanitários da pecuária (87%), período de inverno (83%), expansão da silvicultura (82%), dificuldade de contratação de mão de obra (78%) e ausência de sucessor (77%). O fator presença de universidades do meio rural, presente no bloco “Infraestrutura e fatores institucionais”, não representou uma vulnerabilidade para os pecuaristas entrevistados, pelo contrário, sua presença e participação na região recebe avaliação positiva dos mesmos. Os fatores de vulnerabilidade que representam baixa vulnerabilidade, sendo assim considerados por até 10% dos entrevistados, são: expansão da fruticultura (2%), dificuldade de acesso à educação (7%), atraso no pagamento de frigoríficos e atravessadores (8%), falta de opções de entretenimento (8%) e papel dos sindicatos para a atividade (8%).

Diante dos resultados aqui analisados, constatamos que a liberdade para escolher a melhor estratégia para enfrentar ou se adaptar às situações de vulnerabilidade fica restrita aos meios de vida de cada família, pois é a disponibilidade de ativos que vai possibilitar aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações individuais. Contudo, muitas questões relacionadas à temática da vulnerabilidade permanecem em aberto, haja vista a amplitude dos temas aqui discutidos, alguns muito sumariamente. Frente a isso, à luz do referencial

dos meios de vida, observou-se neste estudo que o impacto da vulnerabilidade fragiliza os meios de vida e, grosso modo, direciona os pecuaristas a mobilizarem ativos, mesmo sendo estes escassos ou fundamentais para a manutenção da família, modificando o portfólio de ativos disponíveis. De maneira geral, há uma demanda de um melhor entendimento dos fatores que causam vulnerabilidade, perpassando a necessidade de avanço sobre essa abordagem no meio rural, com populações localizadas, avançando sobre a compreensão das estratégias de reação dos indivíduos a essas situações.

## Referências

- ADGER, W. N. Social Vulnerability to climate change and extremes in Coastal Vietnam. *World Development*, v. 27, n. 2, p. 249-269, 1999.
- \_\_\_\_\_. Social capital, collective action, and adaptation to climate change. *Economic Geography*, v. 79, n. 4, p. 387-404, 2003.
- \_\_\_\_\_. Vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 268-281, ago. 2006.
- ADGER, W. N.; KELLY, P. M. Social vulnerability to climate change and the architecture of entitlements. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 4, n. 4, p. 253-266, 1999.
- BERRY, P. M. et al. Assessing the vulnerability of agricultural land use and species to climate change and the role of policy in facilitating adaptation. *Environmental Science & Policy*, v. 9, n. 2, p. 189-204, 2006.
- BERTÊ, A. M. A. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 71-83.
- BUSSO, G. *La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos*. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.
- CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 4, sept. 2006. Disponível em: <<http://community.eldis.org/.598d23f8>>. Acesso em: 18 jun. 2011.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21<sup>st</sup> century. *IDS discussion paper*, Brighton, n. 296, p. 1-33, 1992.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. *Socio-demographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals*. Eletronic Paper. Brasília: UNA, 2002. 78 p.
- CUNHA, J. M. P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez. 2004.
- CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 4, p. 529-539, dec. 1996.

- CUTTER, S. L.; BORUFF, B. J.; SHIRLEY, W. L. Social Vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, v. 84, n. 2, jun. 2003.
- ELLIS, F. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. *Natural Resource Perspectives*, n. 40, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Agrarian change and rising vulnerability in rural sub-Saharan Africa. *New Political Economy*, v. 11, n. 3, p. 387-397, set. 2006.
- FUSSEL, H. M. Vulnerability: a generally applicable conceptual framework for climate change research. *Global Environmental Change*, n. 17, n. 2, p. 155-167, 2007.
- HERTEL; T. W.; ROSCH, S. D. Climate Change, Agriculture, and Poverty. *Applied Economic Perspectives and Policy*, n. 5468, nov. 2010. 53 p.
- JANSSEN, M. A.; OSTROM, E. Resilience, vulnerability, and adaptation: a cross-cutting theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change. *Global Environmental Change*, n. 16, n. 3, p. 237-239, aug. 2006.
- KAZTMAN, R. *Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social*. COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL, p. 275-301, 2000.
- KAZTMAN, R. et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. In: *Organización Internacional del Trabajo*. Santiago: Fundação Ford, 1999. 111p.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.
- MATTE, A. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul*. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MATTE, A. et al. Impasses na reprodução social da Pecuária Familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: SOBER, 2011. p. 1-20. 1CD-ROM.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Bioma Pampa*. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: 18 ago. 2012.
- NIEDERLE, P. A; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 5, n. 61, p. 41-69, jul/dic. 2008.
- OVERBECK, G. E. et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S; JACQUES, A. V. A. (Org.). *Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 26-41.
- PEREIRA, F. G. A expansão da silvicultura sobre o Bioma Pampa: impactos além dos campos. In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Org.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria,



- Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociência, Departamento de Geociência, 2010. p. 88-104.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. 328p.
- SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. *IDS Working paper*, Brighton, n. 72, 1998.
- SEN, A. K. *The standard of living: the tanner lecture on human values*. Cambridge: Cambridge University, 1985.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993.
- \_\_\_\_\_. *Desigualdade Reexaminada*. Trad. e apres. Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 301p.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461p.
- SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 282-292, 2006.
- SPANEVELLO, R.M.; MATTE, A. A perspectiva dos pais quanto ao amparo na velhice: um estudo com agricultores familiares sem sucessores. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO, 4., 2010, Curitiba. *Anais...* Curitiba, PR: REDE, 2010. p. 1-10. 1 CD-ROM.

# Reprodução social na pecuária familiar

*Alessandra Matte  
Rosani Marisa Spanevello  
Tanice Andreatta*

## Introdução

A promoção do desenvolvimento, sobre a égide do capitalismo, tem provocado cada vez mais consequências ao ambiente e na vida dos atores sociais, resultando em impactos sobre a população e, em especial, no rural. Atualmente, as características do rural brasileiro residem na extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais, reflexo, principalmente, das recentes diversificações econômicas, tecnológicas e socioambientais, além da diversidade espacial do país.

Diante deste contexto, o Rio Grande do Sul apresenta uma ocupação variada em decorrência das especificidades ambientais, culturais e socioeconômicas, contribuindo para uma distinção entre as regiões. Na parte mais ao norte do estado, fruto da colonização, predominam as atividades ligadas às lavouras de trigo e soja, e dos cultivos diversificados com uma presença significativa de agricultores familiares. Já a parte sul, há pouco tempo, era entendida como uma região de pouca (ou nenhuma) expressão da “agricultura familiar”. Nesta região, a “visão” do rural predominante é a de estabelecimentos compostos por grandes extensões de áreas, baseado nas estâncias típicas de pecuária extensiva, das lavouras de arroz e das fazendas de criação de gado intensivas em tecnologias, de caráter empresarial.

Recentemente, trabalhos realizados por Ribeiro (2003 e 2009), Neske (2009) e Andreatta (2009) dão conta de demonstrar a diversidade e a heterogeneidade das formas de ocupação da região sul do Rio Grande do Sul. Ao analisar principalmente o tamanho dos estabelecimentos, os autores identificaram a presença significativa de um grupo de pequenos produtores que tem como atividade principal a pecuária de corte. Apesar de pequenas áreas, os estabelecimentos destes produtores são dedicados à bovinocultura de corte em combinação com outras atividades; o tipo de mão de obra é predominantemente familiar. Estas características específicas permitiram identificar um tipo diferenciado de produtores denominados “pecuaristas familiares” (Ribeiro, 2009). A Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) do Rio

Grande do Sul foi a primeira entidade a descrever o “pecuarista familiar”, em uma tentativa de identificar o público a ser, prioritariamente, atendido pelos serviços de extensão rural. De acordo com essa entidade, cerca 45 mil estabelecimentos (ou 10% dos estabelecimentos agropecuários do estado), são considerados familiares.

É importante ressaltar que embora os estudos (especialmente acadêmicos) não sejam expressivos (em termos numéricos) como os realizados junto a categoria da agricultura familiar, os trabalhos<sup>10</sup> que têm como objeto de análise a pecuária e/ou pecuaristas de corte demonstram as características, a diversidade de sistemas de produção, as fragilidades e dificuldades econômicas e sociais da manutenção dos pecuaristas no sul do Rio Grande do Sul.

Uma destas dificuldades está diretamente relacionada com a reprodução social dos estabelecimentos. Ribeiro (2009), Andreatta (2009) e Andreatta e Spanevello (2011) apontam, ainda que de maneira superficial, as dificuldades de manutenção dos estabelecimentos entre as gerações de pecuaristas. Neste caso, a manutenção é dada pela permanência dos filhos no lugar dos pais, seguindo a mesma ocupação paterna, ou seja, assumindo os negócios e a gestão do estabelecimento familiar por meio da sucessão geracional.

A problemática geracional surge, principalmente, em razão da migração juvenil do meio rural gaúcho em direção ao meio urbano. No Rio Grande do Sul, no período de 1991-2000, presenciou-se no meio rural um decréscimo de 272.314 habitantes, expresso na taxa de -1,5% ao ano conforme mostra a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2003). Essa queda é ainda mais evidente quando se compara a população rural de 1970 (3.110.602 habitantes) e de 2010 (1.593.088 habitantes), a comparação aponta uma redução de 49% da população rural no estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2010). Considerando a população juvenil<sup>11</sup> residente no meio rural do estado a queda é ainda mais acentuada; em 1970 representava a população jovem representava 9% da população rural (631.386 habitantes), em 2010 representava apenas 2% do total (232.655 habitantes) (IBGE, 2010).

Uma das especificidades deste processo migratório juvenil é a saída mais acentuada das moças (Camarano e Abramovay, 1999). Esta situação traz à tona processos sociais importantes como a masculinização (Rauber et al., 2009) e o envelhecimento no campo (Spanevello, 2008). De acordo com o trabalho de Rauber et al. (2009) e Caldas e Sacco dos Anjos (2005), na região sul do Rio Grande do Sul, é visível a presença de velhos (aposentados) em estabelecimen-

---

<sup>10</sup> Entre os quais se pode citar Ribeiro (2009), Andreatta (2009), Neske (2009) e Matte (2013).

<sup>11</sup> De acordo com o IBGE (2014), a faixa etária representativa como jovem compreende pessoas entre 15 a 24 anos.

tos de produção pecuária. Como reflexos dessa configuração pode-se citar a escassez de mão de obra nos estabelecimentos (e no meio rural); o celibato entre os rapazes jovens, decorrente, principalmente da migração maior de moças do meio rural, provocando dificuldades na constituição de novas famílias.

A crescente saída das novas gerações do campo pode pôr fim a lógica de reprodução social entre os pecuaristas familiares assegurada pela permanência de um dos filhos no lugar dos pais, o que garantia a continuidade dos negócios e os cuidados dos pais na velhice (Spanevello, 2008; Silvestro et al., 2001). A desistência dos filhos em seguir na condição de gestores ou sucessores dos negócios familiares impõe outra dinâmica quanto ao destino do estabelecimento e ao amparo na velhice. Diante do exposto, este capítulo consiste em uma análise das perspectivas de continuidade dos estabelecimentos e a questão do amparo dos pais na velhice em razão da ausência de filhos sucessores.

## **Reprodução social na pecuária familiar**

### ***Pecuária familiar: um modo de vida particular***

Estudos como os de Abreu (2005) e Lamarche (1993) têm demonstrado como, em um mesmo lugar ou em um mesmo modelo de funcionamento, os agricultores familiares<sup>1</sup> diferem significativamente conforme suas condições objetivas de produção. A conjugação dessas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente.

Ao analisar a formação histórica do estado do Rio Grande do Sul, Reverbel (1986) conclui que o manejo da terra, a forma de trabalho e os papéis dos membros da família assumem, no tempo e no espaço, uma diversidade de formas sociais para cada uma das condições. Assim, este tipo de produtores familiares apresenta particularidades relacionadas às características ambientais em que estão inseridas. Diante disso, a pecuária familiar surge como um novo tipo dentro da ideia de agricultores familiares. Da mesma forma, os pecuaristas familiares não são apenas os produtores que possuem bovinos de corte em pequenas áreas, mas sim uma combinação com outros fatores (Ribeiro, 2009).

---

<sup>1</sup> Segundo a lei nº 11.326, de 2006, são considerados agricultores familiares e empreendedor rural aqueles que atendem aos seguintes quesitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Cotrim (2003) constata que os pecuaristas familiares têm características de agricultores familiares, entre elas pode ser elencadas: a gestão da unidade de produção feita pela família e a mão de obra familiar predominante. Para Neske (2009), os sistemas produtivos destes pecuaristas são caracterizados pela combinação de sistemas de criação de pequena escala, porém, diversificados (bovinos, ovinos, caprinos, aves, suínos), e também por pequenos sistemas de cultivos voltados basicamente para a subsistência (feijão, milho, batata-doce, mandioca, entre outros).

A pecuária familiar é denominada desta forma por conta da principal atividade realizada por estas famílias: a pecuária de corte. Ribeiro (2009) identifica algumas características que os diferencia da concepção geral de agricultura familiar, sendo elas: a) a bovinocultura de corte se destaca como a principal atividade agrícola, praticada sobre pastagens naturais e com baixo uso de insumos externos, sendo os bovinos considerados como mercadorias de reserva; b) autonomia em relação ao mercado, estabelecendo estratégias de comercialização a partir das necessidades da família e não na busca de melhores preços, além da aversão ao endividamento; c) uso principal da mão de obra da família associada com uma troca de serviços com os vizinhos em uma relação de reciprocidade que permite enfrentar os momentos de maior demanda por mão de obra; d) presença expressiva e importância significativa da aposentadoria rural para os pecuaristas familiares; e) presença do autoconsumo de maneira significativa representada não pelo consumo de vegetais, mas pelo consumo de carne bovina e, principalmente, ovina.

De um modo geral os pecuaristas familiares possuem características diferenciadas que vão além dos aspectos produtivos, como o tamanho da área, por exemplo. Aspectos socioeconômicos e comportamentais típicos deste tipo de produtor, influenciam na forma como organizam seus respectivos sistemas de produção e gestão. O interrelacionamento destes aspectos, juntamente com as restrições e possibilidades internas e externas aos estabelecimentos tende a direcionar as decisões não só em relação à organização produtiva, mas também no que se refere à sucessão dos estabelecimentos e, conseqüentemente, à reprodução social da família.

### ***Reprodução social e o processo sucessório***

Na organização interna, os estabelecimentos agropecuários, principalmente os familiares, não apresentam uma separação nítida entre o destino da produção, a execução e a administração das atividades. Baseado nos pressupostos chayanovianos, Chia et al. (2003), ao diferenciarem o estabelecimento familiar do estabelecimento empresarial, expõem que principalmente os estabelecimentos familiares tendem a cumprir três funções simultaneamente: a

produção para a geração de renda, a produção para o consumo e a acumulação de patrimônio.

Neste sentido, uma das tarefas mais difíceis para o pecuarista familiar é desenvolver um balanço equilibrado entre essas funções. Um aumento no nível do custo de vida da família pode significar o adiamento de um investimento, ou seja, existe um *trade-off* entre consumo presente e consumo futuro. Tais características consistem em preservar o patrimônio, assegurar um determinado nível de vida da família e manter e/ou expandir os meios de produção para a próxima geração. Assim, o equilíbrio interno dessas três funções é decorrente da situação da família. Esta situação é caracterizada, por um lado, pelo tamanho e pelo ciclo de vida do grupo familiar (expansão, maturidade e regressão) e por outro, pela perspectiva da reprodução geracional que permite aos pecuaristas familiares traçar projetos de longo prazo.

Para Gasson e Errington (1993), a reprodução social ou intergeracional dos estabelecimentos agropecuários é um processo de longo prazo. Trata-se de um processo composto por diferentes fases, sendo uma delas a sucessão ou a transferência/passagem do gerenciamento do patrimônio familiar aos filhos sucessores (Gasson, e Errington, 1993; Ramos, 2004). De modo geral, a sucessão é entendida como um processo dinâmico, cuja duração varia conforme a dimensão jurídica (ou legal) e cultural em que estão inseridos os agricultores (Gasson e Errington, 1993). No processo sucessório são fundamentais os seguintes aspectos: socialização dos filhos no trabalho familiar; identificação ou a escolha do sucessor; predomínio do pai no comando deste processo; transferência do patrimônio dentro da família (dos pais para os filhos); momento da transferência e a forma de distribuição do patrimônio (repartir entre todos ou manter assegurada para apenas um) (Gasson e Errington, 1993).

No contexto do rural, muitas vezes, o principal objetivo de um produtor não é a maximização dos lucros, mas a transmissão e a sucessão do estabelecimento. Os objetivos dos produtores em relação ao estabelecimento também são passíveis de mudanças, que variam de acordo com os estágios e ciclos da família, especialmente quando os filhos não desejam dar continuidade ao negócio dos pais ou os estabelecimentos não apresentam perspectivas sucessórias (Chia et al., 2003; Gasson e Errington, 1993).

Considerando a realidade do sul do Brasil, estudos demonstram que as principais características que envolvem o processo sucessório ainda é o escasso diálogo dentro das famílias sobre esta questão, permanecendo os pais no comando das atividades mesmo com idade avançada, configurando a chamada sucessão tardia. Esta característica inviabiliza a autonomia dos filhos na gestão dos estabelecimentos. A não sucessão ou inclusão das novas gerações mais cedo nos negócios tende a ser resultado deste processo, com isso perde-se a chance

de preparar ou dar mais experiência aos futuros gestores. Além disso, a sucessão tardia também é responsável pela desistência dos filhos de assumir os negócios familiares. Tendo em vista a demora dos pais em decidir pela transmissão dos negócios, os filhos acabam se recusando a ficar na posição de dependentes por longo tempo. Nestes casos, os pais já aposentados, apesar do ingresso de rendas externas (arrendamentos, pensões e aposentadorias) e mesmo não estando mais desempenhando as atividades produtivas, manifestam o desejo de permanecer no estabelecimento agrícola. Frente a estas situações, é recorrente duas gerações residindo juntas na mesma residência (Gasson e Errington, 1993; Spanevello, 2008; Wanderley, 2001). Outra característica que desmotiva a sucessão, especialmente das mulheres, é a preferência pelo filho homem. Um estudo realizado com pecuaristas familiares uruguaios, Gallo e Peluso (2013) constatam que a passagem do estabelecimento produtivo de uma geração a outra, tende a privilegiar a designação de um único sucessor, de maneira geral, do sexo masculino e, geralmente, o filho mais novo.

As características citadas acima acabam comprometendo as possibilidades sucessórias dos estabelecimentos. As demandas dos jovens para permanecer são diversas, entre as quais podem ser citadas: autonomia na gestão dos negócios, renda satisfatória, capacidade de investimentos, área de terra, entre outras. No entanto, nem todos os estabelecimentos tem condições de garantir estes quesitos para obter êxito na sucessão.

O trabalho de Spanevello (2008) salienta que os pais lançam mão de distintas estratégias na tentativa de assegurar um potencial sucessor. Entre estas estratégias emergem articulações no sentido de garantir autonomia financeira do filho sucessor, por meio da remuneração financeira de seu próprio trabalho, além de autonomia na gestão de pelo menos uma atividade produtiva. Outras estratégias estão diretamente relacionadas com a compra de carros e motocicletas para os filhos. Com isso, buscam garantir a mobilidade social dos sucessores, especialmente o acesso ao lazer urbano, além da possibilidade de estabelecer os filhos casados em moradias separadas, tendo como propósito garantir a autonomia e privacidade dos jovens casais.

Gasson e Errington (1993) dão conta de demonstrar os arranjos referentes à remuneração do sucessor e dos demais descendentes, entre os quais destaca-se a remuneração monetária dos demais filhos, ficando o estabelecimento para o sucessor. Um procedimento convencional, segundo os autores, é a divisão do estabelecimento em partes iguais, com a possibilidade de o sucessor arrendar a área dos demais herdeiros. Outra alternativa observada implica na mudança do filho sucessor e sua respectiva família para uma cidade ou vila próxima, enquanto os pais permanecem no estabelecimento; situação inversa também ocorre.

As questões relacionadas à sucessão são fundamentais para entender as decisões, principalmente aquelas voltadas aos investimentos dos empreendimentos familiares. As decisões de longo prazo tendem a ser o reflexo de um balanço que o decisor realiza, considerando a reprodução da família e/ou estabelecimento e a preservação do patrimônio familiar.

Nas condições em que os produtores não visualizam as possibilidades sucessórias porque os filhos já buscaram as ocupações urbanas ou mesmo outras ocupações rurais não agrícolas, os trabalhos retratam que o destino do estabelecimento pode ser a venda ou arrendamento. Com o esgotamento da capacidade física de trabalho dos pais, os mesmos acabam vendendo ou arrendando seus estabelecimentos a outros agricultores; assim como para habitantes da cidade que transformam o estabelecimento em sítio de lazer ou de final de semana, ou ainda em estabelecimentos empresariais (Errington e Gasson, 1994; Spanevello, 2008; Wanderley, 2001).

Segundo Spanevello (2008), as dificuldades sucessórias impõem aos pais a possibilidade da venda do estabelecimento ou mesmo deixar para os filhos, embora saibam que estes não retornarão ao estabelecimento para produzir. As consequências da não sucessão rompem com outra dinâmica já estruturada da sucessão familiar: a responsabilidade pelos pais na velhice. Segundo Silvestro et al. (2001), hoje a obrigação de ficar com os pais é fracamente minoritária, confirmando que o padrão sucessório anterior, em que o filho destacado para cuidar dos pais era compensado com a herança da propriedade, está enfraquecendo.

Independentemente dos fatores capazes de motivar os jovens a deixar o meio rural, o fato é que hoje as novas gerações estão mais voltadas a reproduzir os seus projetos individuais e não necessariamente os coletivos familiares. Nesse sentido, a decisão dos pais pelo sucessor está diretamente relacionada com a própria vontade do filho em ficar e assumir o estabelecimento. Há a incorporação de uma nova postura em relação aos valores aprendidos com a família, caracterizada pela sobreposição do individual sobre o coletivo, assim como sobre a relação simbólica entre a família, a terra e o trabalho, tal como afirma Woortmann (1995).

Com a partida dos filhos o planejamento sucessório articulado pelos pais fica incerto, podendo levar os pais a construírem outros destinos, a partir da interrupção da lógica da passagem do patrimônio de geração a geração. Estudos realizados por Spanevello (2008) e Matte et al. (2010), no Rio Grande do Sul, apontam que os pais sem sucessores realizam novos encaminhamentos para o estabelecimento, como: a) deixar para os filhos, no intuito de garantir os cuidados na velhice; b) vender o estabelecimento, na perspectiva do não retorno dos filhos.



Os dados dessas pesquisas revelam que um dos resultados desta migração dos filhos é a mudança em torno da transmissão do patrimônio. A ausência de sucessores, além de comprometer a continuidade do estabelecimento, ocasiona um esvaziamento populacional, tanto nos estabelecimentos como nas comunidades rurais, como também mostram os estudos de Brumer e Spanevello (2008) e Silvestro et al. (2001). Em resumo, torna-se necessário entender as dimensões de dois processos interligados: ter ou não sucessor e os encaminhamentos relativos à transmissão do patrimônio para cada um desses casos.

### **Método de pesquisa**

O estudo foi realizado no município de Dom Pedrito, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil (Figura 1), uma vez que foi identificado um número significativo de pecuaristas familiares. A escolha deste município ocorreu pela evidente presença da problemática de descontinuidade sucessória na pecuária familiar e redução desta população no meio rural. Este município registrou uma redução significativa da população residente no meio rural, ou seja uma redução de mais de 70% no período de 1970 a 2010 (IBGE, 2010). Ademais, segundo dados da Emater (2010), é intensa a representação desse tipo de pecuarista no município.

De acordo com o IBGE (2010), Dom Pedrito possui um PIB per capita de R\$ 18.802,90, atingindo um PIBpm de R\$ 729.214.000,00. Segundo o Censo Populacional de 2010 (IBGE, 2010), o município possui 38.916 habitantes, 90,64% (35.275) destes residem no meio urbano e 9,36% (3.641) residem no meio rural. Estes dados diferem significativamente das décadas passadas, como, por exemplo, o ano de 1970, quando essa diferença era expressivamente menor, ou seja, 37% da população no meio rural e 63% no meio urbano (IBGE, 2010). Observa-se que, desde então, a população urbana do município teve um aumento de 74%, diferentemente da população rural, que reduziu 70% (IBGE, 2010).

Neste contexto, verifica-se a saída significativa de pessoas do meio rural. O grupo que apresenta redução mais acentuada no meio rural de Dom Pedrito são os jovens. Atualmente, o município, quarto maior do estado em extensão territorial, possui 499 jovens residindo no meio rural, uma redução de 78,5% de 1970 a 2010 (IBGE, 2010). A escolha para a realização desse estudo no presente município ocorreu devido à problemática que a evasão da população rural vem causando em Dom Pedrito, tendo consequências econômicas e sociais à região, interferindo diretamente sobre as ações das instituições envolvidas com este público.

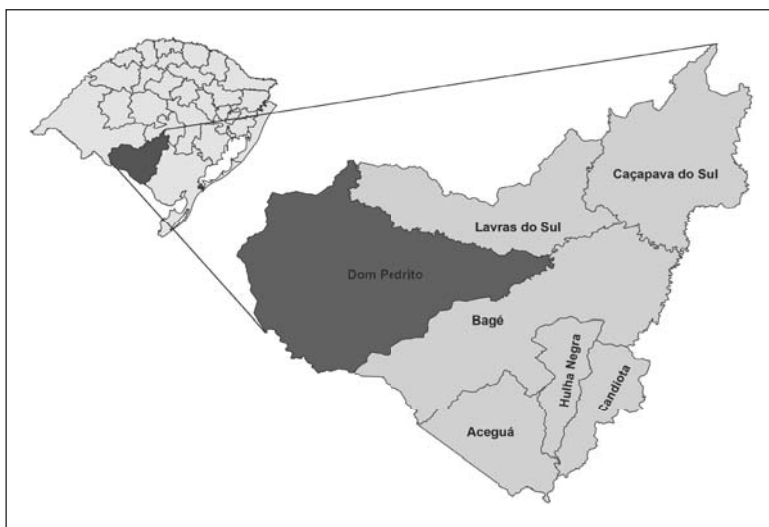


Figura 1 – Mapa do Conselho Regional de Desenvolvimento Regional da região da Campanha, com destaque para o município de Dom Pedrito  
Fonte: Elaborado pelas autoras (2016).

Para a realização desse estudo, primeiramente, foram identificadas as famílias de pecuaristas familiares sem filhos residindo nos estabelecimentos. Ou seja, apenas os pais residem no estabelecimento. Os filhos já estão encaminhados profissionalmente fora das atividades produtivas e muitos deles, inclusive, fora do meio rural. Na perspectiva dos pais considerados na pesquisa, não há a perspectiva de retorno de nenhum(a) filho(a) para assumir e dar continuidade ao estabelecimento.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, contendo questões de natureza quantitativa e qualitativa. As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nos estabelecimentos rurais, o que possibilitou visualizar de forma mais clara a realidade das famílias, bem como costumes, culturas, hábitos, entre outras características particulares dos pecuaristas familiares. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de agosto e setembro de 2010, com casais de pecuaristas familiares sem filhos residindo no estabelecimento, totalizando dez casais entrevistados. A análise dos resultados qualitativos foi realizada por meio da leitura dos discursos por meio da análise de conteúdo. Para a análise dos dados quantitativos foi utilizado o software SPSS 18 (*Statistical Package for Social Science*).

## **Características e percepções dos pais sobre as perspectivas sucessórias**

Os pecuaristas entrevistados estão na faixa etária entre 46 a 65 anos, com uma média de 55 anos de idade; o número de filhos varia entre um e três por família. O sistema de produção dominante é a criação de bovinos, juntamente com ovinos e equinos. A principal fonte de renda das famílias entrevistadas é advinda exclusivamente da pecuária de corte.

Em linhas gerais, a produção é marcada pelo baixo uso de tecnologia e seu desempenho depende da capacidade dos pecuaristas se apropriarem da natureza, ou seja, do campo nativo, principal base alimentar dos animais. Ademais, observa-se que os pais já não apresentam interesse em investir no estabelecimento e nas atividades desenvolvidas; diante da ausência de filhos não dispõem de mão de obra para a execução de todas as tarefas e nem sucessores para dar continuidade ao estabelecimento. Estes fatores são considerados um desestímulo para a realização de investimentos, segundo afirmam os próprios entrevistados: “Não penso em aumentar mais. A filha não volta igual. E mesmo assim, não consigo ninguém para me ajudar, não tem um empregado que pare [que permaneça], trabalham um dia e no outro vão embora” (Entrevistado nº 6).

Um dos questionamentos realizados aos entrevistados referia-se a motivação destes frente à ocupação de pecuarista. A tradição familiar, o sustento da família e a satisfação pessoal são as principais razões que os levam a atuar na bovinocultura de corte, e ainda, permanecer nos estabelecimentos. Miguel et al. (2007), considerando 540 pecuaristas no ano de 2004, demonstra que as principais motivações destes para atuarem na bovinocultura de corte são a tradição (26,5%) e a satisfação familiar (25,4%).

Na concepção dos pais entrevistados, o meio rural está passando por problemas sucessórios. Esta leitura é construída como base na situação dos seus próprios estabelecimentos, dos estabelecimentos do entorno (vizinhos) ou mesmo de outros familiares que residem em outros municípios da região sul do estado. Segundo os pecuaristas, a ausência de filhos para dar continuidade ao estabelecimento pode estar sendo influenciada por vários fatores, entre eles destacam-se: a divisão do estabelecimento no momento de distribuir a herança; a falta de oferta de educação formal no meio rural; a baixa geração de renda da atividade e/ou estabelecimento; o contato e os atrativos da cidade; a falta de alternativas de trabalho no meio rural; falta de incentivo dos pais e a penosidade da atividade.

Os fatores citados pelos entrevistados fazem parte das mudanças estruturais na sociedade em geral, conforme aponta o trabalho de Brumer e Spanevello (2008). Para as autoras, as questões relativas à renda, autonomia,

gestão, trabalho, valorização da ocupação e do rural, lazer e educação formal geram implicações na sucessão nos estabelecimentos rurais.

Dentre todos os fatores, o estudo, ou melhor, a educação formal, é apontada, de forma mais relevante, como um fator externo que não oferece apenas informações, conhecimento, mas aciona o comparativo entre os modos de vida oferecidos pelo meio rural em contraponto ao meio urbano (Brumer e Spanevello, 2008). Ainda de acordo com as autoras, o estudo representa para os filhos o acesso aos empregos urbanos ou alternativas de vida que não fazem parte da realidade do meio rural; assim, parte significativa dos jovens que sai para estudar, busca o ensino superior.

Entre os entrevistados, é notável que acesso à educação representa uma conquista para os filhos, trata-se de uma realização pessoal, visto que maior parte dos entrevistados não concluiu o ensino fundamental. Contudo, ao mesmo tempo em que consideram importante a formação escolar, a veem como um fator impulsionador para a saída dos filhos. Com a ausência de escolas no meio rural, tende a permanecer nas localidades quem não estuda ou não tem opção de estudar. O acesso à educação acaba atraindo os jovens para as cidades e a permanecer nelas, conforme se constata na fala do Pecuarista 10: “os filhos conhecem o estudo e não querem voltar [para o estabelecimento]”. Na visão dos pais, a condição de sair do campo para ter acesso à educação formal implica no não retorno dos filhos aos estabelecimentos e as atividades produtivas no meio rural.

Neste contexto, a educação está intimamente relacionada com o meio urbano e seus atrativos. Essa proximidade tende a gerar uma visão que confere ao meio urbano a visão de um local de maiores confortos e benefícios, que não podem ser encontrados no meio rural. Segundo os pais, a visão que os filhos criam sobre a cidade é de que esta possui facilidades, atrativos e possibilidade de crescimento profissional. Analisando as palavras do Pecuarista 5: “O filho vai estudar e se formar. E, por acaso, ele vai estudar para o serviço bruto?”, completando, “Ele vai ir atrás de uma renda maior, de um trabalho menos árduo”. Mesmo assim, a conquista do estudo pelos filhos é motivo de orgulho para os pais. No entanto, os pais não previam que o mercado se ampliaria e que os filhos teriam a possibilidade de escolher entre retornar para o campo ou ficar na cidade.

Dada a situação das estradas, principalmente em dias de chuva, e as distâncias do centro urbano é recorrente entre os entrevistados a saída do estabelecimento rural de filhos e mães, que passam a residir na sede do município a fim de que os filhos possam estudar, enquanto apenas o pai permanece no estabelecimento desenvolvendo as atividades. Dessa forma, com a proximidade com o meio urbano, são inevitáveis as comparações. Nesta condição, a

relação feita pelos filhos com o grau de dificuldade da vida no meio rural e a penosidade da atividade pecuária, se comparada às visualizadas muitas vezes na cidade, remetem a ideia de que a vida no meio urbano pode ser melhor.

No entanto, os entrevistados apontam que esta não é uma comparação coerente e justa, pois não consta na análise feita pelos filhos a relação entre a qualidade de vida nos dois contextos. Nas palavras do Pecuárta 3, “O bom é a tranquilidade, a vida mansa, a paz que o rural tem”, além disso, “[...] hoje está tudo melhor, pois tem luz, tem TV, tem chuveiro elétrico, tem tudo que se precisa, até telefone. Tem tudo que tem na cidade”. A questão evidenciada pelos pais é que os filhos não viveram as mesmas experiências deles, ou seja, são de um tempo em que as dificuldades da época, atualmente já foram sanadas. Os valores e o apego à terra, à atividade pecuária e o meio de vida são diferentes entre as gerações. Por conta disso, muitos desses pais não conseguem compreender porque seus filhos saíram do estabelecimento rural, já que hoje se “tem tudo”.

As diferenças entre pais e filhos resultam em olhares distintos entre as gerações sobre o rural e sobre a ocupação de pecuarista. Como resultados, os estabelecimentos acabam permanecendo sem sucessores tendo como destino provável a venda para terceiros, principalmente a partir da incapacidade física de trabalho dos pais ou mesmo administrativa, conforme retrata o Pecuárta 8:

Não tem mais ninguém na campanha. Eu não sei quem são os culpados. Os pais não tiveram muita coisa na campanha, passaram por muita dificuldade, e agora acham que tem que dar tudo isso para os filhos. Por isso, desta forma, os filhos não valorizam mais nada e vão embora sem ressentimento algum (Pecuárta 8).

As diferenças entre as gerações sobre o rural e sobre a ocupação são o resultado da perda de valores de acordo com os próprios entrevistados: “Eles não aprendem o valor das coisas, de onde vem o dinheiro, eu aprendi desde guri de onde vem as coisas. Tem que cuidar daquilo que foi do avô, depois do pai e depois será do filho, mas isso não importa mais para eles” (Pecuárta 9). Os pais retratam que não conseguem repassar o “gosto” e o valor moral do que é oferecido no campo e no estabelecimento, a exemplo do que foi feito com eles nas gerações passadas. Os filhos retratam descontentamento com o que é ofertado como futuro, por isso buscam outras perspectivas ocupacionais, de lazer e modo de vida distante dos estabelecimentos.

A proposta desse estudo não foi encontrar um “culpado” para a saída dos filhos, mas sim o conjunto de fatores que os fazem sair e não retornar para o meio rural. Assim como o meio rural teve diversas melhorias nas condições de vida, com a instalação da energia elétrica e a possibilidade de utilizar tecnologias e ferramentas dependentes dela, houve a necessidade de evolução parcial

em alguns pensamentos e configurações internas por parte dos pais, impactando sobre o conjunto familiar e sua tradição. Dentre algumas se encontra a necessidade de uma abertura interna por parte dos pais, no sentido de permitir que o filho participe não somente como mão de obra no estabelecimento, mas também na administração da mesma.

Para tentar visualizar os possíveis fatores motivadores da saída dos filhos, os pais apontam alguns elementos que originam os fatores que promovem a saída dos jovens, sendo eles: visão de conforto e comodidade no meio urbano; ausência de estudos (escolas, transporte escolar) no meio rural; falta de oportunidade de trabalho (fora do estabelecimento) e penosidade das atividades realizadas no estabelecimento rural.

Além dos casais ficarem sozinhos no estabelecimento, a ausência de sucessores implica também em uma possível falta de mão de obra no meio rural. As dificuldades de encontrar um empregado (temporário ou fixo) para auxiliar nas atividades pecuárias têm preocupado os pais, que têm enfrentado dificuldades para encontrar mão de obra. A ausência de sucessores acentua outras preocupações, principalmente nos casos em que a idade dos pais já se encontra avançada. Em virtude disso, surge uma hipótese entre os entrevistados, sobre uma nova “formatação” do meio rural de Dom Pedrito. Nas palavras do Pecuárista 9:

A campanha está voltando ao que era antigamente, porque as propriedades estão voltando a ser grande, grandes latifúndios. Estão se formando aquelas estâncias grandes e o pequeno vai sumindo, e se ele [pecuarista familiar] voltar para a campanha vai ser na forma de empregado. Antigamente os filhos ficavam, hoje vão tudo embora (Pecuárista 9).

Nesse sentido, é possível observar que essa situação pode vir a se concretizar, uma vez que sem a perspectiva de que algum dos filhos retorne ao estabelecimento, os pais já veem como solução a venda da mesma. Entretanto, apesar de querer que os filhos retornem e permaneçam no estabelecimento desenvolvendo a atividade pecuária, todos os pais entrevistados acreditam que seus filhos estão satisfeitos e estabelecidos na ocupação que exercem atualmente.

Assim, no que se refere ao encaminhamento do estabelecimento, nove dos dez pais entrevistados pretendem deixá-lo para os filhos, apenas um casal não sabe o que fazer. Dentre os pais que pretendem deixar o estabelecimento para os filhos, todos afirmam não saber se os filhos retornarão para dar continuidade às atividades e assegurar o estabelecimento nas mãos da família. Mesmo acreditando não ter sucessores para a atividade, os pais acreditam que seus filhos possam não se desfazer do estabelecimento logo após a passagem do patrimônio. Neste caso, os filhos ainda poderiam permanecer como pro-

prietários, mesmo sem residir no meio rural. Essa alternativa torna-se viável em função da principal atividade desenvolvida por essas famílias, a pecuária de corte. A pecuária extensiva é uma atividade que permite que o proprietário não resida no estabelecimento, mas que faça visitas rotineiras para averiguar os animais, ou mesmo para realizar algum manejo específico (Matte, 2013). Outra alternativa apontada pelos entrevistados é a proximidade da nova residência do filho. A pouca distância entre elas pode permitir ao filho realizar o manejo e os serviços com os animais nos finais de semana, quando está livre do trabalho no meio urbano. Essas alternativas alimentam a “esperança” dos pais sobre a possibilidade dos filhos não interromperem o ciclo geracional da família, tradicionalmente repassado de geração em geração, dando continuidade a história familiar, cultural e produtiva.

Gallo e Peluso (2013) ao analisarem a questão da sucessão nos estabelecimentos familiares do Uruguai identificaram que mais da metade dos pais procuraram incentivar os filhos a permanecerem no estabelecimento. Essas motivações eram caracterizadas por ações como: a oferta de animais para os filhos e a passagem de responsabilidades de atividades. No entanto, essas motivações eram limitadas, ou seja, mesmo tendo seus próprios animais, não era responsabilidade dos filhos a venda/comercialização dos animais, não havendo, portanto, autonomia sobre seus próprios bens. No que se refere à responsabilidade sobre alguma atividade, os pais atribuíam aos filhos a execução da tarefa rotineiramente, sendo, na verdade, uma mão de obra garantida para o pleno desempenho da atividade e não uma liberdade de escolha do filho em exercer aquela função. As estratégias que se articulam no interior das famílias com o objetivo de garantir a continuidade do estabelecimento, estão, também, sempre associadas à integridade do patrimônio (Gallo e Peluso, 2013).

Os entrevistados também foram questionados quanto sua percepção sobre o destino que os filhos darão ao estabelecimento, tendo em vista que atualmente encontram-se residindo no meio urbano. Dentre as respostas, 30% dos pais acreditam que os filhos possam administrar à distância, uma vez que a pecuária de corte, no sistema extensivo, permite essa possibilidade. Outros 30% pensam na possibilidade de seus filhos arrendarem a área, garantindo a posse da terra por mais algum tempo, sem a venda imediata.

Considerando estas duas hipóteses, pode-se inferir que 60% destes pais acreditam que de alguma forma os filhos não irão se desfazer, pelo menos no curto prazo, do estabelecimento. Porém, ao analisar os 40% restantes, outras duas hipóteses são identificadas: pais que pretendem vender o estabelecimento e pais que tem esperança de que os filhos retornem ao rural e deem continuidade à pecuária e ao estabelecimento. Os pais “querem” acreditar e ter a esperança de que os filhos possam assumir o estabelecimento e dar continuidade as

atividades produtivas desenvolvidas, mesmo diante do fato destes possuírem família e emprego no meio urbano.

A ausência de sucessores nas famílias de pecuaristas tem como consequência não apenas a descontinuidade do estabelecimento familiar e a redução das comunidades rurais, mas, principalmente, incertezas diante do envelhecimento.

No meio rural, o conceito de velhice não pode concebido pelo rigor da legislação. Na legislação brasileira, a velhice é demarcada pela idade: 60 anos, sendo que os aspectos mais determinantes desta faixa etária é a aposentadoria. No meio rural, especialmente nas regiões de produção familiar, a pessoa com mais de 60 anos, embora aposentada, ainda é ativa. A aposentadoria, conforme Paulilo (2004, p. 235), “não significa parar de trabalhar, mas receber todo o mês um pequeno montante de dinheiro bastante apreciado”. Nestas condições, a aposentadoria não representa o fim da vida produtiva, a ausência do mundo do trabalho e das atividades sociais comunitárias.

Nas gerações passadas, a sistemática mais comum era dar a terra aos filhos sucessores e, em contrapartida, os filhos amparavam os pais na velhice. Atualmente, não havendo mais filhos para suceder, os pais têm novas preocupações com o seu próprio destino. Embora os pais apontem diversas dificuldades estruturais na atividade que dificultam a alocação dos filhos, esses acreditam que, no momento que necessitarem cuidados frente à idade avançada, os filhos irão ampará-los. Esta crença está baseada nos valores que acreditam ter repassado aos filhos, em que os cuidados dos pais são responsabilidade dos filhos.

No entanto, parte dos entrevistados têm incertezas quanto ao seu destino e do seu estabelecimento, porém o desejo mais comum é o de permanecer residindo no estabelecimento. O receio de migrar para a cidade e morar com os filhos também está associado ao fato de evitar ser um inconveniente para os descendentes e até mesmo para os netos. O que está em jogo, neste caso, é a liberdade do casal, a autonomia da casa, os costumes, especialmente para aqueles que passam a residir na mesma casa em que os filhos.

Muitos pais têm esperança que no momento em que eles necessitarem de cuidados, os filhos já estejam aposentados e possam retornar para ampará-los. Dessa forma, a garantia de amparo dependerá muito mais da disponibilidade dos filhos em retornar ou mesmo assumir essa responsabilidade, do que do próprio destino do estabelecimento.

## **Considerações finais**

As análises desse estudo evidenciam que a saída dos filhos do meio rural e, conseqüentemente, a não sucessão destas famílias, tem provocado mudanças



quanto à manutenção e continuidade do patrimônio, bem como com o destino relacionado à reprodução social e econômica dessas famílias. Os agentes motivacionais da saída dos filhos estão relacionados a fatores externos (principalmente a educação formal) e internos (falta de autonomia para os filhos, descapitalização da família e do estabelecimento, área de terra insuficiente e dificuldade de expansão da mesma, entre outros).

Mesmo sem a perspectiva efetiva de um sucessor para permanecer no lugar dos pais, a pesquisa constatou que os entrevistados planejam deixar o estabelecimento para os filhos, alimentando a esperança de que algum deles retorne ao campo e assuma efetivamente o estabelecimento, dando então continuidade à tradição e à história familiar, ligada à pecuária de corte. No entanto, os pais reconhecem que os filhos encontram na cidade melhores condições socioeconômicas (educação, trabalho, salário fixo, etc.) daquelas que o estabelecimento rural pode oportunizar.

Embora a sucessão familiar seja um processo em que os efeitos sejam observados de modo mais imediato no interior da família, nas condições analisadas, existem impactos diretos também nas comunidades rurais, pois as famílias, de maneira geral, expressam um “sentimento de solidão” no lugar que residem.

Com a redução da população rural também há um impacto sobre a disponibilidade de mão de obra, o que, a longo prazo, pode impactar sobre a forma como realizam a atividade pecuária, ou seja, a escolha pelo sistema produtivo adotado nos estabelecimentos. É possível verificar que a não permanência dos filhos no estabelecimento representa um fenômeno mais amplo de esvaziamento da própria comunidade rural, e um conseqüente aumento da população urbana, inclusive em outros centros. A pesquisa constatou, ainda, que os pais sentem a falta dos filhos e, diante disso, perdem a motivação para investirem em melhorias na atividade, assim como no estabelecimento.

Pais sem sucessores podem significar pais sem amparo dos filhos na velhice e o destino do estabelecimento pode sair das mãos da família, passando assim para outros proprietários com interesses distintos daqueles reproduzidos pela família. As possibilidades de contornar esses processos e garantir a sucessão familiar perpassam pelo fomento e incentivo à atividade pecuária no meio rural, buscando atender aos anseios dos jovens. Esse estudo não adentrou no debate das questões de gênero na escolha do sucessor, nem ouviu os filhos dos pecuaristas familiares, tendo, assim, um vasto campo ainda a ser investigado, cujos resultados podem contribuir na construção de ações e políticas públicas por parte dos órgãos locais e governamentais que atuam com a categoria de pecuaristas familiares.

## Referências

- ABREU, L. S. *A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.
- ANDREATA, T.; SPANEVELLO, R. M. As possibilidades sucessórias em estabelecimentos de pecuária de corte no estado do Rio Grande do Sul. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, p. 39-67, 2011.
- ANDREATA, T. *Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. *Caracterização do pecuarista familiar da extensão rural no Rio Grande do Sul com vistas as ações para o desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: EMATER/RS, 2010. (não publicado).
- BRASIL. *Lei nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 7 mai. 2014
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. *Jovens agricultores da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.
- CALDAS, N. V.; SACCO dos ANJOS, F. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2013.
- CHIA, E. et al. Comprender, dialogar, coproducir: reflexiones sobre el asesoramiento en el sector agropecuario. *Agrociencia*, Montevideo, v. 7, n. 1, p. 77-91, 2003.
- COTRIM, M. S. *“Pecuária familiar” na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu RS*. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *Índice de desenvolvimento socioeconômico do RS (Idese) 1991-00*. Porto Alegre: FEE, 2003. (Documentos FEE, nº 58). Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php)>. Acesso em: 3 jan. 2014.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *Municípios*. 2007. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalhe.php?municipio=Dom+Pedrito](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Dom+Pedrito)>. Acesso em: 27 out. 2014.
- ERRINGTON, A.; GASSON, R. Farming Systems and the Farm Family Business. In: DENT, J. B.; MACGREGOR, M. (Org.). *Rural and Farming Systems Analysis*. Edinburgh: CAB International, 1994. p. 181-192.

- GALLO, A.; PELUSO, I. Estratégias sucesórias en la ganadería familiar un enfoque de género. *Revista de Ciencias Sociales*, DS-FCS, v. 26, n. 32, 2013.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: Cab International, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2010). *Censo demográfico, 2010*. Tabela 200. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=200>>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional, uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- MATTE, A. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul*. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MATTE, A. et al. A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., Campo Grande, 2010. *Anais...* Campo Grande: SOBER, 2010.
- MIGUEL, L. A. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 14, n. 2, p. 95-123, 2007.
- NESKE, M. Z. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da Pecuária Familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.
- RAMOS, G. *Un acercamiento teórico a los efectos del sistema de sucesión en la incorporación de los jóvenes a la agricultura vasca*. 2004. Disponível em: <[http://www.unavarra.es/puresoc/pdfs/c\\_ponencias/ramos.pdf](http://www.unavarra.es/puresoc/pdfs/c_ponencias/ramos.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- RAUBER, C. et al. O esvaziamento do Pampa Gaúcho: uma análise a partir do envelhecimento e da masculinização rural na APA do Ibirapuitã. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., Porto Alegre, 2009. *Anais...* Porto Alegre: SOBER, 2009.
- REVERBEL, C. *O gaúcho*. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- RIBEIRO, C. M. Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. In: \_\_\_\_\_. *Pecuária familiar*. Porto Alegre: EMATER-RS/ASCAR, 2003. p. 11-46. (Série Realidade Rural, 34).
- RIBEIRO, C. M. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SILVESTRO, M. L. et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANEVERELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. 3.ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.



## Sobre os autores

**Alessandra Matte** – Zootecnista, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD). E-mail: [alessandramatte@yahoo.com.br](mailto:alessandramatte@yahoo.com.br)

**Antônio Jorge Amaral Bezerra** – Agrônomo, doutor em Ciências, professor associado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Faculdade de Agronomia/DCSA e no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Pelotas, RS. E-mail: [antoniobezerra68@gmail.com](mailto:antoniobezerra68@gmail.com)

**Claudio Marques Ribeiro** – Agrônomo, mestre em Administração, doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Dom Pedrito. E-mail: [claudioribeiro@unipampa.edu.br](mailto:claudioribeiro@unipampa.edu.br)

**Evander Eloí Krone** – Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS), mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), mestre em Antropologia (PPGAnt/UFPEL), Doutorando em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE). E-mail: [evanderkrone@gmail.com](mailto:evanderkrone@gmail.com)

**Fabiana Thomé da Cruz** – Engenheira de Alimentos, doutora em Desenvolvimento Rural, pós-doutoranda e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [fabianathomedacruz@gmail.com](mailto:fabianathomedacruz@gmail.com)

**Helen Osório** – Bacharel em História, mestre em História, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Professora associada no departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [hosorio@via-rs.net](mailto:hosorio@via-rs.net)

**Jaqueline Sgarbi Santos** – Agrônoma, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (SPAF), na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: [sgarbijaqueline@yahoo.com.br](mailto:sgarbijaqueline@yahoo.com.br)

**Letícia Fátima de Azevedo** – Zootecnista, mestre e doutoranda em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM). Docente no Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. E-mail: [letiazevedo@hotmail.com](mailto:letiazevedo@hotmail.com)

**Lovois de Andrade Miguel** – Agrônomo, mestre em Ciências Econômicas e Sociais, doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola, pós doutorado na AgroParisTech. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: lovois@ufrgs.br

**Márcio Zamboni Neske** – Biólogo, mestre e doutor em Desenvolvimento Rural, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Campus Santana do Livramento. E-mail: marcio.neske@gmail.com

**Marco Antônio Verardi Fialho** – Economista, mestre em Economia Rural, doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), professor adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marcoavf@hotmail.com

**Marcos Flávio Silva Borba** – Veterinário, mestre em Ciências Veterinárias, doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Pecuária Sul/Bagé-RS. E-mail: marcos.borba@embrapa.br

**Paulo Dabdab Waquil** – Agrônomo, doutor em Economia Agrícola (University of Wisconsin, EUA), professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Agronegócios (CEPAN). E-mail: waquil@ufrgs.br

**Rafael Gastal Porto** – Agrônomo, mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Roraima, Boa Vista/RR. E-mail: rafael.porto@embrapa.br

**Renata Menasche** – Agrônoma, mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br

**Rosani Marisa Spanevello** – Agrônoma, doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Palmeira das Missões. E-mail: rspanevello@yahoo.com.br

**Tanice Andreatta** – Economista, doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Palmeira das Missões. E-mail: tani.andreatta@hotmail.com

**Valéria Dorneles Fernandes** – Licenciada em História, mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), doutoranda em História Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). E-mail: vallfernandes@hotmail.com

A **Série Estudos Rurais** publica livros sobre temas rurais, ambientais e agroalimentares que contribuam de forma significativa para o resgate e/ou o avanço do conhecimento sobre o desenvolvimento rural nas ciências sociais em âmbito nacional e internacional. A **Série Estudos Rurais** resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas para publicação estão disponíveis em [www.ufrgs.br/pgdr/livros](http://www.ufrgs.br/pgdr/livros)

## Comissão editorial executiva

**Editor-chefe:** Prof. Sergio Schneider (UFRGS). **Editor associado:** Prof. Marcelo Antonio Conterato (UFRGS). **Membro Externo:** Prof. Jan Douwe Van der Ploeg (WUR/Holanda). **Conselho Editorial:** Lovois Andrade Miguel – UFRGS; Paulo Andre Niederle – UFRGS; Marcelino Souza – UFRGS; Lauro Francisco Mattei – UFSC; Miguel Angelo Perondi – UTFPR; Cláudia J. Schmitt – UFRJ; Walter Belik – UNICAMP; Maria Odete Alves – BNB; Armando Lirio de Souza – UFPA; Moisés Balestro – UnB; Alberto Riella – Uruguai; Clara Craviotti – Argentina; 13. Luciano Martinez – Ecuador; Hubert Carton Grammont – Mexico; Harriet Friedmann – Canadá; Gianluca Brunori – Itália; Eric Sabourin – França; Terry Marsden – Reino Unido; Cecilia Díaz-Méndez – Espanha; Ye Jinhong – China.

## TÍTULOS PUBLICADOS

1. **A questão agrária na década de 90 (4.ed.)** – João Pedro Stédile (org.)
2. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul** – Zander Navarro (org.)
3. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (3.ed.)** – Jalcione Almeida e Zander Navarro (org.)
4. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas (2.ed.)** – Leonilde Sêrvolo Medeiros e Sérgio Leite (org.)
5. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul (2.ed.)** – Sergio Schneider
6. **Tecnologia e agricultura familiar (2.ed.)** – José Graziano da Silva
7. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil (2.ed.)** – Jalcione Almeida
8. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura** – José Eli da Veiga
9. **Agroecologia (4.ed.)** Stephen Gliessman
10. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil (2.ed.)** – Ignácio Rangel (org. por José Graziano da Silva)
11. **Políticas públicas e agricultura no Brasil (2.ed.)** – Sérgio Leite (org.)
12. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil (3.ed.)** – Isabel Cristina de Moura Carvalho
13. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina** – Carmen Diana Deere e Magdalena León
14. **A pluriatividade na agricultura familiar (2.ed.)** – Sergio Schneider
15. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos (2.ed.)** – José de Souza Martins (org.)
16. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil** – Gervásio Castro de Rezende
17. **O futuro das regiões rurais (2.ed.)** – Ricardo Abramovay
18. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural (2.ed.)** – Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (org.)
19. **Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões** – Anita Brumer e Diego Piñero (org.)
20. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária** – José de Souza Martins
21. **A diversidade da agricultura familiar (2.ed.)** – Sergio Schneider (org.)
22. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais** – Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (org.)
23. **Camponeses e impérios alimentares** – Jan Douwe Van der Ploeg
24. **Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)** – Angela A. Kageyama
25. **Desenvolvimento social e mediadores políticos** – Delma Pessanha Neves (org.)
26. **Mercados redes e valores: – o novo mundo da agricultura familiar** – John Wilkinson
27. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (5.ed.)** – Miguel Altieri
28. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade** – Maria de Nazareth Baudel Wanderley
29. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais** – Sergio Schneider e Marcio Gazolla (org.)
30. **Turismo rural: iniciativas e inovações** – Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
31. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade** – Eric Sabourin
32. **Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos** – Renata Menasche, Marcelo Alvarez e Janine Collaço (org.)
33. **Paisagem: leituras, significados e transformações** – Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto e Luis Alberto Pires da Silva (org.)
34. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)** – Guilherme Costa Delgado
35. **Sete estudos sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha** – Eduardo Magalhães Ribeiro (org.)
36. **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares** – Paulo André Niederle (org.)
37. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil** – Sergio Schneider, Marilda Menezes, Aldenor Gomes da Silva e Islandia Bezerra (org.)
38. **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas (Volume 1)** – Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterfo Radomsky e Sergio Schneider (org.)
39. **Turismo Rural em tempos de novas ruralidades** – Artur Cristóvão, Xerardo Pereira, Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
40. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** – Catia Grisa e Sergio Schneider (org.)
41. **O Rural e a Saúde: compartilhando teoria e método** – Tatiana Engel Gerhardt e Marta Júlia Marques Lopes (org.)
42. **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégia e políticas públicas** – Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Marcelino de Souza e Carlos Alves do Nascimento (org.)
43. **Pesquisa em desenvolvimento rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais (Volume 2)** – Guilherme Francisco Waterfo Radomsky, Marcelo Antonio Conterato e Sergio Schneider (org.)
44. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar** – Guilherme Francisco Waterfo Radomsky
45. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias** – Fabiana Thomé da Cruz, Alessandra Matte e Sergio Schneider (org.)
46. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural** – Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider (org.)
47. **Pecúária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento** – Paulo Dabdad Waquil, Alessandra Matte, Márcio Zamboni Neske e Marcos Flavio Silva Borba (org.)
48. **Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia** – Jalcione Almeida (org.)
49. **Processos sociais rurais: múltiplos olhares sobre desenvolvimento** – Roberto Verdum, Fábio de Lima Beck, Marta Júlia Marques Lopes e Tatiana Engel Gerhardt (org.)
50. **Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia** – Jalcione Almeida (org.)
51. **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul** – Eve Anne Bühler, Martine Guibert e Valtier Lucio de Oliveira (org.)
52. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar** – Marcio Gazolla e Sergio Schneider (org.)



Este livro foi composto na tipologia Garamond, em corpo 11,5

---

**Editora da UFRGS** • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Alex Niche Teixeira • Editoração: Luciane Delani (coordenadora), Carla M. Luzzatto, Clarissa Felkl Prevedello, Cláudio Marzo da Silva, Cristina Thumé Pacheco, Fernanda Kautzmann, e Lucas Ferreira de Andrade • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Cláudio Oliveira Rios, Gabriela Campagna de Azevedo, Getúlio Ferreira de Almeida, Janer Bittencourt, Jaqueline Trombin, Laerte Balbinot Dias e Najára Machado; • Apoio: Luciane Figueiredo.

Alessandra Matte (Org.)  
Antônio Jorge Amaral Bezerra  
Claudio Marques Ribeiro  
Evander Eloí Krone  
Fabiana Thomé da Cruz  
Helen Osório  
Jaqueline Sgarbi Santos  
Jean François Tourrand  
Letícia Fátima de Azevedo  
Lovois de Andrade Miguel

Márcio Zamboni Neske (Org.)  
Marco Antônio Verardi Fialho  
Marcos Flávio Silva Borba (Org.)  
Paulo Dabdab Waquil (Org.)  
Rafael Gastal Porto  
Renata Menasche  
Rosani Marisa Spanevello  
Tanice Andreatta  
Valéria Dorneles Fernandes

